Diário de Lisboa

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS

SEXTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1973 — N.º 18069 — ANO 53.º — PREÇO 1$50

«Angelita» com o célebre matador «El Cordobés». (Telefoto UPI/Telimprensa/DL)

Grande vitória trabalhista

. LONDRES, 13 — (R.) — O Partido Trabalhista surgiu como o grande vencedor das eleições municipais realizadas ontem na Inglaterra e no País de Gales.

Pouco depois da meia-noite a contagem dos votos, embora ainda incompleta, não deixava dúvidas de que os trabalhistas tinham conquistado o poder na região de Londres e arredores, a chamada Grande Londres, o que de resto já se esperava que acontecesse. Ao mesmo tempo os primeiros resultados da província indicavam igualmente vitórias trabalhistas nos principais municípios.

Ontem, os eleitores acorreram às urnas e a forma como votaram poderá constituir um indicativo da mudança de atitude em relação aos conservadores, que ganharam as últimas eleições gerais.

Para essa mudança devem ter contribuído as impopulares medidas anti-inflacionárias através das quais o Governo procura impedir uma subida rápida dos salários, o que já provocou uma série de greves recentemente.

Nas eleições municipais de ontem estavam também em jogo outros problemas de interesse vital, como a habitação, as estradas e a poluição, registando-se grande número de candidatos em todos os círculos, incluindo vários independentes, além dos representantes dos partidos tradicionais.

O Partido Liberal, geralmente em posição minoritária, também obteve bons resultados em Londres, conquistando dois lugares no Conselho Municipal, onde nunca tinha estado representado anteriormente.

A viragem a favor dos trabalhistas foi tão acentuada que mesmo nos bairros suburbanos, tradicionalmente conservadores, ganhou a oposição ou pelo menos reforçou consideravelmente a sua representação.

Isso levou o secretário-geral do Partido Trabalhista, Ron Hayward, a comentar: «os resultados obtidos foram tão excelentes por todo o país, uniformemente, que representam uma total condenação da política seguida pelo Governo e da quebra das suas promessas. Esses resultados indicam uma nova viragem de apoio aos trabalhistas que os levará ao poder nas próximas eleições gerais».

AS MULHERES EM ESPANHA JÁ PODEM SER "ESPADAS"

MADRID, 13 (UPI-ANI) — Os aficionados espanhóis receberam com várias reacções a decisão do tribunal que garante às mulheres o direito de actuarem como «espadas».

Há quem afirme jocosamente que será preciso criar um ramo especial de toiros anões, para serem lidados pelas mulheres. E um empresário lembrou: «Se as mulheres podem dominar os homens, porque não poderão dominar os toiros?»

No meio de todas as reacções que a autorização da entrada das mulheres nas arenas provocou em Madrid e na província, a primeira «espada» espanhola, Maria de Los Angeles («Angelitá) Hernandez continua a preparar-se para a sua estreia na festa brava no próximo mês.

«Nada há que os homens façam que as mulheres não possam fazer — afirmou a toira de 25 anos. — tenho praticado todo o inverno, a matar toiros em herdades particulares».

«Angelita», que ostenta cicatrizes de várias colhidas nas arenas da América do Sul, onde as mulheres não estavam proibidas de lidar, venceu a sua luta de dois anos pela igualdade, quando, na quarta-feira, o tribunal do trabalho central de Madrid deu provimento ao seu apelo contra uma decisão de recusar às mulheres uma licença de toureiro.

O aumento das pensões de reserva e sobrevivência

O «Diário do Governo» publica hoje a decisão do Conselho de Ministros que concede às pensões de reserva, com efeitos desde o dia 1 de Março, o aumento de 15 por cento, «o qual, no caso de atingir valor inferior a 500 escudos, deverá ser fixado nesta mesma quantia».

A folha oficial publica também o Estatuto das Pensões de Sobrevivência, juntamente com um Decreto-Lei do Ministério das Finanças que aumenta as actuais pensões de sobrevivência a cargo do Montepio dos Servidores do Estado, nos termos seguintes: até 250 escudos mensais o aumento é de cem por cento; deste quantitativo até 500 escudos o aumento é de 70 por cento; pelo excedente a este valor, o aumento é de 40 por cento.

Um outro Decreto-Lei autoriza o Governo a proceder à revisão dos actuais quantitativos base das pensões a cargo do Ministério das Finanças, de montante até oito mil escudos mensais por agregado familiar. São as seguintes as percentagens: 15 por cento para as pensões de quantitativo base inferior a 3000 escudos mensais;

Continua na pág. 32

PORQUE SOBEM OS PREÇOS DA CARNE

Na subida geral dos preços e a subida dos alimentos que mais tem dado que falar e dentro destes, o preço da carne.

E até nos Estados Unidos, país com alto nível de vida, com excelentes condições para a sua produção e auto-abastecido, houve intervenção governativa com fixação dos preços de venda ao público, desenvolvendo-se ao mesmo tempo uma grande boicotagem por parte dos consumidores. Certamente muitos dos leitores leram com curiosidade a série de notícias sobre o caso mas talvez tenha escapado a alguns a consequência imediata dessa boicotagem também vinda em notícia distribuída pelas agências noticiosas: o aumento do preço do peixe como consequência da sua maior procura para substituir a carne: é a lei da oferta e da procura, simples de compreender, invariável, mas que os consumidores esquecem com frequência quando tentam fazer valer os seus direitos e lutar pelo seu nível de vida.

Ora, a reacção tanto do público americano como do nosso, levado por alguns dos seus informadores é atribuir às subidas dos preços dos alimentos à **especulação**. Isto é **sonegação** do genero em falta por parte de comerciantes ou produtores pouco escrupulosos que o retêm no intuito de provocar a alta de preços e terem assim ganhos rápidos e substanciais.

Em qualquer perturbação económica eles sempre actuaram. Mas o mecanismo das leis económicas é muito mais complicado para poder ser explicado somente devido à pressão desses especuladores.

Quando muito aproveitam-se desse desequilíbrio entre a oferta e a procura mas raramente o conseguem provocar.

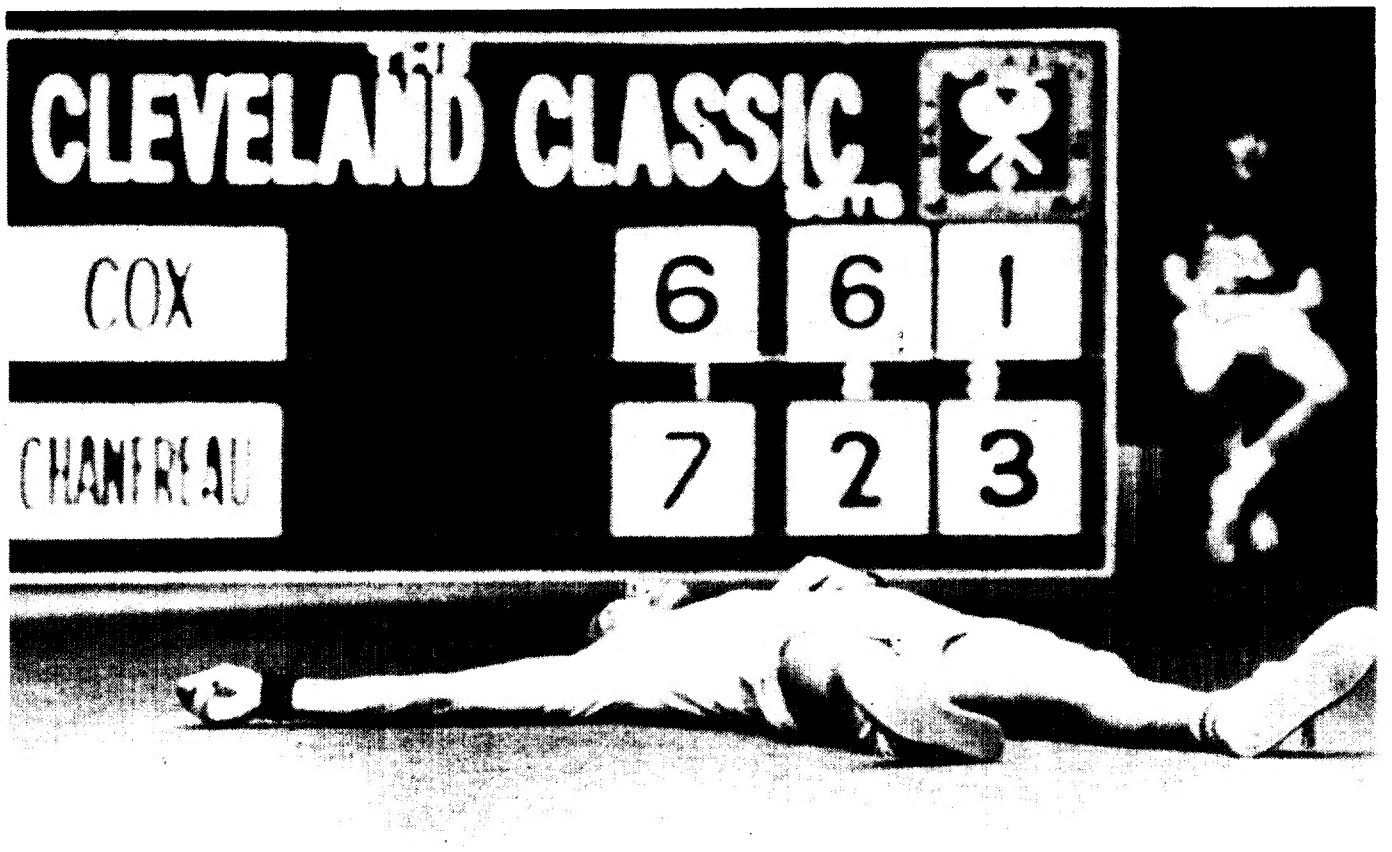
Não sabemos até que ponto irá essa boicotagem do público americano nem a sua intensidade. Mas vamos supor que, levada por intensa propaganda, se tornaria muito grande. Essa tendência para substituir as proteínas da carne pelas do peixe aumentava e este produto tenderia a esgotar-se rapidamente nos locais de venda.

Mesmo sem essa especulação ou sonegação, até no louvável intuito de servir essa maior procura, os preços do peixe subiam por sua vez fatalmente. Os transportes para os locais de venda tinham de ser sobrecarregados e fazer por isso horas extraordinárias mais caras. Por sua vez os armazéns centrais tinham de fazer face a um maior volume de armazenagem, com soluções improvisadas mais caras e essas horas extraordinárias do pessoal também.

Por outro lado, se o produto armazenado entre a produção e o consumo, tendesse a esgotar-se, haveria maior pressão junto da produção para fornecer maior quantidade. A frota de pesca apetrechada com barcos e tripulações para uma determinada quantidade de pescado, começaria a sentir pressão para obter mais peixe aumentando o tempo da

Continua na pág. 2

CAMPEÃO NO TAPETE



Aconteceu em Cleveland, lá pelos Estados Unidos. O campeão francês Chanfreau consegue, ao terceiro «set», bater o tenista Mark Cox e não resiste ao esforço: a terra batida do «court» foi a sua cama. (Telefoto UPI/TELIMPRENSA/DL)

44 PÁGINAS INCLUINDO "MESA REDONDA"

NACIONAL

"DIÁRIO DE LISBOA"

..Além dos anteriormente referidos, também deram notícia da passagem do 52.º aniversário do «Diário de Lisboa» os prezados colegas «Diário do Ribatejo», «Notícias de Evora», «Record» e «Mundo Desportivo», entre ou' os.

..Também, pelo mesmo motivo, nos apresentaram cumprimentos as seguintes individualidades, a acrescentar às muitas outras cujos nomes já publicámos: dr.ª Maria Teresa Lobo, subsecretário de Estado da Saúde e Assistência; general Vassalo e Silva, dr. Luís Filipe da Cunha de Noronha Demony, presidente da Câmara Municipal de Loures; dr. Lino de Miranda Moreira, presidente da Comissão Municipal de Turismo da Póvoa de Varzim; direcção dos serviços de Rádio do Clube Radiofónico de Portugal; Carlos Bernardino, secretário-geral do Clube Atlético de Campo de Ourique; o nosso amigo João António Castanheira Pinto; dr. Afonso Marchueta, governador civil de Lisboa; direcção do Clube de Futebol «Os Belenenses»; D. Cecília Supico Pinto, directora do jornal «A Guerrilha»; José Manuel Dias, presidente da direcção dos Inválidos do Comércio; Relações Públicas do Instituto dos Cereais (F. N. P. T.), e o nosso amigo A. Gama Reis (mr. Cork).

A Semana Santa na Sé Patriarcal

..As cerimónias da Semana Santa que se efectuam na Sé Patriarcal de Lisboa, têm o seguinte programa:

..Domingo, às 11 horas, Procissão dos Ramos, seguida de Pontifical; Quinta-Feira Santa, às 11, Pontifical concelebrado pelo presbitério para a Bênção dos Óleos e renovação das promessas sacerdotais; às 18, início do Tríduo Pascal (Pontifical da comemoração da Ceia do Senhor, seguido da adoração ao Santíssimo Sacramento; sexta-feira, às 17, celebração da Paixão e Morte do Senhor; Sábado Santo, às 22, celebração da Vigília Pascal e Pontifical da Ressurreição do Senhor; e Domingo de Páscoa, às 11 e 30, Pontifical da Ressurreição do Senhor.

ANDAR
no Camões
ALUGA-SE
Para escritório ou comércio, c. oito amplas assoalhadas, duas muito grandes. Trata R. da Horta Seca, 20, das 14 às 19 horas. Telef. 323218.

Porque sobem os preços da carne

Continuação da Pág. 1

faina, que teria de ser também mais bem paga ou improvisando equipamento com soluções mais caras. Assim, o aumento de produção rápida envolve o aumento do seu custo. Isto era o que aconteceria aplicando a pura teoria económica.

Na prática, o sector primário (pesca e agricultura) depende muito das condições meteorológicas. No primeiro caso com mau tempo não se pode pescar. No segundo caso as produções aumentam ou diminuem consoante os anos. Há ainda nas duas actividades outros factores imprevisíveis: epidemias ou pragas na agricultura e afluência menor ou maior dos cardumes de peixe.

Quanto a estes sectores, os governos procuram equilibrar as diferenças de produção, impedir que os preços baixem ou subam demasiado consoante as épocas de maior ou menor produção, criando armazens reguladores e preços de suporte.

Há alturas em que, sobretudo, os produtos agrícolas por haver grande stock, são vendidos para terceiros países a preços mais baixos que os respectivos agricultores recebem.

Ora, com a carne está a acontecer em larga escala o que verificávamos para uma maior procura de peixe.

A carne sobretudo a de bovino é sob o aspecto de pura produção agrícola **um desperdício**. Não há pior transformador do valor energético da pastagem ou dos cereais que o bovino. Um hectare de terra de cereais em produção baixa de 2 toneladas de grão, produz 5 milhões de calorias enquanto o mesmo cereal transformado em carne não dará aos homens mais de 200 mil Mas o mesmo hectare de sequeiro em pastagem em região com chuvas de verão não dará mais de 100 mil e cerca de 10 mil em região mediterrânica de chuvas somente de Inverno.

Se considerarmos o valor em proteínas, a proporção em desfavor da carne é também grande se compararmos a produção de leguminosas transformadas em carne com aquela directamente consumida pelo homem que a mesma superfície de terra poderia dar.

Ora a carne se é um **desperdício** é por isso cara e **tende a ser um luxo**.

A maior parte das notícias acerca da fixação dos preços da carne nos EUA não refere os seus preços.

Vimos apenas uma notícia incluindo alguns preços referidos à libra peso que dão uma noção errada ao leitor desprevenido dos preços da carne nesse país. Ora eles foram fixados em Março passado nos seguintes valores convertidas as libras em kilos e o dólar ao câmbio actual: (Preços máximos fixados na cidade de Washington DC).

ESCUDOS POR KG.
Vaca e Vitela

Bife	102,90
Costeleta	139,35

Porco

Lombo	78,50
Bacon	72,41

Borrego

Perna	84,60
Cost.	133,36

AVES

Frangos e Gal.	39,55
Perú	38,00

(Vd. Foreign Agriculture-Abril 73 World Food Prices)

Daqui nascem certamente duas perguntas. Como é possível preços destes num país com tantas condições naturais para a produção de carne, auto-abastecido, com explorações agrícolas «racionais» e «industriais», com processos de trabalho com que todos desejam para as nossas explorações, para realizar o sonho gastronómico do consumidor: carne muito boa e muito barata?

Por outro lado, como se explica esta última subida do preço da carne? O preço anterior, já tão alto, não seria suficiente para compensar os agricultores? Haverá **especulação**? Ora, a resposta continua a ser a mesma: a lei da oferta e da procura.

Nos Estados Unidos a carne produzia-se em complemento da produção leiteira e de cereais nas regiões semelhantes à Europa não mediterrânica com Inverno frio e chuvas na estação quente. À cultura de cereais sucedia o prado natural. Nas regiões impróprias para cereais, e nas regiões mais secas havia grande criação de gado manadio porque não havia outra alternativa. A produção pecuária tinha assim um custo de produção baixo.

O aumento do nível de vida e do consumo consequente levou a **intensificar** a pastagem, com prados semeados em muitos casos, e em todos, com fertilizações, tratamentos, etc. permitindo aumento de produção por unidade de superfície mas a preços mais altos. Por outro lado a criação do gado em pastagem extensiva passou a ser completada, nos novilhos que iam para o matadouro, correspondendo às exigências do público em qualidade, com cereais ou alimentos concentrados com essa base de fabrico. A produção subia, mas os seus custos também.

Este sistema, permitia à produção responder à maior procura que o aumento do nível de vida determinava. Mas sempre a maior preço.

A subida repentina do preço dos cereais, das sementes de leguminosas e oleaginosas, dos subprodutos da pesca e da indústria alimentar, base desses alimentos concentrados para animais, junto com o aumento crescente do consumo de carne, não podia deixar de se reflectir imediatamente nos seus preços.

Por sua vez à subida do preço dos cereais não estão alheias as necessidades subitas da União Soviética em trigo (onde o pão teve de ser racionado) e à subida das outras sementes, os problemas económicos de novos países africanos, o aumento dos salários e as novas aplicações desses produtos que ainda o aumento do nível de vida determinou.

Entre nós pensa-se, erradamente, que um aumento de produção pecuária, «a nível industrial» «à americana», como frequentemente se lhe chama, pela quantidade produzida diminuiu os custos, realizando esse sonho gastronómico: carne boa e barata. Essa noção vem da aplicação errada de um conceito da indústria transformadora que na produção pecuária não se pode aplicar. Na realidade, se podemos aumentar muito a produção pecuária é a custos altos. Dos três processos usuais, o primeiro o de completar a alimentação de subprodutos da exploração agrícola com rações concentradas, o segundo o de semear prados de sequeiro e o terceiro de semear forragens de regadio, aquele que é ainda viável e tem menores custos é o primeiro caso. Nos outros somos conduzidos — nas regiões mediterrânicas — a custos de produção excessivamente altos superiores a qualquer preço praticado no mundo.

Por outro lado, a esperança do público volta-se para os Açores, com condições naturais excelentes para produzir carne e também Angola e Moçambique.

Para que o agricultor açoreano opte para a produção da carne predominantemente é necessário — além de resolver os problemas dos transportes — que o seu preço seja tão compensador que o leve a abandonar outras culturas. Mas por outro lado, a área das ilhas é, infelizmente, muito pequena.

Em Angola e Moçambique (tal como no nosso Continente há dez anos) a carne é barata enquanto a produção a baixo preço de custo, proveniente do gado manadio com pastagem natural, das sobras de gado de trabalho ou leiteiro, ou dos subprodutos da cultura agrícola chegar para o escasso consumo.

Logo, que este sobe, internamente ou proveninete da exportação (no caso dos Açores e de Angola e Moçambique) é possível aumentar a produção, mas a custos cada vez mais altos, utilizando os processos atrás indicados.

Não se julgue, por exemplo, que as grandes extensões do Sul de Angola estão abandonadas. Estão cheias de gado da população local. Não há assim grande potencial para produzir barato em pastagem natural.

É claro que dentro dos diversos condicionalismos do solo e clima há regiões melhores para a criação de gado com chuvas nas estações quentes favoráveis ao desenvolvimento das pastagens, permitindo uma maior densidade pecuária. O nosso Continente todo situado no clima mediterrânico, com Verão e parte da Primavera sem chuvas é das piores regiões para a criação de gado. Os regadios têm custos de produção muito elevados e produção de forragens não os consegue pagar com a sua transformação em carne.

Mas de qualquer modo a maior procura de carne determina em todo o mundo — por agora e com os conhecimentos que existem — uma elevação dos custos de produção.

Gostaria de poder alinhar com os diversos comentários vindos em muitos dos nosso órgãos de informação, levando o público a ter esperança vã de que um dia terá carne boa e barata. Não somos demagogos e achamos que é necessário encarar a realidade o mais cedo possível.

O preço da carne subirá. E, por ora, uma fatalidade. Assim têm sido também os comentários dos jornalistas estrangeiros, que procuram ver a fundo o problema.

Até agora os nossos preços internos equilibram-se com alguns excedentes mundiais mais baratos. Presentemente a carne no mercado mundial está mais cara que a nossa.

Há ainda o recurso aos subsídios que erradamente se atribuiam ao produtor mas que são de facto ao consumidor. Neste aspecto pensamos como o ministro da Agricultura da C.E.E. **«Não temos necessidade de subsidiar a alimentação para queo homem comum possa dar-se ao luxo de comprar um carro. O que temos é de fazer ganhar às pessoas dinheiro suficiente para comprar alimentação»**. (Vd. Fiancial Times — Janeiro 1973).

JOSÉ HIPÓLITO RAPOSO

COMPANHIA UNIÃO FABRIL

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SEDE — AV. INFANTE SANTO, 2 — LISBOA-3

OBRIGAÇÕES CUF, 6% — 1967

PAGAMENTO DE JUROS

Avisam-se os Srs. Obrigacionistas que a partir do próximo dia 15 do corrente se encontra a pagamento o juro correspondente ao cupão n.º 12 na importância de 26$48,4, conforme se discrimina a seguir:

Juro ilíquido	30$00
Impostos	3$51,6
Juro líquido	26$48,4

O pagamento de juros será efectuado nos seguintes estabelecimentos de crédito:

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
MONTEPIO GERAL
BANCO DA AGRICULTURA
BANCO BORGES & IRMÃO
BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
BANCO FERNANDES MAGALHÃES
BANCO FONSECAS & BURNAY
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
BANCO PINTO & SOTTO-MAYOR
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO
BANCO TOTTA & AÇORES
COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
CREDIT FRANCO-PORTUGAIS
BANCO DO ALENTEJO
BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS
BANCO PINTO DE MAGALHÃES
BANCO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL VISEENSE
PANCADA, MORAES & C.ª

Lisboa, 13 de Abril de 1973.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DL/OPINIÃO

UM INQUÉRITO INÚTIL

Muitas vezes temos aqui defendido e preconizado uma intervenção ampla dos cidadãos na vida dos municípios, e sempre os motivos da necessidade de tal intervenção nos pareceram claros bastante para dispensarem demostração particular. Um milhão de passividades não faz uma colectividade, um milhão de indivíduos não faz um grupo, e essa é precisamente a situação em que têm sido mantidos (intencionalmente?) os lisboetas em tudo quanto respeita à vida da sua cidade, embora se deva reconhecer que, nos últimos tempos, se vinha anunciando o propósito de modificar o velho hábito de não ouvir os principais interessados, postos sob uma forma de tutela que começava por desacreditar a própria instituição municipal. Havia pois curiosidade em saber como se iria manifestar, na prática, um apelo à opinião pública que equivalia a partilhar responsabilidades e o peso esmagador de problemas para os quais a administração não se reconhecia com forças...

Ora, nem com a maior boa vontade deste mundo se poderá considerar animador o primeiro sinal do propósito de dinamizar a vida da cidade através da consulta à opinião do munícipe. Proibir ou não proibir o estacionamento de automóveis no Rossio, é questão que, no fundo, apenas interessa aos automobilistas, especialmente aqueles que pretendem ter o carro ao alcance da mão, onde quer que estejam. O inquérito que se vai fazer, as opiniões que se pedem, são pouco menos que inúteis: todos os automobilistas quererão continuar a estacionar no Rossio, todos os peões responderão que não senhor, ou encolherão os ombros, indiferentes. E se, por milagre, um duvidoso amor aos espaços livres, ao desafogo atmosférico e visual, fizer convergir as opiniões em uma só, isto é, se toda a gente for unânime em querer o Rossio limpo de automóveis, então compete-nos perguntar se alguma coisa se resolveu com isso, se algum problema ficou solucionado. Diríamos que não. Na verdade, o atulhamento do Rossio aparece como um dos múltiplos sintomas da mortal «doença circulatória» que ameaça a cidade: limpar a praça, só por si, é eliminar o sintoma, conservando a doença. E é, sobretudo, instituir uma aparência de intervenção cívica, quando muito bem se sabe que as perguntas a fazer aos munícipes deveriam ser outras, e muito diferentes...

Se realmente a Câmara Municipal quer enfrentar o problema do estacionamento de automóveis na cidade, não pode dissociá-lo do problema geral da circulação e dos transportes, e é impossível que o não saiba. Mesmo sem inquéritos à opinião pública, sem aguardar que a Imprensa exprima os seus pontos de vista: basta andar pela rua para saber o que a rua é, basta cronometrar o andamento dos veículos particulares e dos transportes públicos, basta, enfim, conhecer minimamente a confusa cidade em que vivemos. Durante trinta dias teremos o privilégio de circular pelo Rossio com um à-vontade oitocentista, atravessando a praça de uma ponta à outra segundo a já esquecida certeza de que o caminho mais curto entre dois pontos é a recta. E depois? O mais certo é conservar-se a conquista, embandeirar em arco por causa dela, mostrar aos estrangeiros aquilo de que somos capazes... Mas os automóveis expulsos irão atravancar outras ruas, invadir outros passeios, obrigar a outros desvios — nada ficou resolvido.

Conhecemos a resposta: criticar é fácil, fazer é difícil. Mas muito mais difícil seria se não fossem conhecidas as soluções, as verdadeiras soluções, as únicas soluções, e essas não as ignora a Câmara Municipal de Lisboa: transportes colectivos mais rápidos, mais numerosos, mais eficientes, mais diversificados. E para o saber, insistimos, não são precisos inquéritos. Como também o não haviam sido quando se extinguiram as habitações individuais no centro das cidades, substituídas pelos prédios de habitação comum... O automóvel senhor presidente, é o equivalente da casa privilegiada com jardim à volta, o transporte colectivo é o prédio grande onde temos de viver se quisermos respeitar os direitos da colectividade...

«Pacen in terris» no Brasil

A conferência nacional dos bispos do Brasil (CNBB) divulgou um documento oficial intitulado «Pacen in Terris, dez anos depois», no qual, em comemoraçao do décimo aniversário da publicação da encíclica «Pacen in Terris», de João XXIII, se enumeram e recordam, uma vez mais, os direitos da pessoa humana.

«Não se pode dizer que a mensagem de João XXIII tenha sido em vão — declara-se no documento —. E verdade que nestes dez anos os homens continuaram a dar um sinistro espectáculo, lutando, matando-se eficientemente, e metendo-se estupidamente, uns aos outros, em prisões».

No documento dos bispos brasileiros assinala-se, a este respeito, que é importante recordar os direitos humanos «porque são, de facto, uma antecipação figurativa do ideal a que todo o regime ou sistema político deve, necessária e prioritariamente, dirigir-se».

«O que nos mantém hoje tão apartados da plenitude da paz anunciada por João XXIII — afirma-se, a concluir, no documento da conferência nacional dos bispos brasileiros — é o facto de haver uma consciência aguda dos nossos direitos, e uma atitude de cobardia e de protesto perante as exigências dos nossos deveres».

O escândalo de Watergate

O jornal «Daily News» afirmou que a comissão de inquérito do Senado ao escândalo de Watergate encontrou uma segunda testemunha disposta a confirmar a cumplicidade de altos funcionários da Casa Branca na colocação ilegal de aparelhos de escuta na sede do Partido Democrático.

Segundo o jornal, essa testemunha confirma a acusação feita por James McCord, um dos sete homens directamente envolvidos no caso, de que o antigo procurador-geral John Mitchell, o conselheiro presidencial John Dean e outros elementos da administração republicana estiveram presentes numa reunião secreta, em Fevereiro, durante a qual foram traçados os planos para a espionagem ao Partido Democrático no decorrer da campanha eleitoral.

Segundo McCord, essa reunião realizou-se no gabinete de Mitchell na Secretaria da Justiça e nela esteve também presente Stewart Magruder, que na altura desempenhava as funções de chefe eleitoral de Nixon.

O «Daily News» afirmou ainda que fontes ligadas à comissão de inquéritos disseram que McCord está disposto a testemunhar que o registo das conversas telefónicas escutadas clandestinamente na sede do Partido Democrático era enviado a funcionários da Casa Branca.

Antes de Maio a comissão senatorial não tenciona realizar sessões públicas e, por enquanto, não revela também o nome da segunda testemunha que confirmou as declarações de McCord.

As alegações contra Mitchell, Dean e Magruder têm sido energicamente desmentidas pela Casa Branca que, por seu turno, acusou os senadores democráticos de conduzirem o inquérito de forma parcial e tendenciosa.

Convém também lembrar que a Casa Branca não permitiu, invocando o «privilégio do executivo», não permitiu que os colaboradores do presidente depusessem perante o Senado. O próprio director interino do FBI, Patrick Gray, se ofereceu para facultar os arquivos da organização aos senadores, no que foi imediatamente contrariado por Nixon.

A LUTA CONTRA O CANCRO

Nogales (Arizona, E.U.A.) — Uma equipa de investigadores encontrou um factor no sangue dos negros americanos que parece aumentar a capacidade do corpo humano na própria defesa contra um cancro da pele que ataca principalmente os brancos.

Este «factor negro» no sangue permite que o sistema defensivo do próprio corpo destrua as células do tumor no **Melanoma Maligno**, um cancro das células do pigmento da pele, declararam há dias os doutores Ingegerd e Karl Erik Hellstrom.

Estão a fazer uso de plasma sanguíneo fornecido por dadores negros, para atacar a doença, com resultados «encorajadores», em seis doentes, na Universidade Washington, em Seattle. Projectam agora levar a cabo um estudo controlado, com a duração de um ano e 60 pacientes — metade dos quais receberão plasma sanguíneo de dadores negros e a outra metade de dadores brancos.

Os Hellstroms, uma equipa formada por marido e mulher, que são pioneiros no campo, que está a emergir rapidamente, do uso dos mecanismos de defesa do próprio corpo — o sistema imune — para lutar contra o cancro, fizeram as suas declarações durante uma entrevista no seminário dos cientístas escritores na American Cancer Society.

No decurso dos últimos seis anos, descobriram um «factor de bloqueio» no sangue de doentes de cancro que paralisa o sistema imune não o deixando atacar o tumor. Mais tarde, descobriram em negros saudáveis um factor anti-bloqueador que se contrapõe ao factor de bloqueio e permite ao sistema de defesa fazer frente ao cancro.

Previsivelmente, encontram poucos ou nenhuns factores anti-bloqueio em pacientes com cancros activos e muitos em doentes cujos cancros são postos em cheque.

Os Hellstroms escolheram para trabalhar o **Melanoma** porque é uma forma simples de cancro. É rara, ocorrendo apenas em cerca de 4 000 americanos anualmente. Pode matar um doente em seis meses ou pode deixá-lo viver durante 30 anos. Geralmente, é tratado por meio de cirurgia, quando diagnosticado suficientemente a tempo.

Raramente ataca os negros, e, quando o faz, geralmente só atinge as palmas das mãos ou as plantas dos pés — que são, de uma forma geral, as partes mais claras de todo o seu corpo.

O factor especial no sangue dos negros, que permite que o sistema imune do paciente lute contra o **Melanoma**, não actua em outros tipos de cancro. Na verdade, por qualquer razão ainda por explicar, os negros parecem ser mais propensos ao cancro do que os brancos.

No seu tratamento dos seis doentes atacados pelo **Melanoma**, o casal Hellstrom está a administrar BCG — uma droga anti-tuberculina que esperta o sistema imune — bem como plasma de dadores negros. Estes pacientes estão demasiadamente atacados para poderem ser tratados cirurgicamente. Agora prosseguirão apenas com o uso de plasma sanguíneo «para nos provar e dizer se podemos realmente ajudar um doente».

Exclusivo «LE MONDE»/«DL» Por ROBERT GUILLAIN

APROXIMAÇÃO NIPO-SOVIÉTICA

A imprensa soviética tem-se interessado muito nestes últimos tempos pelas relações entre a U.R. S. S. e o Japão, denunciando vivamente as tentativas de Pequim em «atrair Tóquio para o seu lado». Assim, segundo o semanário «Novos Tempos», «os subterfúgios de Pequim com vista a impedir a todo o custo o desenvolvimento das relações nipo-soviéticas nada têm a ver com a salvaguarda da paz na região da Ásia». Também a «Pravda» escrevia recentemente que as visitas recíprocas entre Pequim e Tóquio procuram «dificultar o desenvolvimento de boas relações entre o Japão e a U. R. S. S., espalhando as piores calúnias a respeito deste último país». Estas críticas, dirigidas fundamentalmente à China, não impedem o Japão de procurar melhorar as suas relações com Moscovo, como escreve Robert Guillain em Tóquio.

O sr. Tanaka, primeiro-ministro do Japão que fez de 1972 o ano da aproximação sino-japonesa, teria resolvido fazer de 1973 o ano da aproximação com a União Soviética, afirma-se nos meios bem informados de Tóquio. Nesta intenção verificou-se já um abrandamento da posição do Japão face à União Soviética.

A questão decisiva para os dois países tenham sido retoum tratado de paz: tratado que ainda não foi assinado, passado um quarto de século sobre o fim da guerra, embora as relações diplomáticas entre os dois paises tenham sido retomadas em 1956.

Até agora, o grande obstáculo à assinatura do tratado tem sido a reivindicação territorial do Japão sobre quatro das ilhas Kouriles, ao norte de Hokkaido, que, segundo Tóquio, os Russos ocuparam ilegalmente. Moscovo recusa-se categoricamente a considerar a pretensão nipónica.

Em todo o caso, o primeiro-ministro japonês teria decidido rodear o obstáculo, deixando de considerar a solução do diferendo territorial como uma condição prévia à aproximação entre os dois países. Ele pensa deixar adormecer por algum tempo esta questão, procurando em contrapartida desenvolver a cooperação económica com a U. R. S. S.. Neste ponto, aliás, são os soviéticos que há muito estendem calorosamente a mão ao governo nipónico, solicitando a sua colaboração no desenvolvimento da Sibéria, em particular na exploração do petróleo de Tioumen.

Os observadores políticos na capital japonesa interpretam este abrandamento das exigências do Japão como um grande sucesso alcançado por Moscovo na ofensiva diplomática que há já algum tempo vem conduzindo o seu embaixador em Tóquio. A União Soviética insistia em que o único caminho que poderia conduzir ao tratado era pôr de lado temporariamente o diferendo territorial.

O principal objectivo desta ofensiva diplomática é, deve dizer-se, o de procurar impedir que o Japão se aproxime demasiado da China. Iniciada em fins de 1971, ainda com o gabinete Sato, e marcada em Janeiro de 72 pela visita a Tóquio do sr. Gromyko, que decorreu num ambiente muito favorável esta ofensiva foi interrompida com a chegada ao poder de Tanaka, em Junho de 72. Este, ao reconhecer inesperadamente a China Popular, causou sérios embaraços à ofensiva diplomática soviética. Mas Moscovo tomou fôlego a partir do fim do ano, conseguindo um êxito notório com a nova reviravolta do sr. Tanaka desta vez em direcção da União Soviética.

Mas também o Japão, sublinham os mesmos observadores se pode vangloriar de uma posição bastante favorável. O modo como Moscovo o pressiona utilizando ora a sedução, ora o amuo, revela a necessidade vital que tem a União Soviética em atrair o Japão para o seu jogo. E é assim que o abrandar das reivindicações nipónicas é apenas táctico, e que as suas exigências em relação aos «territórios do Norte» permanecem inalteradas, sendo certo que a opinião japonesa segue a questão com um acentuado sentimento nacionalista.

De certo modo, este novo esforço de aproximação com Moscovo é explicado pelos imperativos da política externa japonesa. Na verdade, sem essa aproximação a política externa do Japão estaria em desequilíbrio, inclinando-se para o lado da China Popular de um modo embaraçoso e mesmo perigoso tendo em conta o conflito sino-soviético.

Mas também a política interna influenciou decisivamente esta nova origem. O primeiro-ministro decepcionou bastante a opinião pública não tendo conseguido apresentar as medidas enérgicas que todos esperavam dele para combater os inconvenientes de um crescimento económico demasiado acelerado. Por isso ele precisa de um sucesso exterior que o ajude a reconquistar uma popularidade bastante desfalcada.

No entanto, este novo caminho que escolheu não é totalmente livre de obstáculos. Um deles consiste precisamente no facto de em política interna todo o insucesso ou fraqueza em relação a Mosocovo poder vir a custar-lhe muito caro dentro do seu próprio partido, onde tem vários inimigos, e junto da opinião pública. Um outro perigo, ao nível da própria poltítica externa, e que será provavelmente o grande quebra-cabeças de amanhã, está na oposição de Pequim a toda a forma de aproximação russo-japonesa que possa enfraquecer as suas posições. O primeiro-ministro Chou En-Lai acaba justamente de lançar

Continua na pág. 8

DL/NACIONAL

PORTO

BISPO DO PORTO

Ficou definitivamente elaborado o programa das comemorações do 25.º aniversário da ordenação episcopal de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto.

No dia 2 de Maio, às 21 horas, reune-se uma assembleia conjunta do clero e do laicado, na Sé Catedral, sob a presidência do prelado e às 23 haverá uma concelebração, com a assistência de todas as representações da diocese.

A comissão executiva central das comemorações pretende que aquele dia «seja uma oportunidade para afirmar a presença e a união de toda a Igreja diocesana em ambiente e atitude de corresponsabilidade».

VIAGEM DE ESTUDANTES

Um grupo de estudantes finalistas do Liceu António Nobre, com meios resultantes de iniciativas próprias e um subsídio oficial partiu, por via aérea, em viagem a Londres.

COIMBRA

TRINTA E CINCO MIL CONTOS PARA OBRAS

COIMBRA, 12 — Na sala de reuniões do Município reuniu-se o Conselho Municipal, sob a presidência do eng. Araújo Vieira, secretariado pelos vogais, srs. Aníbal Duarte de Almeida e António Francisco Ferreira.

Depois de algumas intervenções dos vogais, foram aprovados a Postura de Trânsito, a efectivação de um empréstimo de dez mil contos para as obras de acesso ao Instituto Industrial e Comercial e passagem superior da Arregaça e de outro, de vinte mil contos, para obras de abastecimento de águas, e ainda cinco mil contos para obras de saneamento.

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA

Realizaram-se as provas relativas à fase distrital da XI Taça Escolar Intrenacional da Prevenção Rodoviária, decorrendo a prova teórica na Escola Preparatória Silva Gaio e a prática nos terrenos do Estádio Universitário.

Perante numerosa assistência e com a presença dos drs. Vilarinho Raposo, director da referida Escola; major Simão Malcata, comandantes distrital da P. S. P. e dr. Mendes Silva, delegado distrital do Secretariado para a Juventude, os vinte e quatro concorrentes empenharam-se com entusiasmo na disputa das provas, cuja classificação foi a seguinte: 1.º, Joaquim da Cruz Vidal, da Escola Preparatória D. António de Menezes, Cantanhede; 2.º, Afonso Manuel Matos Cruz, Secção Liceal da Lousã; 3.º, Pedro Fernando Alves Macedo, Secção Liceal de Soure; 4.º, Paulo José Planas Meunieur, Liceu D. Duarte, Coimbra; 5.º, Fernando Mariano A. Baptista, Escola Técnica de Arganil; 6.º, Armando Carvalheiro Ferreira, Posto Telescola n.º 673 de Paião; 7.º, Joaquim José Ferreira dos Santos, Escola Comercial e Industrial de Soure; 8.º, Manuel Augusto de Carvalho, Escola Industrial e Comercial de Cantanhede; 9.º, Aníbal Morgado de Sousa, Escola Preparatória D. Maria II, Soure e 10.º, José António de Almeida Costa, Externato Fernão Mendes Pinto, de Montemor-o-Novo.

RETIRO PARA PROFESSORES

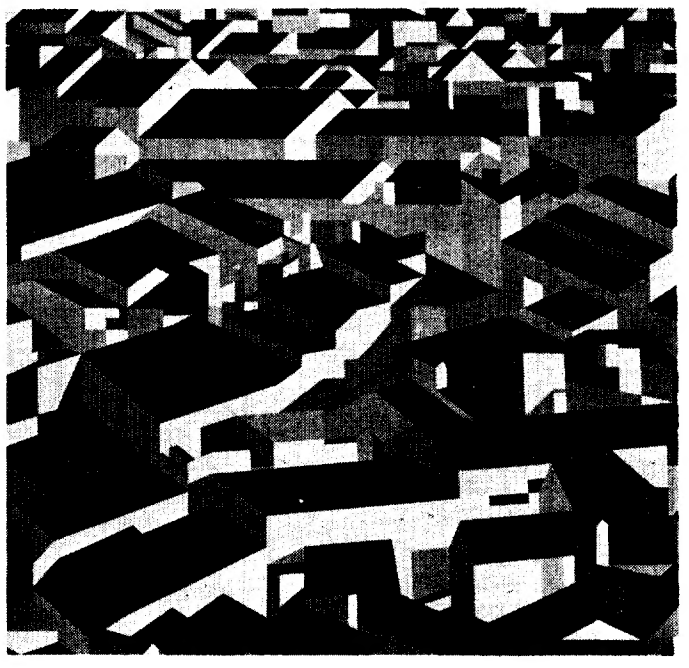
Na Casa dos Retiros de Santo António, aos Loios, terminou o Retiro Lecista para professores primários, de ambos os sexos, cerca de quarenta, que ali decorreu desde o dia 8, sob a orientação do rev. António Monteiro, superior principal da Ordem dos Capuchinhos.

Presidiu à sessão de encerramento o prelado da diocese, D. João Saraiva, após a qual celebrou missa e proferiu uma homilia na qual se referiu ao significado do retiro, que desde há anos, vem sendo organizado pela Liga Escolar Católica.

CORPO DOCENTE UNIVERSITÁRIO

O dr. Hugh Douglas Burrows foi contratado, por um ano, como equiparado a professor extraordinário da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Foi rescindido, a seu pedido, o contrato com o dr. José Miguel Jardim Olival Mendonça como assistente, além do quadro, da Faculdade de Medicina.



Maluda na Gulbenkian

Inaugura-se hoje, nas Galerias da Fundação Gulbenkian, a anunciada exposição de Maluda, a conhecida pintora moçambicana que granjeou notoriedade como retratista original e de subtis modulações plásticas e que reaparece agora com quadros totalmente diversos, de um geometrismo extremamente rico pela ambiguidade geradora de um mistério. Em todas essas telas redescobrimos Lisboa: o seu casario, os seus céus, os barcos, o rio, numa permanente metamorfose, numa firme e delicada reinvenção.

Análise das empresas

No prosseguimento dos cursos de «Marketing Management» promovidos pela Sociedade Portuguesa de marketing, inicia-se no dia 24 um ciclo sobre «Análise Quantitativa das Empresas», destinado à formação de dirigentes de empresas.

As inscrições podem ser enviadas à Sociedade Portuguesa de Marketing, telefone 774457.

PROVÍNCIA

BOMBEIROS DE LEIRIA

LEIRIA — A Corporação dos Bombeiros Voluntários de Leiria comemorou o 79.º aniversário da sua fundação com várias cerimónias, a que presidiu o presidente da Câmara Municipal e das quais se destaca uma romagem às campas dos bombeiros falecidos, missa e almoço de convívio.

AGENTES DE VIAGENS AMERICANOS

FARO, 13 — No âmbito da Convenção da «American Society Travel Agents», deslocou-se ao Algarve um grupo de oitenta agentes de viagens americanos, que durante quatro dias visitaram os complexos turísticos de maior interesse nesta província. Durante a visita, o grupo era acompanhado pelos srs. Mário Saraiva, da Repartição de Documentação e Propaganda da Direcção-Geral de Turismo, e António Trindade, dos Serviços de Relações Públicas dos T. A. P.

SEMANA SANTA EM OVAR

OVAR — Relizam-se nesta vila as tradicionais solenidades da Semana Santa, que terão o seguinte proprama:

. Na manhã de domingo, Festa de Ramos; na segunda-feira, às 9 horas, procissão do Senhor dos Enfermos, que sairá da Igreja Matriz; na quinta, às 17 horas, missa solene, sermão, lava-pés e Ceia do Senhor; às 22 horas, precedida do Sermão da Paixão, a procissão dos «Fogaréus»; na sexta-feira, às 7 e 30, sai da Matriz a Via Sacra, que percorrerá as ruas da vila: às 15 horas haverá a função litúrgica da Morte de Cristo e sermão; às 19 a procissão do Enterro do Senhor e outras solenidades; e no sábado Santo, às 22 horas, as cerimónias que terminarão com o início da missa da Ressurreição.

CORRIDA DE TOUROS

VILA FRANCA DE XIRA — Organizada pela Misericórdia e Hospital Civil locais, efectua-se no domingo, às 16 e 30, na Praça de Touros «Palha Blanco», a primeira corrida da temporada. Actuarão os cavaleiros David Ribeiro Teles e José Mestre Baptista e os matadores Mário Coelho e José Falcão, sendo lidados oito touros da ganadaria de Oliveiras, Irmãos. As pegas estão a cargo dos Forcados Amadores de Santarém, comandados por José Manuel Souto Barreiros.

COZINHA VELHA

QUELUZ — TELEFONE 95 02 32

Informamos os nossos Ex.mos Clientes que amanhã, sábado, dia 14, faremos o serviço habitual de Almoços, Chás e Jantares na «SALA DOURADA», em virtude da SALA «COZINHA VELHA» se encontrar reservada para um LANCHE DE CASAMENTO.

DOMINGO DE PÁSCOA

ALMOÇOS E JANTARES — EMENTA ESPECIAL

Para que os nossos habituais clientes não fiquuem privados de mesas neste dia, agradecemos que as reservas sejam feitas com a devida antecedência.

A DIRECÇÃO

SENSACIONAL ..!

A JOVICA comunica aos seus estimados clientes que vai inaugurar mais dois estabelecimentos em duas zonas das mais movimentadas de Lisboa, indo assim ao encontro das necessidades da sua numerosa clientela.

PORTANTO: JOVICA SEMPRE A PENSAR EM SI...

A ABRIR AMANHÃ:

RUA GOMES FREIRE, 9-B (Junto ao Campo de Santana)

A ABRIR BREVEMENTE:

ESTRADA DE BENFICA, 333-B

TELEVISORES . . . . desde 2.500$00

(Oferta de antena para os dois canais)

ESQUENTADORES . . . » 990$00

MÁQUINAS DE LAVAR » 4.500$00

ESTABELECIMENTOS DO GRUPO

JOVICA

LISBOA: Av. 5 de Outubro, 53-C — Telef. 47769-52970 ★ Av. Duque d'Ávila, 58 — Telef. 54892 ★ Largo de D. Estefânia, 12-D — Telef. 534536-48856

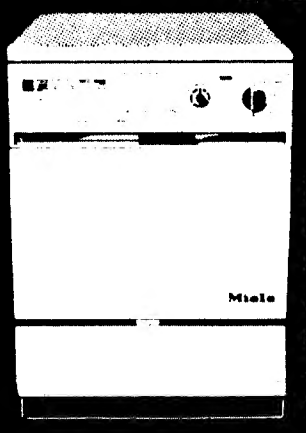
VENDA NOVA: Av. Câmara Pestana, 9-A ★ Rua Elias Garcia, 13-A — Tel. 975791

CASCAIS: Rua Padre Moisés da Silva, 1-C — Telef. 281395

ESCRITÓRIOS:

Rua Pascoal de Melo, 127-D, 1.º — LISBOA — Tel.: 563371-57172-535010-49406

Máquina de lavar louça G 500 de luxe



Só MIELE pôde ultrapassar-se a si própria com a sua máquina de lavar louça - - a mais vendida na Europa.

Miele

Agente oficial:

M. L. FERREIRA

RUA D. ESTEFÂNIA, 48-A

TELEFONE 5 89 58

LISBOA

TV — DL/ESPECTÁCULOS

NAQUELA "MENINA FEIA" AFINAL DE CONTAS, FOI TUDO, MUITO FEIO...

Por MÁRIO CASTRIM

És bem capaz de ser um daqueles telespectadores que apreciam o *teatro quando ele é bom*, um daqueles telespectadores que nunca puderam e souberam dizer as qualidades de um *teatro quando ele é bom*. Supõe-se, no entanto, que a expressão envolve um teatro ligeiro, que não faça pensar a gente, que simplesmente nos distraia, que nos faça rir, que nos entretenha um serão, que seja representado por bons actores. Certamente, leitor (se é que és dos tais, como estou a presumir) se te perguntassem qualquer coisa a respeito de livros também gostarias de umlivro quando é bom, ou coisa do género — um livro que distraísse, que, ao mentir sobre a realidade nos proporcionasse uma fuga da realidade. Quer dizer: concluirias em função do alimento mais ao teu alcance, mais proporcionado, mais facilitado.

Eu atrevia-me a pedir-te que pensasses um pouco neste assunto. Não te falarei da arte e do que ela representa para o homem no caminho do conhecimento de si próprio e do respeito de si próprio. «As Meninas», ou a «Guernica» ou a «Nona Sinfonia» ou um poema de José Gomes Ferreira ou o «Rei Édipo» — nada disso faz a Revolução que os homens não fizerem, não transformarão o mundo que os homens não transformarem: mas certamente ajudarão os homens nessa tarefa. A arte é a melhor prova de que o futuro existe.

Não te quero, porém, falar de arte pois me arriscava a cair na conversa de chacha, eu próprio sem saber bem o que dizer, tu sem saberes bem o que pensas.

Vamos agora esquecer que *a Menina feia* que te deram ontem em *Noite de Teatro* é uma peça de cordel, um subproduto teatral. Vamos esquecer o que a peça é ou não é, vamos mandar a estética às urtigas. Falemos de certas coisas relacionadas com a peça a que tu assististe porque admiras a Florbela — e não te dás conta do conjunto de cordelinhos, de truques fáceis do repertório de Florbela, ela é a menina fútil da escola, é a mulher da limpeza do «Domingo à Noite», é o cabelo assim, é os dentes assim. Faz aquelas coisas, diz daquela maneira, tu aprecias.

Bom. E o que tu riste! Não digas que não riste, eu bem ouvi as tuas gargalhadas. Se em lugar do Carlos Queirós lá estivesse o Henrique Santana ainda te rias mais, posso-te garantir.

Será que eu sou contra o riso? Pelo contrário, pá. Se tu soubesses o que eu me rio todas as noites! Sou um perdido.

SERIA O RISO DA TUA BOCA?

Repara que tu, leitor, acabaste por rir pelos que são do teu sangue, pelos que são da tua condição. Repara o mundo a quem a peça se dirige. Lá diz alguém que não quer saias no escritório: *sou o mais possível contra a presença de saias*. Depois, um burguesote pede por anúncio, dactilógrata com boa apresentação e percebe-se por quê, ele próprio o diz: *Seria para mim muito aborrecido estar para aqui sem fazer nada*.

A primeira dactilógrafa que responde vem dar razão às sugestões do anunciante e seus cúmplices. Declara logo que o ordenado não interessa... que o que interessa são as horas extraordinárias... Faz-se logo para o patrão, toda ela provocante produto posto à venda...

Tu riste. Mas riste porquê? És um tipo influente e poderoso, capaz de se aproveitar da pobreza alheia? Ou és dactilógrafa, ou tens filhas dactilógrafas que possam estar em condições semelhantes?

Poderia argumentar-se com o sentido crítico da situação. Que não existe. Tudo nos aparece como natural, como assim mesmo. A personagem representada por Madalena Soto diz por palavras todas: *Dactilógrafa não é pessoal*.

Diz isso e, perante o agressivo atiranço da empregada, declara: *Tenho de defender a dignidade da minha pobre filha*.

Os dados estão lançados. Eis aqui de que lado está a peça: há as filhas *deles*, que é preciso defender-se e há as *outras* as outras que se calhar és tu que me estás a ver, ou a tua filha.

No entanto, tu riste, minha parva! E riste com toda aquela história da menina feia que se desprezava — porque era feia. Que tivesse valor ou não tivesse, importava pouco. O valioso é que fosse bonita. Para quê — está mesmo a ver-se.

No entanto, tu que me lês és bem capaz de ser feia. Feia, irremediavelmente feia. Feia e tão capaz de amar e de lutar e de trabalhar e de ser feliz com um homem que descobrisse o que em ti há de beleza ou de grandeza. Feia, e não como a menina de ontem que tirou os ólicos, desfez o carrapito, encurtou as saias, pintalegrou-se e ficou (eu acho cainda ficou mais feia cá que era, mas gostos não se discutem) e ficou guapa e digna das atenções do Filipe.

Tu riste. Riste e não deste conta de como neste simples facto se explica o conceito funcional da mulher: uma pessoa que não se justifica por si mesmo mas pela porção de utilidade que nos pode dar, por aquilo que pode ser em relação a nós...

Tu riste, leitor. Não negues que ontem riste com as momices da Florbela, de Cerqueira e Companhia. Repara bem. Será que... será que não te riste de ti próprio?... Não será que riste o riso que não devia estar na tua boca?

O grito foi lançado: Se acontecer agora o que aconteceu em 1967, as consequências serão mais nefastas, mais terríveis, mais dramáticas.

Foi o arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles quem deu o sinal de alarme. A campainha reti-

Continua na pág. 19

Companhia de Seguros «A MUNDIAL»

ACTA N.º 3171

No dia três de Abril de 1973, reuniu o Conselho de Administração da Companhia de Seguros «A Mundial» sob a presidência do Ex.mo Senhor José da Silveira Machado, estando presentes os Administradores Senhores Dr. João António de Morais Leitão, António de Mello Champalimaud, Dr. Luís Mello Breyner Pereira, Filipe de Lima Mayer e Mário Carvalho Vinhas.

Conselho de Administração: — Sendo esta a primeira reunião do Conselho de Administração depois da Assembleia Geral, realizada em 30 de Março último, foi resolvido proceder à distribuição dos cargos de Presidente e Administrador-Delegado, pelo que, por unanimidade foram eleitos, respectivamente, os Administradores Senhores José da Silveira Machado e Dr. João António de Morais Leitão, com todos os poderes estatutários.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta que por todos vai ser subscrita.

José da Silveira Machado
Felipe da Lima Mayer
Antón'o de Mello Champalimaud
Mário Carvalho Vinhas
Dr. João António de Morais Leitão
Dr. Luís de Melo Breyner Pereira

DOMINGO DE RAMOS, 15 DE ABRIL DE 1973
ÀS 4 E MEIA DA TARDE
1.ª CORRIDA DA TEMPORADA
8 — T O I R O S — 8
O L I V E I R A S , I R M Ã O S

RIBEIRO TELLES | MESTRE BAPTISTA
MÁRIO COELHO | JOSÉ FALCÃO

FORCADOS AMADORES DE SANTARÉM

PREÇOS DESDE 50$00 — VENDA DE BILHETES — Em Vila Franca: Café Central e nas agências oficiais. Em Lisboa: na Agência ABEP, Praça dos Restauradores. Telf. 328823; e na Tabacaria Freitas, Rua 1.º de Dezembro

AVISO — OS TOIROS ENCONTRAM-SE EM EXPOSIÇÃO AO PÚBLICO NO DIA DA CORRIDA, NA PRAÇA DE TOIROS «PALHA BLANCO» das 11 às 12 h.

BANCO ESPÍRITO SANTO
E COMERCIAL DE LISBOA

DL/ESPECTÁCULOS

CINEMA NO MUNDO

JESUS D.. PLASTICO — O cineasta jugoslavo Alexandre Petrovic foi expulso da Academia Cinematográfica de Belgrado por ter dado a classificação máxima a um estudante cujo filme foi considerado insultuoso para o presidente Tito e um ataque ao sistema social do país — anuncia a agência noticiosa jugoslava.

A noticia declara que a medida contra Petrovic foi tomada depois de um escrutínio secreto efectuado entre o pessoal docente da academia.

Uma comissão de inquérito recomendou igualmente que outros quatro professores da academia fossem repreendidos por aconselharem o filme «Jesus De Plástico» do estudante Lazar Stojanovic que, segundo uma declaração do partido comunista, equaciona socialismo com fascismo, nega os valores morais fundamentais e não pode ser considerado uma obra de arte. O filme nunca foi exibido ao público.

Numa entrevista que concedeu EL 1969 ao Diário Londrino Times, Petrovic, que vive actualmente com a família na Suiça, declarou que nos seus filmes «mostrava como as pessoas vivem e não como o diz a propaganda oficial».

REVOLUÇÃO E «FAR-WEST» — Diz-se no Porto Rico que Pablo Casals vai transpor para o cinema a sua vida, entremeada com episódios da revolução russa e do «Far-West».

DEAN MARTIN CASA OUTRA VEZ — O actor de cinema e cantor Dean Martin, de 55 anos, está, segundo se diz, a recuperar excelentemente após ter sido operado a uma úlcera no estômago num estabelecimento hospitalar de Los Angeles onde tinha dado entrada na passada sexta-feira.

De acordo com um porta-voz do hospital Dean Martin deve ter amanhã alta.

O actor tem programado para 25 do corrente o seu casamento com Kathy Hawn, de 27 anos, numa cerimónia privada que se realizará na residência de Dean Martin em Bel Air.

Recentemente, Dean Martin divorciou-se de Jeanne Martin, que foi sua mulher durante mais de 20 anos.

O maestro José Aquino convidado para França

O maestro José Aquino, assistente da direcção do Coro Gulbenkian, encontra-se entre os professores convidados para leccionar o Curso Internacional de Interpretação de Música Barroca que decorrerá em Ascain (St. Jean-de-Luz), de 13 a 23 do corrente. José Aquino dirigirá a classe de Música Coral, em que serão estudadas as obras **Actus Tragicus** de J. S. Bach, **Gloria** de Vivaldi e **Stabat Mater** de Pergolesi.

O Curso compreende também classes de Orgão, Cravo, Flauta, Oboé, Viola de Gamba e Violoncelo, Canto, Direcção de Orquestra e Música de Câmara. Entre os restantes professores contam-se Marçal Cervera, Juliette Bize, Michael Kühn, Blandine Verlet, etc.. Dão igualmente a sua colaboração a este Curso o Deller Consort, o Coral San Jordi de Barcelona, e a Orquestra de Câmara da Rádio de Limoges.

SENSACIONAL REMODELAÇÃO

AMANHÃ

● ÀS 20.45 e 23 H. ●

ESTREIA DE 10 NÚMEROS NOVOS NO TEATRO MARIA VITÓRIA

Henrique Santana em «Um tordo no telhado»

Uma produção de: Giuseppe Bastos e Vasco Morgado

Na melhor REVISTA de sempre

Original de ANÍBAL NAZARÉ, JOÃO NOBRE, HENRIQUE SANTANA E HENRIQUE PARREIRÃO

CÁ VAMOS PAGANDO E RINDO

Música de: JOÃO NOBRE E CARLOS DIAS

GRUPO D 18 ANOS

UM SUCESSO AINDA MAIOR, com:

● SALVADOR ● IVONE SILVA ● BARROSO LOPES ● VÍTOR MENDES ● HELENA CARDINALI ● JÚLIO CÉSAR

A atracção nacional: ● CIDÁLIA MOREIRA

A atracção sul-americana ● VERA SANDERS

Pela primeira vez em revista ● HENRIQUE SANTANA

e a espectacular atracção mundial «O AVIÃO MALUCO»

Teatro para os portugueses radicados na Califórnia

«Farsa de Inês Pereira», de Gil Vicente, e «O Doido e a Morte», de Raul Brandão, são as peças de teatro que vão ser representadas durante os dois dias em que se celebra na universidade da Califórnia, em Santa Barbara, o «Dia das Comunidades Portuguesas» — a 12 e 13 de Maio.

Além das realizações culturais, a celebração do «Dia das Comunidades Portuguesas», que é uma iniciativa dos departamentos de língua portuguesa e espanhola da universidade da Califórnia, consta ainda de reuniões entre as comissões e as subcomissões organizadoras, com discussão de propostas e relatórios, relativos aos diferentes aspectos que mais interessam à comunidade luso-americana da Califórnia — principalmente nos campos do ensino e das relações sociais.

RODIN EM LISBOA

Setenta e sete esculturas em exposição

Um grande grupo de obras de Rodin, composto de 76 esculturas e 55 desenhos e aguarelas, está desde ontem à tarde em Lisboa e ao dispor de quem queira deslocar-se à Gulbenkian, na Praça de Espanha. Ao acto inaugural, estiveram presentes o Chefe de Estado, Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional, numerosas entidades e personalidades habitualmente frequentadoras destes acontecimentos.

A exposição foi organizada pelo Museu Rodin de Paris, em colaboração com a Fundação Gulbenkian, apoiados pelos Governos de França e Portugal. Na comissão organizadora encontram-se igualmente integrados membros da Associação Francesa de Acção Artística, tendo pertencido à senhora Cécile Goldscheider, conservadora-chefe do Museu Rodin, o trabalho de montagem deste grande certame. As obras apresentadas abrangem os principais períodos de trabalho de Rodin e provêm do Museu Rodin de Paris. Figuram ainda na exposição 5 desenhos e uma escultura do Museu Nacional de Arte Contemporânea, uma escultura do Museu Nacional de Arte Antiga e 6 do Museu Calouste Gulbenkian. Muitas das obras, como «Adão e Eva», «O Filho Pródigo», «As Três Sombras» e o grupo dos «Burgueses de Clais», por serem muito pesadas, vieram por estrada, tendo as outras viajado de avião.

Rodin nasceu em 1840 e morreu em 1917. A Gulbenkian ofereceu-lhe agora a sua galeria de exposições e abriu-lhe mesmo as portas do seu jardim. «É bonito» ver algumas esculturas entre as árvores e plantas do jardim. Depois, há obras de que toda a gente gosta e que fazem parte de uma «boa cultura»: estão lá «O Pensador» e o «Beijo». Se o leitor quiser «ver» mais do que aquilo que na nossa sociedade se convencionou chamar bonito e bom, pode admirar «Balzac», que é uma obra normalmente só elogiada pelos entendidos.

É pena que esta exposição, que estará patente até 10 de Maio na Gulbenkian, não seja montada também noutros pontos do País, de molde a poder ser vista e discutida fora do pequeno círculo formado por artistas e a burguesia lisboeta.

O AMOR EM PORTUGAL

«Eu não estou contra a encíclica porque sou católico e tenho de obedecer ao papa...», afirmou, já na fase de discussão, um dos participantes à mesa redonda organizada pela Liga Universitária Católica, ontem à noite, no Colégio das Escravas do Sagrado Coração de Jesus. O título (ou tema) da reunião era **«O Amor é a fonte da vida...»**

Tópicos da exposição do eng.º Dinis da Fonseca, principal interveniente da mesa redonda: 1.º) O valor antropológico dos tempos abertos e dos tempos fechados à procriação: 2.º) O direito, e, por vezes, o dever que o casal tem de garantir artificialmente, contra anomalias patológicas, a segurança dos tempos fechados à procriação; e 3.º) O conceito do teólogo Martelet que distingue a contracepção no sentido fisiológico da contracepção no sentido moral. Na mesa estavam ainda o padre dr. Manuel Antunes, professor da Faculdade de Letras de Lisboa e o ginecologista dr. José Dinis da Fonseca.

Na sua exposição, aquele engenheiro, autor de um livro com o mesmo título da mesa redonda, referiu-se em termos interpretativos à actual doutrina oficial da Igreja Católica sobre a contracepção, expressa na encíclica do papa Paulo VI, «Humanae Vitae».

Citaram-se posições contra ou a favor dessa doutrina, mas nenhum dos participantes a pôs em questão. **«O papa estava a falar inspirado pelo Espírito Santo»**, disse ainda o participante já referido. Tal como estava previsto no sumário da sessão, falou-se apenas do conhecido método contraceptivo denominado Ogino-Knaus, descoberto há cerca de meio século por dois ginecologistas japoneses.

Não foram sequer abordados outros métodos: a pílula, o aborto, etc. Presentes cerca de 50 pessoas: padres, médicos, freiras e alguns estudantes.

VÁ AO TEATRO!!!

VASCO MORGADO recomenda os seus espectáculos

TEATRO Tel. 32 60 17

VARIEDADES

36.ª SEMANA

Grupo C M/ 14 anos

com JOSÉ VIANA no protagonista

SUA EXCELÊNCIA O BENDURA

com

DORA LEAL (revelação da temporada 72-73), Henrique Viana, Luís Santos, Manuela Cassola, Maria Otília, Vítor de Sousa, Luís Pinhão, Cândido Mota, Carlos Rosa, Joaquim Miranda, António Semedo, Ana Le Mattre, Jorge Nascimento e a colaboração de MARIA PAULA

Todas as noites: 21.45 h.
3.ª feira, descanso da Companhia
Sábado: 2 sessões: 20.45 e 23 h.
Domingos: 16 e 21.45 h.

TEATRO Tel. 86 47 56

LAURA ALVES

RUA DA PALMA
AS 21.45

Grupo C M/ 14 anos

ELENCO
(por ordem de entrada em cena)
Costa Ferreira, Marília Gama, Amílcar Botica, Jacinto Ramos, José Carlos, M.ª Helena Mattos, Beatriz Vaz, Madalena Braga, Adelaide João, Leonor Poeira, Luís Mata, José Braz
2.ª feira, descanso da C.ª

TEATRO Tel. 32 74 93

CAPITÓLIO

16.ª SEMANA

Grupo D M/ 18 anos

Uma comédia inglesa com FLORBELA QUEIRÓS

No elenco: IRENE ISIDRO, Carlos Duarte, Jorge de Sousa Costa, Norberto de Sousa, Fernanda Franco, Mariano, Fátima Miranda e, pela primeira vez em comédia, OCTÁVIO DE MATOS

Todos as noites: 21.45 h.
4.ª feira: Descanso da C.ª
SÁBADOS, 2 SESSÕES: 20.45 e 23 H.
DOMINGO: «matinée» às 16 h.

DINHEIRO

Emprestam-se rapidamente em boas condições 100 a 2.500 contos sobre hipoteca de prédios, partes de prédios ou construção, moradias e quintas.

Trata
AGÊNCIA PREDIAL DA MADALENA
(Mediadora Autorizada)
Rua da Madalena, n.º 182-1.º Dt.º (A Santa Justa)
Telefs.: 86 75 46 - 87 24 18

TEATRO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ

TEATRO INFANTIL

UMA PRODUÇÃO DA METRUL

TEATRO DO ARCO DA VELHA APRESENTA

O SEGREDO DA ABELHA

(VERSÃO MUSICADA)

2 ACTOS DE RICARDO ALBERTY
MÚSICA DE ANDRADE SANTOS

AMANHÃ, ÀS 15.30 HORAS

MAIORES DE 4 ANOS

BILHETES DESDE 10$00

CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS: 50 % DE DESCONTO

DL/NACIONAL

Pedras Rubras afasta alguns milhares de turistas

PORTO, 13 — A impossibilidade de aterragem no aeroporto de Pedras Rubras de aviões DC-8 (longo curso) deu lugar ao cancelamento de um programa de excursões que envolvia alguns milhares de turistas norte-americanos, os quais se deslocariam ao Norte do País.

Num telegrama enviado por uma agência de viagens dos Estados Unidos da América, com sede em Nova Iorque — Etsia-Club Vacations Inc., ao industrial de hotelaria, Rui Gomes, de Ofir, o problema é posto da seguinte forma: «Lamentamos muito que os aviões da T.I.A. não possam aterrar, pelo segundo ano, no Porto. Estamos em mãos com uma revolução criada pelos membros do grupo que se juntaram e moveram contra nós uma acção judicial. Neste estado de coisas não temos outra hipótese senão o total cancelamento».

Entrámos em contacto telefónico com aquele industrial que nos informou que durante os meses de Abril e Maio viriam ao Norte do País cerca de mil americanos, os quais se instalariam no Hotel de Ofir. Utilizariam — acrescentou — um avião DC-8, com capacidade para 250 passageiros, chegando o primeiro grupo no dia 20. Dado, porém, que o aeroporto de Pedras Rubras não possui pista para aviões daquele tipo, os voos foram cancelados, o que equivale a dizer-se que aqueles turistas, ao fazerem dez mil dormidas, dariam entrada (só em dormidas evidentemente) a divisas no montante de dois mil e quinhentos contos.

É evidente a amargura do citado industrial que ainda nos adiantou não haver possibilidade de os turistas fazerem a viagem para Lisboa e daí seguirem para Ofir, uma vez que não estão para suportar, após uma voo entre Nova Iorque e Lisboa, uma viagem de autocarro, que demora em média 7 horas.

Isto porque no ano passado viveram a «odisseia» que, este ano, não querem voltar a experimentar...

Atribuição dos prémios D. Dinis

..Mantendo uma tradição já de nove anos, a Sociedade Central de Cervejas, que já distribuiu prémios a 595 estudantes, realizou hoje, na sua fábrica de Vialonga, uma reunião de dezenas de estudantes galardoados com o Prémio D. Dinis, instituído por aquela empresa, a favor dos alunos do ensino superior, médio e secundário, que mais se distinguiram nas suas escolas e cujos prémios, em número de 67, e no total de 103 mil escudos, já haviam sido distribuídos. Foram contemplados alunos das Faculdades de Medicina de Coimbra e de Lisboa e dos Institutos Superior Económico Social de Évora, Superior de Agronomia, Superior Técnico, e de Ciências Económicas e Financeiras, com o prémio de três mil escudos cada; dos Institutos Industriais e Comerciais e Liceus, com mil escudos cada e das Escolas do Magistério Primário localizadas em treze capitais de distrito com dois mil escudos.

..Às nove horas, feita a concentração dos estudantes contemplados, dirigiram-se para a fábrica de Vialonga, onde pelas dez horas foram recebidos pelo eng.º Paço de Arcos e Mário Franco. Os visitantes assistiram à passagem de um documentário feito quando da inauguração da fábrica e, depois, percorreram as instalações fabris.

..Seguiu-se uma sessão solene durante a qual foram entregues os diplomas aos galardoados, tendo usado da palavra Caetano Beirão da Veiga pela empresa, da qual é administrador, e dr. Manuel Tavares Emídio, director-geral do ensino secundário, em representação do ministro da Educação Nacional.

..A reunião que muito interessou aos alunos premiados, terminou com um almoço oferecido pela Sociedade Central de Cervejas.

Naturais de S. Brás de Alportel

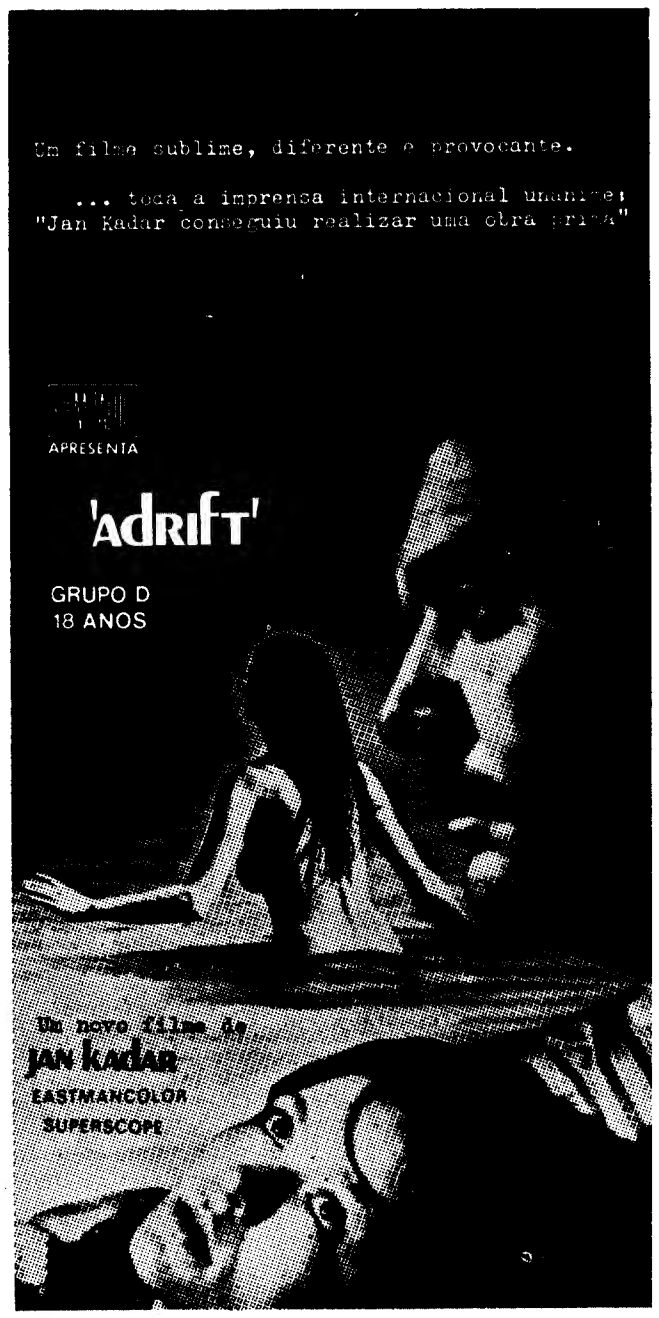
Os naturais de S. Brás de Alportel promovem mais uma vez o seu almoço de confraternização, que este ano decorrerá naquela vila, a 27 do corrente, com a participação de numerosas pessoas.

Durante a reunião será homenageado o comandante dos Bombeiros Voluntários de S. Brás de Alportel, Manuel Pires Rico, que se mantém à frente da corporação há quase cinquenta anos. Associam-se à homenagem, além das entidades oficiais do concelho, a Liga dos Bombeiros Portugueses e as Corporações dos Bombeiros do Algarve.

As inscrições para o almoço podem ser feitas na Casa do Algarve, em Lisboa, ou na União Desportiva, em S. Brás de Alportel.

Antigos alunos do Liceu Passos Manuel

Os alunos da turma A do curso de 1940/47, do Liceu Passos Manuel, reúnem-se esta noite, em Sintra, durante um jantar de confraternização, no qual estarão presentes também alguns antigos professores daquele estabelecimento de ensino, em virtude de se tratar do 25.º aniversário do curso.



MULHER À DERIVA

HOJE, ÀS 21.45

ESTREIA

estúdio

ESTE FILME DEVE SER VISTO DESDE O PRINCÍPIO.

esli

parques de estacionamento de lisboa s.a.r.l.

(concessionária da CML)

PARQUE DOS RESTAURADORES

Abertura ao público do Parque de Estacionamento dos Restauradores no dia 14, às 14 horas

TARIFA ESPECIAL ATÉ 30 DE ABRIL

2$50

Por cada hora ou fracção de hora

DL/GERAL

APROXIMAÇÃO NIPO-SOVIÉTICA

Continuação da pág. 3

uma séria advertência neste sentido. E portanto, um jogo muito difícil este que iniciou recentemente o primeiro-ministro Tanaka.

UMA POLÍTICA REPLETA DE INCÓGNITAS

Em Dezembro de 1972, durante uma conferência de imprensa, o embaixador soviético em Tóquio pediu publicamente que fossem ensaiados novos métodos para que as negociações russo-japonesas permitissem a conclusão de um tratado de paz entre os dois países, vivamente desejado pela U. R. S. S.

Em Janeiro do mesmo ano, o primeiro-ministro Tanaka «omitiu» a reivindicação territorial japonesa no discurso de abertura da Dietw (Parlamento). Há quinze anos que tal não acontecia. Pouco rempo depois, ao falar de novo no Parlamento, o primeiro-ministro exprimiu o desejo de fazer avançar as negociações de carácter económico apesar do diferendo territorial.

A reacção de Pequim foi imediata. Chou En-Lai fez chegar ao primeiro-ministro japonês, por intermédio de um seu colaborador íntimo, então em visita a Pequim, a garantia do inteiro apoio da China à legitima reivindicação do Japão sobre as ilhas Kouriles.

Entretanto, no fim de Fevereiro o sr. Tanaka dava um novo passo em direcção da U. R. S. S. exprimindo a Moscovo por intermédio do seu ministro dos Negócios Estrangeiros o desejo de se deslocar pessoalmente a Moscovo ainda no decorrer deste ano.

No dia 6 de Março, registam-se em Moscovo dois acontecimentos importantes: o embaixador do Japão entrega uma carta pessoal do primeiro-ministro Tanaka ao secretário-geral do partido comunista da União Soviética; Brejnev, por seu lado, recebe pessoalmente o embaixador numa entrevista calorosa de duas horas e meia. Até aí, Brejnev tinha-se escusado a receber o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros.

A reacção de Pequim não se faz tardar, e de modo vigoroso. A China torna pública, pela primeira vez, a sua oposição ao plano de desenvolvimento pelo Japão dos jazigos de petróleo de Tioumen, plano que compreeende a construção de um oleoduto até Makhodka, perto de Vladivostock.

Contudo, dois dias mais tarde, o ministro da Indústria japonês encontra-se com o embaixador Troyancvsky, e, a acreditar nas fontes de informação japonesa, garante o apoio do seu governo ao plano de desenvolvimento da Sibéria, e a concessão de elevados créditos por parte do Banco japonês de importação-exportação.

E é tudo, por agora, porque o assunto pode porporcionar ainda algumas surpresas. Na verdade, oscilando entre a China e a U. R. S. S., a posição do Japão não é nada confortável. E muito menos a do sr. Tanaka, dividido como está entre decepções na política interna e ziguezagues muito perigosos na política internacional.

ROBERT GUILLAIN

Murtosa não tem comissão recenseadora

..Ainda acerca de uma notícia que publicámos durante o período de recenseamento eleitoral, com o título «A Murtosa não tem Comissão Recenseadora», — e que originou uma carta esclarecimento do presidente da Câmara daquela vila recebemos outra carta assinada pelos protagonistas do caso. Eis o seu teor:

. «A notícia publicada pelo «Diário de Lisboa», em 17 de Fevereiro e que mereceu, da parte do sr. presidente da Câmara Municipal da Murtosa, uma carta inserida na edição de 23 de Março, impõe-nos alguns reparos. O cidadão em causa vem, com outros protagonistas, testemunhar a verdade do então noticiado:

. a) — Efectivamente à data de 21/2 poderia já existir a Comissão de Recenseamento Concelhia e as Comissões de cada Junta de Freguesia; porém, na data de 10 do mesmo mês foi o próprio sr. Presidente da Câmara a transmitir telefonicamente à funcionária superintendente na Secretaria, que «nada havia de concreto apesar de se ter pensado em nomes», antes da saída do secretário Vítor Rosa. Se já existia, porque não nos informou, através da funcionária, da sua constituição?

. b) — É bem verdade que os elementos da Junta de Freguesia não poderão estar ao dispôr do público a todas as horas; todavia, o próprio funcionário cativo (?? da Junta nada sabia acerca do recenseamento, o mesmo sucedendo com o seu Presidente que nos «informou» e reenviou para outro elemento da direcção, que nada nos adiantou. Podemos contudo fazer notar que a própria Comissão podia e devia marcar horário de funcionamento e dar disso a conveniente publicidade.

c) — Realmente, dois funcionários estranhos à Secretaria e até sobrepondo-se à responsável e negando a informação telefónica do sr. Presidente prontificaram-se a inscrever o cidadão, mas oralmente e dando como garantia a sua palavra de honra. O cidadão recusou, não por duvidar da idoneidade das pessoas, mas unicamente exigindo o que a lei lhe oferecia. Não era portanto o «carimbo» o responsável pela negativa, como o sr. Presidente alega.

d) — O supracitado é tanto mais verídico quanto o sr. Presidente da Junta nos procurou e se ofereceu para efectuar o recenseamento, o que de facto veio a suceder em lugar menos próprio (num café...) onde se fez a rubrica no duplicado, dirigindo-se o cidadão, ao funcionário cativo da Junta, que lhe sobrepôs o sêlo branco.

e) — Tudo isto demonstra e leva a concluir da veracidade da informação de 17 de Fevereiro e a importância dada pelos responsáveis a um acto indispensável para o consciente cumprimento do inestimável dever que é votar.

É dever de todo o cidadão lutar pela verdade dos factos e pela honestidade de posições. É o lema que nos orienta e a razão desta carta ao «D. L.».

a a a) **Sérgio Correia da Fonseca — José Manuel Fonseca — António da Silva Rendeiro**

Protecção à cortiça

..Por despacho do secretário de Estado da Agricultura, foi determinado que se estabeleça no ano corrente, para efeitos de aplicação de multas, a seguinte tabela dos valores da cortiça, por arroba, de harmonia com a legislação, incluindo a proteccionista do sobreiro:

..Cortiça virgem, 30$00; cortiça amadia e secundária, com idade legal e sem essa idade, 80$00.

Repartição de Finanças de Mafra

Foi elevada à 1.ª classe a Repartição de Finanças do Concelho de Mafra, ficando o seu quadro constituído por um secretário de Finanças de 1.ª classe, um de 2.ª classe e outro de 3.ª classe, dez aspirantes e cinco oficiais ou escriturários-dactilógrafos.

O actual chefe da Repartição será mantido na chefia até ao sexénio.

O ministro Rebelo de Sousa visita o distrito de Faro

FARO, 13 — Encontra-se desde o princípio da manhã no distrito de Faro, onde permanecerá dois dias, o ministro das Corporações e Previdência Social e do Trabalho e Previdência, dr. Baltazar Rebello de Souza.

Durante a manhã, o ministro esteve em Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, cujos estabelecimentos hospitalares visitou.

Depois de almoçar em Monte Gordo, partiu para Faro, onde passará o resto da tarde, com um programa de trabalho que inclui visitas ao local onde vai ser construído o novo hospital distrital, à Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, ao Centro de Saúde Mental, ao Serviço Nacional de Emprego, à delegação do I.N.T.P. e inaugurações da Escola de Enfermagem e do Centro de Saúde Distrital.

Amanhã, o ministro Rebello de Souza começará por se deslocar a Loulé, onde inaugurará um Centro de Saúde e visitará o hospital e o infantário. Lagos é o ponto seguinte do seu itinerário, para uma visita ao estabelecimento hospitalar local. Em seguida, irá a Vila do Bispo, para inaugurar o Centro de Saúde-Hospital, partindo daí para Albufeira, onde visitará o hospital e a colónia de férias.

Ao fim da tarde voltará a Faro, onde terá uma reunião privada com os dirigentes distritais da A.N.P., antes do regresso a Lisboa.

"Os lavradores de Cértima desinteressados da agricultura de grupo"

Em resposta à carta do presidente da Câmara Municipal de Águeda, sobre a notícia intitulada «Os lavradores de Cértima desinteressados da agricultura de grupo», recebemos do nosso correspondente naquela vila o seguinte esclarecimento:

. Em relação à resposta do sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda à local «Os Lavradores de Cértima desinteressados da agricultura de grupo», onde o mesmo afirma que a reunião de Barrô com técnicos dos serviços oficiais «visava exclusivamente o esclarecimento dos lavradores sobre associativismo» e estranha «a referência que se fez à existência de uma segunda reunião quando é certo que mais nenhuma houve», cabe-nos dizer o seguinte:

. 1 — Ninguém dúvida que essas reuniões dos técnicos oficiais com a população visam fins exclusivamente «esclarecedores», pugnando-se pela «adesão livre dos interessados e porque se pretende que esta seja consciente».

2 — Ninguém duvida que a reunião foi apenas informativa».

3 — Também se sabe que os técnicos presentes não manifestaram «qualquer ideia de querer resolver o falado caso de Cértima», pois que não era da sua competência e aquele caso (felizmente!) «encontra-se em fase de estudo por parte de um departamento especializado».

4 — A reunião tinha o alto propósito de esclarecer os lavradores sobre os problemas de associativismo (ao serviço de quem — perguntamos nós — e eles!).

..5 — Quanto ao não haver mais nenhuma reunião, está errado, uma vez que foi desde logo marcada (não pela Câmara Municipal) uma reunião de lavradores para alguns dias depois que, por motivos óbvios, não se efectuou, estando presentes apenas dois ou três elementos. Essa reunião visava (também) **esclarecimento** dos lavradores sobre as possibilidades da agricultura de grupo.

JORNADAS SOCIAIS E CORPORATIVAS EM BEJA

O secretário de Estado do Trabalho e Previdência preside esta noite, no Cine-Teatro Pax Julia, à sessão de encerramento das Jornadas Sociais e Corporativas do Distrito de Beja, que têm vindo a decorrer desde anteontem, por iniciativa dos organismos corporativos locais, com o patrocínio da delegação do I.N.T.P..

A sessão de hoje tem início às 21 e 30, com uma comunicação do delegado do I.N.T.P. seguindo-se a exposição do director da Estação Cerealífera e Agrária do Distrito de Beja, subordinada ao tema «A Casa do Povo, pólo centralizador do desenvolvimento comunitário rural».

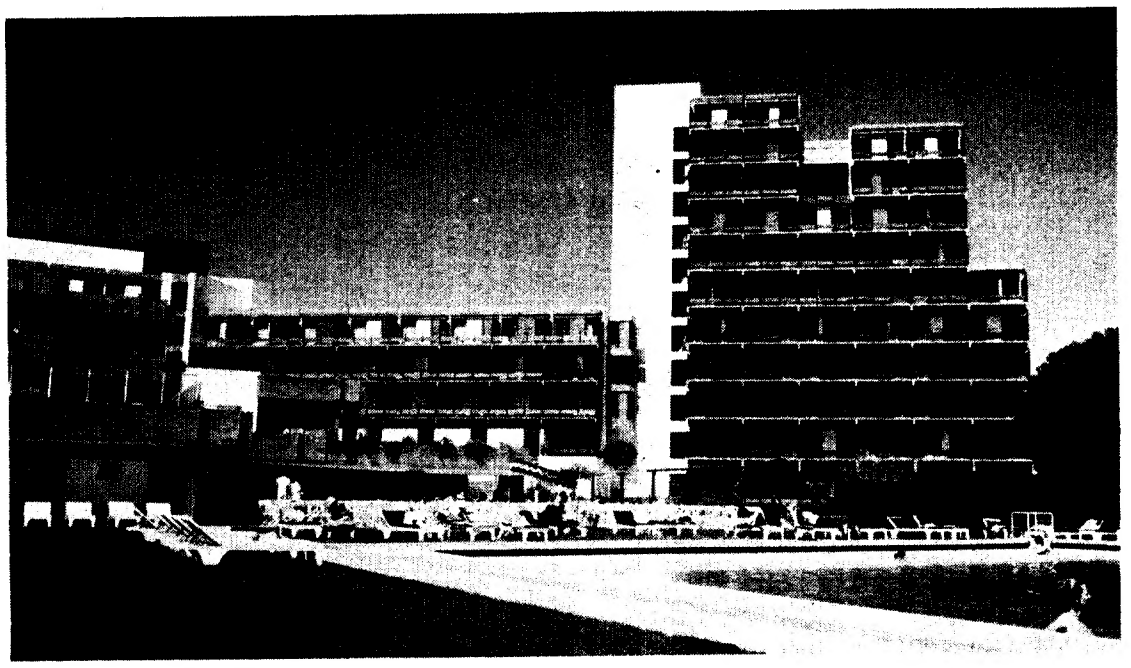
CONSTRUÇÕES NA ÁREA DE SINES

..Na delegação em Lisboa do Gabinete da Área de Sines proceder-se-á no dia 16 de Maio, às 10 horas, ao concurso público para execução da empreitada n.º 7/73 (execução de condutas para reforço do abastecimento de água àquela área; e no mesmo dia, às 15, ao concurso n.º 9/73 (construção de alojamentos colectivos no novo centro urbano, Santo André). Ambos os concursos são por séries de preços, com os preços base, respectivamente, de 6.300.000$00 e 31.000.000$00.

..Também no dia 18 daquele mês, no mesmo local e às 10 horas, haverá outro concurso público para adjudicação da empreitada n.º 10/73 (construção de dois reservatórios de 5000 metros cúbicos e um de 200 para reforço do abastecimento de água à referida área), igualmente por série de preços e o custo global da obra de 7.210.000$00.

CASA DA IMPRENSA

..O governador civil de Lisboa, dr. Afonso Marchueta, concedeu um subsídio no valor de 30 mil escudos, destinado à obra assistencial da Casa da Imprensa de Lisboa.



Hotel da Balaia

* * * * *

Algarve

Telefones 52681 - 5 linhas — ALBUFEIRA

ANUNCIA A ABERTURA DAS SUAS NOVAS INSTALAÇÕES

PROJECTO — Atelier Conceição Silva

DECORAÇÃO — Arq.to Carmo Valente

CONSTRUÇÕES TÉCNICAS, S. A. R. L.

PRAÇA DO MUNICÍPIO, 13 - 3.° — LISBOA

EMPREITEIRO GERAL

CONSTRUÇÃO CIVIL

Colaboraram :

INDÚSTRIAS TÉRMICAS NUNES CORREIA, SARL Rua do Alecrim, 29 — LISBOA	Ar condicionado «Carrier» Águas quentes e frias — Instalações sanitárias
COMPORTEL — COMPANHIA PORTUGUESA DE ELEVADORES, SARL MEM MARTINS	Ascensores — Monta-cargas
SOUSA BRAGA, MÓVEIS E DECORACÕES.SARL Rua Latino Coelho — VENDA NOVA — AMADORA	Mobiliário — Estofos Decorações
CERVAL, PATIAL — CERÂMICA VALE DO LOBO, LDA. Vale do Lobo — SABUGO	Pavimentos pré-esforçados
DYRUP — FÁBRICA DE TINTAS DE SACAVÉM SACAVÉM	Bondex — Tintas — Vernizes
JOSÉ VENÂNCIO FERREIRA Rua Nova do Calhariz, 13-A — LISBOA	Loiças sanitárias — Banheiras Tampos plásticos — Acessórios
METALÚRGICA PROGRESSO DE SACAVÉM, LDA. Estrada Nacional n.° 10 — SACAVÉM	Estruturas metálicas Serralharias
SADIFRIO — SOCIEDADE TÉCNICA DE INSTALAÇÕES FRIGORÍFICAS, LDA. Av. Luísa Todi — SETÚBAL	Câmaras Frigoríficas
FÁBRICA DE PORCELANA DA VISTA ALEGRE, LDA. Largo Barão de Quintela, 3-1.° — LISBOA 2	Louças — Vidros
ALBERTO PIMENTA MACHADO & FILHOS Rua de Paio Gaivão — GUIMARÃES	Cobertores Roupas brancas — Atoalhados
JOTOCAR — JOÃO TOMÁS CARDOSO, S.A.R.L. ROCHOSA — CANELAS — VILA NOVA DE GAIA	Camas (colchão e Somnier EPEDA)
TRISTÃO STUCKY, LDA. Calçada do Monte, 86-r/c-Esq.° — LISBOA 2	Toldos — Mobiliário de Jardim
EDMUNDO LISBOA PUJOL Av. António Augusto de Aguiar, 148-A/C — LISBOA 1	Mobiliário de Exterior Equipamento de Cozinha
DIVERSEY PORTUGAL, S.A.R.L. Alto da Bela Vista — Zona Industrial Pavilhão 5 — CACÉM	Artigos de Limpeza e Higiene
AFONSO DE PAIVA E PONA Av. D. Rodrigo da Cunha, 5-2.° E — LISBOA	Electricidade — Som Sinalização — Telefones
SMIDA — MANUFACTURA INDUSTRIAL DE MADEIRAS, SARL ÍLHAVO	Portas — Janelas — Varandas Roupeiros — Painéis de parede
A UNIÃO — ANTÓNIO DA SILVA DORES, LDA. Rua Luz Soriano, 23-A — LISBOA	Vidros — Espelhos
REDECOR — REVESTIMENTOS DE PROTECÇÃO E DECORAÇÃO, LDA. Poço de Boliqueime — ALGARVE	Pinturas Epoxys «Sital»
WALTER MARÇAL DE CASTRO Rua Ataíde de Oliveira, 54 — FARO	Pinturas e Envernizamentos
JOÃO RATADO PIMENTEL Rua Eduardo Pinto, 19 r/c. — CAMARATE	Ladrilhador — Azulejos e Tijoleira — Algarve
RENEL — EMPRESA NACIONAL DE ISOLAMENTOS, LDA. Rua Centro Cultural, 10-B — LISBOA	Isolamentos — Revestimentos
IPETEX — SOCIEDADE DE INDUSTRIAS PESADAS TÊXTEIS, SARL Rua Projectada à Gago Coutinho, 41-1.° — FARO	Alcatifas
SOPAL (Equipamento Hoteleiro) Rua Ivens, 56 - 3.° — LISBOA - 2	Louças — Vidros — Talheres Decoração
SPAL — Sociedade de Porcelanas de Alcobaça, Lda. PONTE DA TORRE — ALCOBAÇA	Louças
FÁBRICA DE CHAVES DO AREEIRO Praça do Areeiro, 9-A — LISBOA 1	Cofres
FR. ISSEL, LDA. Rua de S. Bento, 644-1.° — LISBOA 2	Equipamento de Cozinha
C.U.F. Têxteis - Lar Av. Infante Santo — LISBOA 3	Alcatifas

DL/GERAL

Abre amanhã às 14 horas o parque de estacionamento dos Restauradores

A partir de amanhã, às 14 horas, as ruas da cidade, e especialmente da BAIXA, poderão ver-se livres de 430 carros. Para os abrigar, há um parque de estacionamento sob a praça dos Restauradores, onde, até ao dia 30 de Abril, a tarifa de estacionamento é apenas de 2$50 por cada hora ou fracção. Só a partir de 1 de Maio entrará em funcionamento a taxa progressiva que talvez leve os automobilistas a pensar duas vezes antes de deixarem o seu veículo «indefinidamente» no subterrâneo...

E que, situada numa zona central, o parque dos Restauradores destina-se a estacionamentos curta duração, de modo a que possa ser utilizado pelo maior número possível de pessoas. Por outro lado, a adopção imediata da taxa única e reduzida de vinte e cinco tostões mais não é do que uma forma aliciante de proporcionar ao público um primeiro contacto com aquele serviço, durante o qual se criará o hábito, a necessidade (se é que não se faz sentir há muito tempo) e nascerão os clientes... Será, também, o período de «rodagem» dos empregados que, apesar do treino em Espanha, não estarão ainda suficientemente familiarizado com este tipo de trabalho...

Esta e outras particularidades foram explicadas aos representantes dos Orgãos de Informação durante uma visita efectuada ontem às instalações do local, que o administrador — delegado da empresa concessionária aproveitou para anunciar a sua próxima realização: o parque da Alameda D. Afonso Henriques, cuja construção deve iniciar-se no fim deste mês, prolongando-se por cerca de dez meses, e que comportará 530 carros, sobre os quais se praticarão taxas depressivas.

Mas o objecto da festa era o parque dos Restauradores, e o eng.º Fernando Monjardino foi dizendo, entre outras coisas, que a sua construção se efectuou dentro do prazo previsto, entre a paciência do público e a colaboração da Imprensa, lembrando, também, a cooperação dos serviços camarários. A obra iniciou-se em Junho de 1972 e ficou concluída em Março, o que «se pode considerar um tempo-recorde». Ocupa toda a área deixada livre pelo metropolitano e permite o estacionamento simultâneo de 430 veículos, distribuídos por dois pisos. No primeiro piso existe um posto de abastecimento de combustíveis, para serviço dos utentes do parque ou para o público em geral, que o poderá utilizar sem qualquer taxa especial. No segundo piso, será montada até ao fim do mês uma estação de serviço, para a realização de todos os serviços habituais e equipada com instalações de lavagem automática.

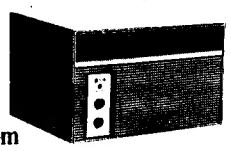
De resto, há tudo o que é necessário para garantir o funcionamento e a segurança, incluindo um sistema de ventilação e um sistema de detecção do (terrível) óxido de carbono e um grupo de emergência que permite o funcionamento daqueles sistemas caso falte a energia da cede geral.

Tudo o que ali está, pronto a ser utilizado, custou aproximadamente 39 mil contos, esperando a empresa concessionária começar a ter lucros dentro de 13 anos.

Não exagere!

Com Delchi afastar o calor é muito mais fácil

Basta ligar o interruptor e Você estará refrescado como se nunca tivesse ouvido falar em Verão. DELCHI é um prazer total. Terá PRIMAVERA permanente, com DELCHI em sua casa. A sua instalação poderá ser fixa ou portátil.



com DELCHI não há calor

Agradecemos nos enviem mais detalhes sobre os aparelhos de ar condicionado DELCHI.
Nome _____
Ramo de Negócio _____
Rua e Número _____
Localidade _____ Telef. _____

Envie este cupão para os representantes exclusivos: OLAVO CRUZ, LDA.
Departamento Industrial – Rua das Flores, 59 – Lisboa

Black Sabbath ao VIVO

CASCAIS

27 — 28 — ABRIL — 21,30 H.

BILHETES À VENDA

DISCOTECAS
- APOLO 70
- CASSETECA (ESPAÇO 3 P)
- COMPASSO
- MELODIA
- ROMA
- SINFONIA
- UNIVERSAL
- VALENTIM DE CARVALHO
- AI - FAI — CASCAIS

AGÊNCIAS
- CONVÉS (FONTES P. MELO) Tel. 556557
- ABEP (RESTAURADORES)

PORTO
- Revista MUNDO DA CANÇÃO (com transporte assegurado)

BILHETES DESDE 70$00

Artistas contratados por INTERARTES
GRUPO B — M/ 10 ANOS — VISADO PELA D. S. E.

AOS INDUSTRIAIS DE CONFECÇÕES

SALÃO INTERNACIONAL DA MODA MASCULINA (COLÓNIA)

de 24 a 26/8/73

É já em Agosto que se realiza a mais importante exposição de moda masculina do Mundo — o Salão Internacional de Colónia. Frequentado em 1972 por 28.500 comerciantes do sector, procedentes de 52 países, deverá o categorizado certame registar no corrente ano o maior de todos os seus êxitos — tanto no que se refere a expositores, como a visitantes. Percorrê-lo é ficar definitivamente informado sobre o curso da moda em 1974 — é ter desde logo a certeza de que se irá servir a contento a mais exigente das clientelas. Em todos os géneros. Quanto a todos os aspectos: modelos, cores, tecidos, desenhos... Participe, pois, com a sua firma na representação nacional que o Fundo de Fomento de Exportação promove com destino àquele Salão. As inscrições estão abertas até ao próximo dia 30. Contacte-nos quanto antes!

FUNDO DE FOMENTO DE EXPORTAÇÃO
Serviço de Feiras
Av. Duque de Loulé, 97 - 2.º — Telef. 56 17 43 / 4
LISBOA-1

AGÊNCIA DE LEILÕES "ANTIQUÁRIA"
de ANTÓNIO JOSÉ, LDA.

Av. 5 de Outubro, 15-1.º—Tel. PPC 562268/9-717959—Lisboa

BOM E INTERESSANTE LEILÃO

AMANHÃ SÁBADO E DOMINGO ÀS 15 E ÀS 21 HORAS

NA AVENIDA BARBOSA DU BOCAGE, N.º 62-R/C

Venda de todo o BONITO e BOM RECHEIO de bom mobiliário género antigo, nos estilos Império, D. João V, D. Maria, Renascença, armários de sala lacados c/ pinturas, ricos maples em conjuntos e separados de veludo c/ coxins, quadros a óleo contemporâneos, lustres de bonitos modelos em cristal, boas MOBÍLIAS DE SALA DE JANTAR IMPÉRIO RICO, quartos p.ª casal e pessoa, Luís XV, D. Maria e Império, boa mobília de escritório de torcidos e tremidos, conjunto c/ bonita cama de bilros, boas carpetes, escrevaninhas c/ bom trabalho e alçado, espelhos, mesas e credências de bonitos modelos, dourados e lacados, boas louças e cristais, roupeiros, boas bijouterias, bronzes trabalhados como: relógios e figuras, BOAS PRATAS, faqueiro, c/ 176 peças, salvas, fruteiros, paliteiros, caixinhas, candelabros e serviços de almoço, cómodas de salão Luís XIV e XV e Império e muito mais a descriminar amanhã neste e noutros jornais.

O AGENTE
ANTÓNIO JOSÉ

ASSEMBLEIA DIA A DIA

Armando Pereira da Silva

Com duas sessões no mesmo dia (e hoje repete-se o esquema) a Assembleia Nacional continuou, ontem, a apreciar dois temas inscritos na ordem do dia: a proposta de lei de terras do Ultramar, e diploma semelhante mas respeitante à reforma do sistema educativo. O primeiro, já na especialidade: que, de manhã, passado o impasse e ontem relatámos, a proposta foi votada até à Base XI. São vinte e oito ao todo. Quanto à reforma do ensino, que está a ser discutida na generalidade, ocupou a sessão da tarde, com intervenções dos deputados Duarte do Amaral, Custódia Lopes, Moura Ramos, José da Silva, Peres Claro e Alberto de Alarcão.

Todos os oradores deram o seu acordo à proposta do ministro Veiga Simão, embora alguns o tenham feito sob certas reservas. Estão neste caso o dr. Ruy Moura Ramos (sobretudo), Peres Claro e José da Silva, este em meras questões de pormenor. Duarte do Amaral apoiou incondicionalmente a proposta, Cuustódia Lopes também e Alberto de Alarcão quase não falou dela, ao gastar muitas páginas a ler relatórios de grupos de promoção rural cristã que defendem a preparação básica das populações para a cooperação.

Duarte do Amaral declarou mesmo: **«Quero afirmar que, a meu ver, a reforma tem o duplo mérito de ser ambiciosa e global: ambiciosa, porque a sua meta é estender e elevar, pelo ensino alargado e intensivo primeiro, e depois pela constante actualização dos conhecimentos, a cultura e a técnica dos portugueses; global, pois evita o costumado fracasso da falta de tempo dos legisladores, que, começando por alterar um dos ramos do ensino, são a breve trecho substituídos por outros já com ideias diferentes, que vão logo modificar o estabelecido, sem tempo para reestruturar os outros ramos de tão frondosa árvore; é a teia de Penélope...»**

Apoio chegou também do deputado José da Silva. Referindo-se ao período de discussão que antecedeu a apresentação da proposta, disse o deputado portuense: **«Surgiram aplausos e críticas (já nos vamos habituando a criticar e a ser criticados — o que me parece extremamente salutar). Em algumas das críticas feitas manifestou-se, quanto ao ensino superior, a preocupação de que a reforma prevista afectava a Universidade «como escola de formação de elites e como cidadela do progresso cultural e científico» por não resolver ou poder até intensificar o processo de degradação e secundarização do ensino universitário resultante do assédio das massas. Pode, porém, acontecer que as medidas que uns consideram mais negativas ou perigosas sejam para outros as mais positivas ou prometedoras. Tudo depende, às vezes, da divergência das concepções de homem e de sociedade que servem, de modelo ou de valor de referência às respectivas apreciações.»** O dr. José da Silva negou, indirectamente, o valor absoluto das elites, dizendo, até, que estas, em Portugal, nunca sequer chegaram a formar um partido político. Quando muito, formaram directórios. E, analisando a proposta, nos seus vários aspectos, viu nela o apontar claro **«de uma sociedade democrática».**

Sugestão que, aliás, preocupou deveras o deputado Moura Ramos, de Leiria, o mais virulento dos «ortodoxos». Criticou severamente a proposta de lei, dizendo aqui e ali que o ensino tem de basear-se na opção dos «grandes valores nacionais», na «moral cristã» e na trilogia «Deus, Pátria, Família». Levantou grandes reservas ao termo «democratização do ensino» por ver nele possíveis nuances políticas. Defendeu o prof. Braga da Cruz na sua polémica sobre a reforma e protestou contra qualquer tentativa de educação sexual nas escolas. **«Isso pertence à família».** Defendeu o ensino eficaz da disciplina de religião e moral: **«Que garantias são dadas para que não venhamos, inovadoramente, a aderir a todos os modernismos cedendo à tentação de imitar os processos educativos de alguns países em que o amor livre constitui prática corrente, a pornografia atingiu os últimos extremos e a imoralidade é levada ao ponto de se legalizar o aborto e as práticas sodomitas?»** — perguntou, para logo prevenir: **«E que não faltam por aí, mesmo aninchados no próprio Ministério da Educação Nacional, doutrinadores do ensino e corifeus de certas ideologias mais ou menos disfarçadas, para quem a exploração do filão da sexualidade representa ponto importante em matéria educacional.»** O deputado, que não foi muito apoiado pela Câmara, considerou também a **«massificação da Universidade como uma das causas principais da sua crise»**, pediu uma selecção rígida no acesso ao ensino superior e aprovou a proposta com as reservas contidas nas posições da Câmara Corporativa e da Comissão de Educação.

Também o deputado Peres Claro pôs algumas reservas, sobretudo no que diz respeito à unificação do ensino secundário, considerando ser defensável prever uma adaptação do ensino às condições regionais em que for ministrado. No fundo, defendia a continuação do ensino técnico, sobretudo nos territórios ultramarinos.

Antes da ordem do dia, em qualquer das sessões, mais agradecimentos ao Governo, pela voz dos deputados Coelho Jordão, Dias das Neves, Amilcar Mesquita, Peres Claro e Ribeiro Veloso. Castro Salazar pediu médicos para os serviços civis dos territórios ultramarinos mais carecidos.

Cinema amador de Coimbra

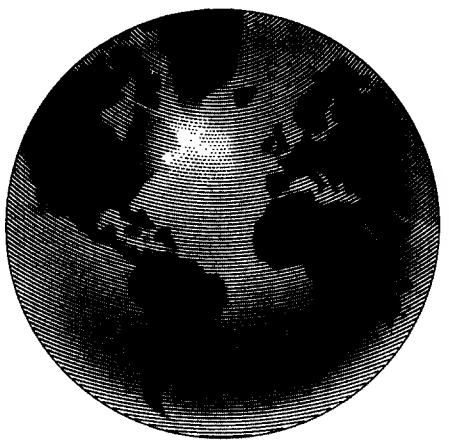
Na última reunião do Clube de Cineastas Amadores de Coimbra foram abordados dois pontos importantes relacionados com o fomento do cinema amador. Em primeiro lugar citou-se o valioso prémio conquistado em Montpellier pelo filme «Tourada de Gala» do dr. Santos Andrade, depois foi apresentado um documentário sobre o Carnaval de Ovar, de Maria José das Neves que se revelou como uma obra de vincado sentimento cinematográfico.

Em ÁGUEDA o «DIÁRIO DE LISBOA» vende-se na Agência Conde, Rua Vasco da Gama, 12.

COMUNICADO

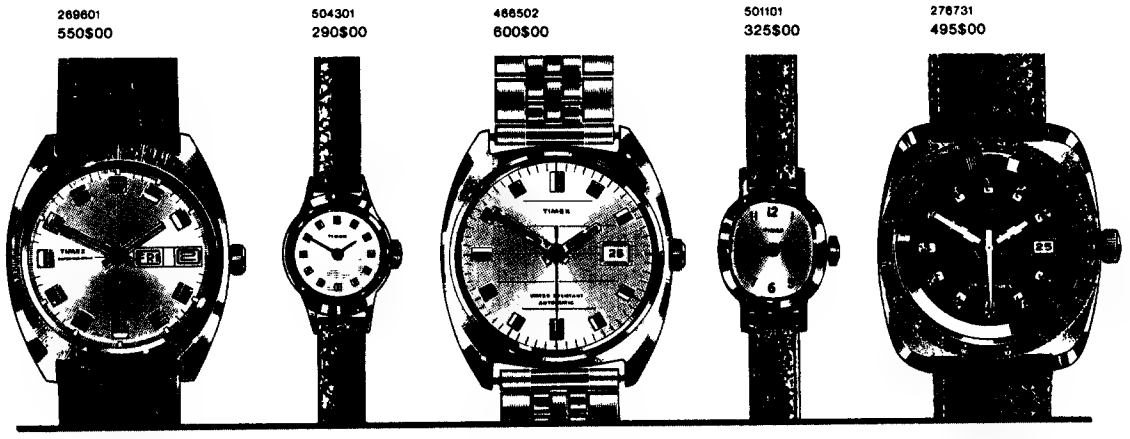
CARLOS VIEGAS, ex-empregado de uma firma de electrodomésticos, tem o grato prazer de informar os seus clientes e amigos que se estabeleceu e que a partir de amanhã os aguarda no seu estabelecimento, na Rua Gomes Freire, 9-B – Telefone 49406.

Apresentamos o único lugar onde se vendem os relógios Timex.



No mundo inteiro. Garantidamente.

Sim, esse é o lugar onde milhões de pessoas usam Timex, confiam em Timex. Esse é o lugar onde a vasta gama Timex–mecânicos, subaquáticos, automáticos, com e sem calendário–com os seus preços sensacionais, desde 245$00 até 690$00, e a sua garantia contra todos os riscos por um ano inteiro, satisfaz o bom gosto de todos e de cada um. Esse é o lugar onde a famosa linha Timex Electric lhe oferece relógios para homem, para senhora e subaquáticos, a preços desde 710$00 até 1.190$00.
No mundo inteiro.
N. B.–Após o período de garantia, a assistência é prestada pela Timex a preços tabelados.



TIMEX®

em todo o mundo
há mais pessoas a comprar Timex
que qualquer outro relógio.

LEO BURNETT

DL/NACIONAL

ORA DIGA-NOS:

Sabe quem foi Picasso?

A morte de Picasso, o mais discutido e o mais influente pintor do século XX, foi amplamente noticiada na Imprensa nacional. Isso seria uma razão forte para que as pessoas tivessem, pelo menos, uma ideia do que representava aquele nome na panorâmica artística internacional. Simplesmente, tal não sucede como é fácil verificar. A distanciação das massas populares em relação a conhecimentos que transcendem o seu dia-a-dia é uma constante determinada, não só pela analfabetização, que ainda se faz sentir, mas também pela solução de problemas imediatos, como seja assegurar o sustento de todos os dias, pagar a renda da casa, comprar novas peças de vestuário, em resumo, fazer com que um salário, que por vezes não chega para quinze dias, aguente as despesas mensais.

Deste modo, não causará estranheza que as pessoas não saibam quem foi Picasso. De estranhar seria se não se preocupassem com a alta do custo de vida.

Aproveitámos um indivíduo que aparentava passear pela Avenida da Liberdade, gozando o sol de Abril.

— **Sei que faleceu agora e que foi um grande pintor, mas estou pouco dentro desse assunto.**

— **Não vale a pena dizer o nome porque não estou dentro do assunto.** E foi-se embora.

Pasta na mão, andar apressado, Duarte Saraiva, desenhador de publicidade, dirigia-se para o emprego.

— **Sei sim. Até porque a minha actividade de pintor amador — durante muitos anos entrei em exposições — me faz interessar pelo assunto. Tenho lido alguns livros sobre a pintura de Picasso e tenho visto bastantes trabalhos dele, principalmente em Paris. Para mim,**

— Não vale a pena dizer o nome porque não estou dentro do assunto

Duarte Saraiva: «... **quanto a mim, só dois ou três nomes da pintura universal se poderão comparar a Picasso**

Picasso foi um homem que durante toda a sua vida de pintura percorreu mais rapidamente as experiências do que toda a pintura universal. Só a História da Arte poderá dizer até que ponto foi um ultra-génio e, quanto a mim, só dois ou três nomes da pintura universal se poderão comparar a Picasso.

Maria Filomena Mendes, médica, estava um pouco apressada, mas mesmo assim deu a sua opinião:

— **Sei que era um pintor espanhol, que viveu a maior parte do tempo em França e era uma das principais figuras da pintura.**

Em relação à notícia da morte não tinha ficado muito admirada.

— **Tinha muita idade — 91 anos — portanto era natural que falecesse.**

Guilherme de Sousa, empregado camarário da limpeza, o peso dos anos a fazer-se sentir. Quando lhe fizemos a pergunta, outras preocupações afloravam o seu espírito.

— **Isso do Picasso tem alguma coisa a ver com o aumento dos ordenados?**

Explicámos quem tinha sido e que falecera recentemente.

— **Ah! Os meus filhos sabem disso e já falaram em casa. Eu gostaria de poder falar, mas só sei fazer a minha assinatura.**

Maria Filomena Mendes: «... **uma das principais figuras da pintura**»

Guilherme de Sousa: **Isso do Picasso tem alguma coisa a ver com o aumento dos ordenados?**

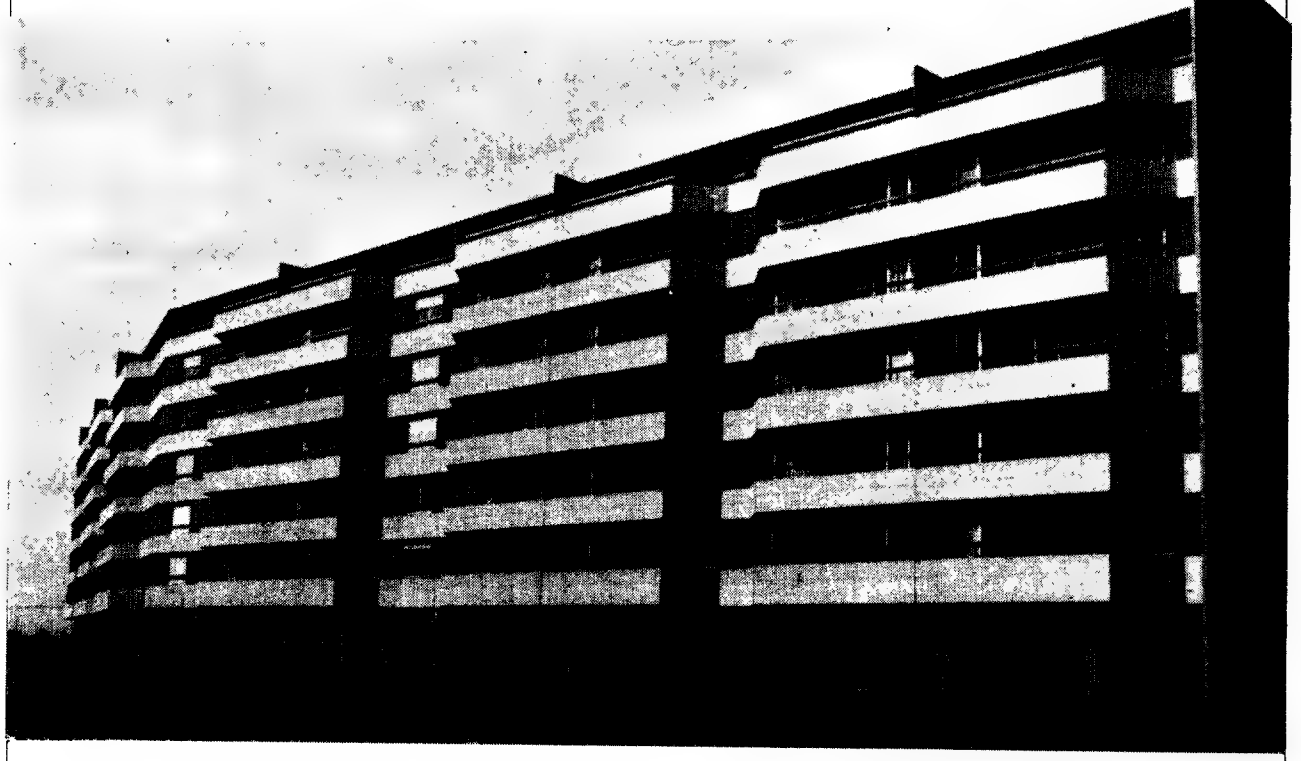
João Antunes: **Não sei. Leio pouco os jornais...**

Por último interrogámos João Antunes, canalizador:

— **Não sei. Leio pouco os jornais e só tenho a terceira classe.**

Picasso desconhecido, ou melhor, conhecido por uma minoria que não vive só do pão, forma diferente de ser desconhecido.

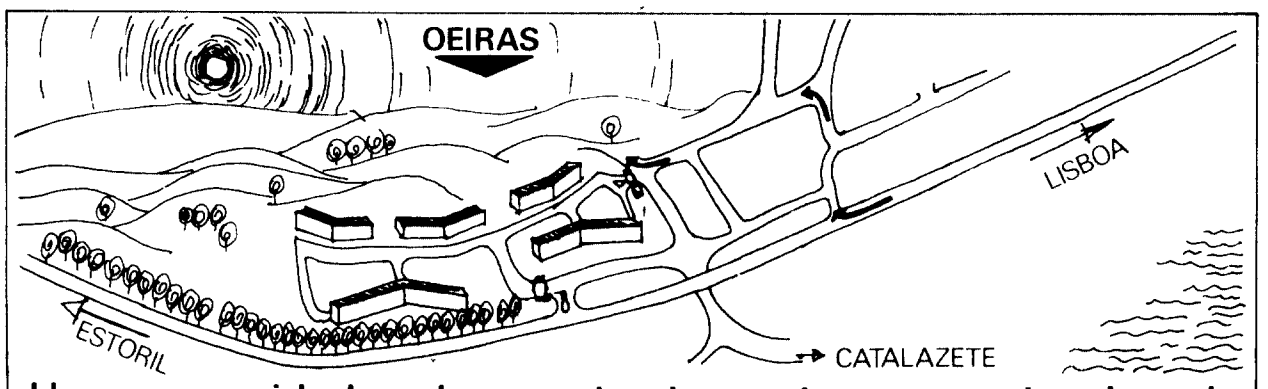
Se sonha viver como alguns já vivem!



O silêncio repousante.
O ar puro.
A liberdade do grande horizonte.
O espaço habitacional mais valioso entre todos.
A técnica sueca ao serviço da construção moderna.

Esperamos por si, hoje mesmo!

ALTO DA BARRA



Uma comunidade urbana-privada-autónoma e seleccionada

MERCATOR S.A.R.L. - OEIRAS - TEL. 2433590

Conservação das instalações industriais

. . .Inicia-se no dia 16, na Ordem dos Engenheiros, Secção Regional do Porto, um curso sobre Organização e Gestão da Conservação das Instalações Industriais, promovido pela Coprai - Comissão de Produtividade da Associação Industrial Portuguesa e que terá a duração de 35 horas.

Do programa constam, nomeadamente, os seguintes temas: responsabilidade de conservação nas empresas industriais; organização e estruturas; métodos de conservação; princípios básicos de gestão; análise de factores que afectam a rentabilidade; a contabilidade da conservação; exercícios práticos; conclusões e trocas de informações.

Quaisquer informações sobre o curso podem ser solicitadas pelo telefone 641771.

Reunião sobre turismo

. As direcções do Enit e da Alitália promovem no dia 18, às 19 horas, em Faro, um encontro com os agentes de viagens e jornalistas do Algarve, durante o qual serão tratados vários assuntos relacionados com o intercâmbio turístico entre Portugal e a Itália. Durante a reunião serão projectados, uma curta-metragem sobre a Alitália e o filme «De Costa a Costa», do Enit, premiado com o «Sol de Bronze» no último festival do Filme Turístico. Finalmente haverá um jantar num restaurante da Quinta do Lago.

Missão comercial ao Líbano

Parte amanhã para o Líbano, onde permanecerá até 22, uma missão comercial promovida pelo Fundo de Fomento de Exportação e constituída por 29 industriais portugueses, que naquele país estabelecerão contactos directos com importadores libaneses e de todo o Médio Oriente.

2.ª SEMANA

A esgotar desde a estreia em Lisboa e Porto

continuaram a chamar-me Trinitá

TERENCE HILL * BUD SPENCER

AVIS POLITEAMA ROMA

GRUPO B • 10 ANOS

FILMES OCIDENTE

estúdio 444

a mais poderosa obra prima de

JOHN HUSTON

CIDADE VISCOSA

2.ª SEMANA

STACY KEACH
JEFF BRIDGES
SUSAN TYRRELL

COLUMBIA & WARNER

GRUPO D • 18 ANOS

CINEMA CASTIL

GRUPO B • 10 ANOS

ÚLTIMAS SEMANAS

11.ª SEMANA

«Que Se Passa Doutor?»

(What's Up Doc?)

Barbra Streisand
Ryan O'Neal

Uma produção Peter Bogdanovich

PANAVISION
TECHNICOLOR

COLUMBIA & WARNER

IMPERIO

EDEN

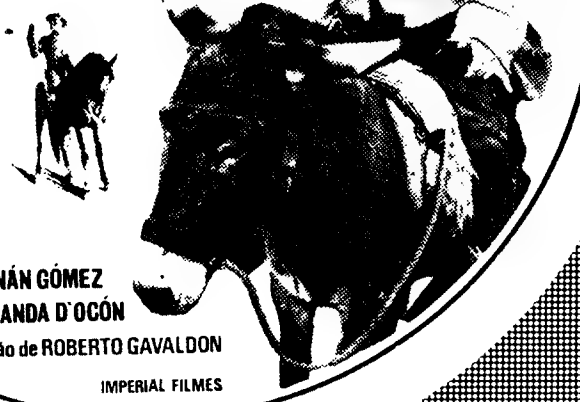
GRUPO C • 14 ANOS

O GRANDE FILME DA PÁSCOA!

CANTINFLAS em DOM QUIXOTE

CAVALGA DE NOVO

2.ª SEMANA



PANAVISION-COLOR

FERNANDO FERNÁN GÓMEZ
MARIA FERNANDA D'OCÓN

realização de ROBERTO GAVALDON

IMPERIAL FILMES

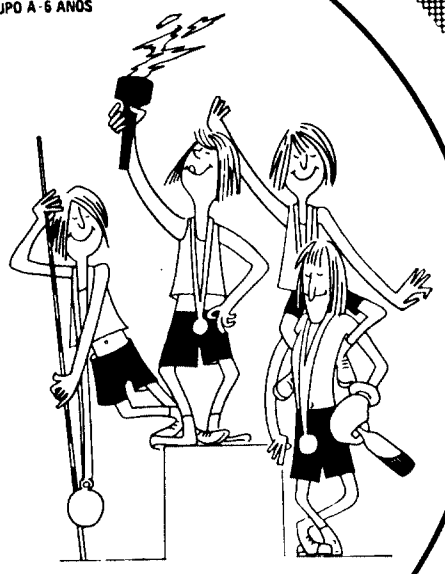
ALVALADE

GRUPO A - 6 ANOS

2.ª SEMANA

uma comédia louca!

LES CHARLOTS em OS MALUCOS DO ESTÁDIO



EASTMANCOLOR

MONUMENTAL

GRUPO D • 18 ANOS

3.ª SEMANA

CHARLES BRONSON
LINO VENTURA

O CASO VALACHI

TECHNICOLOR

um filme de TERENCE YOUNG

MUNDIAL FILMES

O CASO DA HERANÇA SOMMER

Decorreu ontem a 405.ª sessão do importante pleito.

A sala de audiências apresentou uma das maiores enchentes. O interesse pelo caso entre os homens do foro, era visível com a assistência de numerosas e conhecidas figuras da advocacia portuguesa.

Entre os advogados presentes comentava-se e admirava-se a coragem do dr. Palma Carlos, ao pronunciar na véspera um discurso qu em muitos aspectos pode considerar-se histórico.

As alegações desassombradas que ontem produziu o dr. Palma Carlos não defraudaram o interesse dos que se deslocaram ao 1.º Juízo Criminal para o escutar. Notava-se, era realmente visível, a emoção e tensão com que foram ouvidas as suas palavras, sendo apenas interrompido por duas intervenções do presidente do tribunal, estabelecendo-se, então, como já acontecera no dia anterior, diálogo entre juiz e advogado, que adiante relataremos.

Começou o advogado:

Exmo. sr. corregedor presidente, Exmos. srs. juízes adjuntos: no estudo a que eu vinha procedendo, dos vícios que enfermaram e viciaram a instrução preparatória dos processos instaurados por Carlos Champalimaud contra seu irmão António, permiti-me ontem chamar a atenção para as condições em que o sr. dr. José Francisco Viegas passou a deter sozinho, mais do que a tarefa pericial a que fora chamado: passou a deter o próprio comando, de facto, dos processos.

Relembrei como o dr. Viegas fora incumbido primeiro de proceder a um exame pericial sobre a situação patrimonial de Henrique Champalimaud, num processo-crime que este instaurara contra as testemunhas que haviam sido inquiridas num processo de arresto contra ele justificado.

O parecer do dr. Viegas elaborado em sete afanosos meses de trabalho, desde Junho de 1961 a Janeiro de 1962, serviu também ali de base para a indicação dos arguidos de prejurio neste processo.

Os nomes de todos eles são de V. Exas. conhecidos: eng. Manuel Joaquim Barros de Leite, D. José Luís de Sousa Coutinho, Augusto Borges, Sérgio Natividade de Alves, Franco Sommer de Andrade Saldanha de Bandeira, José Cruz Silva e António da Silva Jorge.

Somente o que eu ontem não disse é que recebida a acusação fundamentalmente com base nas conclusões periciais do sr. dr. José Francisco Viegas, os arguidos nesse processo viriam todos a ser absolvidos quer no julgamento da 1.ª instância quer nos recursos interpostos sucessivamente por Henrique Champalimaud para o Tribunal da Relação e para o Supremo Tribunal de Justiça.

Entretanto, no que é pertinente a estes processos contra António Champalimaud, fora o sr. dr. Viegas nomeado para acompanhar o administrador de falências, sr. Fernando dos Santos, na efectivação do exame pericial ordenado no processo conhecido por «Processo Transfomal». Ali, porém, o dr. José Francisco Viegas não realizou nenhum trabalho juntamente com esse perito.

Só iniciou a sua actividade pericial, e só ele, ele só, quando como perito único foi designado pelo sr. dr. Lopes de Melo para efectivar a perícia no «Processo da 9.ª Emissão».

Lembrei também ontem a V. Exas. que, após essa nomeação no «Processo da 9.ª Emissão», nomeação efectivada a requerimento de Carlos Champalimaud, e através dum pedido formulado ao agente do Ministério Público junto do 4.º Juízo Criminal viu-se o sr. dr. Viegas autorizado a proceder a exame pericial conjuntamente com o ordenado no «Processo da 9.ª Emissão», para averiguar os factos mandados periciar no «Processo Herança».

Retratei de seguida e por fim, a influência que passou então o sr. dr. Viegas a exercer no próprio comando da investigação propriamente dita, promovendo e efectivando diligências, apreendendo quantidades incontáveis de escrita, e recebendo, graciosamente, oferecida por Carlos Champalimaud, a escrita da Sociedade Sommer, na véspera exactamente do dia em que o mesmo Carlos Champalimaud perdeu a qualidade de gerente dessa Sociedade.

Estávamos nós em 1962 e alguns anos iam decorrer, com escrita apreendida e já com apreensão legalizada no tocante à Empreza de Cimentos de Leiria, e à Sociedade Sommer e C.ª Ld.ª, e apreendida mas não legalizada no que respeitava à Transfomal e no que respeitava à escrita da Companhia de Cimentos de Moçambique.

Temos nos autos um ofício de fls. 1398, dirigido pela gerência da Transfomal ao sr. dr. José Francisco Viegas, do qual se vê que os livros tinham sido pedidos, pessoal e verbalmente, ao gerente da Transfomal, sr. dr. José António da Costa, pelo sr. dr. Viegas por um período de 24 horas; decorridos, entretanto, mais de 2 anos à data dessa carta, a sua devolução ainda não tinha sido operada.

A devolução dos documentos era particularmente pedida — tal como particularmente tinha sido solicitada a sua entrega — mas a restituição passou a ser negada com o fundamento de que o processo a que a entrega interessara estava já afecto ao 1.º Juízo Criminal, e só neste Juízo, consequentemente, a restituição podia ser pedida, e só por este Juízo podia ser ordenada.

Nessa situação chegou-se a 1965, data da imiscuição do sr. procurador geral da República interino, sr. dr. Manso Preto, na marcha normal e regular dos processos, nos termos que já descrevi na última sessão de julgamento.

O processo Transfomal, contra António Champalimaud, fora o único que não seguira, em Agosto de 1965, fora o único que não seguira ainda para a Polícia Judiciária, em consequência de, a essa data, de Agosto de 1965, estar pendente de um recurso no Supremo Tribunal de Justiça.

No Supremo Tribunal de Justiça, o processo teve um andamento curioso.

CLARO DESACATAMENTO

Eu vou explicitar esse andamento para que se perceba como também nesse processo Transfomal se verificou um nítido e claro desacatamento, por parte do sr. inspector Manuel Fernandes, de um despacho do Ministério Público que então exercia funções junto deste 1.º Juízo Criminal de Lisboa.

Aconteceu, na verdade, que, o Tribunal Arbitral a que presidia o sr. conselheiro Trigo de Negreiros, ao qual estava afecta a decisão de uma acção ordinária movida pela Sociedade Transfomal contra a Sociedade Sommer, nesse processo havia sido ordenado o exame à escrita da Transfomal e a alguns elementos da escrita da Companhia de Moçambique, para averiguação da matéria de facto discutida nesse processo.

Os elementos de escrita sobre que o exame deveria recair encontravam-se todos em poder do sr. dr. José Francisco Viegas. Faziam parte, exactamente, daqueles que particularmente ele havia solicitado a entrega e cuja entrega lhe havia sido particularmente feita.

Dizia eu pois que como os peritos nomeados e ajuramentados, não tivessem podido efectivar a diligência, «por terem sido informados de que a escrita respeitante ao período em que devia incidir o exame (eu estou a transcrever o contexto do próprio ofício do presidente do Tribunal Arbitral) se encontrava em poder do dr. José Francisco Viegas, administrador de falências, especialmente adstrito ao serviço da Polícia Judiciária», o Tribunal Arbitral solicitou do Exmo. director da Polícia Judiciária o envio dos referidos livros e documentos, no caso de se encontrarem à sua ordem, ou informação relativa à situação em que, sob o aspecto legal, eles se encontrassem.

O Exmo. director da Polícia Judiciária informou o Tribunal Arbitral que tais documentos «só materialmente se encontravam nos compartimentos da Polícia Judiciária, pois de direito estão os mesmos à ordem e disposição dos Exmos. magistrados do 1.º Juízo Criminal, únicos que podem decidir do seu destino a título precário ou definitivo».

A informação recebida da Polícia Judiciária determinou que o Tribunal Arbitral solicitasse do 1.º Juízo Criminal de Lisboa, que caso os livros e documentos da Transfomal e da Companhia de Cimentos de Moçambique, à guarda da Polícia Judiciária, mas à ordem deste Juízo, não fossem necessários à instrução de qualquer processo, se ordenasse a sua restituição aos interessados, tanto mais que, segundo se depreendia da informação prestada pelo sr. dr. José Francisco Viegas, «os livros e documentos não estavam apreendidos», ou então que se ordenasse a sua transferência para o Tribunal Arbitral, alvitrando-se ainda que, poderiam os documentos ser confiados ao sr. dr. Silva Passos, administrador de falência e perito nomeado pelo próprio Tribunal Arbitral.

O respectivo processo estava, a essa altura, pendente de um recurso no Supremo Tribunal de Justiça.

Quando baixou, em 7/10/1965 — logo o Dist.º Magistrado **Sr. dr. Costa Saraiva,** por despacho de 11/10/1965, **logo ordenou a restituição imediata aos interessados dos livros de escrituração comercial**, referidos no ofício do presidente do Tribunal Arbitral mediante termo de entrega, mandando ao mesmo tempo que se oficiasse a dar-lhe comunicação do seu despacho.

O que é certo é que, de surpresa o **Inspector especial já então nomeado, o sr. dr. Manuel Fernandes, em 21 de Outubro de 1965 comunica ao Ex.º Juíz Ajudante junto do 1.º Juízo Criminal de Lisboa, que a escrituração comercial e mais documentação pertencente à Transfomal e à Companhia de Cimentos de Moçambique, cuja restituição tinha sido mandada operar, «havia sido apreendida»,** por ter lavrado no outro processo — Processo N.º 4104/1964, — e acrescentava apreendida em face do ofício de V. Exª que informava irem os mesmos elementos ser restituídos àquela Sociedade.

Este processo n.º 4104/1964 era um processo crime instaurado na P.J. em 27 de Fevereiro desse ano por participação de António Champalimaud contra o dr. José Francisco Viegas. Nada tinha que ver com o processo em curso contra António Champalimaud, nem com a escrita da Transfomal.

Mas serviu de pretexto, a pendência desse processo contra o dr. José Francisco Viegas, para frustrar, e não dar cumprimento, ao despacho do Ministério Público, a ordenar a restituição da escrita!

A DESOBEDIÊNCIA DO DR. MANUEL FERNANDES

Desobedeceu assim, manifestamente, o sr. dr. Manuel Fernandes, à ordem do magistrado do Ministério Público junto deste 1º juízo Criminal; e do alto da importância que lhe havia sido conferida com a sua nomeação para inspector especial, nem sequer o escondia, — porque, generosamente, acrescentava em seguida, «esta Polícia, qualquer outro Tribunal poderá ordenar o exame desta documentação em gabinete próprio posto à disposição dos peritos para esse efeito nomeados».

Mas como foi efectivamente possível, e processada essa desobediência?

Não deixa de ter interesse relatar-se e compreender-se essa coisa perfeitamente absurda, e mais uma vez ilegal! Como é que a pendência do processo instaurado por António Champalimaud contra o dr. José Francisco Viegas pode ser pretexto para deixar de dar acatamento à ordem de restituição da escrita e documentação comercial da Transfomal e da Companhia de Cimentos de Moçambique que, sem qualquer apreensão formal, se encontrava nos gabinetes do Dr. Viegas na Polícia Judiciária, e cuja restituição era recusada, por se dizer que a ela não podia haver lugar, uma vez que o processo estava afecto ao 1.º Juízo Criminal?

O sr. dr. Costa Saraiva, repito, por seu despacho de 11 de Outubro de 1965, ordenara a restituição das escritas às suas proprietárias.

Porém, quando a comunicação chegou à Polícia Judiciária, em vez de lhe ser dado acatamento, o sr. Inspector tinha a seu cargo o processo contra o dr. Viegas — nem sequer era a esse tempo o dr. Manuel Fernandes — e não posso dizer que era quem orientava o processo, já que do exame desse processo resulta à saciedade que quem o orientava era o próprio arguido, que era o próprio dr. Viegas — o sr. Inspector desse processo que profere o seguinte despacho:

«Por se tornar necessária à investigação em curso, proceda-se à apreensão da escrita da Sociedade Transportes e Materiais de Fomento de Construção Lda. (Transfomal) — com sede no Largo do Conde Barão em Lisboa, e da escrita da Companhia de Cimentos de Moçambique, nos termos do art.º 102.º do Código de Processo Penal. Essas escritas encontram-se nesta Polícia à ordem do 1.º Juízo Criminal.»

—Lisboa, 21/10/1965.

Assinado: A. Aragão Seia.

A apreensão, mediante auto, foi efectivada no mesmo dia 21 de Outubro, no próprio edifício da Polícia Judiciária e gabinete do perito contabilista, onde foram o Inspector do processo dr. Aragão Seia, com o agente a quem o caso coubera, sr. José João Cardoso de Oliveira.

O auto é um modelo de ilegalidade, pois nem sequer os livros e documentos das escritas apreendidas nele são especificadas.

OS LIVROS APREENDIDOS FICARAM NA POSSE DO ARGUIDO

E a apreensão foi nitidamente simbólica, porque os livros ficaram exactamente onde estavam, e não tendo sido nomeado nenhum depositário, continuaram consequentemente à guarda do sr. dr. José Francisco Viegas, que já antes os guardava, e que era, neste processo, o próprio arguido.

No processo n.º 4.104/64 não se vê que tivesse sido comunicada nenhuma indicação da apreensão a este 1.º Juízo Criminal, ignorou-se totalmente a autoridade e responsabilidade deste 1.º Juízo Criminal.

Passou em seguida o dr. Palma Carlos a analisar a forma como foi conduzida a instrução preparatória deste processo instaurado contra o perito da Polícia Judiciária, dr. José Francisco Viegas, verificando-se então, a primeira intervenção do presidente do Tribunal, manifestando ao advogado o desejo de que ele não trouxesse a lume esse outro processo que não estava agora em causa.

Estabeleceu-se, então, entre ambos o seguinte diálogo:

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL E O ADVOGADO DIALOGAM

Dr. P. Carlos — Sr. Corregedor, V. Exª calar-me-á quando bem quiser. Somente eu entendo que esta escalpelização de factos que estou a fazer em relação a todo o processo na sua fase instrutória e quero fazer **de todo** o julgamento, é absolutamente imprescindível para que o Tribunal possa ter uma compreensão perfeita do valor das provas produzidas em todo o processo e no julgamento.

Sem, efectivamente, estas questões, que V. Exª considerará marginais, mas que me parece de imprescindível interesse para perceber bem a ambiencia que dominou toda esta instrução, que eu classifiquei de ordem persecutoria, sem isso o tribunal não poderá fazer uma justa avaliação da prova.

E por isto que eu estou efectivamente a ocupar o tempo de V. Exª com isto que a V. Exª parece marginal.

PRESIDENTE — Se V. Exª quer informar o tribunal dessas matérias, pois o público não terá disso conhecimento mas o tribunal tem-no à saciedade através de variadíssimos requerimentos que o réu António Champalimaud trouxe ao Tribunal, apresentando esses e muitíssimos outros factos; o tribunal tem-no evidentemente presente. Evidentemente que isto não quer impedir, de maneira nenhuma, V. Exª de usar da palavra como entender. V. Exª é o supremo árbitro daquilo que deve dizer do réu da maneira como apresenta a defesa.

O tribunal nem de longe nem de perto quer de alguma maneira insinuar uma ideia de desviá-lo do plano que traçou.

Nada disso. Simplesmente como, pois, o tribunal, tem como é evidente, interesse em concluir este julgamento e naturalmente,

DR: PALMA CARLOS E a defesa está a estorvá-lo...

PRESIDENTE — Esta conclusão dependeria daquela matéria fulcral e importante que se refere propriamente aos elementos da pronúncia, da acusação e da contestação, que a verificar-se ou não se verificarem causarão ou não causarão porventura uma determinada decisão, pois na realidade anseia por que V. Exª

DR. PALMA CARLOS — Perdoe-me e permita-me V. Exª que lhe diga, com a mesma afectuosidade com que se me está a dirigir.

Efectivamente eu não posso renunciar a dizer o pouco mais que tenho a dizer sobre esta matéria. Só por imposição solene de V. Exª.

PRESIDENTE — Ao contrário, nunca foi isso o meu hábito. Eu tive sempre por norma e por denominador comum o trabalhar com todo e qualquer advogado nas melhores relações profissionais e pessoais. O sr. dr. sabe que a generalidade dos advogados e não sei se existe mesmo uma única excepção, entra no meu gabinete e pede, quando pede, licença para entrar, porque alguns não o fazem, tal a convicção que eles têm de que entram com a mesma liberdade com que o fazem no seu gabinete.

Eu recordo-me de advogados que entram no meu gabinete que fumam dos meus cigarros...

DR. P. CARLOS Quantos eu já fumei, sr. Corregedor...

PRESIDENTE — O tribunal está ansioso na realidade é claro, o tribunal tem presente a alegação do Exmº Magistrado Adjunto do Procurador da República, dos Srs. advogados, claro está ansioso por ouvir nesses aspectos, aquilo que V. Exª irá dizer.

DR. PALMA CARLOS — Eu vou já dizer...

PRESIDENTE — Muito obrigado sr. dr. Palma Carlos.

Prosseguiu então o dr. Palma Carlos, referindo-se ainda ao processo instaurado contra o perito da Polícia Judiciária:

«Este processo durara cinco anos mais cerca de cinco meses E depois de levar tanto tempo na sua intrução, chegou ao 9.º Juízo Correccional de Lisboa e logo foi reenviado para a Polícia Judiciária pelo respectivo delegado, por se considerar deficientemente realizada.

António Champalimaud acabou por abster-se de deduzir acusação — ponderando que assim procedia — em face de um despacho entretanto proferido neste processo, por V. Exª, que mandara que os processos pendentes contra António Champalimaud aguardassem a conclusão do processo contra o dr. Viegas, e como ía já então mais de um ano decorrido sobre a pronúncia provisória, só a abstenção de acusar viria a permitir o aceleramento do julgamento neste 1º Juízo Criminal.

Quando tive o prazer de ser interrompido por V. Exª, dizia eu que efectivamente o sr. Inspector Manuel Fernandes tinha sugerido, no relatório final com que culminara a instrução do processo contra o dr. Viegas na Polícia Judiciária, com o pedido de condenação de António Champalimaud em multa como litigante de má fé, em multa como denunciador calunioso.

Esse assunto foi conhecido no tribunal da Relação e ali se consignou não haverem nos autos elementos que demonstrassem que António Champalimaud «ao fazer a denuncia contra o perito dr. José Francisco Viegas, lhe imputasse factos que então soubesse não serem verdadeiros», isentando-o de qualquer multa e ponderando sobre o relatório do dr. Viegas, o seguinte:

«Atente-se na forma por vezes confusa do relatório do exame elaborado pelo dr. Viegas que para bom entendimento, necessitou de várias explicações do réu autor, nomeadamente quanto a algumas conclusões nele formuladas, nem sempre isentas de crítica quanto ao modo como determinados factos são interpretados».

Mais adiante:

O INSPECTOR MANUEL FERNANDES

Mas é exactamente durante as investigações do dr. Viegas que o inspector especial dr. Manuel Fernandes assume as suas funções, e começa a ouvir António Champalimaud em 25/10/1966.

Actividade febril a sua. Desde essa data e até 25/1/67, **no processo Transfomal,** são lavrados 21 autos com intervenção de António Champalimaud, de declarações uns, de acareações outros.

Em 8/5/67, o inspector Manuel Fernandes — que para representar a Sociedade assistente sugerira e propusera, não o advogado da própria sociedade mas o advogado de Carlos Champalimaud, manda notificar este para requerer o que tivesse por conveniente.

Este ponderou que devia o processo da Transfomal ser apensado aos outros, requerendo por isso que a sua remessa a Juízo ficasse diferida para posterior momento, acompanhando os restantes processos em que igualmente era arguido António Champalimaud (requerimento de fls. 1846).

A «APENSAÇÃO» DOS PROCESSOS

Nessa altura, talvez porque Carlos Champalimaud aproveitasse a ocasião para testemu

O CASO DA HERANÇA SOMMER

nhar nesse momento a sua gratidão à Polícia Judiciária que o mesmo é dizer, **no caso concreto, ao sr. dr. José Francisco Viegas, ao sr. inspector especialmente nomeado, dr. Manuel Fernandes, e ao director daquela Polícia,** que viria a consentir na ilegal incorporação dos processos — gratidão expressa nos termos que V.Ex.as podem ler a fls. 1846.

«E aproveita-se o ensejo para testemunhar gratamente à Polícia Judiciária o inquebrantável esforço dispensado à clarificação e à descoberta da verdade num processo onde a inteligência de uns (o arguido e seus coadjutores) e a ignorância de outros (os ofendidos) semearam dificuldades de remoção difícil, e só possível pela devotada abnegação que a Polícia Judiciária entendeu, e bem, generosamente dedicar-lhe».

A pretensão de Carlos Champalimaud viria a ser deferida; e para tanto, e por isso, o processo com a instrução já finda

o processo Transfomal ficou parado desde 27-5-1967 até 18-6-1968 — durante mais de um ano a aguardar o despacho do sr. procurador geral da República interino dessa data, de 18-6-1968, transcrito no ofício de fls. 1849

«Concordo com a sugerida apensação dos processos em causa, de harmonia com a lei do processo. I.x. 18-6-68

(a) Manso Preto». (fls. 1849)

O tempo é então aproveitado pelo sr. inspector Manuel Fernandes para se ocupar do **«processo Herança»** — que se arrastava há meses e meses sem praticamente outras diligências instrutórias que não as de apreensão de mais documentação por parte do dr. Viegas e a junção de documentos que Carlos Champalimaud promovia.

O RELATÓRIO DO PERITO ESTAVA PRONTO, MAS NÃO ESTAVA CONCLUÍDO

Em 31-10-1967, o dr. Viegas comunica ter pronto o seu relatório (V.Ex.as vêem esta informação a fls. 7120), mas comunica ter pronto o relatório nas seguintes estranhas condições:

«Fazendo a entrega dele mas apenas para já poder ser consultado pelo sr. inspector, visto não estar ainda totalmente concluído.»

Na realidade, só num espírito como o do perito dr. Viegas poderiam conciliar-se duas realidades opostas: ter o relatório pronto, mas não estar totalmente concluído.

Mas «o conhecimento do relatório» do dr. Viegas permitiu ao sr. dr. Manuel Fernandes começar a ouvir António Champalimaud, interrogando-o como se vê dos autos em 6, 8, 9, 10, 28 e 29 de Novembro de 1967, em 5 de Fevereiro de 1968 e em 12 e 18 de Março, também de 1968 (autos de fls. 7822, 7824, 7828, 7831, 7851, 7862, 7870, 7879 e 7882).

A condução do interrogatório por parte do sr. inspector especialmente nomeado estava, na verdade, a ser conduzida de tal forma, **que bem fez António Champalimaud em assumir finalmente,** no último auto de declarações — o de 18-3-68, a fls. 7882 dos autos — bem fez ele em assumir a posição que, se desde o momento inicial tivesse assumido, talvez tivesse evitado a sua inqualificável pronúncia e os vexames a que através do presente julgamento o pretenderam arrastar.

Segundo se vê desse auto, a única resposta que então produziu foi a de que **«neste momento e neste local, nada tem a responder»,** explicitando tão somente, que o exame à escrita e a maneira como lhe era feito o interrogatório demonstravam propósitos que o levavam a lembrar que tinha obrigações de trabalho para com o seu País, que o impediam de, identificando-se com os referidos propósitos, estar ali a perder o seu tempo.

Foi essa mesma razão que o determinou, depois da sua saída do País, a insuflar em outros locais e junto de outros povos, as energias e forças construtivas que já o haviam conduzido a levantar aqui, em Portugal, a obra industrial que mereceu de tantas testemunhas qualificadas, os largos encómios que V.Ex.as escutaram.

POUCA SORTE..

O senhor inspector, face àquela resposta de António Champalimaud — que atrás referi — deu por findas as suas averiguações, produzindo de seguida, sem outras diligências que não apenas as de e em consequência de denúncia dos manos Carlos, Henrique e Maria Ana, a mandar solicitar à PIDE a interdição de saída do País de António Champalimaud, com a expressa indicação de que ele possuía um barco e um avião que ele poderia vir a utilizar — e produziu então, no curto espaço de 98 dias o seu relatório final de fls. 7898 — peça que só por si e independentemente das mais más provas que prestou no concurso para juiz de Direito, viria a justificar a sua reprovação.

Essa peça culminou com a sua ilegalíssima decisão de fazer a remessa do respectivo processo — não ao 4.º Juízo Criminal, de onde a Polícia Judiciária o havia recebido para completar a instrução, mas a este 1.º Juízo Criminal, a que V. Ex.ª já então presidia e aonde o processo, como já demonstrei ou procurei demonstrar na última sessão, nunca teria vindo normalmente a parar, se se houvessem observado as regras do processo penal, que ao caso cabiam.

Dado o que durante as audiências se passou, dado o que comigo mesmo ocorreu, poderá dizer-se: **pouca sorte a de V.Ex.ª e pouca sorte a minha.**

Caberá entretanto chamar ainda a atenção de V.Ex.as para esta circunstância pericial de que não se alhearia certamente nenhum perito, que fosse encarregado de fazer um exame pericial, ao relatório do dr. Viegas: da informação lavrada a fls. 6617 dos autos, pelo sr. chefe de brigada Valente, o relatório estava pronto desde 31 de Outubro de 1967.

Foi despachado pelo sr. inspector Manuel Fernandes, no processo da 9.ª emissão, que o relatório apresentado ficasse à disposição dos dois processos em que o exame foi ordenado (despacho de fls. 6617 e 6618).

Entretanto, o relatório, acha-se datado apenas, e sem indicação do dia, de Julho de 1968.

Este, sim, é um verdadeiro caso «omnipresença relatório» — em contraste com a «omnipresença das acções», incompreensível expressão tão querida do sr. dr. Viegas, e que com tanto nos deleitou, quer no contacto com o do seu relatório, quer no decurso deste julgamento.

Mas não posso terminar ainda a demonstração daquela proposição que ontem formulei no sentido de que António Champalimaud foi efectivamente vítima de uma instrução preparatória persecutória sem a qual nunca poderia, neste processo, ter sido deduzida querela nem António Champalimaud poderia ter sido indicado.

DRS: VIEGAS E FERNANDES

É absolutamente patente a quem lê o processo, que a partir da data em que o dr. Viegas se assenhoriou do comando das investigações, elas passaram a visar, não a descoberta da verdade mas a acusação de António Champalimaud.

E quando, a partir de certa altura — meados de 1965 — todos os processos cuja evolução resumi agora a V.Ex.as são entregues ao inspector dr. Manuel Fernandes, o destino de António Champalimaud estava irremediavelmente traçado.

Este duo — drs. Viegas e Fernandes — conduziria fatalmente a uma indiciação de António Champalimaud.

O exame e relatório elaborados pelo sr. dr. Viegas, não é um relatório pericial, como aliás o ilustre representante do Ministério Público já o reconheceu implicitamente, ao dizer das dificuldades que o seu entendimento e compreensão lhe originaram.

É certo que o ilustre magistrado do Ministério Público enunciou essa sua opinião sobre o parecer do sr. dr. José Francisco Viegas, com a cortesia, a educação e o aprumo que orientaram toda a sua actuação.

As suas palavras, a conclusão delas foi entretanto absolutamente clara. Sem usar da rudeza das minhas, quis sua Ex.ª significar exactamente o que eu traduzo em palavras mais claras porque é essa exactamente a obrigação de uma defesa, quando se propõe fazer, como eu me propus e proponho, mais do que a sua análise, a própria autópsia do processo.

ESTE PROCESSO É DIGNO DE UMA AUTÓPSIA

Porque este processo é digno de uma verdadeira autópsia que permita detectar as mazelas de que enfermou, por forma a evitar-se a repetição delas em outros processos e a consequente contaminação da própria justiça portuguesa.

Posso pois classificar o relatório do sr. dr. Viegas como absolutamente incompreensível e inapreensível, como um trabalho não pericial e sim parcial, como um verdadeiro aborto de carácter pseudo-técnico enxertado nos autos e que, não tendo sido necessariamente apreendido pelo inspector especial sr. dr. Manuel Fernandes, mereceu, não obstante, da parte dele inteira adesão e aplauso.

Nos 7 anos de actividade febril e inútil do sr. dr. Viegas encontro eu próprio justificação para alongar e alargar de duas ou três semanas a audiência deste julgamento tão longo, deste processo tão longo em que vários anos inteiros foram consumidos praticamente sem realização de quaisquer outras diligências, pelos trabalhos pseudo-periciais do sr. dr. José Francisco Viegas.

Tenho a consciência de que nesta posição que estou assumindo, depois da verdadeira reabilitação do processo e da justiça, operadas com as alegações do Exmo. sr. dr. Monteiro Dinis, que bem demonstrou no decurso delas que busca, como afirmou ser sempre sincero. São palavras de sua Exa.: ser sincero. Procuro sempre sê-lo em tudo quanto faço e digo.

Depois dessa **reabilitação do processo e da justiça feita pelo excelentíssimo magistrado,** estou também eu próprio, na minha qualidade de advogado, de colaborador da justiça considerada esta na sua mais alta expressão, na minha qualidade de colaborador de V.Ex.as, não através de subserviência, mas com a firmeza e coragem que são condições indispensáveis à actuação do advogado, **estou perfeitamente consciente de estar contribuindo, através da denúncia pública dos vícios, erros e irregularidades do processo, de estar contribuindo também para o prestígio da justiça.**

Reafirmo pois que os trabalhos do sr. dr. José Francisco Viegas, apresentados nos autos, não são trabalhos periciais, nem pelo seu aspecto técnico nem pela falta de isenção que presidiu à elaboração deles.

Um perito é um especialista de que o julgador se socorre para, com os seus conhecimentos específicos sobre determinada matéria, extrair conclusões dos objectos por ele examinados. O perito tem de ser objectivo, absolutamente imparcial, isento, destituído de qualquer paixão, tem, em suma, que possuir todas as qualidades que o dr. Viegas revelou exactamente não possuir.

Já não lhe cabia a actividade policial e investigatória que o sr. dr. Viegas, durante a fase em que os processos se encontraram na Polícia Judiciária pôde prosseguir, porque ali os inspectores da Polícia Judiciária demitiram-se eles próprios dessa função.

Mas ao menos, no Tribunal, não podia o sr. dr. Viegas ter tomado uma posição séria e esclarecedora, com objectividade e clareza, esclarecendo desta maneira as múltiplas dúvidas derivadas da impossibilidade de apreensão dos seus relatórios?

As provas públicas por ele aqui prestadas conduzem a uma resposta negativa a esta minha interrogação.

ESPECTÁCULO VERDADEIRAMENTE DESOLADOR

Considero espectáculo verdadeiramente desolador o decorrer daquelas 73 sessões de julgamento em que o sr. dr. José Francisco Viegas, escudado ou numa teimosia ou numa incapacidade notórias, se recusou a contribuir para a decisão final deste processo com qualquer esclarecimento efectivamente sério.

Da audição dos peritos em julgamento bem ficou patenteado o facciosismo da sua própria investigação anterior, através do facciosismo revelado durante a sua audição em juízo.

Como prova de competência, de lucidez, de isenção, de bom senso ou de equilíbrio, o espectáculo pericial aqui montado pelos srs. peritos, nesta sala de audiências, foi verdadeiramente deprimente, deixando pessimamente colocada a Polícia que deviam servir e o Tribunal, na medida em que, com base nos seus juízos e pareceres, teria de julgar.

Como poderá qualquer cidadão confiar na seriedade duma investigação, queixoso ou arguido que seja, na medida em que haja de recorrer aos serviços contabilísticos periciais desses polícias, cujo expoente e dignidade foi aqui mostrado nesta audiência de julgamento?

Que descrédito para a Polícia Judiciária, que homens tais têm ao seu cerviço!

Mas eu referi-me há pouco aos peritos e não só já ao sr. dr. José Francisco Viegas.

Na verdade, a partir de certo momento do processo, surgiu um segundo perito, o sr. dr. António Abel Andrade, perito da Polícia Judiciária do Porto.

Urge explicar-se e compreender-se como é que ele teve entrada nestes autos, ao que devia vir e ao que efectivamente veio.

O art.º 179.º do Código do Processo Penal estatui que qualquer exame em processo penal seja efectivado por dois peritos, embora permita que em casos de extrema urgência ou pela grande simplicidade das investigações, ou pela pequena gravidade das infracções, o exame seja efectivado por um só perito.

No caso destes autos era evidente que não se verificara a hipótese dessa urgência, como o comprova a simples circunstância de o dr. Viegas se ter ocupado dessa diligência durante 7 anos!

A infracção ou infracções cuja existência se pretendia averiguar, não eram de pequena gravidade porque, como tal não pode considerar-se qualquer infracção de que possa resultar pena maior, quanto mais pena maior fixa.

E o exame, por outro lado, não oferecia grande simplicidade, como o comprova igualmente o facto de o sr. dr. Viegas ter feito relatórios que ocupam mais de 7 volumes do processo.

O sr. dr. Lopes de Melo, entretanto e como ontem expliquei, tinha feito a nomeação de um só perito, para o exame que ordenara a solicitação de Carlos Champalimaud, e de tal nomeação viria a resultar que o exame pericial ordenado em todos e cada um dos processos se concentrasse nas mãos, apenas, do dr. José Francisco Viegas.

A lei consente que qualquer arguido requeria a efectivação de novos exames quando passe a intervir no processo (art.º 197 do Cód. Proc. Penal).

A defesa de A. C. requereu novo exame quando os processos, ilegalmente apensados, entraram neste 1.º Juízo Criminal, como se tratasse de um só.

Ora, quando os autos deram entrada no 1.º Juízo Criminal nas circunstâncias pormenorizadamente referidas não pode o digno agente do M.P. ter deixado de se dar também conta da «alienação» do dr. Viegas, na sua qualidade de perito, e do nulo valor técnico dos seus relatórios.

Bastou uma leitura apressada de tais relatórios, para facilmente se concluir que os mesmos deviam ser encerrados no museu da Polícia e o seu autor removido das suas funções.

A ENCENAÇÃO TINHA IDO DEMASIADO LONGE

Simplesmente a encenação tinha ido demasiado longe.

Durante 7 anos, o pseudo-perito «trabalhara» afanosamente quase em exclusivo nos processos Champalimaud. Permitira-se-lhe, que ultrapassasse a simples posição de perito contabilista, e usurpasse o comando da investigação e instrução dos processos.

O dr. Viegas foi, durante esses 7 anos em que serviu o absurdo, o verdadeiro **dominus litis,** manobrando a seu belo talante a investigação e instrução.

No seu despecho final, o dr. Manuel Fernandes, com aquele senso crítico de que deu provas, reconheceu o talento e o esforço do dr. Viegas, tributando-lhe o reconhecimento da Polícia Judiciária e da Justiça, por haver descoberto os imaginários crimes que imputou a António Champalimaud.

Em suma: o dr. Viegas fora o grande obreiro do monumento do verdadeiro monumento que constitui este processo contra António Champalimaud.

Ninguém de entre as destacadas figuras da Polícia Judiciária nem o director, nem o subdirector dessa Polícia, que privaram durante anos com o dr. Viegas, teve coragem de reconhecer aquilo que afinal é reconhecível por qualquer cidadão — que o dr. Viegas deveria ser, pura e simplesmente, afastado das suas funções de perito, por carência manifesta das qualidades indispensáveis.

Todas essas pessoas — por passividade que fosse — foram afinal responsáveis pelas peregrinas confabulações do dr. José Francisco Viegas.

Ora, o digno Agente do Ministério Público, que começara a exercer funções por altura da baixa dos processos a este 1.º Juízo Criminal, teve necessariamente consciência da inconsciência do dr. Viegas.

Era, pois, legal e absolutamente necessário que se procedesse a um exame a efectuar por três peritos.

A defesa requerera-o, entretanto, e a tempo.

UM PURO SOFISMA

Como compreender, então, a nomeação do sr. António Abel Andrade, para mais perito estranho à comarca, o que constitui infracção ao disposto no art.º 180 do Código de Processo Penal?

Salvo o devido respeito, a nomeação de outro funcionário da Polícia para «cotejar» e «verificar» os trabalhos do dr. Viegas, é um dos actos criticáveis deste processo.

Estou absolutamente seguro que o Ex.º sr. dr. Monteiro Dinis, ao tomar a decisão de mandar submeter os relatórios do sr. dr. José Francisco Viegas, revisão do sr. Abel de Andrade — não se deu conta dos inconvenientes que acarretaria a escolha para tal efeito de um perito, da mesma Polícia, ao qual pertencia o perito nomeado para primeiro exame.

Ainda nem sequer estavam nos autos nessa altura as peças que hoje o documentam, extractadas do processo secreto da Procuradoria Geral, como ontem o referi.

Como Sua Excelência afirmou só o decurso do processo lhe viria a revelar novas facetas factuais nele subjacentes.

Mas teria sido previsível e prudente, escolher de preferência, um perito estranho à corporação.

O que se passou subsequentemente viria a comprovar a exactidão do que alego.

Todos sabem hoje, que a nomeação do sr. Abel Andrade viria a revelar-se **um puro sofisma.**

O sr. Abel Andrade recebeu pura e simplesmente ordens dos seus superiores para chancelar com mais uma assinatura os delirantes relatórios do dr. Viegas.

Foi o que ele fez, como era de esperar.

CARIMBO DE CHANCELA

Se o Ministério Público pudera adivinhar que a escolha do sr. Andrade, viria a traduzir-se na posição que assumiu, de apor o «carimbo de chancela», no delírio investigatório e parcial do dr. Viegas, teria evidentemente nomeado um perito que oferecesse a todas as partes garantias de independência e imparcialidade. E decerto que nem era preciso recorrer a um perito do Porto.

O RELATÓRIO PERICIAL: FORTALEZA DELIRANTE

Não obstante a patente inutilidade dos relatórios e declarações dos peritos para a decisão de causa, e não obstante nenhum crédito poder atribuir-se às afirmações dos mesmos, ainda vamos demonstrar concretamente alguns dos vícios mais evidentes dos trabalhos ditos periciais.

Seria impossível enumerar aqui a totalidade dos erros grosseiros e patentes contidas nos relatórios e declarações dos peritos — pois não chegaria um mês de alegações para a escalpelização de todos esses vícios de raciocínio.

Não será exagero afirmar que em cada página dos incomensuráveis relatórios se encontram momentos de autêntico delírio. Desmontar esse delírio, peça por peça, seria uma tarefa tão difícil como inútil, pois é evidente que não pode um espírito lúcido e objectivo penetrar na **fortaleza delirante.**

CARLOS CHAMPALIMAUD OFERECEU A SUA; E DOS SEUS EMPREGADOS, COLABORAÇÃO AO SR. DR. VIEGAS

Vejamos em primeiro lugar, como o dr. Viegas construiu o seu delírio.

Através do despacho de fls. 7286, pretendeu o Digno Agente do m.º p.º junto do 4.º Juízo Criminal que se averiguasse qual o destino das acções da Empreza de Cimentos de Leiria que pertenceram a Henrique Araújo de Sommer, e para tal formulou vários quesitos.

Em nenhum quesito deste despacho se procurou indagar mais do que o destino das acções da Empreza de Cimentos de Leiria que haviam pertencido a Henrique Araújo de Som-

Continua na página seguinte

Continuação da pagina anterior

mer, como nenhum deles também se disse ao perito que ele deveria determinar o destino dos títulos que materializavam as referidas acções da Empreza de Cimentos de Leiria que foram de Henrique Sommer.

Até ao envio dos autos para o 4.º Juízo Criminal, os assistentes nada tinham conseguido. A quantidade total das acções de Henrique Sommer, perfeitamente determinada, coincidia em absoluto com a soma das parcelas em que se haviam fraccionado depois da sua morte. O seu destino fora claramente determinado: D. Luísa, D. Albana, D. Palmira, D. Alice Vila Franca, José Sommer Ribeiro, Gastão Banjamim Pinto, D. Marcela Serpa Pimentel.

Mas era preciso evitar o arquivamento — pela 2.ª vez — do processo. Era preciso estabelecer a confusão. E para isso o exame à escrita e a conferência dos números dos títulos eram elementos preciosos. Sobretudo se a incompetência, má fé ou a parcialidade de um perito acolhesse a tese da não fungibilidade dos títulos.

Por isso, logo ao requererem o exame à escrita da Empreza de Cimentos de Leiria, os assistentes ensinam a forma de estabelecer a confusão. Dizem eles, no «esclarecedor» requerimento de 22/7/60 (fls. 7239 e sgs.):

«Em todas as diligências que se requerem, **deverá procurar-se (...) identificar pelos respectivos números de ordem (...) os títulos** das acções da Empresa de Cimentos de Leiria» (fls. 7244).

«Em todas estas diligências sobre a determinação de acções que existiam no espólio do falecido **deverão os títulos ser sempre identificados pelos respectivos números de ordem...**» (fls. 7240)

E o queixoso Carlos Champalimaud encontrou a sua alma verdadeiramente gémea — O dr. José Francisco Viegas.

Em 12 de Agosto de 1961, o acusador Carlos, embandeirando-se em arco, vem oferecer a sua colaboração para o exame à escrita da Empreza de Cimentos de Leiria e até... a colaboração dos seus empregados!

Seguro do caminho a trilhar para conseguir baralhar os dados do problema, Carlos Champalimaud escreve:

«A questão fundamental refere-se à determinação dos números e identificação das acções que pertenceram a Henrique Araújo de Sommer (...)

Resta acompanhar depois a «vida» de cada uma das acções.

Embora fastidioso, este trabalho é de resultados absolutamente seguros, e caso a Digna Polícia Judiciária o entenda poderá ser rapidamente feito por pessoal do Assistente» (fls. 7334 e 7334 v.º).

Para além, portanto, da orientação a imprimir ao exame, nos termos ordenados pelo Magistrado do Ministério Público junto do 4.º Juízo Criminal, é o assistente que vem trazer indicações concretas sob a forma de o elaborar e a orientação a seguir.

Parece que nesta altura, isto consta também do processo, a oferta de pessoal do sr. Carlos Champalimaud foi aceite, como resulta de um documento que V. Exas. encontram a fls 18.328 — uma participação apresentada pela Empresa de Cimentos de Leiria ao sr. Director da Polícia Judiciária — mas porque como até hoje dela não houve notícias, deve ter ido parar ao cesto dos papeis.

A SECRETÁRIA DE CARLOS CHAMPALIMAUD INSTALOU-SE NA POLÍCIA

O que é certo é que ali se comunicara que a sra. D. Maria Isabel Mendes, conhecida como secretária do sr. Carlos de Sommer Champalimaud, se instalou durante várias semanas na Polícia Judiciária, em gabinete anexo ao do sr. dr. José Francisco Viegas, e aí tem tido livre acesso à escrita, dela tendo já fotocopiado numerosos elementos. Para esse fim foi instalada uma máquina fotocopiadora Rank-Xerox, que não se julga tenha sido alugada pela Polícia Judiciária.

Desta participação, como disse, também nunca ninguém mais cuidou. Deve ter ido parar ao cesto dos papeis!

OS CONSELHOS DE CARLOS CHAMPALIMAUD FORAM ACEITES PELA POLÍCIA

Mas os conselhos do sr. Carlos Champalimaud ao sr. dr. Viegas esses foram imediatamente aceites cem por cento!

Deixou de interessar saber a quantidade de acções deixadas por Henrique Sommer e se esse número batia certo com o das pessoas que lhe sucederam na posse das acções.

Deixou de interessar saber se, desde a sua morte, os dividendos integrais de todas as acções foram ou não recebidos pelas pessoas a quem as acções se haviam destinado.

Deixou de interessar saber e verificar que nem uma só acção faltava e que à data da queixa todas elas se encontravam na posse material e jurídica de cada uma das pessoas referidas.

Ao dr. Viegas, abrasado pela lição de Carlos Champalimaud, apenas interessou perseguir os «papeis» que pertenceram a Henrique Sommer, identificados através dos seus números de ordem.

Durante os 7 anos que consumiu ao serviço do delírio de Carlos, o dr. Viegas persegue cada um dos títulos que pertenceram a Henrique Sommer, para extrair as suas conclusões apenas com base no percurso dos mesmos.

Com este critério bizarro, o dr. Viegas foi erigindo o labirinto abstruso que são os seus «magníficos» relatórios, servindo-se, ainda por cima, de uma linguagem ininteligível e com amplo recurso a alegorias de tipo verdadeiramente paranóico.

Acresce que o dr. Viegas possui uma **visão selectiva** que apenas lhe permite ver o que se enquadra dentro das suas ideias fixas e inalteráveis. Todos os factos que não se encaixam dentro do sistema apriorístico são eliminados ou esquecidos e tudo se passa como se, para o dr. Viegas tais factos não existissem.

Assim, o dr. Viegas veio a ignorar ou esconder muitos dos factos mais relevantes relativos às acções da Empresa de Cimentos de Leiria em causa, ou, quando os não ignorou, desvirtuou-os, dando-lhes um significado que as enquadrasse no seu sistema delirante.

Exemplificarei:

A seguir à morte de Henrique Sommer — como ampla e pormenorizadamente descreveremos — foi sua irmã Maria Luísa que levantou os títulos da Empresa de Cimentos de Leiria depositados em nome de Henrique Sommer e ou Maria Luísa. Após o levantamento, suas irmãs cobraram directamente os dividendos dessas acções, movimentaram por diversas vezes os respectivos títulos, concorreram com eles à 8.ª emissão, etc.

No entanto, para o dr. Viegas, é como se este período não existisse. Passou-lhe uma esponja e arrumou-os nos recônditos do seu cérebro.

No julgamento, a defesa ainda tentou que o dr. Viegas desse resposta clara e precisa às perguntas concretas que lhe formulou acerca dos factos documentados ocorridos no período que se seguiu à morte de Henrique Sommer. (Vejam-se as perguntas de fls. 17050 e sgs. relativamente ao lote de 1.010 acções ao portador depositado no Bando Nacional Ultramarino de fls. 17053 e segs., fls 17129 e sgs., fls. 17134 e segs. relativamente ao lote de 3.024 acções nominativas fls. 17135 e segs.)

Mas as respostas ouvidas, e **felizmente escritas**, foram escandalosa obstrução à verdade.

Palma Carlos falou com a voz clara e li

O dr. Viegas embrenhou-se numa delirante descrição de factos sem relação alguma com o que se visava esclarecer, e, de degrau em degrau, acabou por envolver os factos verdadeiros num emaranhado inextricável de deduções e confabulações delirantes.

E o seu acólito, o sr. António Abel de Andrade, também ajudou contribuindo igualmente para que a verdade ficasse submergida por entre a massa informe das suas palavras sem sentido.

AS BATALHAS DA DEFESA

E tantas e tantas batalhas que a defesa teve de travar contra a cegueira dos srs. peritos.

Poderá alguém esquecer-se neste Tribunal, da teimosia revelada por esses senhores, a respeito das datas dos levantamentos das acções da 8.ª emissão, que levaram o dr. Viegas e o seu acólito a um verdadeiro delírio em grande parte dos seus relatórios, e ao recurso a imagens de tipo inapreensível como é a da «omnipresença das acções», «o comando operacional», etc., etc.?

Não reconheceu o digno agente do Ministério Público e a própria acusação particular que as datas dos levantamentos das referidas acções da 8.ª emissão são aquelas que a defesa indicou na sua contestação e não as que os peritos, teimosa, aberrantemente e contra a verdade patente, pretenderam impor?

Não está na lembrança de todos nós a teimosia com que sustentaram a sua interpretação da carta de fls. 1049 dos autos, respeitante à transacção de 3800 acções da Companhia de Cimentos de Moçambique, que os peritos afirmaram contra um texto e documentos claros e evidentes, que se tratava de acções da Empresa de Cimentos de Leiria?

Não levou esse erro, ou essa falsidade, a um erro grave da pronúncia como teve a ombridade de reconhecê-lo, o digno agente do Ministério Público, nas suas alegações orais?

Mas não derivou no fundo toda a pronúncia do erro e má fé, das condutas pseudopericiais, para mais confusas, e do exaltante louvor que lhes tributou o sr. inspector Manuel Fernandes?

O TRIO: CARLOS CHAMPALIMAUD, JOSÉ FRANCISCO VIEGAS, MANUEL FERNANDES

Temos ou não temos razão, quando insistimos em proclamar e reafirmar que foi do trio — Carlos Champalimaud, José Francisco Viegas, Manuel Fernandes — que proveio a absurda acusação, e este absurdo julgamento, que impediu os magistrados deste Tribunal de estarem tranquilamente a administrar Justiça Comum, que nós lhes vimos administrar nos seus processos — para os perturbar, na marcha memorial da sua actividade judiciária, lançando-os na intervenção de um processo especial, que vindo viciado pelas múltiplas circunstâncias que venho referindo, esteve em risco de viciar o vosso próprio julgamento?

Foi ou não, este Tribunal, enganado pelo sr. Carlos Champalimaud, pelo sr. inspector Manuel Fernandes, e pelo dr. José Francisco Viegas?

E reparem V. Exas., chegados que estamos à esta fase final do processo, quem foram os únicos que teceram encómios ao trabalho classificado de pericial?

O DESESPERO FINAL DOS ASSISTENTES

Só, e com largueza, os próprios assistentes, os que agora aqui, no seu desespero final, não se coibiram de atacar a Polícia Judiciária (onde o dr. Viegas e o sr. inspector Manuel Fernandes constituiram infiltradas aberrações — um que o foi, outro que se espera deixe de ser), foram eles, os assistentes que não pouparam louvores à Polícia, em passos que os autos documentaram.

Ouçamo-los:

«está bem patente nos autos a forma independente, serena, exaustiva e sacrificada como o perito dr. José Francisco Viegas bem como o perito Abel de Andrade têm vindo a desempenhar as suas funções de peritos, sem nunca se deixarem vergar às múltiplas pressões do réu revel...» (fls. 17.039);

«Os peritos estão acima de todos os insultos e a eles se deve, não há dúvida, o esclarecimento de toda a tramóia que o réu arquitectou para se apropriar das acções que foram de Henrique Sommer...» (fls. 18.277)

Mas como podemos admirar-nos destes mútuos elogios que candidamente estes assistentes e peritos entre si trocaram?

Como poderiam o dr. Viegas e o seu acólito, ser indiferentes às gentilezas que recebiam dos assistentes Carlos e Maria Ana, que gentilmente os transportavam do Tribunal da Boa-Hora para os seus destinos, como já se acha referido nos autos?

Lá que, como acentuou o sr. dr. Eridano de Abreu, os assistentes são colaboradores e auxiliares do Ministério Público, aceita-se por certo.

Mas, que os assistentes sejam por seu lado assistentes e colaboradores dos peritos, é que leva a demitir os peritos de tal qualidade pericial, porque ficam completamente frustradas das qualidades de isenção e independência que devem ser o seu principal lema.

NEM 55 ANOS DE VIDA TERIAM CHEGADO AO DR. VIEGAS...

Sabemos, de resto, quão longo atraso foi originado neste processo, pelo número de anos que o dr. Viegas demorou nas suas investigações policiais — periciais.

Escusavam, portanto, os srs. peritos, de procurarem ainda enganosamente — porque efectivamente já haviam gasto tempo de mais — querer dar ideia de que haviam ainda perdido mais tempo, do que aquele que efectivamente gastaram, e fizeram perder.

Com que objectivo — é caso para perguntar — indicaram os srs. peritos no final dos seus relatórios um tempo de trabalho manifestamente desproporcionado à realidade?

Na verdade, ambos os peritos acabaram por dar nota do trabalho despendido: o sr. Andrade, 300 sessões; e o dr. Viegas 6751 sessões **em cada um** dos três processos (declaração dos peritos de fls. 8293 v.º).

Como o sr. Andrade foi ajuramentado em 30 de Julho de 1968, e apresentou o relatório 77 dias depois, não se percebe como é que pôde despender 300 sessões de trabalho, num período que apenas demorou 77 dias, ou não se alcança o que é que ele entende por uma sessão de trabalho, a não ser com quatro «matinées» diárias.

O próprio dr. Viegas, com os seis ou sete anos que levou a devassar a E. C. L., e as sociedades em que esta tem interesses, e a devassar a vida de António Champalimaud, não teve dias bastantes para corresponderem às 6751 sessões que a si mesmo se atribui em cada um dos processos!

Efectivamente, 3 vezes 6751 é igual a 20.253, o que quer dizer que o dr. Viegas afirma que teve 20.253 sessões de trabalho.

E se o sr. dr. Viegas, portanto, tivesse feito uma sessão de trabalho por dia, teria levado mais de 55 anos a elaborar o seu relatório, trabalhando domingos, feriados, fins-de-semana e férias.

Com trabalho tão exaustivo, bem poderemos nós afinal acabar por compreender um pouco melhor o estado de incapacidade e inapreensibilidade demonstrados pelo sr. dr. Viegas na audiência de julgamento.

Mas o que eu não posso deixar de afirmar a V. Exas. é que tenho sérias dúvidas sobre se a capacidade ou apreensabilidade do sr. dr. Viegas seriam maiores ou superiores à data em que lhe foi cometida a tarefa do exame. Isto é que tenho por grave!

Temos, assim, que o processo chegado a este 1.º Juízo Criminal, trazia, como elementos estruturadores de prova fundamentais, o relatório do sr. dr. José Francisco Viegas, o parecer final do sr. inspector dr. Manuel Fernandes.

AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE ANTÓNIO CHAMPALIMAUD FOI PRONUNCIADO

Foi mercê da viciada instrução preparatória que já antes descrevi. Mercê, exactamente, das afirmações categóricas que o sr. inspector Manuel Fernandes produziu no seu relatório final. Aliás, tal circunstância foi aqui já acentuada pelo ilustre adjunto do Procurador da República, nas suas alegações orais.

Mercê também, perdoe-me que o diga a V. Ex.ª, sr. dr. Monteiro Dinis, mercê também de V. Ex.ª não ter deferido a realização de um segundo exame, a realizar em termos que me pareceriam legais, por 3 peritos.

Mercê desses factores, veio a ser deduzida a acusação contra António Champalimaud.

Impor-se-ia então, dada a latitude de poderes, dados os vastos direitos e as especiais obrigações dum magistrado judicial, com o poder de dispor da liberdade dos indivíduos, que o processo fosse estudado até aos últimos limites, no momento em que a acusação deduzida houvesse de ser recebida ou rejeitada.

V. Ex.ª pronunciou-se sobre o mérito ou demérito da acusação deduzida no despacho de fls. 8386, mas a leitura desse despacho permite concluir, sem que me deixe sombra de dúvidas que a pronúncia tendo sido dada em reprodução de querela pública produzida, não mereceu a V. Ex.ª, talvez pelo escasso tempo de que terá disposto, não mereceu a V. Ex.ª — não lhe terá sido possível — o completo e atento estudo do processo que em todas as circunstâncias se imporia. Porque, seja qual for o réu, um homem rico ou pobre, seja qual for o tipo de acusação todos têm o direito de exigir que o processo seja cuidadosamente visto e estudado antes de serem pronunciados, porque a pronúncia é um acto demasiadamente grave para não ser prévia e devidamente meditado.

Poderá dizer-se, repito, que o processo era demasiado vasto para poder ser estudado no escassíssimo prazo que a lei confere ao magistrado para a dedução duma pronúncia. Não ignoro o facto.

Mas então com o processo contra Henrique Champalimaud? Não tinha ele sido retardado de tantos anos, para ser recebida a acusação? Não haviam decorrido cerca de 8 anos até que a acusação contra Henrique Champalimaud fosse efectivamente recebida?

Impunha-se, acaso, que se pronunciasse e encarcerasse naquele momento e imediatamente António Champalimaud? E como se pode aceitar, deixe-me V. Ex.ª que lhe diga, com a liberdade com que lhe tenho falado e com que estou falando-lhe, como se pode aceitar que o processo haja sido devidamente visto nos seus múltiplos aspectos para a aceitação da querela e dedução da pronúncia, se V. Ex.ª, nesse despacho, dedica mais de duas páginas a rejeitar uma suposta acusação que nem sequer havia sido deduzida pelos assistentes Carlos, Maria Ana e Henrique contra o chamado processo da 9.ª emissão?

A folhas 8366 lê-se no douto despacho de V. Exª textualmente, o seguinte:

«Em concordância com o douto parecer do Exmo. magistrado do Ministério Público constante de folhas 8348 a 8351, também entendemos não ser de receber a acusação dos assistentes Carlos, Maria Ana e Henrique, deduzida a folhas 8002 e seguintes, mantida a folhas 8309, na parte em que se atribui ao arguido António a responsabilidade pela Sociedade Sommer e C.ª Lda., de que era um dos gerentes, não ter subscrito integralmente as acções da 9.ª emissão de acções da Empresa de Cimentos de Leiria a que a mesma Sommer e C.ª, Lda. tinha direito.»

Ora, **ninguém, nem o Ministério Público, nem os assistentes, deduziu esta acusação que V. Ex.ª rejeitou.** Mais ainda: Carlos, Maria Ana e Henrique, nem sequer eram assistentes nesse processo.

V. Ex.ª foi ao ponto de os condenar, aos assistentes, em imposto de justiça, por a acusação que eles não haviam deduzido ter sido rejeitada. E eles pagaram.

Que mais dizer?

Se outras razões não houvesse, e tantas houve, Exmo. sr. corregedor e Exmos. juízes, se outras razões não houvesse a militar a favor da ausência do réu António Champalimaud, esta, só por si, tê-la-ia justificado.

JULGAMENTO RECHEADO DE TANTOS VÍCIOS

Mas como essa matéria entrará já no começo do processo propriamente dito, partindo da apreciação da prova e de toda a esquematização da acusação até colocar o ponto de vista de defesa eu pretendo ainda a escalpelização dos vários aspectos dos autos que me propus dizer a V. Exas., tecer a V. Exas. algumas considerações sobre o decorrido no decurso das várias audiências do julgamento.

António Champalimaud, pronunciado nos termos constantes dos demais passos do despacho que eu agora acabei de referir a V. Exas., vai portanto e de acordo com a demonstração que eu procurei fazer na sessão de julgamento de ontem, vai responder perante um Tribunal incompetente para o seu julgamento, na sequência de uma investigação policial persecutária e viciada, em face de queixas de um acusador manifestamente padecente de doença mental, após o recebimento de uma acusação manifestamente viciada pelas realidades de facto do processo. É este Tribunal, pois, que vai proferir decisão sobre a conduta desse homem que é António Champalimaud, notável industrial que foi aqui retratado por tantas figuras marcantes do nosso País e que pode legitimamente orgulhar-se de ser portador da alta, honrosa e rara condecoração da Grã-Cruz de Ordem do Mérito Industrial.

São V. Exas. que vão proferir sentença, após um julgamento recheado de tantos vícios que a defesa não pôde deixar de fazer realçar em inúmeras audiências e em constantes peças escritas, reclamando incessantemente um julgamento simplesmente normal, reclamando um julgamento não de favor, que

...re que constitui o direito dos advogados

de favor nem António Champalimaud precisava, mas um julgamento correcto, com posição igualitária entre as partes, em que fosse escutada sem peias a voz da defesa, em que lhe fosse permitido produzir a sua prova testemunhal, tantas e tantas vezes dificultada sob uma permanente suspeição do Tribunal, que chegava a conduzir os interrogatórios de forma tida pela defesa por absolutamente irregular.

Salgado Zenha retratou com clareza o tipo de interrogatório que viu submetidas as testemunhas, às quais eram dirigidas perguntas simultaneamente de vários lados, tornando totalmente inapreensível o que se pretendia, e mais, inaudível o que se dizia.

Mas não só e apenas sob esse aspecto. Numa das peças que apresentou nos autos, ele cita tipicamente a forma de uma inquisição à testemunha que aqui depôs durante tanto tempo, a testemunha Cruz Silva.

E narra ele o que pôde pessoalmente constatar nos termos seguintes:

«A acusação particular tem um propósito que anunciou em voz alta, vou demonstrar que a testemunha não merece crédito. E eis como ela actua: traz questionários divididos em 1, 2, 3, 4, 5, 7 alíneas, estas alíneas são por sua vez, subdivididas em subperguntas e insistências, tudo com referência a uma pergunta inicial. E tudo ditado a uma velocidade impressionante. Nem o escrivão, nem o signatário (Salgado Zenha) conseguem seguir tal ritmo.

A testemunha começa a responder e diz «como». Imediatamente a acusação particular interrompe a testemunha e diz: «Alto. Pare aí», e dita ao escrivão «como».

Depois, vira-se para a testemunha e diz: «continue». E a testemunha continua e diz «já». Nova interrupção da acusação. «Pare um momento» e vira-se para o escrivão e dita «já» e assim sucessivamente. Tudo isto em voz vibrante, sacudida e enérgica.

Umas vezes dita-se para a acta o depoimento nessas pinguinhas, sufocadas com interrupções constantes.

Outras vezes, quando a testemunha consegue saltar para fora do círculo de ferro destas crónicas interrupções, fazem-se considerações constantes sobre o valor ou desvalor do depoimento da testemunha e afirma-se que se há-de destruir o depoimento da mesma.

A testemunha é arrastada para um longo questionário com questões principais, títulos e sub-títulos. Cansada e esgotada, baralhada e sacudida no meio do interrogatório, já não sabe se responde à pergunta principal, à questão principal, à alínea ou à subpergunta da alínea X do ponto principal. Exigem-se-lhes constantes precisões sobre as circunstâncias de tempo, modo e lugar acerca de factos ocorridos há mais de 30 anos.

Mas se a testemunha repousa por instantes para pensar, logo a acusação a aguilhoa e sacode: vamos, vamos, responda.

O MEDO QUE A TODOS DOMINAVA

Quando me foi dada a honra de iniciar a minha acção nesta tribuna em defesa de António Champalimaud eu pude aperceber-me do medo de comparência que a todos dominava não pelo receio de falarem ou de deporem o que sabiam, mas para evitar os vexames, as incomodidades de que se sentiam alvo e objecto, quantos pudessem produzir uma palavra em defesa da honra e da inocência do meu constituinte.

Eu vi recorrer a todas as formas criticáveis de interrogatórios, desde a aliciação à ameaça. Eu próprio, tive ocasião de consignar em acta o meu protesto, pelas afirmações que o Tribunal frequentemente produzia sobre os grandes poderes de que dispunha em relação às testemunhas, dando-lhes nitidamente a entender que poderiam ser presas.

Recordam V.Exas., o texto do requerimento que apresentei já em Julho de 1971.

SEGUNDA INTERRUPÇÃO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL

Neste momento verificou-se uma interrupção do presidente do Tribunal.

Presidente — O Tribunal tem perfeitamente conhecimento de todos esses requerimentos...

Dr. Palma Carlos — Mas eu é que não tenho a certeza...

Presidente — A que aliás, nunca deu resposta; mas tenho tudo isso presente, da testemunha Graça, de tudo quanto se passou, dos cartões, **pois parecem ser dele...**

Dr. Palma Carlos — V. Ex.ª tem poderes legais para me pedir esclarecimentos, V. Ex.ª tem poderes legais para me interromper, para me cortar o uso da palavra, mas V. Ex.ª não tem poderes legais é para me fazer interrupções deste tipo.

Presidente — Se V. Ex.ª porventura quer relembrar ao Tribunal tudo quanto disse por escrito e muito mais do que isso...

Dr. Palma Carlos — Então estávamos aqui para o ano senhor doutor a ler os requerimentos apresentados.

Presidente — O Tribunal diz a V. Ex.ª com toda a franqueza que tem isto tudo presente.

Dr. Palma Carlos — Consentia o Tribunal que lhe fizesse um interrogatório sobre cada um dos documentos que se encontram no processo, das folhas, etc.?

Presidente — Ainda o último requerimento que V. Exas. apresentaram aqui nos autos e a que a Imprensa deu larga publicidade, o Tribunal, pois, nada disse, até porque esse requerimento era dirigido à Relação. Mas toda a gente pôde verificar se existiu o facto ou não. O Tribunal, pois, tem conhecimento de tudo isso.

Dr. Palma Carlos — Senhor corregedor, eu admito que ao Tribunal não agrade o que disse.

Presidente — Se V. Ex.ª quiser repetir, pois repetirá, mas o Tribunal tem conhecimento exactamente de tudo isso.

Dr. Palma Carlos — Se eu estivesse seguro que o Tribunal tem conhecimento exacto, real, de todo o valor factual do processo...

Presidente — Tudo quanto V. Ex.ª disse em relação aos magistrados, tem perfeita noção disso...

Dr. Palma Carlos — Bem, eu prosseguirei se V. Ex.ª consentir.

Presidente — V. Ex.ª quando puder e desejar entrar em matéria que interesse em realidade ao Tribunal para a boa decisão deste pleito, que é o que todos pretendemos e devemos fazer...

Dr. Palma Carlos — Talvez V. Ex.ª, quando eu terminar as alegações, sem começar a fazer juízo prévio sobre o valor delas, compreenda o interesse que isto pode, na realidade, oferecer.

«V. Ex.ª não pode, neste momento, estar já a dizer-me se matérias sobre as quais eu estou a pronunciar-me têm ou não têm interesse para a decisão final do processo. V. Ex.ª está a fazer um juízo antecipado com o qual eu não posso concordar, não posso deixar de erguer a minha voz de protesto contra as afirmações que V. Ex.ª acaba de produzir.

Presidente — Não senhor doutor, o que eu estou a dizer é isto: é que isso que V. Ex.ª me está agora a transmitir, estou simplesmente a observar a V. Ex.ª respeitosamente, porque o juíz também toma a iniciativa de ser respeitoso, respeitoso para os advogados e para toda a gente, não só para ricos mas para pobres, não há excepções para ninguém.

Devo dizer que o Tribunal tem isto tudo presente.

«V. Ex.ª deseja, quer dizer, não é que isto não interesse porventura, e até que V. Exas. não tenham mesmo direito de o dizer. O que V. Ex.ª tem vindo a dizer, o Tribunal tem isso tudo presente.»

Dr. Palma Carlos — Então eu preferia que não me cortasse o meu direito de forma nenhuma, sr. presidente.

Presidente — Pode continuar.

Dr. Palma Carlos — Muito obrigado.

Presidente — Já agora, se me permite, é que estou um pouco febril, fui atacado de gripe, como toda a gente, das anginas... Pois, estou aqui para não perturbar a sequência dos trabalhos e até da alegação de V. Ex.ª, e por isso eu desejaria que ela fosse tão útil, e produtiva quanto possível até na medida, para compensar o meu esforço.

Dr. Palma Carlos — Mas o julgamento já revelou que as nossas concepções de produtividade e de utilidade nem sempre foram iguais. Não posso estar seguro de que V. Ex.ª tenha um conceito igual ao meu sobre produtividade e sobre a utilidade da intervenção de um advogado num julgamento.

Presidente — Eu tinha conhecimento desses factos, que tinha inteiramente presentes.

«Eu e os meus colegas, temos o dever de nos debruçarmos sobre essas matérias, sobre tudo quanto V. Exas. nos disseram, pois temos tudo isso presente.

«Se V. Ex.ª quiser prosseguir mais um poucochinho.

Dr. Palma Carlos — E que eu estou exactamente a entrar num capítulo novo, num capítulo novo e vasto, esse é que é o problema. Se V. Ex.ª quisesse interromper seria, na verdade, a altura oportuna, que este capítulo é vasto e a interrupção a meio dele é que seria prejudicial para a compreensão do esquema.

E assim se chegou ao intervalo.

Na segunda parte da sessão, prosseguiu o dr. Palma Carlos:

Ocupava-me eu, portanto, das condições em que foram processadas as audiências de julgamento, alguns aspectos retratados com brilhantismo nos autos pelo meu querido colega e amigo SALGADO ZENHA e de forma que me pareceu suficientemente clara, nalguns requerimentos por mim apresentados.

Aliás nem só tomámos posição idêntica e paralela no processo: o sr. dr. Sidónio Rito, um dos advogados que com tanto brilho, dignidade e competência me precederam na minha intervenção no julgamento, fez também consignar em ecta que o Exmo. sr. corregedor-presidente tinha ameaçado repetidamente de prisão a tetemunha Francisco Graça.

Realce-se este aspecto, mas muitos outros não podem deixar de ser referidos e relembrados, nestas alegações finais de um processo, em que a qualidade do R. — que queria apenas um tratamento normal e regular — conduzia a um tratamento nitidamente desfavorável, e que só à custa de muito esforço, de muita dedicação e até de evidente coragem, pôde ser dominado e ultrapassado.

Impante, na sala de audiências, pontificava Carlos Champalimaud —, chamado pelo Tribunal a desmentir qualquer afirmação favorável que se fizesse sobre António Champalimaud — e a respeito de quem já pude afirmar e reafirmo, com toda a verdade, que se permitiu usar de uma insolência para com os advogados de seu irmão, que em nenhum outro tribunal terá jamais sido consentido.

Cada vez que era chamado, com busca à destuição de um depoimento ou de uma simples afirmação, invencionava novas histórias, dirigia novas ameaças, lançava suspeições sobre tudo e todos, com o à vontade que encontrava alixento e força na aceitação e acolhimento que o Tribunal lhe dispensava.

OS ADVOGADOS DE A.C. TRATAMENTO DE DESFAVOR

Mas para além do tratamento relativo às testemunhas, para além da tolerância, estímulo até, concedidos à paranóia acusatória de Carlos Champalimaud — ficou a marcar este julgamento **o tratamento de desfavor ministrado aos advogados de António Champalimaud**, dois dos quais, corajosos e inteligentes, sabedores e denodados, se sentiram na necessidade de renunciar ao mandato conferido, em face do tratamento que haviam recebido.

E no entanto, o tribunal superior a ambos havia de dar razão, mandando repor nos autos o que o tribunal havia mandado riscar, e logo fora riscados com expressa vilolação do disposto no art.º 154 do C.P.C..

SIDÓNIO RITO

E com a voz visivelmente embargada pela comoção o dr. Palma Carlos recordou os colegas que o antecederam na defesa:

Envio daqui as minhas saudações a esses advogados, ao sr. dr. Sidónio Rito que suportou as primeiras e inclementes sessões de julgamento, onde foi dado o tom das audiências, e que com o tempo sucessivamente se agravaria.

PROENÇA DE CARVALHO

Saudo essa galharda figura do dr. Proença de Carvalho, que nas alegações que apresentou nos autos, e que em livro publicou, sob o título **«Porque renunciei à defesa de António Champalimaud»**, corajosa e minuciosamente explicita os vícios de que o julgamento vinha enfermando, as irregularidades que o afectavam, e a situação de desfavor em que a defesa estava constantemente a ser colocada.

E se havia advogado que sabia do processo!

Sem a sua preciosa ajuda, sem a colaboração constante que continuou a prestar-me, sem as suas indicações sobre os pormenores mais ínfimos dos autos, não teria sido possível que qualquer de nós que lhe sucedemos, desse conta da nossa tarefa.

E no entanto Proença de Carvalho, que pelo estudo minucioso e completíssimo que fez e tinha do processo revelou as suas extraordinárias qualidades de advogado e a conscienciosidade que deve acompanhar o exercício da profissão, Proença de Carvalho, cuja correcção de gestos e de palavras são seu timbre permanente, tendo procuração nos autos, estando sentado na bancada da defesa, viu-se dela afastado, e da sala de audiências, no decurso de uma sessão, só porque entendeu, e bem, dever esclarecer um facto em que ele próprio interviera e que estava a ser deficientemente retratado.

Com que direito foi intimado Proença de Carvalho a abandonar a sala de audiências?

Estivera eu aqui, e Proença de Carvalho não teria saído só.

Nem que tivesse de sair eu próprio, pedindo-lhe que envergasse ele, com honra e orgulho meu, a toga que me abrigasse.

E com que direito se pretendeu ainda no processo, em audiência de julgamento, proceder também a averiguações sobre a vida particular e profissional de Proença de Carvalho?

Em um julgamento em que tantas queixas se produziam sobre a demora dele, consentia-se que se perdessem parte de sessões e sessões inteiras, com a averiguação de factos absolutamente estranhos à matéria do processo.

Recordo-me que um dia, numa das sessões de julgamento, tive eu de abandonar a sala de audiências em sinal de protesto, por se interpelar uma testemunha a respeito de um advogado, e eu não poder na verdade aceitar com a minha presença, sancionar esse tipo de interrogatório.

Saí, e só retornei à sala quando me foi comunicado haver terminado a devassa que estava em curso em relação a um colega.

HÁ POSIÇÕES QUE UM ADVOGADO TEM DE ASSUMIR

Mas faria o mesmo e agiria da mesma maneira, se a devassa não fosse levantada em relação a um companheiro da mesma bancada, mas em relação a um advogado opositor, — faria o mesmo se o visado fosse o dr. Eridano de Abreu, ou fosse o dr. Filinto Elísio, ou se fosse até, neste contacto mais recente, o dr. Rocha Rodrigues ou o dr. Jorge de Abreu.

Há posições que um advogado tem de assumir em relação a qualquer colega e perante qualquer Tribunal.

SOUSA TAVARES

Não foi o snr. dr. Sousa Tavares, na sessão de julgamento de 9 de Dezembro de 1970, impedido também de intervir neste processo?

O dr. Sousa Tavares tinha sido oferecido como testemunha por Henrique Champalimaud. O processo contra Henrique Champalimaud — como ontem procurei deixar documentado nas minhas alegações — não tinha nada a ver nem nenhuma relacionação com este processo contra António Champalimaud. Pois bem: a pretexto dos processos estarem a ser julgados conjuntamente, o dr. Francisco Sousa Tavares, que se apresentava com a sua competência, o seu saber e a sua estatura a tomar também a defesa de António Champalimaud, o dr. Sousa Tavares foi impedido de intervir neste processo como defensor e advogado de António Champalimaud, a pretexto de ser testemunha de Henrique Champalimaud, em relação ao qual não estavam as audiências a decorrer naquele momento.

«E EU PRÓPRIO? NÃO ME FOI RETIRADO O PATROCÍNIO?»

Não estive eu interditado 3 meses de intervir nas sessões de julgamento?

Mas, ah!

Quando na sessão do julgamento de 13 de Outubro de 1971 me foi retirado por este Tribunal, aliás ilegalmente, como os Tribunais superiores viriam a decidir, me foi retirado, o patrocínio de António Champalimaud, depois que, em minha substituição passou a ocupar a bancada da defesa o meu querido colega e amigo dr. Francisco Salgado Zenha, com a autoridade do seu saber, a força da sua palavra, e a razão que existia em António Champalimaud, eu bem desejaria, e talvez pudesse, ter ficado a repousar do árduo esforço que durante meses aqui despendera, na ânsia e no desejo, através de requerimentos e até de imploração, de ver este julgamento ser tramitado nas condições normais dum julgamento qualquer.

«NINGUÉM CALARIA A VOZ QUE SE ME SEGUIRA»

Bem podia eu, melhor representado como ficara António Champalimaud, assegurada a continuidade da sua defesa e na certeza de que ninguém calaria a voz que se me seguira, bem podia eu dar por terminada a minha tarefa, e aceitar, não embora como vencido, mas ainda como vencedor, porque em nada me desonrara a decisão do Tribunal, que se traduzira afinal em expulsar-me da tribuna onde eu me encontrava por direito próprio e por mandato do meu constituinte, e aceitar, repito, o repouso e o descanso de não ter de estar aqui presente.

«para ganhar o pão mais duro por que tem lutado».

Descansaria então do esforço já até ali despendido, como afirmei no requerimento que formulei então «no desejo de ver realmente terminadas ou ultrapassadas dificuldades quase intransponíveis que neste julgamento se lhe têm deparado no cumprimento da sua missão e pata ganhar o pão mais duro porque tem lutado na sua já longa vida».

Mas porque no mesmo requerimento eu logo afirmara também, que não abdicaria do cumprimento da minha missão, porque António Champalimaud tinha realmente razão e eu mais não podia ser do que porta-voz dessa razão perante o Tribunal, porque o meu querido colega e amigo dr. Francisco Salgado Zenha insistia e afirmava que a sua passagem pelo pretório se verificaria tão somente durante e enquanto durasse a minha ilegal e forçada ausência (embora a sua valorosa conduta houvesse depois justificado e determinado que permanecesseee, passando nós ambos a trabalhar em equipa eu retornei a este tribunal exactamente em 11 de Janeiro de 1972, para reassumir por direito próprio a posição de que nunca deveria ter sido arredado, porque muito para além da minha comodidade estava a necessidade do cumprimento do mandato, estava a razão de António Champalimaud, estava a obrigação de continuar a assegurar a sua defesa, e até — porque não? — a minha obrigação também de, aceitando a decisão dos tribunais superiores, contribuir, com o acatamento do por eles decidido, para o prestígio que a justiça aqui perdera, com a minha expulsão da bancada dos advogados.

«COM A VOZ CLARA E LIVRE QUE CONSTITUI DIREITO E DEVER DOS ADVOGADOS»

Aqui retornei pois e aqui estou agora a produzir as alegações finais deste processo, com a voz desassombrada de quem sabe de que ninguém deve arrecear-se de dizer sempre a verdade, com a voz clara e livre que constitui direito e dever dos advogados, com a razão que assiste a António Champalimaud, com a força do seu direito, com o grito de protesto que se justifica por se ter forçado a que abandonasse este país o homem de trabalho, de capacidade e de talento que ele efectivamente é e que todos reconhecem ser, para deixar aqui radicados os parasitas inúteis, os irmãos que o acusam; incapazes de construirem qualquer obra, até na própria Quinta da Marinha que detêm — e onde se limitam a aguardar que o decurso do tempo, e não a acção deles, valorize ainda mais o seu terreno.

OS CÉREBROS DESTE PAÍS OBRIGADOS A EMIGRAR OU A HOMIZIAR-SE

Singular sina a desta terra em que os cérebros que hoje todo o mundo busca e procura, como condição de desenvolvimento e de progresso dos respectivos países, dele se sintam obrigados a emigrar ou a homiziar-se como se tem vindo a verificar, por razões de ordem diversa, **com os finalistas universitários mais competentes, com os intelectuais de nome e projecção internacionais e como, — por estranha singularidade — até com**

Continua na página seguinte

O caso herança Sommer

um homem como Antonio Champalimaud integrado num sistema social capitalista, só porque a sua capacidade de trabalho e a sua capacidade criadora, porque as suas realizações, despertam a inveja e a cobiça de seus irmãos, que logo encontraram o apoio e aplauso, protecção e cobertura em interesses e grupos económicos concorrentes, e a quem __ supuseram __ que o desaparecimento de António Champalimaud da cena industrial poderia permitir-lhes a eles singrarem sem concorrência nas suas iniciativas próprias.

Ao que isso conduziu já todos nós sabemos.

QUEM É ANTÓNIO CHAMPALIMAUD

Enquanto se solicita e estimula o investimento de capitais em Portugal, até de capitais estrangeiros por ninguém de capitais portugueses, António Champalimaud afastado da sua terra e nela perseguido, vê-se forçado a dedicar a sua actividade e capacidade em empreendimentos em países estrangeiros, como bem recentemente os jornais noticiaram com a instalação no Brasil da mais poderosa companhia de cimentos de todos os tempos, e com o apoio, amizade e protecção do próprio Governo brasileiro.

António Champalimaud: a ultrapassagem do verbalismo oficial.

Assim, é ainda António Champalimaud, que ultrapassando o simples verbalismo em que oficialmente se prega e proclama a amizade e colaboração Luso-Brasileira e ele, dizia, que consagra e efectiva na prática essa amizade e colaboração através de realização concreta, que unindo interesses, ultrapassa em muito as simples promessas e desejos oficiais que normalmente mais além não conseguem ir.

O que assim deixo dito, significa que me sinto com toda a autoridade para falar sem peias nestas alegações finais, colocando o problema como venho fazendo, nos termos exactos e claros em que ele deve definitivamente ser colocado. São V. Exas. que vão julgar António Champalimaud, o homem a quem D. Manuel de Melo, no cartão que se encontrava a fls. 8952 dos autos, dizia que a sua obra invulgar industrial só poderia ser comparável à de Alfredo Silva.

António Champalimaud de quem o eng. Carlos Alves, presidente durante tantos anos da Associação Industrial Portuguesa, afirmou ser «o maior investidor industrial português na década dos anos 60/70 e que é uma pessoa excepcional neste país (fls. 13614 v.º e 13628 v.º).

O MAIOR INDUSTRIAL DAS ÚLTIMAS DÉCADAS: O SR. FERNANDO CRUZ exclamou: «Julgo que é sem dúvida o maior industrial das últimas décadas».

São do **dr. José Gonçalo Correia de Oliveira**, responsável durante vários anos pela pasta da Economia, as seguintes palavras:

Ora o depoente tem precisamente o réu António Champalimaud na conta de um dos maiores criadores de riqueza dos nossos tempos...

«Na geração anterior à do depoente, __ continuou o dr. Correia de Oliveira __ houve um grande criador de riqueza, que foi Alfredo da Silva, sendo conhecidos os ataques de que ele foi alvo».

«Entres esses criadores de riqueza o réu António Champalimaud ocupa um lugar de primeira fila e, segundo o depoente, são eles os garantes da multiplicação da riqueza nacional».

«A obra de António Champalimaud é caracterizada por uma grande imaginação, mas sobretudo por um grande poder de concretização dessa imaginação. Pois transpondo o puro imaginativismo, de que muitas vezes somos dotados, insere com sucesso essa imaginação na realidade, concretizando-a e dando-lhe forma. O depoente tem por isso o mais alto conceito da obra industrial realizada pelo grupo Champalimaud». (fls. 15383-v.º).

ANTÓNIO CHAMPALIMAUD PRESTOU RELEVANTES SERVIÇOS AO PAÍS

À pergunta sobre se António Champalimaud prestou relevantes serviços ao País, o dr. Correia de Oliveira, respondeu desassombradamente, o seguinte:

«Segundo as actuais coordenadas constitucionais e políticas, é na iniciativa privada que assenta o desenvolvimento económico».

Sem aumento de riqueza não pode haver progresso nacional, pois de pouco valerá repartir melhor se não houver aumento de produção. **Ora o réu Antopnio Champalimaud é um grande represente da iniciativa privada, ao serviço da riqueza nacional, que tem prestado grandes serviços ao progresso do país**, conforme já disse.

O que o País precisa é cada vez mais de homens e iniciativas do mesmo estilo, para se atingir as metas do bem comum».

A OBRA DIFÍCIL DA SIDERURGIA NACIONAL

A propósito de uma das realizações mais importantes de A. C., falou também o eng. Amilcar Marques, prof. catedrático, do modo seguinte:

«A obra da S. N. foi particularmente difícil e exigente de energia, clarividência e competência, não só pela natureza da própria indústria, como também já pelas deficiências de condições existentes no país para ela, e por a conjuntura e a evolução tecnológica que se verificava na altura das grandes decisões respectivas, tornaram estas muitíssimo delicadas e difíceis.

É de salientar, no tocante a crédito e a financiamentos, que quando se instalou a primeira fase, apenas 30 por cento do investimemto teve o aval do Estado, e que nos investimentos ultimamente feitos da ordem de dois e meio milhões de contos, os financiamentos foram obtidos sem quaisquer garantias de terceiros, Estado os particulares, e que entidades financeiras inglesas e francesas declararam formalmente ao depoente, que isto só era possível devido ao crédito que merecia o sr. A. C. e a sua gerência».

Disse mais o sr eng. Amilcar Marques:

...foi apenas devido à visão do réu A. C. que a S. N. foi montada em condições de poder subsistir e triunfar».

«E no entender sempre do sr. eng. Amilcar Marques, foi devido ao espírito revolucionário de António Champalimaud que adiantando-se à sua época escolheu as soluções do futuro, que se deve o sucesso e o triunfo da Siderurgia».

Também testemunhas falaram da obra de A. C. no Ultramar.

Entre outros o Almirante Vasco Lopes Alves, o Almirante **Sarmento Rodrigues** e o **Comandante Gabriel Teixeira**, antigos Ministros do Ultramar e antigos Governadores Gerais de Moçambique, todos com a autoridade que lhes confere o facto de haverem exercido as mais altas funções governativas respeitantes no Ultramar.

ANTÓNIOCHAMPALIMAUD PÔS O INTERESSE NACIONAL ACIMA DO SEU INTERESSE PESSOAL

Afirmou o Comandante **Gabriel Teixeira:**

«O réu António é um homem de palavra».

«O réu António pôs o interesse nacional acima do seu interesse pessoal».

«A ideia em que o réu António é tido no meio em que o depoente convive, é a de que o réu António é um realizador raro, um homem invulgar, que vive com a ambição de criar». (Depoimento a fls. 15371-v.º e 15372 dos autos).

Falámos até aqui de altas personalidades do país que a António Champalimaud se referiram nos termos atrás descritos.

A PALAVRA DOS COLABORADORES DE ANTÓNIOM-CHAMPALIMAUD

Mas também os colaboradores de António Champalimaud têm a sua palavra a dizer. São eles milhares de pessoas que encontraram trabalho e melhores condições de vida nas rasgadas iniciativas que o António Champalimaud levou a cabo em território português.

Citemos tão somente as palavras de um desses colaboradores. A palavra de **Antonio Silva Jorge:**

na opinião do depoente, a palavra de António Silva Jorge, baseada na experiência de 22 anos de trabalho no grupo de empresas Cimentos Liz, é de que o sr. Antonio Champalimaud é um homem **sério, superiormente inteligente, extraordinário trabalhador, estimado e respeitado pelos que com ele trabalham e, como empresário, entende o depoente que António Champalimaud se mais dois tivessem existido na sua época, da sua envergadura e iniciativa, a estrutura económica do País, de tipo agrário, prestamista, comercial, ter-se-ía conseguido que ele evoluísse para uma estrutura económica industrial que agora tornaria muito mais fácil a entrada do País em espaços económicos industrialmente desenvolvidos:»**

E ninguém ousará dizer, srs. juízes, que as palavras citadas constituem «bajulices» a soldo de António Champalimaud.

E ninguém responsável o poderá dizer, porque a obra ímpar de António Champalimaud não poderão V. Exas. ignorá-la no decurso de todo o julgamento.

O SONHO DE HENRIQUE SOMMER

Henrique Sommer teve um sonho __ erguer uma fábrica de cimento, algures na Maceira. E conseguiu realizar esse sonho, à custa de muitos sacrifícios e esforços.

Uma terrível doença o vitimou quando dele haveria ainda muito que esperar.

Não abandonou até à altura da sua morte a preocupação sobre o futuro dessa obra, confiando-a às suas queridas irmãs, Maria Luísa e Albana, nas quais tinha a confiança que resulta de uma longa convivência de amizade e colaboração.

Morreu cedo Henrique Sommer.

Tão cedo que jamais poderia adivinhar que sobre a sua fábrica da Maceira iria ser construída a mais válida obra industrial das décadas que se seguiram.

Foi pena Henrique Sommer ter morrido prematuramente.

Porque se a morte o não tivesse arrebatado aos 58 anos, e se lhe tivesse sido possível observar com os seus próprios olhos a prodigiosa obra erguida por seu sobrinho António Champalimaud, esta questão não teria sequer existido. Não teria sequer surgido, porque Henrique Sommer não sentiria necessidade de adiar para mais tarde __ através das irmãs __ a escolha do sobrinho que melhores garantias lhe daria de continuar a sua obra. Essa escolha seria então bem fácil.

Sobre o sonho concretizado por Henrique Sommer __ a Empresa de Cimentos de Leiria __ a acção de António Champalimaud vir-lhe-ia a acrescentar mais 5 unidades industriais, espalhadas pela Metrópole e Ultramar, com 19 linhas de fabrico, tendo a capacidade de produção, que em 1944 não chegava a 200.000 toneladas anuais, atingido agora 2.500.000 toneladas anuais.

UM COMPLEXO INDUSTRIAL QUE PODE ENFRENTAR A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

A criação deste moderno e bem dimensionado complexo industrial, um dos mais válidos da economia portuguesa e dos raríssimos que pode enfrentar as modernas tendências da integração europeia, seria motivo de orgulho e de repouso para qualquer cidadão que egoistamente se preocupasse tão somente com os seus próprios interesses materiais.

Mas António Champalimaud jamais se considerará satisfeito com a sua obra __ que é sua própria, mas é também da Nação!

E assim, nul havia gundado a indústria dos cimentos a um lugar da vanguarda no conjunto da indústria portuguesa, já António Champalimaud se votava a outros dos mais longínquos sonhos de Henrique Sommer a Siderurgia. Sonho aliás longínquo na história portuguesa, mas que ninguém conseguiu pôr de pé.

Quando ainda contava apenas 35 anos, António Champalimaud assumira perante a Nação e o Governo o compromisso de erguer uma siderurgia de cuja grandiosidade e dimensão era praticamente o único defensor.

Com o seu temperamento de trabalhador infatigável, deu ao País essa bela realidade: a Siderurgia Nacional, a maior unidade industrial construída entre nós, preparada para nos próximos anos produzir 2 milhões e 500.000 toneladas de aço, liberando divisas tão necessárias à Nação e alçando a nossa indústria a plano europeu, possibilitando-a de competir com os mercados externos e assegurar o abastecimento.

Não parou aqui, como se sabe, nem parará, o esforço ingente de António Champalimaud.

A Siderurgia no Porto vai ser dentro de muito breve uma realidade.

A montagem da maior fábrica de cimento do hemisfério sul __ já o disse há pouco __ é já uma realidade no distante e fraternal Brasil.

Importa que tudo isto seja dito __ para que V. Exas. não possam afirmar que lhes não foi lembrado quem é o homem que V. Exas. vão julgar.

VITÓRIA DA MEDIOCRIDADE

E acrescentarei:

Pobre país que se dá ao luxo de expulsar do seu território um dos elementos comprovadamente mais úteis à comunidade.

Seja qual for o regime político e social que venha a instalar-se em Portugal, a verdade é que ao dispor da comunidade existem fábricas, cuja criação se deve a António Champalimaud.

E enquanto António Champalimaud assim erguia uma obra industrial admirável, era perseguido por um inspector da Polícia, cuja ignorância nem lhe permitiu passar num concurso para juiz de Direito, e por um «perito» tão ignorante e inepto que provoca o sorriso de quem lê os seus doutrinais relatórios.

Pobre país...

Não pensem V. Exas., evidentemente, que eu advogaria a impunidade de António Champalimaud, só por ele haver indenegavelmente prestado relevantíssimos serviços ao País.

Não!

A verdade porque me bato é muito outra. A verdade é que este processo representa a vitória da mediocridade contra a razão e a lucidez.

A verdade é que os falhados e os frustrados viram neste processo a vingança para as suas mesquinhas invejas e os seus ciúmes inconfessáveis.

A verdade é que este processo representa mais um episódio trágico a acrescentar aos muitos em que a nossa história é infelizmente fértil.

Eis uma das razões porque V. Exas. têm, neste momento, graves responsabilidades sobre vós, responsabilidades que eu não me canso de relembrar e de reivindicar.

UMA INJUSTIÇA!

Através de uma injustíssima pronúncia, V. Exa., senhor presidente deste Tribunal, fez sair do País para tomar os caminhos do mundo, um dos seus mais notáveis cidadãos. É certo que o seu género de industrial teria porventura melhor acolhimento noutras partes do mundo, sequiosas por albergarem homens da sua capacidade.

Mas a responsabilidade, perante o País, pelas consequências de tal decisão, essa pesa neste momento sobre V. Exas.

E cabera agora a V. Exas., escolher e decidir entre a mediocridade dos drs. Fernandes e Viegas e a capacidade e o trabalho, representados pela personalidade e ela a obra do meu constituinte.

Caberá a V. Exas. **decidir entre a palavra de Carlos Champalimaud e a palavra de António Champalimaud.**

Entre a voz da loucura de Carlos Champalimaud e a voz da razão e do bom senso de seu irmão António Champalimaud.

V.ª Ex.ª, permita-me que o diga, como senhor juiz corregedor, praticou uma grave injustiça, quando, no dia 5 de Março de 1971, afirmou:

«Se fosse um simples homem da rua, e não apenas um juiz que, como tal, não tem de ter opiniões prévias, antes diria que António Champalimaud, se limita a comprar acções em grandes empresas já existentes». **(Século, 6-5-71).**

V. Ex.ª, emitiu essa opinião como homem, e não como juiz.

De qualquer modo, como homem V. Ex.ª terá praticado uma injustiça.

Mas confio em que V. Ex.ª, não praticará outra injustiça na veste de juiz.

DURA E LONGA JORNADA

Para entrar no estudo do despacho de pronúncia da posição assumida tanto pelo Ministério Público da querela que deduziu, como pelos assistentes naquela que formularam, falta-me neste momento abordar tão somente o de algumas diligências que a defesa de António Champalimaud teve por úteis, necessárias ou até imprescindíveis durante a duração do processo e que não vieram efectivamente a ter lugar.

Da enunciação e enumeração dos factos que vou expor, importa que seja compreendida por V. Exas. exactamente na medida em que quando eu abordar os vários pontos concretos da matéria do processo, os vários capítulos em que o apuramento da matéria de facto se tem de dividir, V. Exas. compreenderam pela remissão para estas diligências indeferidas e em relação às quais agora me vou pronunciar, V. Exas. compreenderam o verdadeiro alcance dessas diligências e algumas até sem terem sido realizadas, talvez, só na medida em que requeridas foram, poderão ajudar V. Exas. a esclarecer-se.

Entretanto, que tempo mais poderia durar um julgamento, com a realização das diligências solicitadas por António Champalimaud?

Que demora mais poderia ser ocasionada a um julgamento, em que tantas e tantas sessões de julgamento se perderam na averiguação de matérias absolutamente estranhas àquela que o julgamento visara esclarecer?

A demora serviria evidentemente aos assistentes, principais culpados dela, para manterem hasteada a bandeira negra da prisão de Henrique Champalimaud.

A defesa de António Champalimaud, contrariamente, em quanto se esforçou foi em dar ao julgamento toda a sua diginidade, ao julgamento e à justiça de que, pela repercussão dos factos, ela teria de ser reflexão e padrão.

Dura e longa jornada.

Do julgamento, haveria de necessariamente resultar, como resultou, a verdade, __ e daí a posição final assumida pelo digno representante do Ministério Público.

Entretanto, quanto menos tempo se poderia ter gasto, se houvesse __ gasto o tempo só com o que fosse útil para a averiguação dos factos, se ao menos diligências visivelmente pertinentes e desde tão cedo requeridas houvessem merecido deferimento.

Quão mais cedo a verdade teria sido esclarecida, quão mais cedo se teria concluído que este processo, era um processo sem pés nem cabeça, quão mais cedo a paranóia do principal acusador teria sido detectada e verificada, quão mais cedo se teria apurado que ele mentia com uma impressionante desfaçatez, face ao tribunal que o escutava atencioso e diferente.

Mas não.

Proclamando frequentemente o princípio de que o apuramento dos factos deveria visar a busca da verdade material, criaram-se dificuldades à defesa; e algumas, até, para colocar esta em situação verdadeiramente difícil, quando o tribunal tinha amplos e poderosos recursos à mão, e como aliás lhe competiria, promover a exaustiva averiguação dos factos, para determinar se procederiam ou não as acusações deduzidas.

Não obstante, só porque o réu António Champalimaud, tendo arrolado a fls. 8523 dos autos testemunhas de defesa, vindo a alterar o respectivo rol a fls. 9400, e porque, neste último requerimento, por indicar testemunhas de fora da comarca, teve a cautela de consignar, de harmonia com o disposto no artigo 384 parágrafo único do Código do Processo Penal, que as testemunhas seriam apresentadas, __ logo o Tribunal interpretou a declaração no sentido mais desfavorável a António Champalimaud, ordenando que nenhuma testemunha desse réu fosse notificada, pois que todas teriam de ser apresentadas em juízo. Isso permitiu ao Tribunal escusar-se a ouvir uma testemunha de primacial importância, como era do perfeito conhecimento do Tribunal, um dos advogados que intervieram no processamento do inventário instaurado por óbito de Henrique Sommer, e que exctamente por ser o único advogado sobrevivente, dado o falecimento do senhor dr. Octávio de Brito, seria quem, com conhecimento directo de causa, poderia e deveria ser ouvido sobre a actividade simulatória produzida naquele inventário e cujo apuramento teria especial relevância na decisão deste processo.

O Tribunal sabe perfeitamente que o **dr. Jorge Pinto Basto** não compareceu, escudando-se atrás de um inexistente segredo profissional, porque teve medo de Carlos Champalimaud, da sua venenosa linguagem, das suas atitudes e das suas ameaças, que ele não se coibiu sequer de ocultar de V. Ex.ªs, afirmando aqui publicamente, numa das primeiras sessões de julgamento em que tive intervenção, que o havia visto na rua em passeio oposto, e que tinha até atravessado para o interpelar, para lhe dizer que se viesse ao Julgamento, tinha muitas coisas interessantes dele, para contar.

E por mais que a defesa insis-

O caso da herança Sommer

tisse em que o Tribunal promovesse a audição do dr. Jorge Pinto Basto, viu indiferidos todos os seus requerimentos, — e o dr. Jorge Pinto Basto não trouxe ao Tribunal os esclarecimentos por que este deveria insistir, e que se mostravam de prima evidência para o apuramento da verdade.

Em desolador e flagrante contraste com este impedimento à audição do dr. Jorge Pinto Basto, mal Carlos Champalimaud referenciava num nome em favor das suas abstrusas teses, fossem elas pertinentes à matéria de fundo da causa, ou meramente acessórias, ou até sem nenhum interesse, logo o Tribunal ordenava oficiosamente a comparência do referenciado, para ouvi-lo.

São casos flagrantes os que vou apontar:

O da audição da **madame Cassiano Neves,** — senhora tão so, porque foi referenciada a fls. 12.087, v.º dos autos, como pessoa cujo pai teria ouvido dizer a Henrique Champalimaud que as acções de Henrique Sommer tinham passado para os sobrinhos foi imediatamente chamada ao Tribunal.

CLUBE D. CARLOS!

Madame Cassiano Neves, que não tinha sido arrolada como testemunha, que é mulher do médico que passou os atestados que a Carlos Champalimaud convinham, respeitantes, quer a Fernando Sommer, quer a Afonso Sommer, (e que o exame pericial e oficial a este último completamente desmentiu); madame Cassiano Neves, íntima toda a vida de Henrique Champalimaud; madame Cassiano Neves, que faz parte do dilecto grupo que Carlos Champalimaud recebe e reúne no seu clube «D. Carlos» nos seus estados da Marinha, madame Cassiano Neves, mãe exemplar de filhos exemplares, como é atestado pelo facto público de um dos seus rebentos haver colaborado e sido condenado por actos selvagens levados a cabo na Quinta da Marinha, de que foi vítima indefesa um casal.

Madame Cassiano Neves, foi logo chamada oficiosamente pelo Tribunal a juízo, e escutada a fls. 12.225 dos autos.

Da relevância do seu depoimento, me ocupei eu, quando efectivamente chegou à altura própria das alegações.

Prosseguindo, afirmou o dr. Palma Carlos:

Mas muitas outras diligências mais recusou o Tribunal, — todas requeridas evidentemente por António Champalimaud.

Indeferiu a audição dos inspectores da Polícia Judiciária que aqui poderiam ter retratado perante o Tribunal as figuras e personalidades das sr.ªs D. Maria Luísa e D. Albana, que pessoalmente tinham visto, e a quem pessoalmente tinham escutado, afirmando-se como se afirmavam as únicas proprietárias das acções, que as haviam emprestado a António Champalimaud, que este lhas havia restituído, que todos os sobrinhos haviam tido perfeito conhecimento da carta de Henrique Sommer, e todos a tinham acatado etc. etc...

Se Carlos Champalimaud no seu tipo de prova suspeitória, que era a única que ele sabia produzir e trazer autos, insinuava que as sr.ªs D. Maria Luísa e D. Albana teriam produzido tais afirmações por estarem dominadas por António, — porquê então não esclarecer as condições em que as declarações haviam sido prestadas face aos próprios inspectores que as haviam visto e escutado?

Mas mesmo independentemente desse aspecto, a audição do inspector dr. Araújo e Sá, actual subdirector da Polícia Judiciária, ter-se-ia imposta em defesa do prestígio da própria justiça, na medida em que Carlos Champalimaud, não hesitou em declarar que teria sido falsificado um seu auto de declarações, lavrado na presença desse inspector, falsificação que se traduziria em ter-se substituído a expressão «ao» pela expressão «do», — modificação que alterava completamente o sentido do respectivo texto —.

Sabem V. Ex.ªs do que se trata. Foi expressamente referenciado pelo Magistrado do Ministério Público, prevenção **do** declarante ou prevenção **ao** declarante.

Carlos Champalimaud afirmou nesta sessão de julgamento que, onde ele teria ditado ou onde se acharia escrito, prevenção **do** declarante, estaria inicialmente escrito prevenção **ao** declarante.

Carlos Champalimaud nem sequer admitia, que a substituição da expressão pudesse ser erro dactilográfico.

Não.

Para Carlos Champalimaud, a palavra tinha sido claramente substituída;

E o que resulta das afirmações que produziu a fls. 11.894 v.º dos autos, em relação ao que declarara na Polícia Judiciária a fls. 6824 v.º

E assim com uma penada, e sem que o Tribunal haja revelado o menor interesse pelo esclarecimento do facto, Carlos Champalimaud mudou a afirmação que na Polícia Judiciária produzira.

O que disse, afinal, então Carlos Champalimaud na Polícia Judiciária?

O senhor inspector terá sido o autor ou o responsável pela falsificação?

Ou Carlos Champalimaud, na sessão de julgamento de 13-11-70, em que denunciou a pretensa falsificação, teria inventionado nova versão dos acontecimentos segundo os seus interesses e a evolução da sua própria doença — como anota o distinto médico sr. dr. José Nisa Mendes, na página 107 do parecer recém-junto aos autos, e como o próprio Ministério Público viria a ter para si seguro, como afirmou em alegações finais? Mas o Tribunal recusou, sobre esse ponto, não só a audição dos inspectores, mas o próprio exame que a defesa requereu ao referenciado passo da acta.

Portanto, o que a defesa se permite criticar é a falta de interesse revelada pelo Tribunal na averiguação da verdade sobre estes pontos concretos. A defesa não pode deixar de afirmar que inconscientemente, **essas recusas do Tribunal davam cobertura ao delírio acusatório do queixoso Carlos.**

Enumerou depois o dr. Palma Carlos vários pedidos da defesa que foram indeferidos pelo Tribunal, considerando que, inconscientemente, essas recusas do Tribunal davam cobertura ao delírio acusatório do queixoso Carlos, e afirmando o interesse real das provas requeridas pela defesa para o esclarecimento da verdade.

Nesta sequência, afirmou o causídico:

SINGULAR JULGAMENTO

Singular julgamento este em que um Tribunal especialmente escolhido pela Polícia Judiciária, para proceder a um julgamento, actua em todo o decurso do mesmo nas condições que deixo descritas, e que o sr. dr. Proença de Carvalho, no requerimento que se encontra a fls. 13.049 dos autos, nestes mandado manter na íntegra pelo Tribunal da Relação, depois de V. Ex.ª o haver mandado integralmente riscar, tão lapidarmente retratou.

Para além deste desinteresse que o Tribunal demonstrou em relação à averiguação das matérias manifestamente pertinentes à matéria dos autos, indeferindo múltiplos requerimentos de António Champalimaud, a quem durante certo tempo condenava sistematicamente em imposto de justiça por cada requerimento indeferido, para além da obstrução que descrevi nos lapidares termos do requerimento do dr. Proença de Carvalho, para além de tudo isto, ficou na memória de todos o tratamento contrastante usado por um lado a Carlos Champalimaud e aos seus aderentes e por outro lado à prova da defesa de António Champalimaud.

Os autos dão perfeita notícia desse contraste.

No primeiro aspecto, em relação a Carlos Champalimaud, também Proença de Carvalho resumiu lucidamente a posição de relevo, de autêntico censor da prova que o Tribunal lhe dispensou:

No tocante às testemunhas de defesa, eu próprio fui forçado a lavrar nos autos constantes protestos pela forma como a inquirição se processava, obstrutiva em relação à minha actuação e intimidativa em relação aos depoentes.

Tudo isto aconteceu entretanto, já no decurso do julgamento.

BOA FÉ AINDA — A DE ANTÓNIO CHAMPALIMAUD!

O processo — amálgama ilegal de processos — chegara da Polícia Judiciária a este 1.º Juízo Criminal de Lisboa em 29/6/1968.

E foi para este julgamento — que António Champalimaud seria arrastado.

Ainda tentou evitá-lo, atalhando os autos com o seu requerimento — exposição, de fls. 7950.

Através desse requerimento, António Champalimaud prestou os esclarecimentos cuja prestação verbal havia requerido à Polícia Judiciária em 25 de Junho anterior, mas que o sr. inspector especial indeferira.

Como é do conhecimento de V. Exas., eu não patrocinava nessa altura António Champalimaud.

E o estudo por mim feito do processo, a minha intervenção no julgamento, ter-me-iam levado, se eu sou advogado fosse naquela altura, a desaconselhá-lo à apresentação, na Polícia Judiciária, do requerimento de fls. 7534.

Desaconselhá-lo-ia de solicitar a sua própria audição depois do auto de declaração de fls 7882 de 18 de Março anterior, em que António Champalimaud tomara a válida posição de declarar que «naquele momento e naquele local, nada mais tinha a responder».

Mas é certo que o requerimento de António Champalimaud, de 25 de Junho, poderá ser entendido como uma integração naquela explicável linha de conduta, por ele mantida através da dezena de anos que durou a instrução dos processos, e durante os quais, em atitudes de perfeita consciência, de inultrapassável boa vontade, de desejo de evitar escândalos, enxovalhos e a vergonha de arrastar para público dissenções familiares de que não tinha a mínima culpa e em que lhe não cabia a mínima responsabilidade, forneceu todos os elementos a seu dispor, procurou, em suma, mostrar e demonstrar que não tinham o menor fundamento as acusações de que seu irmão Carlos o fizera alvo.

Inútil e vão esse esforço, perante a insistência, as influências, o ódio e a inveja, e principalmente as falsidades e mentiras, do referido seu irmão, o qual, confessando na instrução e no julgamento, a todo o momento e a propósito de tudo, a sua própria incapacidade, encontrou neste processo o tempo áureo da sua glória, a vitória da sua vida, enfatuando-se com o bolsar das infâmias e com as figuras que fazia aqui neste 1.º Juízo Criminal, em sucessivas sessões de julgamento, e que daqui transportava orgulhosamente para a sua vida exterior, conseguindo igualar a sua vã vaidade à sua grande estatura física.

Porque se António Champalimaud não tivesse tido as intenções que atrás lhe atribuo, de pacificação, de esclarecimento e até de vergonha, não por si mas pelas figuras a que seus irmãos o arrastavam e que eles próprios faziam — teria ele assumido, na instrução preparatória, e desde a primeira hora, perante a falsidade e o absurdo das acusações de seus irmãos, teria assumido, dizia eu, a posição que desde a primeira hora também eu, como seu advogado, lhe aconselharia que tomasse, e que só veio afinal a assumir no último auto de perguntas —, quando aprendeu, e tão tardiamente, na sua inteira boa fé, que não era o esclarecimento dos factos que se visava, mas sim, o seu derrubamento da posição de grande director, mentor e industrial, a que, por seus raros méritos, conseguira guindar-se.

Essa posição processual, seria a que eu há pouco atrás referi, e que só veio a tomar no último auto de perguntas: «não tenho nenhumas declarações a prestar, neste local e neste momento».

Tal declaração implicitava, de resto, a sua confiança, nas decisões e posições que os tribunais viessem a assumir.

Posso dizer:

Boa fé ainda — a de António Champalimaud!

Continuação da pág. 5

niu, desta vez, não num círculo estreito de conhecedores, de peritos, de sujeitos mais dentro do assunto: a campainha retiniu por todo o país, através da televisão. A televisão portuguesa cumpriu a missão, que deveria ser fundamental e continuamente a sua, de dar ao nosso povo alguma verdade que lhe é devida, de o consciencializar para a avaliação de um dos grandes problemas do nosso tempo. Ontem, através de «Há só uma Terra», a televisão portuguesa respirou como um ser vivo. Não pegou o telespectador ao colo e lhe cantou ó-ó. Gritou-lhe: corres perigo! E vou-te dizer porquê...

O povo, esse, sabe porque. Sabe o perigo que corre do construir as suas habitações precárias ou ao viver nas casas levantadas em terrenos que são leitos das grandes cheias. Que há-de fazer ele, não me dirão a mim, ou melhor dizendo, não lhe dirão a ele? Qual a fatia que lhe dão no bem-estar, no progresso, na riqueza que, ao que ouço dizer, graça, perdão!, grassa por aí?

Ninguém lhe pergunta isso. De maneira que, olha: os trabalhadores deslocam-se para os arredores da cidade ou para os locais próximos da oficina ou da fábrica.

Isso é uma coisa. Outra é vir à televisão explicar-nos a nós, a nós que não estivemos directamente envolvidos no Novembro-67, os perigos que não apenas subsistem, mas aumentaram e quanto! Assim procedeu Gonçalo Ribeiro Teles — mas não se ficou por aí: ele chamou, abanou as entidades que não tomavam ainda consciência da gravidade da situação.

Ribeiro Teles não se limitou a desmontar o mecanismo da tragédia: a destruição da natureza, a ordenação da cidade, não atendendo aos interesses da comunidade. A tudo se sobrepõe a especulação com os terrenos. Aqui mesmo à beirinha da cidade, na Calçada do Carriche, à vista de todos, se processa um desses crimes cujas consequências não deixarão de ser nefastas. Em Olival do Basto (e eu *vi*, eu estive lá em Novembro-67!) tudo se encaminha para uma futura tragédia *ainda* maior. Em Lisboa, por todo o lado, os espaços verdes são devorados pela construção e, na maioria dos casos, em condições tais que nos fazem tremer pelo futuro e segurança das populações — porque, para utilizar as palavras de Gonçalo Ribeiro Teles «uma cidade assim, há-de ser sempre uma cidade doente». Ainda palavras suas, para que nenhuma dúvida reste: «O problema é dramático e é de pedir responsabilidades a quem de direito».

Baril. Tudo certo. O aviso está lançado. O manípulo de alarme foi puxado, mas o comboio continua em andamento, não parou nem um breve segundo. Se tu, leitor, deres um passeio, agora mesmo, por esse Carriche, por esse Olival, por esse vale de Algés, verás tudo na mesma, tudo na gasosa delirante como se Gonçalo Ribeiro Teles nada tivesse dito, como se a televisão, em vez de «Há só uma Terra», tivesse transmitido uns desenhos animados do Speedy Gonzalez.

IX Festival da canção do Mundo Celta

No dia 2 de Junho serão apuradas, em Guimarães, as dez canções portuguesas concorrentes ao IX festival «Canção do Mundo Celta», que se realizará em Orense (Espanha), a 28 e 29 daquele mês.

O regulamento pode ser solicitado ao Círculo de Arte e Recreio de Guimarães, para onde as canções devem ser enviadas até ao dia 3 de Maio.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por José Manuel Quintão «Café Aliança» FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

CCN

companhia colonial de navegação

PARTIDAS	DESTINOS
LINHA DE AFRICA	
«LUANDA» a sair em 26 de Abril	Vindo dos portos do Mediterrâneo, com escala prévia por Leixões, para: S. TOMÉ, LUANDA, LOBITO, MOÇÂMEDES, CAPE TOWN, DURBAN, LOURENÇO MARQUES, BEIRA e NACALA.
«BAILUNDO» a sair em 16 de Abril	Com escala prévia por Leixões, para: LUANDA, LOBITO, MOÇAMEDES, LOURENÇO MARQUES, BEIRA e NACALA.
«UÍGE» a sair em 28 de Abril às 16 horas	Com escala prévia par Leixões, para: LAS PALMAS, LUANDA, LOBITO e MOÇAMEDES.
«GANDA» a sair em 30 de Abril	Vindo dos portos do Mediterrâneo, com escala prévia por Leixões, para: LUANDA, LOBITO, MOÇAMEDES, CAPE TOWN, DURBAN, LOURENÇO MARQUES, BEIRA e NACALA.
«INF. D. HENRIQUE» a sair em 5 de Maio às 12 horas	Com escala pelo Funchal, para: LUANDA, LOBITO, CAPE TOWN, LOURENÇO MARQUES e BEIRA.
«BERNARDINO CORRÊA» a sair em 21 de Maio	Vindo dos portos do Norte da Europa, com escala prévia por Leixões, para: CAPE TOWN, P. ELISABETH (*), E. LONDON (*), DURBAN, LOURENÇO MARQUES, NACALA e PORTO AMÉLIA (*).
«AMBOIM» a sair em 6 de Junho	Vindos dos portos do Mediterrâneo com escala prévia por Leixões, para: LUANDA, LOBITO, MOÇAMEDES, CAPE TOWN, DURBAN, LOURENÇO MARQUES, BEIRA e NACALA.
LINHA DA AMÉRICA CENTRAL	
«SANTA MARIA» a sair em 16 de Abril às 18 horas	Com escala por Vigo e Fnchal, para: TENERIFE, PORT EVERGLADES (MIAMI), LA GUAIRA e CURAÇAU.

(*) — SE NECESSÁRIO.

DL/ESTRANGEIRO

COREIA DO NORTE

OFENSIVA DIPLOMÁTICA A NÍVEL MUNDIAL

PEQUIM, 13 (F.P.) — O encarregado de noegócios da embaixada da Coreia em Pequim, Li Jai Pil, declarou que é impossível fazer avançar o diálogo entre o Norte e o Sul da Coreia, enquanto não acabar «a interferência do imperialismo americano nos assuntos internos coreanos».

Esta declaração parece fazer parte duma nova iniciativa diplomática de Pyongyang para novo lançamento das discussões inter-coreanas, na perspectiva da próxima Assembleia Geral das Nações Unidas. O encarregado de negócios, salientou que esta condição é para a Coreia do Norte, a chave do processo de reunificação pacífica da Coreia.

O encarregado de negócios declarou a propósito, que Pyongyang acaba de dirigir uma carta a todos os parlamentos e governos do mundo, assim como ao Congresso Americano, pedindo-lhes para darem a maior atenção ao desenvolvimento da situação na Coreia. O ano passado, tal como em 1971, a questão coreana não foi debatida em Assembleia Geral da ONU, devido, principalmente, à oposição dos Estados Unidos.

A Assembleia Geral das Nações Unidas deveria intervir para dispensar da sua missão de «capacetes azuis» as tropas americanas estacionadas na Coreia do Sul, declarou, em substância, Li Jai Pil. Deveria, igualmente, acrescentou, obter a retirada dessas tropas e a dissolução da «comissão para a unificação e a reconstrução da Coreia».

Estamos dispostos a reduzir as nossas forças armadas para 200.000 homens ou menos», se os americanos retirarem as suas tropas da Coreia do Sul, salientou o encarregado de negócios. Depois de apontar «os obstáculos» erguidos pelos americanos relativamente ao diálogo inter-coreano, Li Jai Pil acrescentou que «os imperialistas americanos estão a arrastar as forças reaccionárias japonesas para a execução da sua política agressiva contra a Coreia».

O encarregado de negócios pediu, igualmente, que um representante da República Democrática Popular da Coreia seja convidado a estar presente nas Nações Unidas, quando a questão coreana ali for discutida.

A concluir, afirmou que Pyongyang está pronta a fazer «tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar o êxito do diálogo iniciado entre o Norte e o Sul da Coreia».

FUNERAIS EM BEIRUTE

BEIRUTE, 13. — Dezenas de milhares de libaneses e de palestinianos assistiram aos funerais dos palestinianos mortos no «raid» israelita de terça-feira. Suspendeu-se a actividade na capital libanesa, fechando todos os estabelecimentos.

Desfilando ordeiramente, grupos de manifestantes atravessaram a cidade até à Praça dos Mártires. Por toda a parte, viam-se os retratod dos dirigentes palestinianos assassinados.

A Praça dos Mártires situa-se no Bairro Velho de Beirute. A urna de Kamal Nasser, de religião ortodoxa grega, estava no templo evangélico aonde afluíram numerosas coroas de flores. Através dos altifalantes, ouviam-se poemas do dirigente palestiniano. A mãe e os irmãos de Kamal Nasser ladeavam o caixão coberto com a bandeira da Palestina, de cores vermelha, verde, negra e branca. Presentes, numerosas individualidades religiosas ortodoxas gregas, católicas e arménias. A cerimónia no templo foi celebrada por mons. Khord, bispo ortodoxo grego do Monte Líbano, assistido por dois pastores protestantes.

Entretanto, chegava à mesquita Al Omari o préstito fúnebre que acompanhava as urnas de mais seis vítimas, entre as quais as de Kamal Aduane, de Bu Yassef e de sua esposa, todas cobertas com a bandeira da Palestina. Enquanto a multidão entoava em coro «A Palestina vencerá», grupos de «fedayne» levaram as urnas para a mesquita, a passo de corrida.

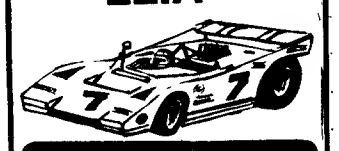
A cerimónia durou meia-hora. Obras do grande poeta Mahumud Darwiche foram declamadas, sobretudo o poema «Tudo em mim é palestiniano», escrito em Julho de 1972, quando Ghassan Kanaffnai, porta-voz da Frente Popular de Libertação da Palestina (F.P.L.P.) foi assassinado em Beirute.

VIVENDAS

VENDEM-SE

NOVAS, de luxo, na Rua Marquês de Soveral, Lote 6 (esta rua é última à esquerda no fim da Av. Marechal Carmona), em Cascais. Vende-se quintarola perto do Estoril, com pinheiros, oliveiras, árvores de fruto, vinha e toda murada, não tem casas, local sossegado e aprazível, preço 550 contos e Andar a 50 metros da praia e Marginal, local maravilhoso da Linha do Estoril, preço 550 contos. Estão empregados todos os dias nas moradias de Cascais que mostram tudo. Vende-se vivenda próximo ao Colégio Marista, Carcavelos, nova, não é de luxo, está empregado no local que mostra. Vende-se prédio de rendimento, óptima construção e acabamentos, preço 6.000 contos sujeito a oferta. Vende-se herdade, não está coutada, junto a povoação com electricidade, estrada alcatroada, correio, telefone, etc., serve para exploração agro-pecuária, grande vacaria, indústria, etc., fica a 100 km de Lisboa, preço 4.200 contos, e outra herdade coutada, esplendida casa antiga de habitação, muitos edifícios para pessoas, gados e armazéns, estrada alcatroada, telefone, distribuição de correio diária, rendimento à base de grandes: pomares, olivais, eucaliptais, regadio, pastagens e searas. Óptima para férias, fins semana (não fica muito longe de Lisboa), caça, pesca, desportos náuticos em barragem, etc. Preço 11.500 contos, sujeito a oferta. Trata a firma construtora das moradias e prédio e proprietária de tudo (não é intermediária, pode provar) TECNICIMENTO — Sociedade Geral de Construções, Ld.ª, Av. 5 de Outubro, 31, r/c. T—539773 e 539774, 9.30 às 12.30 e 14.30 às 18.30, Lisboa-1. (Ou T—284879 de Cascais e 2475240 de Carcavelos, só quando o escritório está fechado). Também está interessada em comprar terreno para urbanizar ou já urbanizado com ou sem projectos aprovados, para prédios, moradias, armazéns e indústrias, em Lisboa e arredores, Linha do Estoril e Outra Banda. Também compra, nas mesmas zonas, terreno para estaleiro de máquinas e materiais, serve mesmo quinta ou terra de mato ou de cultivo. Repete-se que não é intermediária.

LEIA



motor

ÚLTIMAS EDIÇÕES

A VIDA QUOTIDIANA EM ISRAEL

Pierre Paraf

O dia-a-dia da gente de Israel. A vida de um povo corajoso que luta há milhares de anos pela sua sobrevivência e por um lugar ao sol...

Colecção VIDA QUOTIDIANA

Preço: 50$00

A INFLAÇÃO

Maurice Flamant

Uma análise científica do fenómeno preocupante dos nossos dias que atinge proporções da maior gravidade ..

Colecção ENCICLOPÉDIA LBL

Preço: 25$00

JUVENTUDE ETERNA

E. C. Tubb

O último romance de E. C. Tubb, um dos mais prestigiosos autores de ficção científica.

Colecção ARGONAUTA — Livro de bolso

Preço: 15$00

À VENDA NAS LIVRARIAS E TABACARIAS

edições LIVROS DO BRASIL

Rua dos Caetanos, 22 — LISBOA-2

Rua de Ceuta, 80 — PORTO

FÉRIAS AO SOL

Viagens de 8 ou 15 dias, incluindo estadia, transporte desde o aeroporto aos hotéis, etc., com partida de Lisboa.

CANÁRIAS — Partidas às quintas-feiras.
Preços desde 2.770$00

TORREMOLINOS — Partidas todos os domingos.
Preços desde 2.320$00

PALMA DE MAIORCA — Partidas às terças e quintas-feiras.
Preços desde 3.400$00

FUNCHAL — Partidas todos os sábados.
Preços desde 2.720$00

APARTAMENTOS — Dispomos de vasta selecção de apartamentos desde 2 a 8 pessoas da SOFICO — LOCATUR — O. T. A. e outras organizações especializadas, na Costa do Mediterráneo.
Preços por dia desde 40$00

Reservas e inscrições:

MELIÁ PORTUGUESA — Viagens, Turismo e Transportes, SARL
LISBOA — Rua Rosa Araújo, 2 — Telefone 53 69 71

Meliá
na sua rota pelo mundo

Chou En-Lai não dá muito mais tempo ao actual regime cambojano

PEQUIM, 13 (F.P.) — O primeiro ministro chinês, Chou En-Lai, acusou os Estados Unidos de apoiarem as autoridades de Saigão, quando estas provocam obstáculos à aplicação do acordo de Paris. Chou En-Lai, que denunciou o prosseguimento da «agressão e intervenção americana contra o Camboja» e os bombardeamentos «selvagens» da aviação americana, qualificou o marechal Lon Nol como «cadáver político».

Denunciando energicamente «os manejos do imperialismo americano» na Indochina, uma semana antes da chegada a Pequim da missão encarregada de instalar o futuro centro de ligação americano, o primeiro ministro chinês declarou que o «grupo traidor de Lon Nol já não terá muito mais tempo, seja qual for o processo a que o imperialismo americano possa recorrer para lhe dar mais sangue ou lhe insuflar coragem». «Cercado por todos oa lados pelas forças armadas populares e pela massa do povo, o grupo encolhe-se na cidade de Phnom Penh, isolada do exterior, e está em plena confusão», acrescentou.

«Os Estados Unidos retiraram finalmente — disse mais adiante — as suas tropas terrestres do Vietname. No entanto, as autoridades saigonesas, beneficiando do apoio dos Estados Unidos, continuam a levantar obstáculos à aplicação dos acordos de Paris».

«Condenamos veementemente estes actos arbitrários de agressão», declarou depois Chou En-Lai ao referir-se aos bombardeamentos americanos contra o Camboja, tendo acrescentado: «O governo americano deve pôr imediatamente termo aos seus bombardeamentos, bem como a todas as outras actividades de agressão e de intervenção contra o Camboja e deixar ao povo cambojano o cuidado de solucionar, ele próprio, os seus próprios assuntos, sem ingerência estrangeira».

O primeiro ministro chinês, que salientou que «o povo chinês manter-se-à sempre ao lado do povo cambojano e apoiará firmemente a sua luta justa até à vitória final», dirigiu, em nome do presidente Mao Tsé Tung, do governo e do povo chineses, «as suas calorosas felicitações» ao príncipe Sihanouk pela viagem de um mês que acaba de efectuar nos territórios cambojanos libertados. «Os factos provam mais uma vez e com força que Norodom Sihanouk é o chefe de Estado amado e apoiado pelo povo cambojano», concluiu Chou En-Lai.

NIXON REÚNE O «SUPERGOVERNO»

O presidente Richard Nixon reuniu ontem o Conselho Nacional de Segurança, para decidir da atitude dos Estados Unidos perante o agravamento da situação militar no Camboja.

Nixon faz deste conselho um «supergoverno» para as questões relativas à segurança nacional dos Estados Unidos. Na última reunião foi estudado o relatório do general Alexander Haig a respeito da evolução da situação militar na Indochina.

Os participantes habituais nas reuniões do Conselho Nacional de Segurança são o vice-presidente dos Estados Unidos, o secretário de Estado, o secretário da Defesa, o chefe do Estado Maior Inter-Armas e o director da C.I.A.

Ronald Ziegler, porta-voz da Casa Branca, procurou desencorajar as especulações sobre a iminência de uma decisão dramática, ao declarar que não se devia prever uma alteração importante da atitude dos Estados Unidos na Indochina.

Os lances pararam às 105 mil libras e o grupo de cem gravuras de Picasso em leilão na Shoteby's foi retirado. Os peritos prevêm um grande período de incerteza de preços. (Telefoto UPI — Teleimprensa-DL)

Oferta de Picasso à França: 800 telas de autores famosos

Paris, 13 (R) — Toda a colecção de quadros que Pablo Picasso possuía assinados por outros artistas célebres — cerca de 800 obras de Renoir, Cezanne, Van Gogh e vários outros — será doada ao Estado francês para ser exposta no Museu do Louvre anunciaram os advogados de Picasso.

Quanto a disposições sobre as obras do próprio Picasso — 25.000 que continuavam na posse do pontor — não foram revelados quaisquer projectos.

O advogado Doland Dumas, disse: «Pablo Picasso desejava doar à França todas as obras da sua colecção pessoal, com excepção das obras pintadas por ele mesmo».

A declaração esclareceu imediatamente parte do mistério sobre o que vitá a acontecer à maciça fortuna de Picasso em objectos de arte, avaliada por si só em mais de 20 milhões de libras. O pintor não deixou testamento formal.

Dumas acrescentou que as obras destinadas ao Louvre constituíam uma das mais importantes colecções do mundo sobre os mestres impressionistas.

Julga-se que entre os 800 quadros espalhados pelas várias propriedades de Picasso, no Sul da França figurem telas pintadas por Modigliani, Matisse, Monet, Degas, Corot, Leger e Braque.

Os herdeiros de Picasso, a sua segunda mulher Jacqueline e Pablo Picasso, filho do primeiro casamento do pintor, pediram ao advogado Dumas para informar as autoridades do governo francês sobre a decisão tomada, de modo a honrarem os desejos do artista que tanto amou a França.

O advogado disse que a única condição imposta por Picasso era de que as telas fossem todas reunidas numa galeria do maior museu francês, onde devem ser expostas ao público.

BAIXAS NOS PREÇOS

O primeiro teste sobre o valor de obras de Picasso, desde que o pintor morreu, surgiu ontem em Londres, mas não levou a qualquer conclusão.

Um grupo de 100 gravuras de Picasso a água-forte falhou em ser vendido num leilão na firma Sotheby's quando os lances pararam em 105.000 libras. Haviam-se tecido especulações de que o grupo de águas-fortes alcançaria pelo menos 200.000 libras.

Peritos de arte em Paris sugeriram já que deverá haver um período de incerteza na avaliação das obras de Picasso, devido a certos receios de que a vasta colecção das suas telas no Sul da França possa vir subitamente a ser lançada nos mercados, provocando baixas nos preços.

BANCO ASSALTADO

LUTON, (Inglaterra), 13 — Um grupo de bandidos embuçados assaltou uma sucursal do Banco Barclays em Luton e roubou 30 000 libras (1950 contos).

Um polícia foi esfaqueado durante o assalto, encontrando-se no hospital e, embora um dos ladrões tivesse feito um disparo, nenhum dos empregados ficou ferido.

Explosão de três bombas em sindicatos espanhois

MADRID, 13 (ANI) — Três bombas rudimentares explodiram em centros sindicais da capital espanhola, como protesto contra a realização do quinto congresso sindical de trabalhadores e empresários anuncia a agência EFE.

Acrescenta que dois engenhos rebentaram às oita da manhã na «Obra Sindical del Hogar», na praça Cristina Martos, destroçando a porta principal e várias janelas do edifício e provocando um deles um incêndio que foi prontamente sufocado pelos bombeiros. O terceiro deflagrou à mesma hora na «Delegacion Sindical del Puente de Vallecas». Destroçou portas e janelas e provocou também um pequeno incêndio.

Em qualquer dos casos não houve vítimas.

PRIMEIRA VITÓRIA PARLAMENTAR DO NOVO GOVERNO FRANCÊS

PARIS, 13 — (R) — O novo governo gaullista francês ganhou o seu primeiro voto de confiança na Assembleia NNacional, conseguindo assim a aprovação para um vasto programa de reformas sociais.

De facto, a Assembleia aprovou por 254 votos contra 206 o programa que o primeiro ministro Pierre Messmer havia apresentado na terça feira.

Na votação houve sete abstenções, ao passo que 16 membros da câmara, que tem 490 representantes, não estiveram presentes á votação.

A maioria pró-governamental tinha virtualmente assegurada uma conclusão devido aos gaullistas e aos seus aliados manterem uma margem de 60 lugares conseguida nas eleições gerais levada a efeito no mês passado.

Todavia, a a votação foi um grande auxílio moral ao governo do primeiro ministro Pierre Messmer, cujo programa contém vastas medidas sociais e económicas destinadas a irem ao encontro do desejo de reforma manifestado pelos eleitores.

O primeiro ministro descreveu o seu programa como a oferta de um «terceiro caminho» entre o capitalismo clássico e o totalitarismo esquerdista.

Entre as medidas prometidas no programa de reformas governamentais incluem-se a luta contra a inflação, mais poderes para as regiões e assistência às pessoas idosas, aos estudantes, às pessoas que ganham menos e às famílias em geral.

O programa inclui também uma plataforma de política externa que sublinha a independência nacional combinada com um esforço especial para edificação de uma Europa forte, seguindo ao mesmo tempo uma política de desanuviamento com os países da Europa Oriental.

Firma norte-americana monta complexo na URSS

MOSCOVO, 13 (R) — A firma norte-americana Ocidental Petroleum firmou com a União Soviética um acordo comercial no valor de 8000 milhões de dólares, pelo prazo de 20 anos, para a troca de superfosfatos americanos contra produtos químicos russos — anuncia a agência noticiosa soviética Tass.

O contrato, assinado no âmbito da cooperação científica e técnica entre os dois países, prevê que a «Ocidental» ajuda à construção de um importante complexo de adubos minerais na região de Juibichev, que produzirá anualmente quatro milhões de toneladas de amoníaco e um milhão de toneladas de ureia.

Com este acordo, o comércio russo-americano será acrescido de 400 milhões de dólares por ano.

Em 1971, as trocas comerciais entre os Estados Unidos e a Rússia não ultrapassaram 200 milhões de dólares e, em 1972, o total subiu para mais de 500 milhões de dólares.

No princípio do ano, o presidente da «Ocidental», dr. Armand Hammer foi recebido pelo secretário-geral do Partido Comunista soviético, Leonid Brezhnev, uma marca especial de consideração para um negociante estrangeiro.

Hammer goza de invulgar prestígio nos meios soviéticos devido às suas relações com Lenine, há mais de 50 anos. Quando jovem negociante, Hammer instalou fabricas na União Soviética durante a «nova política de economia» adoptada pelos russos na década de 1920-30.

O actual acordo prevê a construção de quatro fábricas na Rússia. A «Occidental» fornecerá maquinaria e superfosfatos para o complexo de adubos minerais e receberá em troca, o amoníaco e a ureia que será ali produzido.

Trata-se de uma transacção á base de permutas, o que evitará o problema de reunir grandes somas de capital.

Sindicatos do mundo reúnem no Chile

SANTIAGO DO CHILE, 12. — (F.P.) — Uma Assembleia Mundial de Sindicatos, aberta nesta cidade por Salvador Allende, presidente do Chile, realizou ontem a primeira sessão de trabalho.

Na abertura dos debates, foi lido um documento preparado pela Central Unica dos Trabalhadores Chilenos. Depois de verificar o desenvolvimento das empresas multinacionais nos últimos anos, a Central afirma que essa actividade empresarial afecta «as relações internacionais, o comércio, as possibilidades de desenvolvimento económico e social, a soberania dos Estados, o exercício do direito a autodeterminação dos povos e as condições de vida e de trabalho».

Companhia Portuguesa de Electricidade—CPE

S. A. R. L.

SEDE
R. Sá da Bandeira, 567
PORTO

ESTABELECIMENTO CENTRAL
Av. Infante Santo, 15
LISBOA-3

ALGUNS DADOS SOBRE AS CONTAS DO ANO DE 1972

Do relatório do exercício do ano de 1972, da Companhia Portuguesa de Electricidade — CPE, SARL., concessionária, em regime de exclusivo e por tempo ilimitado, de empreendimentos hidroeléctricos, de empreendimentos termoeléctricos, clássicos ou nucleares, e de transporte de energia eléctrica, cujas centrais e instalações constituem a rede eléctrica, primária, transcrevem-se as mais significativas passagens.

Empreendimentos em exploração

Centrais hídricas — Venda Nova, Salamonde, Caniçada, Paradela, Alto Rabagão e Vilarinho das Furnas no sistema Cávado-Rabagão, com uma potência instalada de 373 MW;
Picote, Miranda, Bemposta, Távora e Carrapatelo, no sistema Douro, com uma potência instalada de 808 MW;
Castelo do Bode, Cabril e Bouçã, no sistema Zêzere, com uma potência instalada de 286 MW.

Centrais térmicas — Tapada do Outeiro e Carregado, com uma potência instalada de 400 MW.

Rede de transporte

Linhas — 1506 Km a 220 kV; 1347 Km a 150 kV e 397 Km a 60 kV.

Subestações — Ermesinde, Vermoim, Estarreja, Pereiros, Vila Chã, Zêzere, Sacavém, Alto de Mira, Setúbal, Porto Alto e Ferreira do Alentejo, com uma potência total instalada de 2635 MVA.

Reflexões sobre a produção

A produção total de energia eléctrica em Portugal Continental, durante o ano de 1972, atingiu cerca de 8 760 GWh; adicionando a este valor o saldo importador das trocas internacionais, obtemos um total de cerca de 8 800 GWh que poderemos considerar como correspondente ao consumo total interno (referido à produção ou seja, incluídas as perdas).

A produção da rede da CPE em 1972 foi de 7 234 GWh, o que corresponde a 82,6 % da referida produção total do País — serviço público e particular — e a 88,5 % da produção da rede das principais empresas de serviço público (rede que se integrava no extinto Repartidor Nacional de Cargas).

As produções da empresa, em 1972 e em 1971, repartiram-se da seguinte forma:

Produção:

	GWh 1972	1971
Total das centrais hidráulicas	6 059	5 173
Centrais térmicas	1 175	1 180
Total	7 234	6 353
Trocas internacionais: saldo de importação	35	160
TOTAL	7 269	6 513

A produção térmica registada em 1972 foi, no seu conjunto, práticamente igual à de 1971, tendo a central do Carregado produzido 955 GWh e a da Tapada do Outeiro 220 GWh. O acréscimo de consumo da nossa rede foi satisfeito não só a partir de uma produção mais elevada da central do Carrapatelo, agora já em exploração com os seus três grupos geradores, mas ainda de uma maior produção em todos os aproveitamentos do Douro Internacional. A produção dos aproveitamentos de albufeira situou-se num valor próximo do verificado em 1971; o armazenamento do conjunto das nossas albufeiras situava-se, porém, no final de 1972, cerca de 650 GWh acima do correspondente valor de 1971, o que nos permitiu dispensar, na parte final do ano (e no início de 1973), a elevada produção térmica de apoio às albufeiras que foi necessário realizar em idêntico período de 1971.

Quanto à interligação internacional refere-se que foi mantida em serviço durante a maior parte do ano, embora em geral sem trocas de energia programadas e, portanto, apenas por motivo de garantia do serviço. São, porém, de salientar a importação de energia efectuada durante o mês de Janeiro e primeiros dias de Fevereiro, proveniente de Espanha e de França, em sequência do regime de severo prolongamento de estiagem de 1971, e a exportação para Espanha de excedentes de energia hidroeléctrica do nosso sistema produtor, efectuada ainda durante o primeiro trimestre do ano, a título de permuta, com a correspondente importação durante a estiagem.

Evolução dos consumos

Na rede da CPE e empresas interligadas, abastecendo actualmente cerca de 93 % do consumo total do País, verificou-se em relação ao ano anterior um acréscimo de 12,9 % na produção total. Esta percentagem, como se compreende, não é, por si só, significativa da evolução dos consumos; na realidade, há que tomar em conta os movimentos de importação e exportação e também o consumo em bombagem hidroeléctrica o qual, logicamente, não deverá ser incluído no consumo global cuja evolução se deseja conhecer.

Tomados em consideração os factores acima indicados, conclui-se que a taxa de crescimento dos consumos totais da rede referida foi em 1972 de 10,2 % (valor que desce a 9,9 % uma vez efectuada a correcção devida ao facto de o ano ter sido bissexto); a taxa correspondente a esta havia sido, em 1971, de 8,6 %.

Movimento de energia

O balanço da energia produzida na nossa rede e da energia vendida em 1972 é o seguinte:

	GWh	
Produção total	7 234	
Saldo importador	35	
Outras recepções	3	
Energia vendida	6 541	
Consumo em bombagem (de Venda Nova para o Alto Rabagão)	93	
Perdas na rede e consumos próprios	638	
Decomposição da energia vendida		
1) Grandes distribuidores		5 690
2) Outros consumidores directos		851
TOTAL DE ENERGIA VENDIDA		6 541

Contratos, tarifas e receitas de exploração

No sentido de firmar ou actualizar contratos de fornecimento de energia eléctrica com todos os clientes, ultimaram-se negociações com alguns, iniciaram-se conversações com outros e redigiram-se novas minutas para quase todos os restantes consumidores mais representativos, incluindo os grandes distribuidores.

Para os consumidores especiais cuja actividade fabril, por motivos de ordem económica resultantes de grande consumo específico de energia eléctrica, ou também de concorrência ao nível internacional, não permite suportar a tarifa geral da CPE, têm-se praticado preços especiais que sejam, simultâneamente, compatíveis com os custos marginais de produção e com o grau de garantia exigida ou admitida pelo cliente em ano hidrológico crítico.

Abastecimento de combustíveis

Central da Tapada do Outeiro (produção em 1972: 220,3 GWh)

Devido ao consumo verificado em 1971 e ainda, com maior relevância, ao consumo elevado de 1970, o carvão armazenado nos parques da central no início de 1972 era de 236 744 toneladas. Durante o ano receberam-se 201 323 t de antracites nacionais. Os consumos verificados totalizaram 119 103 t, pelo que o armazenamento no final do ano se situava em 318 964 t, tendo portanto subido de 82 220 t.

Central do Carregado (produção em 1972: 954,6 GWh)

O consumo anual de ful-óleo nesta central atingiu 223 475 t.

Empreendimentos em curso de realização

Centrais hidroeléctricas

No Douro : Régua com a potência de 156 MW
Valeira com a potência de 216 MW
No Mondego : Aguieira com a potência de 300 MW
No Tejo : Fratel com a potência de 130 MW

Centrais térmicas

Central do Carregado : 4 grupos com a potência total de 500 MW
Central de Tunes : 2 grupos com a potência total de 32,5 MW
Central de Setúbal : 2 grupos com a potência total de 500 MW

Rede de transporte

Além dos trabalhos de construção de novas linhas e ampliação de subestações, prosseguiu uma larga actividade de estudo e projecto, com vista à concretização do amplo plano de expansão previsto para a rede de transporte, com abertura de novas subestações e introdução na rede da tensão de 380 kV.

Planeamento de novos centros produtores

Na sequência dos estudos de planeamento que têm vindo a ser efectuados, as necessidades em equipamento do nosso sistema electroprodutor, para fazer face ao crescimento dos consumos, serão satisfeitas, na parte do subsistema térmico, com a nova central de Setúbal a equipar com 4 grupos de 250 MW, previstos para entrarem em serviço, escalonamento, de 1976 a 1980.

Seguidamente, e a ser comprovada a sua viabilidade económica, como se espera, iniciar-se-á a produção por via nuclear no nosso País, com a instalação de um primeiro reactor de 500 a 600 MW, para entrar em marcha industrial cerca de 1981. Para tanto estão em curso, segundo programa convenientemente delineado, os estudos prévios e trabalhos preparatórios necessários.

Por motivo de segurança e de apoio à rede Sul, entrarão em serviço no presente ano de 1973 dois grupos de arranque rápido, com turbinas a gás, de 16,25 MW cada, na subestação de Tunes, no Algarve.

O novo programa hidroeléctrico — a partir dos estudos e projectos em curso (alguns já adiantados) — deverá ser definido em 1973/74, tendo em conta as conveniências próprias da rede eléctrica, a orientação oficial no que diz respeito aos empreendimentos de fins múltiplos e, ainda, os compromissos decorrentes do convénio luso-espanhol para o aproveitamento dos rios limítrofes.

Os aproveitamentos que se apresentam com maior interesse económico, são: Pocinho, no rio Douro; Minho Internacional; e o aproveitamento do rio Lima. Quanto aos aproveitamentos de fins múltiplos, apontam-se Crestuma, com vista a assegurar a navegação industrial do rio Douro; e Alqueva, no Guadiana, que é a obra fundamental do Plano de Rega do Alentejo.

O investimento previsto em novos centros produtores na vigência do IV Plano de Fomento, de 1974 a 1979, é de 16 milhões de contos, a preços de 1972.

A CPE tem colaborado activamente com as entidades oficiais nos trabalhos decorrentes da fase preparatória do IV Plano de Fomento, nomeadamente com as Comissões de Planeamento das Regiões do Norte e do Sul e a Comissão de Planeamento das Indústrias Extractivas e Transformadoras e da Energia, esta no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

Planeamento da Rede de Transporte

Continuaram em 1972 os estudos que a contínua expansão da rede de transporte obriga a manter constantemente actualizados.

Os principais objectivos neste domínio continuam a ser, para além da ampliação das subestações existentes:

Companhia Portuguesa de Electricidade—CPE
S. A. R. L.

— abertura de novas subestações sempre que o crescimento dos consumos e a correspondente evolução da rede o justifiquem, como é o caso de Pocinho, Régua, Batalha, Cercal, Carrgado, Setúbal (Norte), Barreiro, Sines e Tunes;

— construção de novas linhas de transporte que assegurem a conveniente ligação à rede das novas centrais e o adequado abastecimento das subestações de alimentação das redes de grande distribuição;

— arranque da nova rede a 380 kV, justificada pelas elevadas potências de que disporão as futuras centrais térmicas e nucleares, a qual assegurará a interligação com a rede europeia à mesma tensão, pelo vale do Tejo, e reforçará a necessária ligação das referidas centrais com o sistema produtor hidroeléctrico do norte do País.

O investimento na rede de transporte, que se prevê efectuar no decorrer do IV Plano de Fomento, é da ordem de 2,5 milhões de contos, a preços de 1972.

Laboratório Central

O Laboratório participou nos ensaios de recepção de materiais e equipamentos destinados a linhas, centrais e subestações, além do habitual trabalho de estudo, projecto e conservação das teleinformações, das protecções da rede e da aparelhagem de medida. Continuou igualmente a cooperação no estudo dos problemas relacionados com a expansão da rede da Companhia, quer no que toca ao seu funcionamento, quer no que respeita ao planeamento, nomeadamente a intodução do escalão de 380 kV.

Lançada no ano anterior a consulta para a automatização da maior parte das centrais hidroeléctricas — que já foi objecto de adjudicação de princípio, estando a sua execução em curso —, foi expedida já em 1972 a consulta para o telecomando das mesmas centrais, a qual se encontra, à data da elaboração deste relatório, em fase de apreciação e esclarecimnto das propostas recebidas.

Centros de Cálculo

Foi montado e entrou em serviço no último trimestre de 1972 o potente conjunto de equipamento de cálculo encomendado em fins de 1971 para o Centro de Cálculo de Lisboa. Este equipamento ficou instalado em edifício próprio, estudado, projectado e construído em tempo bastante curto, a fim de não prejudicar o programa das montagens.

Em face da complexidade do novo equipamento promoveu-se uma intensa acção de formação e treino do pessoal, a qual se iniciou antes da montagem e ainda prossegue.

No Centro de Cálculo do Porto verificou-se, em 1972, um acréscimo de 30 % na utilização do sistema nele instalado.

A integração dos dois centros de cálculo da Companhia — que funcionarão interligados — está em curso de processamento de modo a obter-se a utilização mais racional dos meios existentes, quer no campo do cálculo científico, quer nos campos do planeamento e exploração da rede, quer ainda na gestão administrativa em todas as aplicações em quue tal se mostrar rendável.

Pessoal e Organização Geral

Em seguimento dos trabalhos de análise-diagnóstico efectuados no ano passado, iniciou-se em Abril, com apoio de consultores especializados, um amplo projecto de reorganização de métodos e processos administrativos e de introdução de um método de gestão por objectivos e de sistemas de informação e controle de gestão.

No decurso do ano de 1972 ficou concluído o estudo do enquadramento de pessoal. Este estudo realizou-se no âmbito das boas técnicas de gestão, mas não se ignoraram as perspectivas sociais que ao caso poderiam interessar.

O número de empregados da CPE era de cerca de 4540 em fins de Dezembro.

Assuntos gerais de pessoal. Conselho do Pessoal

No âmbito do Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, acompanhámos e participámos no desenvolvimento dos trabalhos de revisão do contrato colectivo de trabalho, iniciados no ano transacto. Não se tendo chegado a acordo com os Sindicatos, quer nas negociações prévias, quer na fase de conciliação, passou-se à arbitragem prevista por lei, cujos resultados ainda não são conhecidos.

No âmbito da empresa, foi constituída e iniciou os seus trabalhos a comissão de recurso para atender as reclamações da revisão da qualificação de funções efectuada nas empresas fusionadas. Também se desenvolveram os trabalhos de análise e qualificação das novas funções criadas pela organização de arranque da Companhia, que deverão ficar concluídos brevemente.

Seguindo a orientação anterior de aproveitamento e valorização do pessoal existente para o provimento de novos postos de trabalho, sem o recurso, por ora, a admissões para o quadro permanente, realizaram-se concursos envolvendo cerca de 500 candidatos.

Em todos os assuntos relacionados com as políticas de pessoal, o Conselho de Gerência contou com a colaboração do Conselho do Pessoal que reuniu com regularidade durante o ano, apoiado na estrutura representativa a que se fez referência no relatório anterior. No âmbito das suas funções consultivas e informativas, este órgão tem-se revelado de muita utilidade para o bom desenvolvimento das relações sociais na empresa, promovendo uma efectiva e ordenada participação do pessoal no conhecimento das orientações gerais da Companhia e na preparação das que mais directamente lhe interessam.

Formação, segurança e informação

Dentro da orientação definida, desde o início, de aproveitamento e valorização do pessoal sem novas admissões, incrementaram-se, em 1972, as actividades de formação interna, visando sobretudo o preenchimento dos novos postos de trabalho criados pela expansão da Companhia. Porque se tornava necessário preencher as linhas de carreira a partir dos postos mais baixos, foi considerado especialmente o pessoal de menor nível de instrução, do qual cerca de 120 trabalhadores se prepararam em matérias básicas, para seguirem cursos especializados ou para prestarem serviço em postos de maior nível funcional.

Com o início da actividade do Centro de Formação para centrais térmicas, em Sacavém, previsto para uma frequência de 40 alunos, foi lançado um plano de cursos com vista à reconversão do pessoal que permitirá o preenchimento dos postos técnicos mais qualificados necessários ao arranque e funcionamento dos ffuturos grupos térmicos. Também neste Centro, aliás fora do plano mencionado, teve lugar um curso para electricistas auxiliares de centrais hídricas e subestações, que aumentou para mais de duas dezenas o número de trabalhadores especializados provenientes de reconversão. Um ou dois cursos deste tipo terão ainda lugar em 1973, para, com certa segurança, ocorrer às necessidades que possam surgir.

Continuaram a ser concedidas facilidades para a frequência de cursos em todos os escalões no ensino oficial, estando a aproveitar deste regime no presente ano lectivo cerca de 170 funcionários. Vários cursos foram concluídos no ano anterior.

No âmbito do INII continuámos a participar nos trabalhos que levaram já à oficialização, pelo Ministério da Educação Nacional, do ciclo preparatório por disciplinas quando ministrado nas empresas dentro de normas especiais.

Continuaram a proporcionar-se, em grande número, estágios escolares a alunos nacionais do ensino secundário, médio e superior, e a alunes estrangeiros do ensino superior, em regime de permuta com os nacionais, no sentido de colaborar com as entidades oficiais na preparação dos futuros técnicos.

Acção social

Durante o ano concluíram-se os trabalhos conducentes à fusão dos CAT das empresas fusionadas no Clube do Pessoal da CPE, tendo já sido eleitos os dirigentes previstos nos estatutos. Tanto através dos antigos como do novo CAT prosseguiram as habituais actividades de carácter cultural e recreativo.

Os Serviços Médicos vêm desenvolvendo larga actividade, quer no campo da medicina do trabalho, quer no da previdência social e complementar da empresa, de que beneficiam funcionários, no activo e reformados, e seus familiares, num total de cerca de 18 000 pessoas.

Tem prosseguido a acção escolar dirigida a familiares de funcionários, ao nível do ciclo preparatório e do ensino técnico, em algumas instalações exteriores, sendo também utillizado e acompanhado o ensino ministrado pela telescola. Manteve-se a atribuição, a filhos de funcionários de menor remuneração, de subsídios para estudo, e ainda a concessão de prémios escolares para distinguir os alunos de melhor aproveitamento, abrangendo igualmente funcionários da Companhia em estudos oficiais.

Investimentos e meios financeiros

Na execução do plano de actividades da Companhia, que visa dotar o País com meios capazes de satisfazer o acréscimo esperado do seu mercado consumidor, a CPE investiu 1 936 294 contos em 1972.

Nas concessões:	Contos
Aproveitamentos hidráulicos	1 262 078
Centrais térmicas	473 641
Linhas	33 598
Subestações	112 168
Outros	10 824
	1 892 309
Fora das concessões	43 985
	1 936 294

Para o financiamento das obras executadas durante o ano lançou-se uma emissão de obrigações convertíveis em acções e recorreu-se às instituições especiais de crédito nacionais, não só na modalidade de empréstimos directos, mas também para o financiamento apropriado das aquisições de bens de equipamento.

A emissão de obrigações convertíveis, a primeira lançada em Portugal no quadro das disposições do Decreto-Lei n.º 397/71, de 22 de Setembro de 1971, obteve completo êxito na sua subscrição pela generalidade dos accionistas, e também pelo público em geral quanto à pequena quantidade de obrigações convertíveis que lhe foi destinada, obrigando a um rateio de relativa importância.

O financiamento total negociado em 1972 atingiu 1 751 114 contos, de que se formalizaram, todos no mercado interno, contratos no valor de apenas 1 440 539 contos, correspondendo a diferença a concretizações nos primeiros dias de 1973 — 180 000 contos — e à utilização de 130 575 contos de empréstimos externos firmados em anos precedentes.

Por sua vez, operou-se o reembolso de financiamentos anteriores por um quantitativo de 498 267 contos, dos quais 462 487 contos respeitavam a financiamentos a longo prazo.

Pela conjugação de elementos financeiros disponíveis, estabelece-se a relação «investimento global/meios de financiamnto» como segue:

	Contos	
Investimento		1 936 294
Amortizações financeiras		498 267
Investimento global		2 434 561
Financiamentos		1 571 114
Recursos gerados internamente	632 283	
Crédito comercial	231 164	863 447

o que põe em relevo:

— o investimento global foi coberto por novos capitais permanentes em 90,5 %, dos quais 26,0 % respeitam a fundos gerados internamente;
— o financiamento não oneroso, depois de satisfeita a quota-parte das amortizações financeiras, deixou disponível para autofinanciamento do acréscimo do imobilizado 6,9 % do valor deste, referindo-se os restantes 93,1 % a capital alheio, na linha de orientação conducente a um mais justo equilíbrio da composição dos capitais permanentes da Companhia.

Plano de Financiamento para 1973

Decorrente do respectivo plano de trabalho, o orçamento para 1973 prevê um investimento da ordem dos 2 540 milhares de contos, assim distribuído:

	Contos
Centros produtores	1 864 800
Linhas e subestações	500 000
Ampliação de centrais, estudos e laboratório	175 400
	2 540 200

a que há a acrescentar, para encontrar a medida das nossas necessidades financeiras, 677 000 contos de reembolso de financiamentos anteriores.

Para fazer face a tal dispêndio — 3 217 200 contos — prevê-se a mobilização do saldo dos financiamentos contratados em anos precedentes e não totalmente utilizados, o recurso a meios gerados internamente, o aproveitamento do crédito comercial no âmbito de taxas apropriadas de redesconto no Banco Central aplicáveis a operações que envolvam compra de bens de equipamento de origem nacional e combustíveis para produção térmica, bem como a prática de outras operações adequadas de pré-financiamento, o que fixa as necessidades de fundos para 1973 em 2 344 600 contos, de que 2 150 000 contos deverão revestir a característica de novos capitais permanentes.

Tendo como base as estimativas da actividade global da Companhia nos sectores do investimento e da exploração, elaborou-se o orçamento de tesouraria para 1973 cujas previsões, em grandes rubricas, são as seguintes:

Companhia Portuguesa de Electricidade—CPE
S. A. R. L.

Recebimentos

	Contos
Venda de energia	2 273 360
Financiamentos	2 344 600
Diversos	301 040
	4 919 000

Pagamentos

Pessoal	630 900
Amortizações financeiras	676 740
Juros e dividendos	1 117 000
Taxas, contribuições e impostos	330 680
Compras, empreitadas e serviços externos	2 100 000
Diversos	35 150
	4 890 530

Balanço e resultados

Comparam-se no quadro seguinte as massas patrimoniais do balanço de 1972 da Companhia com relação a 1971:

CONTOS

	1972	1971	Diferença
ACTIVO			
Disponível	124 040	349 530	— 225 490
Realizável e transitório	827 601	839 025	— 11 424
Existências	266 818	222 607	+ 44 211
Imobilizado bruto	21 032 096	19 095 802	+ 1 936 294
Reintegrações	(2 559 511)	(2 164 789)	+ (394 722)
Imobilizado líquido	18 472 585	16 931 013	+ 1 541 572
TOTAL	19 691 044	18 342 175	+ 1 348 869
PASSIVO			
Exigível a curto prazo e transitório	1 290 901	1 257 663	+ 33 238
Exigível a médio prazo	2 699 290	3 006 322	— 307 032
Exigível a longo prazo	6 693 024	5 356 475	+ 1 336 549
Soma	10 683 215	9 620 460	+ 1 062 755
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Inicial	5 700 000	5 700 000	
Acumulada	336 758	309 758	+ 27 000
Condicionada	2 422 179	2 212 627	+ 209 552
Adquirida	548 892	499 330	+ 49 562
Soma	9 007 829	8 721 715	+ 286 114
TOTAL	19 691 044	18 342 175	+ 1 348 869

dados que, adequadamente trabalhados, permitem concluir:

— O activo circulante, inferior ao de 1971, é todavia da mesma ordem de grandeza do passivo exigível a curto prazo;

— As imobilizações líquidas são cobertas em 96,8 % pelos capitais permanentes (98,2 % em 1971);

— Consequente à política adoptada para o financiamento da Companhia, a relação capitais alheios/capitais próprios e condicionados subiu de 1,013 em 1971 para 1,106 em 1972, situando a participação dos capitais próprios e condicionados na cobertura das imobilizações líquidas em 46 %, contra 48,7 % em 1971.

Compara-se, seguidamente, o imobilizado bruto em exploração com as respectivas reintegrações acumuladas:

	Custo	Reintegrações		Valor vivo	
	Contos	Contos	%	Contos	%
Imobilizações afectas às concessões:					
Produção hidráulica	11 691 235	1 223 318	10,5	10 467 917	89,5
Produção térmica	2 081 429	374 636	18,0	1 706 793	82,0
Rede de transporte e outras instalações	2 308 366	835 922	36,2	1 472 444	63,8
	16 081 030	2 433 876	15,1	13 647 154	84,9
Imobilizações não afectas às concessões	426 977	125 634	29,4	301 343	70,6
	16 508 007	2 559 510	15,5	13 948 497	84,5

No passivo que, como nos anos anteriores, agrupa as responsabilidades a um ano, a cinco anos e a mais de cinco anos, verifica-se uma subida de 1 062 755 contos, resultante fundamentalmente do encontro dos novos financiamentos com os reembolsos operados, como, aliás, poderá deduzir-se da observação do quadro seguinte, que exprime o desdobramento analítico do saldo da conta «Financiamentos»:

CONTOS

	Saldo no início do ano	Movimento em 1972		Saldo no fim do ano
		Amortização	Financiamento	
OBRIGAÇÕES	2 281 627	136 481	250 000	2 395 146
EMPRÉSTIMOS	6 508 488	326 006	1 255 839	7 438 321
PRÉ-FINANCIAMENTO	173 595	35 780	65 275	203 090
	8 963 710	498 267	1 571 114	10 036 557

A Situação Líquida, além de exibir o resultado do ano, mostra-se acrescida da dotação para o Fundo de Reserva Legal aprovada na última Assembleia Geral e das subvenções legais — para autofinanciamento e para amortização fianceira, fixadas nos termos dos Decretos-Leis n.os 46 031 de 14-11-1964, e 46 917 de 23-3-1966 — totalizando estas 220 000 contos (216 000 contos em 1971), conforme aprovação oficial.

Também na linha de procedimentos anteriores constituiram-se provisões para cobertura de encargos vencidos mas que não foi possível liquidar dentro do exercício.

No que diz respeito à exploração e aos resultados da Companhia, comparam-se os proveitos e os custos obtidos em 1971 e 1972:

	1972	1971	Variação	
			Contos	%
PROVEITOS				
Venda de energia	2 103 286	1 925 336	+ 177 950	+ 9,2
Consumos próprios	8 289	12 146	— 3 857	— 31,8
Resultados diversos	3 201	2 442	+ 759	+ 31,1
FAT — Cobertura de encargos variáveis	191 885	196 066	— 4 181	— 2,1
TOTAL	2 306 661	2 135 990	+ 170 671	+ 8,0
CUSTOS				
Compra de energia	303	493	— 190	— 38,5
Combustíveis	164 291	164 803	— 512	— 0,3
Encargos gerais departamentais	47 891	38 653	+ 9 238	+ 23,9
Encargos de exploração	144 867	125 738	+ 19 129	+ 15,2
Encargos de conservação	97 456	82 456	+ 15 000	+ 18,2
Reintegração de imobil. afectas às concessões	317 712	312 026	+ 5 686	+ 1,8
Subvenção para investimento	160 000	157 500	+ 2 500	+ 1,6
Subvenção para amortização financeira	60 000	58 500	+ 1 500	+ 2,6
FAT - Participação na receita	218 742	238 742	— 20 000	— 8,4
Soma	1 211 262	1 178 911	+ 32 351	+ 2,7
Despesas gerais	54 832	43 085	+ 11 747	+ 27,3
Despesas de formação e estudos	7 231	3 561	+ 3 670	+ 103,1
Taxas, contribuições e impostos	99 607	77 359	+ 22 248	+ 28,8
Encargos financeiros	379 641	323 686	+ 55 955	+ 17,3
Reintegração de imobil. não afectas às concessões	1 395	889	+ 506	+ 56,9
Encargos a amortizar	8 184	13 444	— 5 260	— 39,1
Soma	550 890	462 024	+ 88 866	+ 19,2
TOTAL	1 762 152	1 640 935	+ 121 217	+ 7,4
RESULTADOS	544 509	495 055	+ 49 454	+ 10,0

Nos proveitos assinala-se, como mais saliente, a subida de 9,2 % na receita da venda de energia, a contrapor-se a um aumento global de custos da ordem dos 7,4 %. Contribuiu para esta situação de relativo equilíbrio o bom nível do regime hidrológico do ano, a exigir um apoio térmico que não excedeu o do ano anterior.

A percentagem de receita atribuída ao Fundo de Apoio Térmico — que nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031, de 14/11/64, é estabelecida por despacho da Secretaria de Estado da Indústria — foi fixada, para 1972, em 10,4 %, tendo em conta as características hidrológicas do ano findo e as correspondentes previsões de produção térmica relativas a 1973.

Nos gastos gerais da empresa verifica-se um aumento significativo de encargos, proveniente sobretudo de despesas com o pessoal.

Em «Taxas, Contribuições e Impostos», tendo em conta as provisões constituídas e os pagamentos efectuados, regista-se também um acréscimo de 28,8 % sobre idêntico encargo contabilizado no ano anterior.

Os «Encargos Financeiros» levados a resultados apresentam uma subida de 17,3 % sobre 1971. A totalidade dos encargos pagos atingiu 676 032 contos, de que se imputaram às imobilizações em curso 296 391 contos, como correspondendo ao custo do dinheiro aplicado nas referidas imobilizações.

A Companhia, em 1972, facturou a clientes 6 541 GWh, correspondentes a 2 101 291 contos. O preço médio do kWh situou-se assim em $32,1.

Continua na pág. 28

Companhias Reunidas Gás Electricidade

AVISO AOS CONSUMIDORES

Trabalhos inadiáveis para a boa conservação das redes obrigam-nos a interromper, durante algumas horas, o fornecimento de energia eléctrica no próximo Domingo, nos seguintes Sectores e Zonas:

1.º Sector — **Concelho de Lisboa:** C. do Galvão, entre Blocos A, B, C e D, Rua Conselheiro Martins de Carvalho, Rua Gonçalves Zarco. (Das 8 às 12 horas).

3.º Sector — Ruas A e B ao Bairro da Liberdade, Escadinhas do Bairro da Liberdade e imediações. (Das 8 às 12 horas). Rua Santana à Lapa 57 a 105, Trav. da Conceição à Lapa 5 a 19 e 2 a 30, Rua de S. Domingos à Lapa 88 a 94, Beco do Norte à Lapa (todo), Rua da Lapa 126, Rua de S. Ciro 45 a 53. (Das 8 às 12 horas).

5.º Sector — Rua de S. Bernardo 80-A a 130 e 15 a 53, Av. Álvares Cabral (Museu e 53), Trav. de S. Plácido 2 a 50 e 1 a 81. (Das 8 às 12 horas). Rua dos Navegantes 1 a 37 e 32 a 46, Trav. do Combro 1 a 17 e 2 a 10. (Das 8 às 12 horas).

6.º Sector — Rua das Beatas 2 a 46 e 1 a 47, Rua Senhora da Glória 61 a 119 e Igreja, Rua de Sapadores 139, (Das 8 às 12 horas). Rua Augusta 206 a 252. (Das 8 às 12 horas). Av. da Liberdade 164 a 188. (Das 8 às 12 horas).

9.º Sector — Rua das Pedras Negras 1 a 33 e 10 a 16-A, C. do Correio Velho 1 a 19 e 8 a 16, L. de Santo António da Sé 12 a 23 e Igreja, Rua Augusto Rosa 44 a 70, Páteo do Aljube (todo), Beco do Quebra Costas (todo), Rua de S. João da Praça 97 a 103, Cruzes da Sé 5 a 31-A. (Das 8 às 12 horas).

1.ª Zona — **Concelho de Oeiras — OEIRAS:** Bairro Dr. Augusto de Castro e imediações. (Das 8 às 14 horas). **VILA CHÃ — AMADORA:** Rua Marquês de Pombal, Rua Pedro Alvares Cabral, Rua Fialho de Almeida, Rua Luís Gomes, Rua Cidade da Praia, Rua de Bissau, Rua António Feijó, Av. Dr. Manuel de Arriaga, Av. Combatentes da Grande Guerra, Av. Marechal Carmona, Av. do Ultramar, Av. de Lourenço Marques. (Das 8 às 14 horas).

2.ª Zona — **Concelho de Cascais — S. PEDRO DO ESTORIL:** Rua Raúl Brandão, R. Hermano Neves, Av. Brás Fernandes, Rua Dr. Joaquim Manso, Rua Mayer Garção, Rua dos Lusíadas, Av. Marginal, Av. da República e imediações. (Das 8 às 14 horas). **ESTORIL:** Est. Marginal, Av. dos Bombeiros, Rua Val Santa Rita, Rua Guiomar Torrezão, Rua J. A. Ferreira, Rua das Acácias, Rua Dr. António Martins, Rua Maestro Lacerda, Rua José Viana, Rua Joaquim dos Santos, Rua das Flores, Rua dos Miosporos, Praia da Peça e imediações. (Das 8 às 14 horas).

3.ª Zona — **Concelho de Sintra:** Ponte de Carenque, Carenque, Rio de Sapos. (Das 8 às 14 horas). Abelheira, Av. dos Combatentes, Lopas, Moinhos da Barroca e imediações. (Das 8 às 14 horas). **MEM MARTINS:** Az. da Fonte, Rua Salvador Correia de Sá, Rua da Capela, Rua Dr. Francisco de Almeida, Rua Dr. João de Castro, Rua D. Manuel I e imediações. (Das 8 às 14 horas). **MACEIRA:** Serra de Maceira. (Das 8 às 14 horas).

4.ª Zona — **Concelho de Mafra — ERICEIRA:** Est. Nacional (parte Norte), B. dos Pescadores, Rua dos Pocinhos, Est. da Fonte dos Nabos e imediações. (Das 7 às 15 horas). Barras e Vermoeira. (Das 7 às 15 horas).

5.ª Zona — **Concelho de Vila Franca: A-dos-Bispos.** (Das 8 às 14 horas).

6.ª Zona — **Concelho de Alenquer — CARREGADO:** Rua Vaz Monteiro, Rua D. Pedro V, Rua Capitão Tenente Oliveira e Carmo, Est. de Santarém, Guisanderia e imediações. (Das 8 às 14 horas). **ALENQUER:** Rua Sacadura Cabral, Rua António Maria Jales, Rua Triana, Av. Eng.º Duarte Pacheco (parte), L. Espírito Santo, L. Palmira Bastos e imediações. (Das 8 às 14 horas). Toda a Vila Alta de Alenquer, C. Francisco do Carmo, Encosta de Mesquita, Av. Dr. Salazar (parte) (Das 8 às 14 horas). Toda a rede de B. T. da Merceana. (Das 8 às 14 horas).

7.ª Zona — **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Arruda dos Vinhos (Vila), Casal do Caranjeiro, Quinta da Moita. (Das 8 às 14 horas).

8.ª Zona — **Concelho de Sobral Monte Agraço:** Pontes de Monfalim. (Das 8 às 14 horas).

9.ª Zona — **Concelho de Torres Vedras:** Sarge, Monte Redondo, Ermigeira, Maxial, Aldeia Grande. (Das 8 às 12 horas).

10.ª Zona — **Concelho de Azambuja:** Todo o concelho de Azambuja. (Das 8 às 12 horas).

11.ª Zona — **Concelho do Cartaxo:** Cruz do Campo, Ribeira do Cartaxo, Quinta do Gaio, Valada (Das 8 às 12 horas).

Assembleia Geral Ordinária da Companhia de Seguros «A MUNDIAL»

Aos trinta dias do mês de Março de mil novecentos e setenta e três, pelas dezoito horas e trinta minutos, na sua Sede social, Largo do Chiado número oito, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de Seguros A Mundial com a seguinte ordem de trabalhos: — 1.º Discutir, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1972; 2.º — Proceder à eleição da Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão referida no número 2.º do Artigo 29.º dos Estatutos.

Encontravam-se presentes ou representados quinze accionistas totalizando duzentas e trinta e sete mil setecentas e cinco acções a que correspondiam dois mil trezentos e setenta e dois votos, como consta do Livro de Presenças. Presidiu o Presidente eleito, Senhor Doutor Tito Castelo Branco Arantes, secretariado pelos Senhores Manuel Pereira Medeiros e Luís Perestrelo Esteves. O Senhor Presidente declarou aberta a sessão informando que, nos termos estatutários, estavam presentes ou representados accionistas em número bastante para a Assembleia deliberar validamente.

Encontravam-se sobre a Mesa as publicações legais que foram feitas dentro dos prazos, assim como a distribuição do Relatório impresso, pelo que mandou proceder à leitura da convocação, após o que propôs fosse dispensada a leitura do Relatório por ser já do conhecimento de todos, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir o Senhor Presidente pôs à discussão e votação o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração em conjunto com a conclusão primeira do Parecer do Conselho Fiscal. Não havendo quem desejasse usar da palavra, foi aprovado por unanimidade. Posta à discussão e votação a conclusão segunda do Parecer do Conselho Fiscal e não havendo quem quisesse usar da palavra, foi aprovada por unanimidade.

Foi de seguida posta à discussão e votação a conclusão terceira do Parecer, propondo o Senhor Presidente da Mesa que nela fosse também incluído o próprio Conselho Fiscal. Não havendo quem desejasse usar da palavra, foi aprovada por unanimidade.

Posta à discussão e votação a conclusão quarta do referido Parecer, o Senhor Dr. Morais Leitão propôs que esse voto fosse extensivo à Mesa, o que foi também aprovado por unanimidade.

Entrou-se seguidamente no número segundo da convocação, tendo pedido a palavra o Senhor Dr. João Morais Leitão para propor que fosse dispensada a votação nominal que seria substituída pela de sentados e levantados. O Senhor Presidente da Mesa disse que não tem dúvidas em consultar a Assembleia sobre a aceitação da proposta, declarando, porém, que só a aceitará se for aprovada por unanimidade. Posta, portanto, a proposta à votação foi ela aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente procedeu então à leitura dos nomes propostos para a eleição, procedendo-se à votação pelo sistema de sentados e levantados, verificando-se a aprovação por unanimidade e portanto eleitos com a totalidade dos votos constantes do Livro de Presenças os seguintes accionistas para os cargos de: **Mesa da Assembleia Geral:** — Presidente, Doutor Tito Castelo Branco Arantes e vogais os senhores Manuel Pereira Medeiros e Luís Perestrelo Esteves; **Conselho de Administração:** — Presidente, Senhor José da Silveira Machado e os Senhores Dr. João António de Morais Leitão, António Carlos de Mello Champalimaud, Dr. Luís Melo Brevner Pereira, Filipe de Lima Mayer, Mário de Carvalho Vinhas e Mavril, Limitada, representada pelo Senhor Engenheiro José Honorato Gago da Câmara de Medeiros (Visconde do Botelho); **Conselho Fiscal:** — Presidente, Senhor Dr. Manuel Proença de Carvalho e Senhores Dr. Manuel Corrêa Henriques (Seixal), Miguel Fortunato Abecassis e Carlos Moutinho de Freitas — Suplente; **Comissão referida na alínea a) do Artigo 15.º dos Estatutos:** Senhores Dr. Tito Castelo Branco Arantes, Luís de Carvalho Daun e Lorena (Pombal) e Companhia Cimento Tejo. O Senhor Presidente declarou considerar desde já empossados nos respectivos cargos os Accionistas eleitos, aproveitando para agradecer a prova de confiança que lhe foi dada com a sua reeleição.

Pediu ainda a palavra o Senhor Dr. João Morais Leitão para propor um voto de louvor à Mesa pela forma como foram conduzidos os trabalhos e de confiança para a redacção da acta considerando-se a mesma desde já aprovada. O Senhor Presidente agradeceu e pôs as propostas à votação; verificou-se a sua aprovação por unanimidade.

A sessão foi encerrada pelo Senhor Presidente pelas dezanove horas e vinte minutos.

Manuel Pereira Medeiros
Dr. Tito Castelo Branco Arantes
Luís Perestrelo Esteves

A C. P. INFORMA:

Apeadeiro provisório de Entrecampos

Pela mudança do traçado da Linha de Cintura, entre Lisboa-Rego e Entrecampos, a circulação dos comboios ascendentes procedentes de Campolide ou Lisboa-Rossio) passa a fazer-se no novo traçado, a partir do dia 15 de Março de 1973.

Por esse motivo, o actual apeadeiro provisório de Entrecampos, que serve os comboios ascendentes, fica fora de serviço a partir das 22-45 do dia 14 do mesmo mês, entrando então em serviço o apeadeiro definitivo desse lado, que está dotado de uma bilheteira provisória.

A circulação dos comboios descendentes (destinados a Campolide ou Lisboa-Rossio) continua a fazer-se nas condições actuais. Os Srs. Passageiros que embarquem no apeadeiro provisório, do lado da via descendente passam a adquirir os bilhetes no comboio, sem qualquer aumento, até aviso em contrário.

GRANDE EMPRESA DE LISBOA

Necessita para os seus Serviços de Saúde:

★ **Enfermeira Inspectora e Enfermeira**
★ **Técnica e Preparadora de Análises Clínicas**

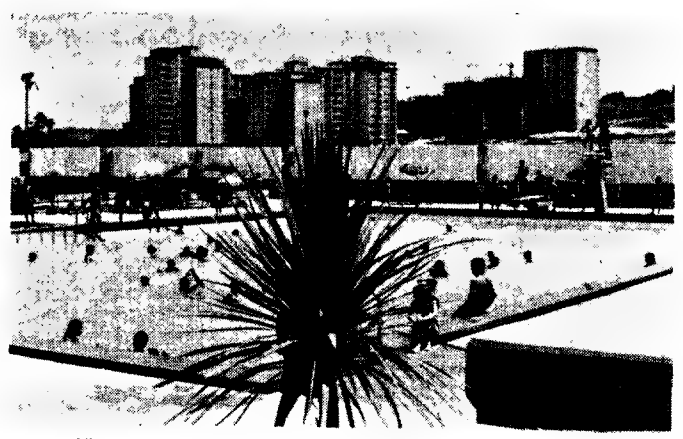
Oferece:

★ **Estabilidade**
★ **Bom ambiente de trabalho**
★ **Vencimento inicial compatível, acrescido de:**
★ **Benefícios Sociais**
★ **Subsídio de Férias**
★ **Gratificação de Natal**
★ **Participação nos Lucros, segundo a Convenção Colectiva de Trabalho Vigente**

Absoluto sigilo

Imprescindível o envio pormenorizado do seu «Curriculum Vitae» para apreciação.

Resposta a este jornal ao n.º 771



Vista parcial do conjunto urbanístico da Reboleira-Sul - Amadora

J.P. IMENTA

Apartamentos Mobilados para Habitação ou Rendimento

Utilize os nossos apartamentos turísticos de CASCAIS e PAÇO DE ARCOS para umas férias inesquecíveis e económicas

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

LISBOA:
Pr. Marquês de Pombal, 15 - Telefs 45843-563083

AMADORA:
Av. Santos Matos, 10 — Telefs. 931953-935115

QUELUZ:
Rua D. Maria I, 30 — Telefones 952021-952022

End. Teleg. SECUL

Edifício-Sede - Queluz:
Av. António Enes, 25 — Telefs. 952021/2/3/4, 5

Escritório em Lisboa:
Pr. Marquês de Pombal, 15, 1.º - Tels. 45843-47843

Escritório no Porto:
Rua Campo Alegre, 17, 3.º - Telefs. 693271/28/58

Escritório na Praia da Rocha
Sítio dos Três Castelos — Telefone 24332

AGENTES EM TODO O PAIS

DL/DESPORTOS

TAÇA DE PORTUGAL

Sporting-Leixões e o Porto em Faro

Dia 6 do próximo mês de Maio, teremos os quartos-de-final da «Taça de Portugal»: com jogos curiosos, consoante «decidiu» o respectivo sorteio, efectuado ontem à tarde, na sede da Federação.

O acasalamento indicou os embates Sporting-Leixões, Farense-Porto, Barreirense-Vitória de Setúbal e Cuf-União de Tomar, nos campos dos clubes indicados em primeiro lugar. Partidas de certo modo equilibradas, com a particularidade de voltarem a reunir-se em Alvalade os protagonistas do jogo mais comentado de toda e temporada: «leões» e matosinhenses.

Recorda-se que os quartos-de-final se efectuam numa única «mão»: e que as meias-finais terão lugar a 27 de Maio, dando lugar à qualificação para a final, no Jamor, a 17 de Junho.

Ronnie Allen substituído por Mário Lino

Ronnie Allen, o treinador do Sporting não deverá ficar ligado ao clube mais do que alguns dias, uma vez que está iminente a rescisão de contrato e a consequente saída do britânico de Alvalade. As reuniões entre o dr. Manuel Nazaré (presidente interino do clube) e Abraão Sorin (vice-presidente para o futebol) têm-se sucedido e a rescisão do contrato com Ronnie Allen é a primeira medida já decidida. Apenas se estudam as condições da rescisão.

Entretanto (e até final da época) Mário Lino repetirá a situação do ano passado: passa a tomar conta do plantel «verde e branco», não se sabendo ainda se com carácter definitivo e continuidade para o próximo ano, ou só transitoriamente e até acabar a Taça de Portugal.

Outros assuntos a resolver, para breve: Peres vai ser contactado para renovar o contrato ou mudar de clube, sendo a última hipótese a mais viável, até porque o Sporting está absolutamente decidido a contratar um defesa lateral, mas não tem dinheiro disponível nem pretende contrair empréstimos.

As negociações encetadas com Rebelo dependem grandemente desta hipótese, nada nos admirando que entre os dois excelentes «internacionais» acontecesse, muito brevemente, uma troca de estádios e cidades.

Bilhetes de «Fim-de-Semana»

A C. P. informa que, na semana da Páscoa, os bilhetes de «Fim-de-Semana» são válidos, para início da viagem de **Ida** desde as 17 horas do dia 18 de Abril (quarta-feira), até às 12 horas do dia 22 (domingo), e, para início da viagem de **Regresso**, desde as 12 horas de domingo (dia 22) até às 24 horas de terça-feira (dia 24).

O Ajax-Real Madrid visto por espanhois

A Imprensa madrilena é unânime em considerar que o resultado de 2-1 a favor do Ajax é sumamente encorajador para a equipa espanhola. Comentando o jogo da «Taça dos Campeões Europeus», o diário desportivo «Marca» diz, nomeadamente:

«**O Real fez um bom jogo de contenção, salientando-se neste aspecto a anulação de Cruijff, por Benito, e a excelente actuação do guarda-redes Garcia Ramon**».

Outro jornal desportivo, o «As», sob o título a toda a largura da primeira página «Um bravo ao Madrid», salienta que o 2-1 foi uma «**esperançosa derrota frente ao Ajax, quase um triunfo**».

Os diários de informação geral coincidem com os desportivos e consideram que os espanhois têm bem fundadas esperanças em ir à final.

«**Jogo bem planeado e bem realizado pelo Real para resistir à tremenda força do Ajax**» — diz o «ABC». O «YA», por sua vez, acentua: «**O Ajax não conseguiu arrasar o Madrid**»: «**A artilharia pesada venceu a infantaria à justa**».

O «Arriba», sob um título mais discreto, escreve: «**Bom resultado para o Real Madrid num jogo que o Ajax ganhou e dominou**».

NOTÍCIAS E FACTOS

VOLEIBOL: No âmbito do acordo cultural luso-francês estão a realizar-se no Porto dois estágios organizados sob a responsabilidade da Direcção-Geral da Educação Física e Desportos e em colaboração com a Federação Portuguesa (destinados a treinadores de clubes e a monitores escolares) ministrados pelo técnico francês André Bevon. Os referidos estágios terminam em 16 do corrente e decorrem nas instalações da Escola de Instrutores de Educação Física do Porto.

ESGRIMA: Com início às 15 horas, disputar-se-á amanhã, nas instalações do Grémio Literário, o Campeonato Nacional de Florete.

PALMELA: Domingo, pelas 21 horas, terá lugar na sede do Palmelense uma mesa-redonda sobre futebol «**com a presença de populares figuras do desporto nacional**».

CASA PIA: No próximo domingo realiza-se, no refeitório da secção de Pina Manique da Casa Pia de Lisboa, o 11.º almoço de confraternização da Velha Guarda Casapiana, iniciativa do jornal «O Casapiano». Os casapianos vão reviver os bons tempos da sua mocidade e a antecipar o almoço farão uma visita às novas instalações da secção.

TIRO AOS PRATOS: No dia 21 de Abril a partir das 14 horas vai realizar-se em Coja o «Grande Prémio BIP». Medalhões de prata e 64 libras em ouro são os troféus em disputa que tornam aquele torneio um dos mais importantes efectuados em Portugal.

PAÇO DE ARCOS: No pavilhão gimnodesportivo decorrerá amanhã um festival de programa aliciante. Assim, teremos: desfile dos atletas representativos do Clube Desportivo de Paço de Arcos; jogo de andebol de sete entre a turma local e o Belenenses; exibição das classes de ginástica da colectividade e uma partida de hóquei em patins entre o Paço de Arcos e o F. C. Porto.

HÓQUEI EM CAMPO: Já está em Londres a equipa do Ramaldense que começa amanhã, em Surrey, a disputar um torneio triangular relativo à «Taça dos Clubes Campeões Europeus». Fizeram a viagem os seguintes jogadores: José Pedro, Prestes, Baptista, João, Ramalho, Armando, Arlindo, Coelho, Adelino, Abel, Chambers, Rogério, Pimentel, Nelo, Pereira e Fontes.

BENFICA: Os futuros dirigentes do Benfica (muitos deles actualmente em exercício) tomam posse num acto marcado para logo à noite, no restaurante do Estádio da Luz.

RÂGUEBI: Por iniciativa de dois alunos dos liceus da Amadora e de Queluz os seus colegas vão ter a possibilidade de todas as manhãs (e durante duas semanas) se iniciarem nos segredos da cada vez mais popular modalidade.

MARIAS: Partiram ontem para Bordéus as voleibolistas do Benfica que naquela cidade francesa disputarão três jogos. Seguiram viagem, além do treinador José Magalhães e de dois dirigentes, as seguintes jogadoras: Madalena Canha, Adelaide Patrício, Conceição Posser, Teresa Fernandes, Margarida Leite, Filomena Moreira, Maria Leonor, Fernanda Gomes, Graça Ramos, Teresa Rocha, Elsa Peixoto, Luísa Costa, Isabel Posser e Conceição Roriz.

RETIRADA: Eddy Merckx abandonou, na 4.ª etapa, a «Volta à Bélgica». A etapa foi ganha pelo seu compatriota Edouard Janssens, autor duma fuga de cerca de 200 km e disputada em condições atmosféricas péssimas. O «leader» continua a ser Roger Swerts (Bélgica).

LAPSO: Muhammad Ali (Cassius Clay), com o maxilar ligado mas capaz de falar, responsabilizou um «lapso» na sua prática religiosa pela sua recente derrota frente a Ken Norton. **Durante os treinos** (explicou o antigo campeão mundial dos pesados) **não segui a religião como devia. O que me conservava tão acima de outros homens era a minha fé em Alá e viver cem por cento de acordo com os ensinamentos da religião muçulmana.**

BENFICA: A equipa principal do Sport Lisboa e Benfica, campeã de Portugal, deve jogar em Paris, a 31 de Maio, contra o Marselha, no Parque dos Príncipes — anuncia o bi-semanário «Portugal Popular». Segundo o mesmo jornal, o encontro entre o Benfica e o Ajax, que chegou a estar aprazado para a Páscoa, foi posteriormente cancelado, e estão agora bem encaminhadas as negociações para que o Benfica e Marselha joguem em Paris, em organização de Manuel Barbosa, director da agência de viagens Mercury.

BOSCH

De hoje para amanhã...

Hoje e aqui tornamos mais fácil e agradável a vida das pessoas. A técnica, a experiência, os mais modernos processos industriais, resultam nas nossas mãos em qualidade, em conforto, em toda uma nova maneira de viver.

E aqui estabelecemos o prestígio de um nome. Um prestígio que se baseia numa constante preocupação de qualidade, com constantes conquistas levadas a cabo pelos nossos cientistas, em novas respostas para as crescentes necessidades da nossa época, na prestação contínua de um serviço perfeito.

Hoje e aqui somos uma presença que soube tornar-se familiar e indispensável. Uma presença que se afirma, dia a dia, numa gama de produtos que se estende dos electrodomésticos ao mais diversificado equipamento electrónico para automóveis, das cadeias de alta fidelidade e aparelhagem de televisão às ferramentas eléctricas, dos comandos hidráulicos às técnicas audio-visuais.

E porque amanhã seremos maiores, é ainda hoje e aqui que estabelecemos as bases desse amanhã. Bases tão sólidas como o novo edifício onde se concentram agora as nossas instalações e onde iremos continuar a servir o público que nos distingue com a sua preferência, hoje, amanhã e sempre.

venha ver-nos

ROBERT BOSCH (PORTUGAL), LDA.
Av. D. Henrique, Lotes 1-E, 2-E e 3-E - Olivais Sul - LISBOA 6
Grupo BOSCH

SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS

prémios escolares

D.ºDINIS

NONO ANO DA SUA ATRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS DE ACORDO COM A PORTARIA N.º 20 332 DE 20 JANEIRO 1964.

ANO LECTIVO 1971/72

ENSINO SUPERIOR

FAC. MEDICINA-UNIVERSIDADE DE COIMBRA
José Manuel Godinho Matos Romãozinho

INST. SUP. ECONÓMICO E SOCIAL-ÉVORA
Vitor Manuel Lopes Gil

FACULDADE DE MEDICINA DE LISBOA
Amadeu de Oliveira Peixoto Menezes

INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA
Jorge Manuel Martins Soares David

INST. SUP. CIÊNCIAS ECON. E FINANCEIRAS
Carlos Alberto da Silva Ribeiro

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
António Manuel de Oliveira Guterres

ENSINO MÉDIO

ESC. DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE COIMBRA
João Ferreira Guedes

ESC. DE REGENTES AGRÍCOLAS DE COIMBRA
Mário Manuel Rainho Gonçalves Camaz

INST. IND. E COMERCIAL DE COIMBRA
Fernando de Macedo Pereira

ESC. DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE ÉVORA
Américo Alberto Santos Peças

ESC. DE REGENTES AGRÍCOLAS DE ÉVORA
Sebastião Maria de Jesus Branquinho

ESC. DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE FARO
Odília Maria Ferreira Gregório

ESC. DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DA GUARDA
Maria Isabel Domingues Quitério Simões

ESC. DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE LEIRIA
Maria Isabel dos Santos Nogueira

ESC. DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE LISBOA
Isaura Carvalho Assunção

INSTITUTO COMERCIAL DE LISBOA
Francisco Nobre Pires dos Santos

INSTITUTO INDUSTRIAL DE LISBOA
Baldomiro Faustino da Rosa Xavier

ESC. DO MAG. PRIMÁRIO DE PORTALEGRE
Ana Maria Trindade Paté

ESC. DE REGENTES AGRIC. DE SANTARÉM
Ricardo Manuel Seixas Boavida Ferreira,

ESC. DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE VISEU
Marília do Céu Henriques Monteiro do Vale

ENSINO SECUNDÁRIO

ESC. INDUSTRIAL E COMERCIAL DE AVEIRO
Amadeu António da Silva Mendes

LICEU NACIONAL DE AVEIRO
Pedro José Ribeirinho Gonçalves Costa

ESC. INDUSTRIAL E COMERCIAL DE BEJA
Abílio Venâncio Franco Gabriel

LICEU NACIONAL DE BEJA
Maria da Graça Martins da Silva Carvalho

ESC. IND. E COM. DE CASTELO BRANCO
Sebastião Duarte Barata Lopes

LICEU NACIONAL DE CASTELO BRANCO
Adília Maria Vicente Hormigo

ESC. TÉCNICA AVELAR BROTERO-COIMBRA
Maria Teresa dos Santos Valadares

LICEU NAC. INFANTA D. MARIA-COIMBRA
Clara Crabbé Rocha

LICEU NORMAL D. JOÃO III-COIMBRA
Vitorino José Marques Martins de Oliveira

ESC. INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ÉVORA
Maria de Fátima Martins Ribeiro

LICEU NACIONAL DE ÉVORA
Maria Margarida Chaves Gomes Medeiros

ESC. INDUSTRIAL E COMERCIAL DE FARO
Arnaldo do Nascimento Martins

LICEU NACIONAL DE FARO
Mércia Maria Bota da Luz Viriato

ESC. INDUSTRIAL E COMERCIAL DA GUARDA
António de Almeida Pereira

LICEU NACIONAL DA GUARDA
Maria Isabel Fernandes Pereira Lourenço

ESC. INDUSTRIAL E COMERCIAL DE LEIRIA
Joaquim Ley Garcia

LICEU NACIONAL DE LEIRIA
Joel Vaz Viana de Lemos

ESC. ARTES DECORATIVAS ANTÓNIO ARROIO
António José Amaral Dias

ESCOLA COMERCIAL FERREIRA BORGES
Maria Fernanda Duarte Silva

ESCOLA COMERCIAL D. MARIA I
Maria de Fátima da Silva

ESCOLA COMERCIAL PATRÍCIO PRAZERES
Maria de Lurdes Pedreiro Barata

ESCOLA COMERCIAL VEIGA BEIRÃO
António da Silva Gabriel

ESCOLA INDUSTRIAL AFONSO DOMINGUES
José António Maciel Vieitas

ESC. IND. E COM. D. LUÍSA DE GUSMÃO
Helena Maria Tendeiro Marques

ESCOLA INDUSTRIAL FONSECA BENEVIDES
Bárbara Rita Serafim Baleizão

ESCOLA INDUSTRIAL JOSEFA DE ÓBIDOS
Olga Maria de Campos Martins

ESCOLA INDUSTRIAL MACHADO DE CASTRO
Carlos Florindo dos Anjos Baptista

ESCOLA INDUSTRIAL MARQUÊS DE POMBAL
João Pereira Lopes dos Reis

LICEU DE CAMÕES
António José Curto Flores Faia

LICEU MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO
Ana Paula Cardoso Fernandes

LICEU NACIONAL D. FILIPA DE LENCASTRE
Maria Manuela Machado Costa Farelo

LICEU NACIONAL DE GIL VICENTE
António Carlos Alves Baltazar

LICEU NACIONAL D. JOÃO DE CASTRO
José Carlos Calixto da Silva

LICEU NORMAL DE PEDRO NUNES
António Manuel Reis de Bivar Weinholtz

LICEU PADRE ANTÓNIO VIEIRA
Paulo José Pinto e Sousa Melo

LICEU PASSOS MANUEL
Carlos Manuel Neves da Silva

LICEU RAINHA D AMÉLIA
Maria do Rosário Santos Dominguez de Brito

LICEU RAINHA D. LEONOR
Amélia Macedo de Castro

estes são alguns dos melhores alunos de Portugal

CINEVOZ McCANN-01-CC-73

DL/DESPORTOS

GINÁSTICA FEMININA

Uma vez mais...

..Em encontro de carácter particular, a ginástica (feminina) alemã e portuguesa voltou a encontrar-se em Lisboa. Lisboa Ginásio e Mulheimer Koln defrontaram-se nas velhas instalações do primeiro. Assistência presente ao espectáculo (meia hora depois da prevista para o encontro): 58 pessoas!

Até o tempo (frio) não quis colaborar nesta jornada luso-germânica. Para juntar a estas contrariedades, tinhamos ainda, conforme acentuou na altura (e bem) Mário Rocha (dirigente da «casa»), uma Manuela Contreiras (campeã nacional) mal preparada (por afazeres escolares), o que mais desequilibrava o confronto com aquelas «miúdas» que são discípulas da «emigrada» Esbela da Fonseca.

..Assim, uma vez mais e como de costume, não ganhámos o «prémio» de primeiros lugares, individual ou colectivamente. E, nem a «nossa» boa vontade ou o facto de aquelas «miúdas» serem convidadas e hóspedes da «casa», serviu como lenitivo.

..Estamos ainda a lembrar-nos, que da equipa alemã, uma das melhores atletas não pode comparecer: por doença. Que outra das raparigas (também das melhores) tem uma deificiência nos membros inferiores (sinais de uma paralisia infantil), e que têm, ainda e todas elas, entre 10-12 anos...

..E nós, de que sofremos e que temos? Decerto, algo de muito difícil diagnóstico e cura...

Wilson revalida pelo Guimarães

O treinador Mário Wilson assinou contrato por mais uma época, pelo que continua à frente da equipa de futebol do Vitória de Guimarães. Será o terceiro ano consecutivo de trabalho do consagrado técnico no clube minhoto.

JUNIORES SEM O SPORTING

Atendendo ao facto de os juniores do Sporting defrontarem a selecção do Brasil, o seleccionador José Augusto dispensou os «leões» do treino da tarde, de ontem, tendo formado a selecção, contra o Belenenses, com: João Maria (Luso); Rosa (Belenenses), Maia da Silva (Benfica), Guilherme (Barreirense) e David (Benfica); Abreu (Vitória de Guimarães), To Zé (Belenenses) e Sambinha (Belenenses); Ramalho (Belenenses), José Domingos (CUF) e Serrano (Leixões). Jogaram ainda, pela selecção que venceu o Belenenses (3-1), Branco (avançado do Benavente) e Barrinha (Belenenses). Os golos da selecção foram marcados por Ramalho (2) e Domingos.

ZEZINHO É BOM

Em jogo treino efectuado à noite no Estádio de Alvalade, a selecção junior do Brasil venceu a do Sporting por uma bola (marcada no último minuto) a zero. No Sporting, salientou-se o defesa central, Zezinho, de excelentes recursos e já com certa maturidade. Paulo Rocha e Dinis (defesa lateral direito) também estiveram em evidência até sobrevir a fadiga.

MANACA AUSENTE

Na equipa do Sporting, que no domingo joga em Aveiro, contra o Beira-Mar, há uma baixa a registar: Manaca não seguiu para o estágio na Curia, por lesão. Deve substitui-lo na equipa o avançado Marinho com o recuo de Nelson.

PEDROTO JUNIOR

O jovem Pedroto, médio do Benfica actualmente em estágio de transição de junior para senior, magoou-se seriamente num pé, pelo que lhe foi aplicado um aparelho de gesso.

CACHEIRA E PRAIA

Segundo informações que circulam no Porto, o leixonense. Cacheira talvez assine contrato com o Vitória de Setúbal, para as próximas épocas. No negócio estaria envolvido o ex-leixonense Praia (que assim regressaria a casa) e ainda uma soma em dinheiro calculada em mil contos.

FUTEBOL DE SALÃO

Continuam abertas as inscrições para o torneio de futebol de salão que o Atlético organiza muito brevemente. O torneio efectua-se no Pavilhão da Tapadinha e será dividido em duas categorias: de 14 a 16 anos e dos 16 aos 18.

LAURENTINO PEREIRA

O dirigente Laurentino Pereira, demitiu-se do seu cargo na direcção do F. C. do Porto. Laurentino Pereira era um dos elementos que se mantinha no clube desde a gerência de Pinto de Magalhães.

VOLTA AO PAÍS BASCO

Mendes em 11.º lugar

Na quarta etapa da «Volta ao País Basco» (em bicicleta) disputada entre Pamplona e Lecumberri, no total de 110 quilómetros, todos os corredores registaram o mesmo tempo. A tirada Lecumberri-Tolosa (de 33 quilómetros, contra-relógio individual) foi adicionada à primeira etapa, em linha, e os primeiros tempos foram: 1.º, Luís Ocaña, 4 h. 04 m. 07 s. (com a bonificação); 2.º, Gonzalez Linares, 4.04.37 (com abono); 3.º, Manzaneque, 4.05.24; 4.º, Perurena, 4.05.50; 5.º, Pesarrodona, 4.06.06; 6.º, Zurano, 4.07.18; 7.º, Fernando Mendes (Coelima-Benfica), 4.07.19; 8.º, Uribezubia, 4.07.25; 9.º, Gonzalo Aja, 4.07.29; 10.º, Ventura Diaz, 4.07.44; 11.º, Venceslau Fernandes (Coelima-Benfica), 4.08.08; 12.º, José Martins (Coelima-Benfica), 4.08.09; 16.º, Galdamez (Coelima-Benfica), 4.08.49; 29.º, José Pereira (Coelima-Benfica), 4.11.37. Desistiu Fernando Ferreira (Coelima-Benfica).

Classificação geral: 1.º, Ocaña, 12.40.01; 2.º, Gonzalez Linares, 12.40.31; 3.º, Perurena, 12.41.14; 4.º, Pesarrodona, 12.42.00; 5.º, Manzaneque, 12.42.43; 6.º, Zurano, 12.43.12; 7.º, Ventura Diaz, 12.43.38; 8.º, Julian Cuevas, 12.44.17; 9.º, Uribezubia, 12.44.44; 10.º, Aja, 12.44.48; 11.º, Fernando Mendes, 12.46.23; 16.º, Venceslau Fernandes, 12.49.07; 17.º, José Martins, 12.49.08; 18.º, Galdamez, 12.49.48; 40.º, José Pereira, 13.07.41.

Classificação por equipas: 1.ª, Kas, 38.03.45; 2.ª, La Casera, 38.08.36; 3.ª, Monteverde, 38.17.30; 4.ª, Coelima-Benfica, 38.24.38 e 5.ª, Bic, 38.25.48.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO INDUSTRIAL

formação 1972-1973

CICLO DE MANAGEMENT E INFORMÁTICA

23 a 27 de Abril de 1973
21 a 25 de Maio de 1973
25 a 29 de Junho de 1973

Constituído por três módulos sobre os problemas informáticos da empresa.

APRESENTAÇÃO — É frequente verificar-se nas empresas uma deficiente utllização dos seus computadores, facto quase sempre resultante de uma comunicação imperfeita entre os gestores e os especialistas de informática.

As empresas necessitam, cada vez mais, de quadros que acrescentem às suas competências particulares um conhecimento suficiente dos elementos essenciais da Informática de Gestão.

OBJECTIVOS:

* O estabelecimento de um verdadeiro diálogo, no seio das empresas, entre os gestores e o pessoal informático.
* A optimização da exploração informática.

PROGRAMA — O ciclo consta de três módulos que correspondem a outras tantas etapas de formação, num total de 90 horas:

* Introdução à Informática de Gestão
* Aplicações Avançadas como Instrumento de Decisão.
* A Gestão integrada na Empresa.

A utilização de terminais de «time-sharing» e do computador pelos participantes confere ao Ciclo um carácter original.

Far-se-á larga aplicação de métodos audiovisuais e activos de formação em especial o método de casos.

INTERESSADOS — Quadros superiores das empresas, quaisquer que sejam as suas funções.

CICLO DE ANÁLISE E DECISÃO

11 a 15 de Junho de 1973
25 a 29 de Junho de 1973
15 a 19 de Outubro de 1973

Constituído por três módulos sobre o estudo dos problemas de decisão na empresa.

APRESENTAÇÃO — A crescente complexidade dos factores que intervêm na tomada de decisão na empresa torna cada vez mais necessária a formalização dos problemas.

OBJECTIVO — Visa o estudo dos problemas de decisão das empresas, que necessitam uma formalização lógica e matemática para chegar a soluções óptimas.

Não se trata de apresentar nestas sessões uma justa posição de métodos e de técnicas, mas antes de aumentar, para quem decide, as possibilidades de estruturar, formalizar, mandar resolver ou resolver por si próprio os seus problemas de decisão.

PROGRAMA — O ciclo, com a duração de 100 horas, é constituído por três módulos.

* Métodos Científicos de Gestão.
* Métodos de Previsão
* Simulação das Decisões Empresariais

No referido programa distinguem-se duas etapas:

* Sensibilização à formalização dos problemas da empresa.
* Formalização dos problemas de empresa e sua metodologia.

INTERESSADOS — Gestores que não receberam uma formação científica. Quadros de formação científica.

Informações e inscrições — Divisão de Formação e Aperfeiçoamento — Rua Filipe Folque, n.º 2-6.º, Dt.º — Lisboa-1 — Telefs.: 53 36 20-3-4-5-6.

Companhia Portuguesa de Electricidade—CPE

S. A. R. L.

Continuação da pág. 24

Em termos de tesouraria, os movimentos registados no ano cifram-se no seguinte:

	Contos 1972	Contos 1971	% Diferença
ORIGEM DE FUNDOS			
Receita cobrada de energia eléctrica	2 117 766	1 897 605	+ 11,6
Financiamentos	1 571 113	1 807 167	− 13,1
Resultados diversos	3 201	2 442	+ 31,1
Soma	3 692 080	3 707 214	− 0,4
APLICAÇÃO DE FUNDOS			
Exploração:			
Despesas operacionais	534 124	499 374	+ 7,0
Juros	316 343	233 248	+ 35,6
Impostos	114 790	55 676	+ 106,2
Soma	965 257	788 298	+ 22,4
Investimento	1 936 294	1 761 883	+ 9,9
Reembolsos financeiros	494 178	458 294	+ 7,8
Dividendos	440 096	438 139	+ 0,4
Outras	81 745	124 888	− 34,5
	3 917 570	3 571 502	+ 9,7
Variação das disponibilidades	−225 490	+135 712	
Disponibilidades no início do ano	349 530	213 818	+ 63,5
Disponibilidades no fim do ano	124 040	349 530	− 64,5

O exercício de 1972 fecha com o saldo de 544 508 671$54 que, adicionado ao saldo do exercício anterior, perfaz 548 892 536$92.

Nestas condições e tendo em conta a conjuntura relativamente favorável em que se processou a exploração, como já foi referido, foi aprovada a seguinte distribuição do saldo disponível:

1 — Reserva Legal	27 500 000$00
2 — Participação do pessoal nos lucros (n.º 1 do art. 52.º dos Estatutos)	32 000 000$00
3 — Dividendo de 8,5 %	484 500 000$00
4 — Saldo para conta nova	4 892 536$92
	584 892 536$92

SOBRE FUTEBOL — DL/DESPORTOS

BOAVISTA-BARREIRENSE NA TARDE DE AMANHÃ

Alterações autorizadas pela Federação em relação aos jogos das jornadas futebolísticas deste fim-de-semana: Voavista-Barreirense, amanhã, pelas 16 horas, no Bessa; Vitória de Guimarães-Farense, domingo às 15 horas; Limianos-Fégua (para o «nacional» da terceira divisão) em Arcos de Valde ez, no domingo, pelas 16 horas; Académica de Coimbra-Abrantes e Benfica (coimbra, às 11 horas), Belenenses-Benfica (restelo, 11 horas) e Vitória de Setúbal-Farense (bonfim, 11 horas) todos para a Taça Nacional de Juvenis.

JUNIORES EXCLUÍDOS

A equipa de juniores da Bélgica qualificou-se para a fase final do torneio de futebol da UEFA ao empatar em Múrcia com a espanha a dois golos. Assim, portugal ficou também arredado da competição, em face das duas derrotas que já marcou o seu caminho.

INGLATERRA

A contar para o campeonato de Inglaterra de futebol (1.ª divisão), o Manchester United venceu o Crystal Palace por 2-0 e o West Bromwich o Everton por 4-1.

LIBERTADORES DA AMÉRICA

E encontro correspondente às meias finais do grupo um da «Taça dos Libertadores da América» , o Milionários (campeão da Colômbia) empatou sem golos com o San Lorenzo de Almagro (Campeão da Argentina) num jogo disputado em Bogotá.

O Cerro Porteño (campeão do Paraguai) venceu o Colo-Colo (campeão do Chile) por 5-1, no outro embate a contar para as meias finais da «Taça dos Libertadores» o encontro efectuou-se em Assunção.

LARANJAS

Foi proibida terminantemente a venda de laranjas no estádio da Liga Paraguaia de Futebol, onde se disputou o encontro entre o clube Cerro Porteno e o Colo-Colo, para as meias finais da «taça dos Libertadores da América» — anunciou à Imprensa um informador do clube paraguaio.

E, explicou: tratou-se de precaução contra actos que pudessem prejudicar o espectáculo, em vista de nos últimos tempos ter recrudescido a prática, em vista de nos últimos tempos ter recrudescido a prática de espectadores manifestarem o seu descontentamento atirando laranjas para o relvado...

ARTIME

Hugo Molinaro e Ailton Machado (dirigentes do Fluminense, do Rio de Janeiro) partem na próxima semana para Buenos Aires, onde tentarão solucionar definitivamente o problema do avançado argentino Luis Artime.

De acordo com informações colhidas nos meios deportivos do Rio de Janeiro, os dois dirigentes avistar-se-ão com empresários argentinos e uruguaios para saber que clubes destes países estão interessados na aquisição do jogador argentino, que não se adaptou ao futebol carioca e regressou a Buenos Aires, deixando em supenso o seu contrato com o Fulminense, que o adquiriu o ano passado.

Os dirigentes brasileiros afiroam que um clube uruguaio, cujo nome não revelaram, está interessado em trocar Artime por um seu atleta.

LEMBRAM-SE DE FÉLIX?

Félix Atunes, antigo defesa-central do Benfica, acaba de ser convidado para treinar a equipa de futebol do «Berea Park», que toma parte na Liga Nacional da África do Sul, onde em anos anteriores tem obtido os primeiros lugares da classificação geral.

Esta época, motivado pela saída de alguns jogadores, aquele clube está classificado em penúltimo lugar da liga, com seis jogos e somente três pontos, surgindo, por tal razão, o convite formulado ao ex-benfiquista. Caso o contrato seja assinado, será um dos mais bem pagos do futebol sul-africano.

VENEZUELA

O Aragua e o Desportivo Português empataram sem golos num encontro correspondente à segunda «mão» da «Taça da Venezuela». Depois deste encontro, a classificação é a seguinte: 1.º, Portuguesa, 8 jogogos, 11 pontos; 2.º U.D.Canarias, 9/11; 3.º, Desportivo Galicia, 9/10; 4.º, Estudiantes de Merida, 9/9; 5.º, Aragua, 9/9; 6.º, Anzoategui, 8/8; 7.º, Desportivo Italia, 9/7 e 8.º Desportivo Portugues, 9/5.

PERU

Num encontro particular incluido na preparação da equipa peruana para as eleiminatorias do campeonato mundial de futebol de 1974, o Peru derrotou a equipa brasileira do Independente (de Porto Alegre) por 3-0. Os golos da selecção peruana foram da autoria de Osvaldo Ramirez.

ÍMPASSE PARA ROBERTO?

O técnico de futebol do Belenenses (o argentino Alejandro Scopelli), logo após a sua chegada ao Rio, telefonou para o futebolista Roberto, do Botafogo, que foi ao seu encontro, no Hotel Miramar.

Depois, Roberto, já acompanhado pelo seu irmão (Aimoré) e pelo empresário Genival Santos, esteve na sede do Botafogo.

Ali, Scopelli falou com o presidente do Botafogo (Rivadavia Correia Meyer) com o director de futebol (Guilherme Arinos) e com outroshdirectores do clube. Os dirigentes ddo Botafogo, ao saírem da reunião, declararam aos jornalistas que o técnico argentino conversou muito mas não fez uma proposta concreta em nome do seu clube, para a compra do «passe» de Roberto, nem apresentou uma credencial em que o Belenenses o autorizasse a negociar. O presidente do Botafogo acentuou:

«É uma situação desagradável e o jogador poderá ficar com o seu rendimento prejudicado, nos próximos jogos».

Criticou o gesto do técnico, que **«primeiro falou com o jogador, quando a ética mandava procurar o clube»** e declarou que o Botafogo não quer vender Roberto, embora possa atender uma proposta concreta o eficial.

ESCÓCIA

O Celtic de Glasgow venceu o Dundee (por 3-0) depois de prolongamento, no jogo de desempate das meias finais da «Taça da Escócia».

PELÉ

Um informador do Santos anunciou que a contusão sofrida por Pelé, no domingo, **«graças a Deus não foi tão grave como a princípio parecia»**.

Julgou-se, inicialmente, que Pelé tivesse sofredo ruptura dos meniscos do joelho esquerdo, mas o exame médico e de raio-X permitiu verificar que houve forte contusão no joelho esquerdo e na coxa direita, mas sem derrame nem ruptura.

Pelé está a reagir bem ao tratamento e espera-se que volte a jogar dentro de uma semana ou de dez dias.

VIAGEM

A turma de juniores do F.C. Porto segue amanhã para Poitiers, já orientada pelo treinador Monteiro da Costa. O campeão nortenho actua na mesma série que engloba o Stade de Rennes, o Malines e o Nantes. Primeiro Jogo: 2.ª feira, contra o Malines.

BOAVISTA

Três lesionados no grupo do Boavista: Barbosa (entorse), Salvador («toque» num pé) e Amândio (ligamento externo do joelho direito em má condição .

EXIBIÇÃO

Tudo acertado: o Belenenses jogará em Lyon (contra o Olympique Lyonnais) no dia 26 de Maio. Lembra-se que foi neste clube francês que alinhou Mário Coluna.

O defesa Bandeira (do Barreirense) vai ser operado pela segunda vez ao mesmo joelho, para extracção do menisco. O operador será o dr. Silva Rocha, médico da selecção nacional e do Belenenses, motivo porque o defesa do Barreirense foi ao Estádio Nacional à consulta. Aqui o temos, com o médico operador e com o massagista do Benfica e da selecção, o prestigioso Hamilton Marques.

NATAÇÃO EM LUANDA

. Prossegue hoje em Luanda a «Taça de Portugal» em natação, que ontem começou a disputar-se na piscina olímpica de Alvalade. Ao cabo da primeira jornada, a equipa da Metrópole comanda a classificação (com 39 pontos) seguida de Moçambique (com 30) e de Angola (com 25). Vencedores das provas:

. 400 metros estilos individuais masculinos — António Paulo Vasconcelos (Angola), 5 m 33,3 s (novo recorde nacional de juniores)

. 800 metros livres femininos — Helena Varela (Metrópole), 11 m 01, 8 s.

1500 metros livres masculinos — António Botelho de Melo Moçambique), 19 m 25,4 s (recorde nacional de juvenis).

200 metros costas femininos — Olímpia Otão Moçambique), 2 m 51,6 s (novo recorde nacional de juvenis).

100 metros costas masculinos — Gomes Pereira (Metrópole 1 m 09,5 s.

100 metros mariposa, femininos — Dulce Gouveia (Moçambique), 1 m 16,5 s.

Estafeta 4x100 metros estilos masculinos — Metrópole (Black Silva, Heitor da Silva, Brito Rosa e Gomes Pereira), 4 m 41,2 s.

4x100 metros estilos femininos — Metrópole (Helena Varela, Ana Banha, Manuela Banha e Manuela Gomes), 5 m 29,5 s.

ASSOCIAÇÃO DOS ESCANÇÕES DE PORTUGAL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Está convocada para o próximo dia 18, pelas 16 horas, na Rua Duque de Palmela, 2-5.º, a Ass. Geral Ordin., para apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção, da gerência de 1972.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
Fernando Augusto Maxeiro Lopes

SINDICATO NACIONAL DOS PINTORES DA CONSTRUÇÃO NAVAL E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE LISBOA

RUA DO ARSENAL, 84-2.º, D.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos efeitos que o representante deste Sindicato na reunião do dia 6 do corrente na Comissão Corporativa é o Senhor João Francisco Gomes dos Santos.

Lisboa, 5 de Abril de 1973.

A Bem da Nação
Pela Direcção

OS HOMENS PARA A BULGÁRIA

O dia 2 de Maio volta a ser importantíssimo para o futebol português, pois regressa às competições internacionais, defrontando a Bulgária em «AA» e «Esperanças». Aqui temos os homens de José Augusto e Peres Bandeira alinhados para os dois embates. De pé e da esquerda para a direita, seguindo-se ao técnico adjunto estão Matine, Cacheira, Barbosa, Manuel Fernandes. Oliveira, Barros, Murça, Damas, Freitas, Conhé, Vítor Manuel, Esmoriz, Pietra, J. Henrique, Eusébio, e o treinador-seleccionador. Na primeira fila e pela mesma ordem: Laranjeira, Vala, Octávio, Alhinho, Artur, Vítor Pereira, Jordão, Chico, Adolfo, Nené, Quaresma, Simões e Dinis. A selecção principal parte para Sofia no dia 30 (segunda-feira) seguindo viagem, além dos 16 jogadores a escolher neste grupo e os lesionados em observação (Humberto Coelho, Pavão, Artur Jorge, Sena, Toni e Abel), eng. Harrington (chefe da delegação e director da Federação), dr. Lívio Borges (coordenador), José Augusto (seleccionador), dr. Silva Rocha (médico), Manuel Marques (massagista) e Dulberto Glória (ecónomo). O árbitro é austríaco (de Viena) e chama-se F. Seipelt.

Nos contactos com os clientes, nos almoços de negócios, EU tenho de tomar decisões de responsabilidade.

Bebo cerveja SEM ÁLCOOL.

«EX!» A MODERNA CERVEJA SUÍÇA SEM ÁLCOOL.

Nos supermercados e bons restaurantes.

Distribuição da diese

FUNDOS DE ESTADO

	Efect.	Compra	Venda
Cons 2 3/4	–	462$	–
Cons 3 %	510$	508$	510$
Cons 3 1/2	–	590$	600$
Centenários	1.320$	1.320$	–
Tes 5 % 57	1.010$	1.010$	–
Tes 5 % 59	–	1.010$	–
Exter 1.as	–	637$	–
Extern 1.a c	–	639$	–
Extern 3.as	–	–	–
Extern 3.a c	–	–	–
Caut 3.as			

FUNDOS PÚBLICOS

A Lx 6 %	920$	910$	920$
C M L 5 3/4 %	–	1.040$	–
C P 5.5 % 67	–	–	940$
C P 5.5 % 68	920$	–	–
C P 5.5 % 69	–	910$	–
Corr 5 3/4 %	–	930$	–
Metr 5 3/4 %	–	–	990$
Tur 5 3/4	–	1.060$	–
C P 63/4	1.015$	1.015$	1.020$

ELÉCTRICAS

G. 5% — 58	–	–	860$
G. 5% — 59	–	–	–
G. 5% — 62	–	–	–
G. 5% — 63	–	–	–
G. 5% — 64	–	–	–
G. 5% — 65	–	–	–
G. 6% — 67	–	960$	980$
G. 6% — 69	–	980$	–
G. 7%	–	–	1.040$
H. E. A. A. 5%	–	750$	–
H. E. C. 5%	–	750$	–
H. E. C. 6%	–	–	–
H. E. D. 5%	750$	750$	–
H. E. D. 6%	–	–	–
H. E. N. P 5%	–	–	–
H. E. S. E. 5%	–	985$	–
H. E. S E. 6%	–	–	–
H. E. Z. 5% — 57	–	750$	–
H. E. Zêz. 6%	–	–	–
N. Elec. 5%	750$	750$	–
N. Elec. 6%	930$	930$	–
Termoel. 5%	–	–	–
U. E. P. 5% — 60	–	750$	–
U E P 5% — 63	–	750$	–
U. E. P. 6%	–	–	–
U. E. P. 7%	–	–	–

DIVERSAS

A P T 5 % 56	–	840$	–
A P T 5 % 58	–	865$	–
Lisnave 6	–	980$	–
Nitratos 60	–	750$	–
Pet 2.a e 3.a %	–	–	–
Sacor 7 %	1.030$	1.028$	–
Sacor 5 % 54	–	–	–
Sacor 5 % 60	–	–	–
Sid 5 % 2.a	–	–	–
Sid 5 % 3.a	–	–	750$
Sid 5 % 4.a	–	–	–
Socel 5 %	–	–	–
U Fabril 67	–	915$	–
U Fabril 68		905$	–

ULTRAMARINAS

Carbonil 5 %	–	–	–
Rev 5 % 57	–	–	–
Rev 5 % 59/60	–	–	–
Moçamb 5 %	–	–	–
Sonefe 5		820$	–

ACÇÕES

De Bancos

Agricultura	7.400$	7.400$	7.450$
Algarve	3.700$	–	3.700$
Alentejo	3.650$	–	3.650$
Angola	7.400$	7.300$	7.400$
Borges&Irmão		–	10.500$
Crédito Predial	6.400$	–	6.400$
EspíritoSanto	17.300$	–	17.300$
Fomento	7.500$	–	7.500$
F.&Burnay	–	–	83.000$
Intercontinental Português	30.000$	30.000$	–
N.Ultramarino-m.	–	–	8.700$
N.Ultramarino-c.	–	–	12.000$
Pinto&SottoMayor	20.000$	19.600$	20.000$
Portugal-n.	–	5.700$	
Portugal-p.	–	10.000$	11.000$
P. Atlântico	17 700$	17.600$	17.700$
Totta&Açores	10 800$	10.800$	10.900$

J. BURNAY, LDª

Notas estrangeiras
Papéis de crédito

RUA DO OURO, 72 TEL. 321273

Banco Borges e Irmão

Índice de cotação das acções (Base: Dez 65=100)

	5/4/73	11/4/73	12/4/73
GERAL	350,1	373,4	353,4
METROPOL	364,4	389,9	369,6
ULTRAM	244,9	252,8	235,0

De Seguros

Alentejo	1.200$	1.200$	–
Bonança	23.000$	23.000$	23.500$
Império	–	–	54.000$
Mundial	5.100$	–	5.100$
Soberana	8.000$		8.400$
Tranquilidade	–	–	–

Eléctricas

C P E p	1.250$	–	1.250$
C P E n	–	–	1.250$
E Beiras	–	1.900$	2.200$
G Elec c	437$5		437$5
H E A A	215$		215$
H E N P	410$	405$	415$
H E S E	–		
U E P	385$	–	385$

Ultramarinas

Ag Cassequel	–	–	1.500$
Ag Incomáti	2.400$	–	2.400$
Ag S T e P	–	–	–
Aç Angola	2.400$	–	2.400$
Alg Angola	–	400$	440$
Ang Agric	950$	950$	980$
Boror	320$	320$	330$
Boror Com	150$	150$	–
Buzi	330$	330$	–
Cabinda	190$	190$	–
Com Lobito	970$	–	970$
D A T 100	2.450$	–	2.450$
H E Revué	–	520$	620$
I do Princ	–	–	–
Moçambique	–	–	480$
Sonefe n	–	–	–
Sonefe p	–	–	–
Zambézia	158$	–	158$

Diversas

Ag.Lx.-ant.	1.300$	–	1.440$
Ag.Lx.—34	–	–	1.340$
Ag.Lx.—36	–	–	–
Cel.Guadiana	5.900$	–	6.000$
C.Leiria-p.	28.350$	–	28.350$
C.Tejo-p.	54.000$	–	54.000$
F. Ramada	2.450$	2.450$	2.600$
Fornos Eléctricos	610$	600$	610$
P.Celulose	7.560$	–	7.160$
Siderurgia-p.	14.000$	13.500$	14.000$
Siderurgia-n.	6.100$	6.100$	6.200$
Socel	6.000$	–	6.000$
Cidla	–	–	–
C.U.F.	4.500$	4.500$	4.600$
Intar	790$	780$	790$
Nitratos	1.900$	1.850$	1.950$
Petroquímica	1.900$	1.900$	1.950$
Sacor	6.450$	–	6.500$
Tab.Portugal	7.200$	7.200$	7.300$
Tabaqueira	16.000$	–	16.000$
U.F.Azoto	1.450$	–	1.450$
Empor	730$	730$	–
Ind. Aliança	–	–	–
I. P. Colónias	2.750$	–	2 750$
Nacional Navegação	–	4.700$	5.000$
Navegação(Col.)			2.600$
P. Pesca	–	–	–
Matur	6.200$	–	6.200$
R Marconi	3.800$	3.800$	4 000$
T.A.P.	2.340$		2 340$
Compal	2 090$	2 090$	
Salvor	4.500$	4 500$	–
Penina	5.000$	4 900$	5 100$
Grão-Pará	4.450$	–	4.450$
Lisnave	17 000$	16.900$	17 000$

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Atlântico		
F. I. D. E. S.	243$80	251$10

COTAÇÕES

PAÍSES

		COMPRAS	VENDAS
África do Sul	Rands	30$00	33$00
Alemanha	Marco	8$75	9$05
América			
Dollars de 1 a 2		24$30	25$10
Dollars de 5 a 20		24$60	25$40
Dollars de 50 a 1000		24$90	25$70
Argentina	Peso Novo	—$—	—$—
Austria	Schiling	1$22	1$28
Bélgica	Franco	$62,5	$65,5
Brasil	Cruzeiro	3$60	4$40
Canadá	Dólar	24$30	25$20
Dinamarca	Coroa	4$00	4$30
Espanha	Peseta	$42	$45
França	Franco	5$40	5$70
Holanda	Florim	8$50	8$80
Inglaterra	Libra	61$50	64$50
Itália	Lira	$04	$044
Marrocos	Dhran	—$—	—$—
Noruega	Coroa	4$10	4$40
Suécia	Coroa	5$45	5$80
Suiça	Franco	7$70	8$05

Ouro

Inglaterra	Libra Isabel	610$00	660$00
Inglaterra	1/2 Libra	620$00	670$00
Ouro fino Barra		70$00	76$00

BANCO DO ALENTEJO

GESTÃO DE CARTEIRAS DE TITULOS
TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

Praça D. João da Câmara 18 - Telef. 328045
Rua do Ouro 52 - Telef. 30309

televisão

MADEIRA SIEMENS
ISLAND
O MAIS MODERNO TV COM ECRAN TOTAL

HOJE

1.º Programa

1.º Período

12.45 Abertura e desenhos animados «Barney»
13.00 Feminino singular
13.20 «Arnie»
13.45 Telejornal — 1.ª edição
14.00 Conheça o Portugal desconhecido
14.15 Logo à noite

2.º Período

19.00 TV educativa — Física Moderna
19.30 Telejornal — 2.ª edição
19.40 TV Palco
20.10 Cartaz TV
20.20 Andebol de sete - Belenenses-Académica (Juniores)
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.05 «Os Homens de Shiloh»
23.40 Telejornal — 4.ª edição
23.50 Meditação e fecho

2.º Programa

20.30 Abertura e desenhos animados
20.45 Vária
21.00 «Arnie»
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.00 Desenhos animados
22.10 Nova geração
22.45 Encontro com o passado — Espanha: o clima do Mundo Medieval e fecho

AMANHÃ

1.º Programa

1.º Período

12.45 Abertura e desenhos animados
13.00 O caso da semana
13.15 «Viver no Campo»
13.45 Telejornal — 1.ª edição
14.00 Dó la si
14.20 Hoje pode ver
14.25 TV educativa
14.50 Eurovisão — Rágueby: transmissão directa do encontro Irlanda-França para o Torneio das Cinco Nações
16.35 «Daniel Boone»
17.25 Nós as mulheres
17.50 As flores e o seu mundo
18.15 Danças e cantares
18.40 O mundo à nossa volta — Mistérios da Vida Animal
19.30 Telejornal — 2.ª edição
19.40 E a vida continua ..
20.00 Movimento
21.00 Se bem me lembro
20.50 Telejornal — 3.ª edição
22.00 Taco a taco
23.45 Telejornal — 4.ª edição
23.50 Meditação e fecho

2.º Programa

20.30 Abertura e desenhos animados
20.45 O caso da semana
21.00 «Viver no Campo»
21.30 Telejornal-3.ª Edição
22.00 Noite de cinema «A cópia está conforme» e fecho

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
C V P	56 5342	Aeroporto	71 1397
H de S José	86 0131	C R G E	53 7021
H de S Maria	73 0231	C Aguas	36 1361
P S P	36 6141	Combóios	32 6222

Situação do tempo

09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	14º
P. DOURADAS	7º
COIMBRA	14º
PORTALEGRE	14º
LISBOA	16º
FARO	19º
FUNCHAL	15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Monte Estoril
Máxima 19,6º

Figueira de Castelo Rodrigo
Mínima 1,1º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	13,6º
Atmosfera	17,0º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
0.44 **3,6** M	6.51 **1,2 m**
13.20 **3,5 m**	19.07 **1,3 m**

Dia 14

1.40 **3,7 m**	7.40 **1,0 m**
14.10 **3,6 m**	19.54 **1,1 m**

Dia 15

2.29 **3,8 m**	8.21 **0,9 m**
14.54 **3,8 m**	20.35 **0,9 m**

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado; vento fraco moderado de Noroeste.

AMANHÃ

NASCER ÀS 7.01
OCASO ÀS 20.13

DIA 17 DIA 25 DIA 2 DIA 9

rádio

EMISSORA 1. PROGRAMA

16.00 Noticiário
16.05 Melodias do Cinema
16.30 Convívio — Programa da Juventude
18.05 Radio escolar — Francês
18.30 Programa do serviço de informação pública das Forças Armadas
19.10 Passatempo musical
19.30 Recordar é viver — por Maria Natália Bispo
20.20 O trompetista Charles Margulis
20.30 15.º episódio do folhetim «A Passagem»
20.50 Solos de órgão
21.00 Momento 73
21.30 A palavra e a voz — pelo rev. padre dr. Videira Pires
21.45 Fantasia portuguesa
22.00 Música da Europa
23.05 De um dia para o outro — por Fernando Correia
00.30 Diário sonoro
00.45 Escala na madrugada — por Pedro Moutinho
02.00 Fecho.

PROGRAMA EM MF 1 DE LISBOA

23.00 Rádio Universidade
00.00 Junção com o 1.º programa
16.00 Ciclo do Barroco Italiano
16.45 Música da vanguarda
17.30 O compositor do mês. Robert Schumann
19.00 Musica e musicos portugueses por Nuno Barreiros
20.00 Diario sonoro
20.20 Musica de arco
20.30 Concerto pelo coro da Universidade de Lisboa direcção de Fernando Eldoro
21.00 2.º concerto pelo baixo Boris Christoff e a orquestra sinfónica da E. N., dirigida pelo maestro Silva Pereira, realizado no teatro nacional de S. Carlos; colaboração do coro do teatro
23.00 Emissão em línguas estrangeiras
01.15 Fecho

PROGRAMA ESTEREOFÓNICO MF2

21.00 Música ligeira variada
22.00 Intercâmbio Musical — Festival de Royan de 1972 (gravações cedidas pela ORTF, Radiodifusão Televisão Francesa)
22.35 Obras de Dvörak
23.48 Obras de Haydn e Berlioz
01.00 Fecho

RADIO CLUBE Onda média

16.00 Noticiário
16.04 Programa C.D.C
18.02/21.00 Programa Movimento
21.00/24.00 Quadrante 2-9-0
21.03 Portugal além da Europa
21.15 Música para meditar
21.32 Impacto
22.30 Quando o telefone toca
23.05 Rubrica policial do inspector Varatojo
23.19 Tempo de fado
23.30 PBX
02.00 A noite é nossa
06.00 Diario rural
07.00 Talismã

MODULAÇÃO DE FREQUÊNCIA

16.00 Noticiario
16.04 Programa CDC
18.02 O nosso programa
19.04 Vertice
21.02 Boa noite em FM
22.01 Programa à go-go
23.00 Noticiário; programa à go-go (continuação).
00.02 Em órbita-dois
01.02 Banda sonora Sonipol
02.00 Perspectiva
03.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Radiorama
18.00 Diálogo
18.23 Boletim litúrgico
18.30 Terço e benção da Basílica dos Mártires
19.00 (Jornal do serviço de noticiários e reportagens de R. Renascença
19.30 Página 1
21.00 Noticiário
21.05 Meditando
21.08 Programa dos sócios
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Esquema
23.05 A 23.ª Hora.

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

RÁDIO GRAÇA
Das 6.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00

RÁDIO PENINSULAR

Das 10.00 às 12.00 e das 19.30 às 22.00

CLUBE RADIOFÓNICO DE PORTUGAL

Das 12.00 as 14.30

RÁDIO VOZ DE LISBOA

Das 17.00 às 19.30 e das 22.00 as 2.00

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO H-1
(ATÉ ÀS 22 HORAS)

AJUDA
Lopes, R. do Cruzeiro, 117 (T. 633288)
ALFAMA
Arnali, R. das Escolas Gerais, 56-C (T 863940)
ALTO DE S. JOÃO
Nova Luz, R. Domingos Jardo, 28-A (à Praça D Afonso III) (T. 843439)
ALVALADE
Alvalade, Av da Igreja, 18-A (T. 712070); **Gasparinho**, R dr Gama Barros 54-A (T 710465); **Olinda**, Av João XXI, 13-A (T 726848)
AVENIDAS NOVAS
Cosmos, Av João Crisóstomo, 44-C (T 40592); **Miranda**, C. Pequeno, 36-B (T 770776); **Universal**, R Actor Taborda, 5 (T 44158)
BAIRRO ACTORES
Nobel, R. Actor Vale, 53 (à Fonte Monumental) (T 842152)
BAIRRO DAS COLÓNIAS
Colonial, R Forno do Tijolo, 40 (T 841122)
BAIXA
Centro Farmacêutico, R das Portas de S Antão, 86 (T 321211)
BENFICA
Sousa, E de Benfica, 429-A (T. 780027/789985)
CAMPO PEQUENO
Miranda, C Pequeno 36-B (à Av Sacadura Cabral) (T 770776)
CAMPO DE OURIQUE
Ivone, R Silva Carvalho, 232-C (T 650760)
ESTRELA
Paivas e Parente, R de S. António, 98 (T 665196)
LAPA
Silva, R S. João da Mata, 72 (T. 661010)
LUMIAR
Alameda, Al das Linhas de Torres, 201-B (T 790942)
MARVILA
Maevila, R. Direita de Marvila, 25 (T 381612)
OLIVAIS
Higiéne, R. Cidade Vila Cabral, Lote 43 (Olivais-Sul) (T. 310026)
PICHELEIRA
Mariuz, C. da Picheleira, 140-B/C (T. 720703/728395)
REGO
Pratas e Mota, R. da Beneficência, 91 (T 773728)
RESTELO
Tanara, R. Rodrigo Teinel, 3-A (à encosta do Restelo) (T 611814)
SANTO AMARO
Lisbonense, R. Leão de Oliveira, 2-B (T. 637020)
S. MAMEDE
S. Mamede, R. da Escola Politécnica, 82-B (T. 660280)
SOCORRO
Tavares, R. da Palma, 194 (T 863350)

TURNO H-2
(TODA A NOITE)

AJUDA
Boa Hora, R. dos Quarteis, 25 (T. 637777)
ALTO DO PINA
Zional, R. Morais Soares, 56-C (T. 847708)
ALVALADE
Necrotépia, C. Grande, 138 (T. 774682); **Ideal**, Av. Alm. Gago Coutinho, 49-A (T. 712803)
ANJOS
S. José, R. dos Anjos, 41 (T. 50730)
AREEIRO
Vera Cruz, P. Afrânio Peixoto, 2-B (À Av. João de Deus) (T. 724941)
ARROIOS
Oriental de Lisboa, R. de Arroios, 215 (T. 45079)
AVENIDAS NOVAS
Cordeiro, Av. Duque d'Ávila, 32-C (esquina da Av. da República) (T. 43495)
BAIRRO AMÉRICA
Martins, R. Fernão de Magalhães, 33 (T. 849448)
BAIXA
Unifa, R. da Vitória, 21 (T. 323793)
BENFICA
Benfica, E. de Benfica, 678-E (T. 702532)
CAMPO DE OURIQUE
Porfírio, R. Francisco Metrass, 59 (T. 663349)
CAMPOLIDE
Central, R. General Taborda, 17 (T 680304)
CARNIDE
Leal de Matos, R. Neves Costa, 33(T 780181)
CONDE REDONDO
Salutar, R Conde Redondo, 9-A (a Gomes Freire) (T. 533411)
LUMIAR
S. Tomé, E do Desvio, Lote 12-C (T 790704)
OLIVAIS
S. Paulo, R José Campos, Lote 823 (à E de Moscavide), Olivais-Sul (T 310711)
RESTELO
Ocidental, R D Jerónimo Osório, J P M , 3 (T 610256)
S. BENTO
S. Bento, R dos Poiais de S Bento, 73 (T 679673)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sagres, Av Luis Bivar, 69 (T 97213)
XABREGAS
Romana, R Actor Augusto de Melo, 7-A (T 383800)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (Tel. 212048)
CAXIAS
Nova, Rua Bernardim Ribeiro, 1-A (Tel 242839)
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av Patrão Lopes, 4 (Tel. 2432039)
OEIRAS
Central, R João Teixeira Simões, 18 (Tel 2430058)
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (Tel. 2411054)
S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro (Tel. 263052)
ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque 3 (Tel. 260191)
CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (Tel. 280141); **Cascais**, R. Conde de Monte Real, - B.º Caixas (Tel. 282407)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marquês de Pombal, Lote 9 (Tel. 934589); **Campos**, R. Elias Garcia, 185 (Tel. 930072); **Clabel**, R. António Sardinha, 23-D (Tel. 938551)
DAMAIA
Confiança, Est. Militar, Lote D (Tel. 9710231)
VENDA NOVA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (Tel. 974161)
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (Tel. 950043); **André**, Av. Miguel Bombarda, 123-A (Tel. 951841)
CACÉM
Central, R. Elias Garcia, 55 (Tel. 2940034)
MEM MARTINS
Química, Est. de Mem Martins, 285 (Tel. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Tel. 980456)
SINTRA
Simões, R. Heliodoro Salgado, 26 (Tel. 980832)
COLARES
Abreja (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 224100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 224020)
ALMADA
Nuno Álvares, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 39 (Tel. 270504)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, Est. Nacional, 174 (Tel. 224032)
BARREIRO
Avenida, Av. Alfredo da Silva, 88 (Tel. 2073212)
COVA DA PIEDADE
Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 31-A (Tel 274356)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Tel. 239029)
MONTIJO
Moderna, R Bulhão Pato 60 (Tel 230156)
SESIMBRA
Leão, Av. Salazar (Tel 229471)
SETÚBAL
Costa, L da Misericórdia (Tel. 22760). **Brasil**, P do Brasil, 9 (Tel 24788)
SEIXAL
Godinho, L da Igreja, 51 (Tel 2218580)

PORTO

8.º TURNO

SUB-TURNO A

Bonfim (do), Rua do Bonfim, 73. **Contumil**, Rua de Contumil, 540. **Gueras**, Rua Costa Cabral, 43. **Guimarães**, Rua de Francos, 37. **Lemos e Filhos, Lda.** Pr de Carlos Alberto, 31. **Liga Ass. Soc. Mútuos**, Rua do Bonjardim, 286

SUB-TURNO B

Henriques, Praça da Batalha, 64-A. **Moreno, Lda.**, Largo de S. Domingos, 44. **Sanil**, Rua do Paraíso, 214. **Serpa Pinto**, Rua de Serpa Pinto, 645. **Vasques**, Rua das Condominhas, 794

COIMBRA

TURNO D

Solum, Rua Carolina Michaelis, 20 (Tel. 33120); **Nazaré**, R. Ferreira Borges, 135-139 (Tel. 22605); **S. Isabel**, Av. Sá da Bandeira, 28 (Tel. 24916)

cinemas

CINEMA CASTIL (Tel. 530194)
15.00 - 17.00 - 19.00 e 21.45
Grupo B (10 anos)
11.ª Semana
Technicolor Barba Streisend e Ryan O'Neal em «QUE SE PASSA DOUTOR»
Rua Castilho Metro Rotunda. Estacionamento Parque Castil.

MONUMENTAL (Tel 555131)
15 15 e 21.30
(Grupo D 18 anos)
3.ª Semana
«O CASO VALACHI» Charls Bronson e Lino Ventura Realização de Terence Young
Hoje às 24 15
(Grupo D 18 anos)
Quinze minutos depois da meia noite Selecção na Madrugada» Um filme de Alain Tanner «O ÚLTIMO A RIR» Francois Simone e Marcel Robert
Amanhã às 24 15 o mesmo programa

SATELITE (Tel. 555131)
15.30 - 18.30 e 21 45
(Grupo D 18 anos)
Um filme de António Pedro Vasconcelos «PERDIDO POR CEM .» com José Cunha Marta Leitão, Ana Maria Lucas e Nuno Martins Às 00.15 «PERDIDO POR CEM»

IMPÉRIO (Tel 555134/5)
15 15 e 21 30
(Grupo C 14 anos)
2.ª semana Cantinflas com «DOM QUIXOTE» Cavalga de novo
(Metro. Alameda)

ESTÚDIO (Tel. 555134/5)
Estreia ss 21.45
(Grupo D - 18 anos)
Color Um filme de Jan Kadar «MULHER À DERIVA» Com Rade Marcovic e Milena Dravic
15.30 e 18.30 «OS CAMISARDOS»
(Metro: Alameda)

CONDES (Tel 322523/326710)
14.00 - 16.30 - 19.00 e 21 45
(Grupo B - 10 anos)
A alegria, a melodia, o luxo de Viena e de Johann Strauss «A GRANDE VALSA» Com Horst Bucholz, Mary Costa e Nigel Patrick - Panavision-Metrocolor

MUNDIAL (Tel 538743)
18.30 e 21.45
(Grupo D (18 anos)
3.ª semana de êxito Richard Burton, Romy Schneider e Alain Dejon na recente obra prima de Joseph Losey «O ASSASSINATO DE TROTSKY» um dos mais discutidos e apaixonantes do nosso século. À noite o filme é exibido sem qualquer interrupção

CASINO (Tel. 2642/164949)
17.00 e 21.30
(Grupo C - 14 anos)
«OS PIRATAS DO AR»

ESTÚDIO 444 (Tel. 779095)
15.30 - 18.30 e 21.45
(Grupo D 18 anos)
A mais poderosa obra prima de John Huston «CIDADE VISCOSA»
Hoje e amanhã às 00.30 «Cinema fora de horas» «CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITÁ»
(Grupo B - 10 anos)

TIVOLI (Tel 50595)
15.15 - 18.30 e 21.45
(Grupo C-14 anos) 2.ª Semana
Technicolor. Panavision A última palavra sobre o amor «SEGUE-ME QUERIDO». Topol-Mia Farrow

EUROPA (Tel 661016)
21 30
(Grupo D - 18 anos)
Eastmancolor - 5.ª Semana - Um filme de José Giovanni «O BANDIDO BEM AMADO» com Jean Paul Belmondo e Claudia Cardinale
15 15«QUEGATINHARE-NHAU-NHAU»
(Grupo B - 10 anos)
Tardes infantis
(Grupo A - 6 anos)
Sábado e domingo às 18 15 - Um filme original que diverte crianças e adultos «CHITTY CHITTY BANG BANG» - Veja o carro que voa e outras fantasias - Colorscope

VOX (Tel. 720808)
15 15 - 18.30 e 21 45
(Grupo D 18 anos)
Eastmancolor. Um filme de Claude Chabrol «A CASA DOS DESEJOS» Com Jean-Paul-Belmondo e Mia Farrow.

CINEMA LONDRES (Tel 731313)
14.14, 16.30, 18 45 e 21.45
(Grupo D 18 anos)
Colorido As seduções libertinas e o amor conugal. O filme de ERIC Rohmer. «O AMOR ÀS 3 DA TARDE»
Hoje à Meia Noite e Quinze
(Grupo B - 10 anos)
«O GRANDE AMOR» Realização e interpretação de Pierre Etaix - Colorido Snack Bar Pub «The Flag» o melhor encontro gastronómico

RESTELO (Tel. 610375)
21.00 (Grupo D - 18 anos)
Em continuação de estreia - O filme premiado com 3 óscares da Academia «O PADRINHO»

ALVALADE (Tel. 717480)
15.15 e 21 45
Grupo B (10 anos)
Eastmancolor «OS MALUCOS DO ESTÁDIO» Les Charlots - Paul Preboist Martine Keely
Círculo de cinema - Amanhã às00.30
(Grupo D - 18 anos)
Ante-estreia do filme de Michel Cacoyannis «AS TROIANAS» Com Katherine Hepburn, Vanessa Redgrave e Irene Pappas

ODEON (Tel. 326283)
15.15 - 18.15 - 21.30
(Grupo C 14 anos) 4.ª semana
Uma sensacional e explosiva novidade espectacular como nunca se viu igual «O INVENCÍVEL» Com Bruce Lee - Um fenómeno de judo e karate

IMPERIAL (Tel 821933)
15.00 e 21 00
(Grupo D 18 anos)
«O PADRINHO» melhor actor melhor filme, melhor argumento.

EDEN (Tel. 320768)
15.30 - 18 30 - 21.45
(Grupo C - 14 anos)
2.ª Semana Cantinflas em «DOM QUIXOTE» (Cavalga de novo)

APOLO 70 (Tel 763319)
15.15 18 30 e 21 45
(Grupo B 10 anos)
2.ª semana
Technicolor Jerry Lewis «O HOMEM DAS MULHERES»
Hoje às 24 00 - «O riso da meia-noite»
(Grupo D - 18 anos)
«QUANTO MAIS QUENTE MELHOR» de Billy Wilder

AVIZ (Tel 47163)
21.45
(Grupo B - 10 anos) - 2.ª Semana
«CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITÁ»
15.30
(Grupo B - 10 anos)
«MELODIA INCOMPLETA»

POLITEAMA (Tel 326303)
15 15, 18.15 e 21 45
(Grupo D 10 anos)
Terence Hill e Bud Spencer «CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITÁ» Pancadaria e explosões de alegria Vale tudo

BERNA (Tel 776098)
15 15 - 18.30 e 21.45
(Grupo B 10 anos)
Technicolor Gigantesco? «O MAIOR ESPECTACULO DO MUNDO» com Charlton e James Stewart

ROYAL (Tel. 865037)
15 00 e 21 00
(Grupo D 18 anos)
Continuação de estreia 6.ª semana «DELIVERANCE» (Fim de semana alucinante) Em complemento «EM BUSCA DA FELICIDADE»

S. JORGE (Tel 54151)
15 15, 18 15 e 21 30
(Grupo D 18 anos)
Êxito em 4.ª semana
Um filme superior «ROMA DE FELLINI»

ROMA (Tel 727778)
15.30 e 21.45
(Grupo B - 10 anos) 2.ª Semana
«CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITÁ» Terence Hiel e Bud Spencer.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VARIEDADES
21.45 (14 anos)
«Sua Excelência, o Pendura»
A.B.C.
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Pró menino e Prá menina»
MARIS VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Cá vamos pagando e rindo»
LAURA ALVES
21.45 (14 anos)
«O Príncipe e a corista»
MONUMENTAL
21.45 (18 anos)
«Adriano VII»
CASA DA COMÉDIA
22.00 (18 anos)
«Oh papá, pobre papá»
VASCO SANTANA
21.45 (18 anos)
«Sexo, Nunca! Somos Britânicos»

LISBOA/Cinemas

RESTELO
21.30 (18 anos)
«O Padrinho»
OLÍMPIA
19.00 (14 anos)
«A maior proeza do Oeste»
CINEARTE
21.00 (14 anos)
«O desafio de Pancho Vila»
JARDIM CINEMA
21.30 (14 anos)
«Sweet Charity, a rapariga que queria ser amada»
MAYER
21.30 (14 anos)
«O Americano»
PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«O túmulo do terror»
MOSCAVIDE
21.00 (18 anos)
«O regresso da Casta Susana»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Stadium
21.30 (18 anos)
«O Mecânico»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.30 (14 anos)
«Os Piratas do ar»
Palácio
21.00 (18 anos)
«Amor, a maior riqueza»
CASCAIS
S. José
21.30 (18 anos)
«Cabaret (Adeus Berlim)»

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.30 (14 anos)
«O Violino no Telhado»
AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (14 anos)
«Um homem chamado Arizona»
SINTRA
Carlos Manuel
21.30 (18 anos)
«O Esquadrão da morte»

OUTRA BANDA

COVA DA PIEDADE
União Artística
21.15 (18 anos)
«Uma mistura de amor»
ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Santo contra a Mafia»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (10 anos)
«Sim, sr. Hulot»
ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«Os alegres dias de Pompeia»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
21.45 (18 anos)
«O espertalhão»
SÁ DA BANDEIRA
21.45 (18 anos)
«Mulheres é comigo»

PORTO/Cinemas

CARLOS ALBERTO
21.30 (10 anos)
«Ringo o cavaleiro solitário» e Herói no Texas»
PASSOS MANUEL
21.30 (14 anos)
«A tomada do poder por Luís XIV»
JÚLIO DINIZ
21.30 (10 anos)
«Um raio de luz»
S. JOÃO
21.30 (10 anos)
«Continuaram a chamar-me Trinitá»
ÁGUIA D'OURO
21.30 (10 anos)
«Continuaram a chamar-me Trinitá»
COLISEU
21.30 (14 anos)
«Dom Quixote cavalga de novo»
VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
«Cidade violenta»
RIVOLI
21.30 (10 anos)
«A grande valsa»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Um príncipe nas lonas»
BATALHA
21.30 (18 anos)
«O Caso Valachi»
ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Em nome do povo italiano»
TRINDADE
21.30 (10 anos)
«Tchaikovsky»

COIMBRA

AVENIDA
21.00 (18 anos)
«Quando as mulheres querem»
GIL VICENTE
21.00 (10 anos)
Festival Universitário de coros»
TIVOLI
21.30 (18 anos)
«Desencontro»

BARS BOITES

HIPOPÓTAMO — Com Helder Reis Encerra aos domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. Telef. 48384.**

PRINCIPE NEGRO-Dancing com variedades. **Calçada da Glória, 2 Telef. 368957**

SOLAR DA HERMÍNIA — Herminia Silva, hoje e sempre. **Largo Trindade Coelho, n.º 10 e 11.** Encerra aos domingos. **Telef. 320164.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **Telefones 26461, 264526, 264596, 264821 e 264946.**

NINA — **Dancing** com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 34859-365167.**

EL CIDE — **Dancing** com variedades. Com o conjunto «X 4». **Rua Bernardo Lima, 18-A** (ao Conde Redondo». **Telef. 560538.**

CACO — **Dancing** com música ambiente, com singular quarteto. **Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.**

FANTASMA-Dancing Caveau — com variedades. Maria Helena, Odete Maria. Domingos Ramos e o fabuloso Tony Sandro e Garcia e o seu conjunto. **R. Gomes Freire, 145-b.** Aberto das 18 h. às 21 e das 22.30 h. às 05.00 h.

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Matinées» todos os dias. Encerra aos domingos. **Avenida Duque de Loulé, 69. Telef. 534117.**

LUSO — Grande elenco de folclore fado de Lisboa por Augusta Erminda e José Luis Tomar, fado de Coimbra por Américo Silva. Em fado castiço Cristina Maria. **Travessa da Queimada, 10. Telef. 362889.** Aberto todos os dias.

SAN-PAYO — Bar-boite c/ música constante. Aberto até às 5 h. da madrugada. **Rua Rodrigues Sampaio, 34. Telef. 561422.** (Ar condicionado).

DL /ÚLTIMAS

DL
RENASCENÇA GRAFICA S A R L
PROPRIETARIO DO
DIARIO DE LISBOA
ADMINISTRAÇÃO GERAL
REDACÇÃO E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º E - 4.º
TELEF. 654531/2 3 4
SERVIÇOS TECNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
RUA DA ROSA, 57
END TEL DIBOA TELEX 1363
LISBOA PORTUGAL

Prisões em Beirute

BEIRUTE, 13 — UPI-ANI) — Os guerrilheiros palestinianos prenderam um francês residente em Beirute, por suspeita de haver auxiliado os comandos israelitas que atacaram a capital na terça-feira e mataram três dos seus dirigentes — anuncia-se nos círculos guerrilheiros.

A Polícia libanesa deteve mais seis homens — um suiço, dois judeus árabes e três palestinianos — também suspeitos de comprometidos no ataque israelita.

Nos círculos guerrilheiros revela-se que o francês é Yves René, de Tourris, e que foram encontrados um emissor receptor, três pistolas e um silenciador no seu apartamento.

De Tourris, que reside em Beirute há dois anos, é proprietário de um restaurante e a sua residência fica perto do prédio em que os três dirigentes dos guerreilheiros foram mortos.

Há também informação de que os três palestinianos detidos pela polícia libanesa foram vistos a fazer sinais de luzes, de um barco, perto da costa de Beirute, na madrugada de terça-feira aproximadamente à mesma hora a que os israelitas lançaram o seu ataque.

Chegou a Lisboa o director dos Serviços de Imprensa do Grupo Bosch

A fim de estar presente à inauguração das novas instalações da Robert Bosch, Portugal, que se realiza hoje, chegou a Lisboa, o dr. Germann, Director dos Serviços de Imprensa do Grupo Bosch.

Colóquio no T.E.P.

No Teatro Experimental do Porto, realiza-se, na próxima segunda-feira, pelas 18.30 horas, um colóquio sobre o espectáculo presentemente ali em cena — «O Espertalhão» — encenado por José Cayolla.

No dia 27 deste mês, a companhia do T.E.P. deslocar-se-á à Póvoa do Varzim, a fim de apresentar aquela peça.

Entretanto, prosseguem os ensaios de «As Vítimas do Dever», de Ionesco, numa encenação de Júlio Castronuovo.

Seminário Univac

Dirigido a empresas utilizadoras de computadores electrónicos, terminou ontem um seminário sobre o sistema UNIVAC 9700 que tem vindo a realizar-se no Hotel Sheraton.

Foram apresentados com muito interesse, vários aspectos e características do potente softuare, que apoia aquele sistema, cujo primeiro exemplar para Portugal será instalado dentro de poucos meses.

As apresentações foram realizadas por técnicos da UNIVAC Portuguesa e por mais três especialistas estrangeiros, que da Itália, Alemanha e Estados Unidos se deslocaram propositadamente a Portugal.

LONDRES
10 DIAS
DESDE
ESC. 2.490$
PARTIDAS:
22 ABRIL E 2 MAIO
INCLUINDO:
TRANSPORTES EM AVIÃO A JACTO IDA E VOLTA * ALOJAMENTO E PEQUENO ALMOÇO * ASSISTÊNCIA E TRANSFER'S DE CHEGADA E PARTIDA * VISITA DA CIDADE COM GUIA
PARTIDAS SEMANAIS DURANTE O VERÃO E NOS FERIADOS DE JUNHO
CONSULTE-NOS
NORTUR / PM TURISMO
PORTO - Rua José Falcão, 82 - Telef. 27587
LISBOA - Rua Barata Salgueiro, 8 - Telef. 58722

"País dos bebés 'exportados" pedem agora a sua restituição

RIO DE JANEIRO, 13 — (R) — Alguns pais, que deram os filhos para serem adoptados num alegado caso de contrabando de «bebés para exportação», pretendem agora a restituição das crianças.

O escândalo, provocado pelo interrogatório de uma viuva sueca, de cabelos grisalhos, que actuou como agente de casais do seu país em 19 casos de adopção de crianças brasileiras, ameaça hoje causar embaraços ao Governo militar do Brasil. Anunciou-se que nomes de assistentes sociais e de funcionários governamentais foram mencionados nas investigações da Polícia.

Até agora, a Polícia federal afirma ter descoberto mais de 30 casos de bebés que foram «vendidos» ou simplesmente entregues para «exportação» a pais adoptivos europeus. As autoridades fixaram um prazo de 30 dias para concluírem as suas investigações, trabalhando de acordo com uma lista que lhes foi fornecida pela viuva sueca, sr.ª Elsa Karlson, antes de lhe ser permitido seguir de avião para Estocolmo.

Hoje, a Polícia interrogava ainda uma linda loura, Karin Danneman Boker, que se diz ser norueguesa.

Quando jornais desta cidade publicavam fotografias de cinco «bebés para exportação», que vivem agora na Suécia, o trabalhador rural brasileiro Manuel Ferreira da Silva solicitou à Polícia para pedir a Brasília que insista com o Governo de Estocolmo para que o seu filho, Moisés, de uma no, lhe seja restituído. Deu há seis meses a criança, assinando mesmo os documentos para a sua adopção.

Outros pais, que deram, também, os filhos, reuniram-se ontem defronte do gabinete do inspector da Polícia Federal Carlos Alberto Garcia, que dirige as investigações oficiais, gritando: «Queremos que os nossos bebés nos sejam restituídos».

Num caso que está a ser investigado, uma mãe solteira vendeu a filha por 300 cruzeiros (cerca de 1 300 escudos), enquanto outra, vivendo na miséria, assinou simplesmente um documento e delcarou ao intermediário da adopção: «Certifique-se de que a minha filha vai para o estrangeiro».

Uma fonte afecta ao Itamarati disse que a Polícia Federal fora alertada por uma série de alegações de que alguns orfanatos, especialmente no Estado de Mato Grosso, no centro do Amazonas, estavam a vender crianças para serem adoptadas no estrangeiro.

Têm circulado, também, notícias de «um mercado de adopções» para crianças brasileiras — acrescentou.

O Governo brasileiro proclama orgulhosamente ser a nação de desenvolvimento mais rápido do mundo e publica estatísticas extraordinárias àcerca do ritmo de progresso e de combate à inflação.

Contudo, um sociólogo disse a jornalistas: «O escândalo apenas demonstra como são ainda pobres a maior parte dos brasileiros — rão pobres que têm de vender os próprios filhos devido a não so poderem alimentar ou vestir adequadamente.

«Durante anos as crianças têm sido negociadas como gado neste país. Nada há de novo àcerca disso.

«Que alguns desses pais peçam agora, em altos gritos, a restituição dos filhos é uma coisa natural. Não é a falta de amor, mas sim um sistema que paga ainda um salário mínimo de 260 cruzeiros (cerca de 1 100 escudos) por mês que os obriga a fazerem acções consideradas como bárbaras noutros países».

Eng. Paulo de Barros

Na igreja da Pena (em Lisboa) celebrou-se hoje à 13 horas uma missa por alma do eng. Paulo de Barros que foi presidente da Assembleia Geral da Renancença Gráfica, proprietária do «Diário de Lisboa». Figura de relevo da vida portuguesa do seu esforço e competência, criando grande amizade entre todos quantos com ele privaram.

Ao piedoso acto assistiram muitos familiares e amigos, entre os quais o dr. António Ruella Ramos, nossos director.

LOTARIA DA PÁSCOA
TALUDA
18.000 CONTOS
COMPRE-A AOS BALCÕES DO
CAMPIÃO
NOS SEUS REVENDEDORES OU PELO CORREIO (APARTADO 2027-C)

"AMPLA REUNIÃO"

Comentado pelo dr. Moreira Baptista

..Numa das suas já habituais comunicações ao país, o dr. César Moreira Baptista, secretário de Estado da Informação e Turismo, comentou ontem, através da rádio e da televisão, uma **«ampla reunião em que se estudou a estratégia a adoptar por certos grupos políticos perante acto eleitoral»** a realizar no nosso país. Queria referir-se, segundo tudo indica, ao III Congresso da Oposição Democrática, recentemente efectuado em Aveiro, acentuando: **«E como não podia deixar de ser, uma vez mais, frontalmente se pôs em causa a presença de Portugal em África e se afirmou a solidariedade com aqueles que mataram e matam portugueses e ofendem os nossos direitos»**.

Na sua alocução, o dr. Moreira Baptista começara por se defender daqueles que, criticando as suas anteriores palestras, o acusaram de praticar mais um **«monólogo»** do que um **«diálogo»**. Depois de afirmar que **«vários comentários por mim feitos me são sugeridos por ouvintes e leitores»**, lançou uma sugestão: **«Escrevam-me a sugerir os temas para os meus comentários; digam-me o que pretendem que aqui trate. Claro que se a ideia tiver repercussão, há que adoptar um método e fixar algumas regras: não poderei responder, como é óbvio, a cada um dos meus possíveis correspondentes e, assim, agruparei as questões que tenham uma base comum; não poderei considerar situações particulares; não terão resposta perguntas inoportunas ou invariáveis»**.

E, para exemplificar a utilidade do processo, o dr. Moreira Baptista referiu-se em seguida **«a uma carta bem escrita e bem fundamentada e na qual me é pedida opinião sobre recentes actos eleitorais no estrangeiro e da sua repercussão no nosso país»**.

Depois de salientar que **«certas doutrinas e procedimentos influem muito nos métodos e opções de actuação política de alguns portugueses»**, afirmou: **«Temos estado a assistir a isso mesmo na série de actividades que se manifestou nos comentários que foram feitos com grande extensão aos actos eleitorais da França e do Chile, a que se seguiu ampla reunião em que se estudou a estratégia a adoptar por certos grupos políticos perante acto eleitoral que também vamos ter»**.

Continuando a referir-se a esta **«ampla reunião»**, o dr. Moreira Baptista afirmou ter podido verificar-se **«que foi no seguimento das tácticas adoptadas nesses outros países e por movimentos políticos congéneres, que também entre nós se pretendem seguir métodos de acção que visam objectivos já confessados. E tudo numa espécie de antecipação da campanha eleitoral»**. E logo a seguir: **«Na realidade, tal como em França mas com um sentido mais radical e irresponsável assinalado até por comentadores nacionais e estrangeiros, tendências políticas que vão do socialismo ao comunismo definiram-se por um programa que visa, afinal, a alteração da nossa Constituição, derrubar o regime e o governo legalmente constituídos, a adopção de soluções colectivistas e, sobretudo, a instauração de um clima de intransigente luta de classes com todas as suas nefastas consequências»**.

Depois de citar a **«magistral lição do Professor Marcello Caetano de há três dias»**, a atenção do dr. Moreira Baptista voltou-se para os militares que, no Dondo, **«ofereciam a sua vida à Pátria e juravam perante a bandeira que é símbolo de todos nós, defendê-la contra os seus inimigos, sem nada pedirem, sem reivindicações que não fossem o de quererem os lugares onde seja maior o perigo, mais necesária a sua coragem, mais fácil a demonstração do seu heroismo»**. E terminou proferindo a fórmula de juramento pronunciada por aqueles novos soldados de Moçambique.

Julgamento no Tribunal Marítimo

PORTO — Dezoito réus, marítimos na sua maioria, estão a responder em juízo por furto e receptação de objectos que se encontravam no interior de navios e barcaças em descarga nos portos de Leixões e Douro.

O julgamento decorre no Tribunal Marítimo da cidade do Porto, sob a presidência do capitão-de-mar-e-guerra Manuel Ventura da Cruz. A acusação está a cargo do agente do ministério Público, dr. Lopes Dias, e dum advogado das firmas lesadas, assistentes no processo. Os réus são defendidos por sete advogados.

O aumento das pensões

Continuação da pág. 1

de 10 por cento as pensões de quantitativo igual ou superior a 3000 escudos, não devendo em caso algum atribuir-se um quantitativo inferior a 3.450 escudos nem superior a oito mil por agregado familiar.

O ESTATUTO

O Estatuto das Pensões de Sobrevivência pretende, segundo se afirma no preâmbulo, contrariar uma concepção de previdência em que esta era deixada à iniciativa e ficava essencialmente a cargo dos próprios interessados. Aí, pretendendo-se demonstrar que «não pode confiar-se no espírito de previdência do indivíduo» se dá conta de que dos 346 053 servidores do Estado inscritos na Caixa Geral de Aposentações, em 31 de Dezembro de 1972, apenas 104 052 eram contribuintes do Montepio.

Assim, o presente Estatuto impõe a pensão de sobrevivência como um benefício que o Estado concede aos seus servidores, ficando a inscrição obrigatória para os actuais subscritores da Caixa Geral de Aposentações «que, estando no activo ou na reserva e não sendo contribuintes do Montepio, não tenham mais de 25 anos; e impõe-se para o futuro, a inscrição automática no Montepio de todos os servidores que forem inscritos na referida Caixa». Quanto aos servidores de mais de 55 anos, têm a permissão, segundo o Estatuto, de se inscreverem, desde que possam perfazer, com ou sem retroacção ou contagem do tempo anterior, os cinco anos de garantia até ao limite fixado para a aposentação ou reforma, o mesmo acontecendo aos reformados à data da entrada em vigor do presente Estatuto.

Neste diploma manda-se integrar na pensão os suplementos que a ela acresçam, evitando, assim, determinadas complicações administrativas.

Os actuais contribuintes do Montepio têm o direito de optar pela sua adesão ao Estatuto, o que lhes permite, «através de um simples requerimento, acederem ao esquema muito mais favorável deste diploma».

"Peppin" substitui 'Oh, Calcuttá!"

Bob Fosse assegurará a encenação de um espectáculo musical, a montar em Paris, no fim do ano, por Annie Fargue, a produtora de «Hair» e «Oh Calcutta».

Trata-se da comédia musical de Roger Horson e Stephen Schwarz «Peppin».

Para intépretes foram já escolhidos Julien Clerc, Liliane Montevecchi, Armand Mestral e Mort Shuman.

mesa redonda

A COMPANHIA DOS TELEFONES E OS INTERESSES DO PÚBLICO

Um anacrónico regime desabrochou e **floresce** — diz Hélio Drago nesta reportagem sobre **alguns** aspectos das relações dos TLP com os seus **assinantes**. A qualidade do serviço prestado, a impossibilidade (por parte dos utentes) de controlar as contas, a redução «ilegal» dos períodos e outras questões melindrosas são aqui descritas com todas as letras.

«O medo guarda os TLP. O medo de se ficar sem telefone. O medo das cobranças coercivas e do respectivo escândalo... **O medo do mais forte**. Porque os TLP são, (para os seus utentes), uma força poderosíssima.

Pagar o que se não deve é, ainda assim, preferível a passar por «vergonhosos» vexames — **ou simplesmente in-cómodos**. Daí «mais valia» que todos pagamos mensalmente desde os assinantes aos simples utentes dos telefones públicos e alheios, os quais, telefonema após telefonema, se vêem despojados daquilo que ganharam duramente no labor do dia a dia.

«Accionistas» sem dividendos, nós, os utentes dos TLP,

Continua na pag oito

Economia portuguesa balanço de 1972

. Qual foi o comportamento da economia portuguesa em 1972? Tentaremos esboçar as suas linhas dominantes a partir das informações contidas na revista económica e financeira que acompanha o relatório do Banco de Portugal da análise da situação económica e financeira elaborada pelos serviços do Banco Pinto e Sotto Mayor, e do estudo da conjuntura económica nacional publicado pelo Banco Totta e Açores.

Diga-se, desde já que todos estes estudos enfermam da «impossibilidade de se dispor, em tempo útil, de elementos estatísticos oficiais referentes ao conjunto do ano». O atraso com que o Instituto Nacional de Estatística recolhe pública e elabora os indicadores da nossa actividade económica, não permitem mais do que referir linhas gerais de evolução.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL

Antes, será útil referir alguns traços da evolução da conjuntura económica internacional em 1972, para o que utilizaremos a análise do Banco de Portugal.

A intensificação considerável da actividade nos países mais industrializados da O. C. D. E. foi acompanhada por forte inflação, ao mesmo tempo que os níveis de desemprego da mão-de-obra se mantinham elevados. Nos Estados Unidos as pressões inflacionistas mostraram-se menos intensas, tendo sido compensadas por acréscimos da produtividade. Nos países europeus, verificou-se pela primeira vez, actuação relativamente concertada na luta contra a inflação.

As perturbações dos mercados cambiais, a partir de meados de 1972, e o agravamento de deficit da balança comercial norte-americana, desencadearam um movimento de desconfiança e de especulação contra o dólar, que afluiu em grande quantidade a países europeus e ao Japão. A introdução ou o reforço de providências destinadas a conter a entrada de capitais com finalidade especulativa, determinaram redução do grau de liberalização das operações de capitais no conjunto dos países da O. C. D. E..

Esta evolução veio apontar a necessidade de uma reforma fundamental do sistema monetário internacional, ao mesmo tempo que evidenciou a interpenetração entre os aspectos monetário-cambiais e as questões comerciais tarifárias e fiscais e os problemas sujeitos pelos investimentos dos Estados Unidos e outras operações de capitais americanos no estrangeiro.

Ao abrandamento da actividade económica na maior parte dos países europeus em 1970 e 1971, seguiu-se no ano passado uma tendência de recuperação nítida e generalizada. Mas, a adopção de providências restritivas das tensões inflacionistas, no último trimestre de 1972, contribuiu para uma certa moderação da procura e para um afrouxamento da actividade económica. Em relação a 1971, a taxa anual de expansão da produção subiu de 1,4 para 3,25 por cento na Grã-Bretanha, de 5,1 para 5,5 em França, de 2,8 para 3,25 na Alemanha Ocidental e de 1,1 para 3 na Itália.

A cooperação económica entre os países capitalistas da Europa registou progressos apreciáveis com a adesão de três novos membros à Comunidade Económica Europeia (a Grã-Bretanha, a Dinamarca e a Irlanda) e com a celebração de acordos preferênciais de comércio entre o Mercado Comum e outros países, como Portugal.

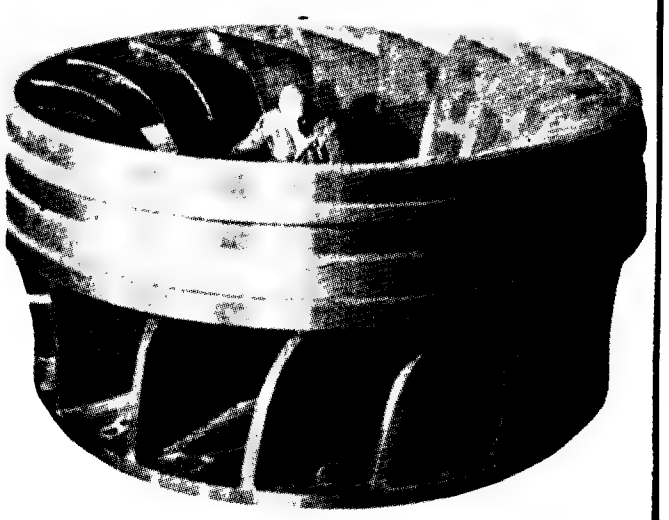
A evolução da economia dos Estados Unidos caracterizou-se por acentuada expansão. A taxa de crescimento do produto nacional, bruto, a preços constantes de mercado, deverá ter atingido cerca de 6,5 por cento, contra 2,7 em 1971. A preços correntes, o acréscimo terá sido de 10 por cento.

Os preços no consumidor não terá sofrido agravamento significativo. Verificou-se melhoria na situação do emprego: o nível médio de desemprego ao longo do ano não ultrapassou 5,6 por cento, em confronto com 5,9 por cento em 1971. E houve acréscimo bastante significativo dos salários reais. Reflectindo a tendência geral de crescimento da economia, o índice da produção industrial subiu 10,4 por cento, o investimento fixo nas empresas mais de 14 por cento, as despesas dos consumidores cerca de 10 por cento.

A conjuntura económica dos Estados Unidos foi dominada pela conjugação de uma política de controlos de preços e salários com orientação expansionistas em matéria de política monetária e no capítulo das finanças públicas. Quanto à política financeira, o seu carácter marcadamente expansionista traduziu-se pela manutenção de um avultado deficit do orçamento federal, justificado pelo conceito de «orçamento de pleno emprego».

Continua na pág. pág. seis

OS TÉCNICOS DESCONFIAM DOS ADMINISTRATIVOS



Os técnicos desconfiam de certos administrativos, precisamente daqueles cuja acção colide com as suas actividades. E porquê? Poderá responder-se, um tanto cruamente: porque os técnicos têm a convicção de que aqueles administrativos mantêm as suas posições ou sobem nos quadros das empresas e do Estado, em parte à sua custa.

Outra razão resulta de aqueles administrativos se julgarem imprescindíveis no comando sobre os técnicos, o que naturalmente irrita estes por não corresponder à verdade e ser injusto.

Os técnicos raciocinam que poderão viver sem os tais administrativos, mas que a inversa não será verdadeira nas empresas e nos sectores públicos de carácter tecnológico.

Efectivamente bastará pôr-se a hipótese dum sector de engenharia duma empresa ou dum serviço público sem técnicos, embora com a melhor equipa de administrativos. O que poderiam eles fazer? Por isso os técnicos pensam que os tais administrativos colidem

Continua na pagina seis

assim vai o mundo

SETEMBRO NEGRO

. Ao contrário da acção de Munique, que foi apoiada por todas as organizações revolucionárias palestinianas, a recente operação de Kartum provoca as primeiras divergências abertas sobre a linha política de «Setembro Negro». A este respeito, afrontam-se duas organizações cujas divergências são, desde há longo tempo, notórias — a Frente Democrática Popular de Libertação da Palestina (FDPLP) e a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP). As duas organizações, que representam a esquerda do movimento palestiniano, travaram uma forte luta política, nomeadamente na fase que precedeu o assalto de Hussein aos campos e bases palestinianas, em 1970.

As divergências de linha tomam agora novo relevo. A Frente Democrática (FPDLP), dirigida por Nayef Hawathmeh, num comunicado difundido em 30 de Março, denuncia o «aventurismo» da operação de Kartum: «Estas acções contra o inimigo em território estrangeiro, de que a de Kartum é exemplo, inscrevem-se na corrente que leva à renúncia e oferecem a certos regimes árabes reaccionários a possibilidade de justificar as suas tentativas de jugular a resistência palestiniana e as forças progressistas árabes». Em compensação, reivindica os atentados de 30 de Março, «em território inimigo», em Jerusalém e Hadera. Esta acção deu lugar á prisão de algumas dezenas de árabes e, o que é interessante, de alguns israelitas. De uma forma muito geral, poder-se-ía dizer que esta organização põe o acento tónico no esforço de organização política e de acção no interior de Israel.

Em total contraste com esta posição, a Frente Popular de Libertação da Palestina anunciava, logo no dia seguinte, a inteira solidariedade e a realização duma aliança com «Setembro Negro», de modo a constituir uma futura Frente Nacional Palestiniana. Depois de afirmar a proximidade das estratégias das duas organizações, Ahmed Yamani, dirigente da Frente Popular, declara: «A nossa estratégia consiste em atacar os interesses imperialistas duma forma geral e os das bases avançadas desse imperialismo no Próximo Oriente. As operações de Stembro Negro inscrevem-se nesta estratégia».

Assinala-se a importância desta discussão, no momento em que a liquidação da revolução palestiniana parece estar de novo na agenda das grandes potências e dos principais Estados árabes, a começar pelo Egipto. E quando aparecem os primeiros cidadãos israelitas militantemente ligados a movimentos palestinianos.

CAÇA ÀS BRUXAS

O Supremo Tribunal italiano acaba de decidir o seguinte: um filme que tenha sido apreendido, seja por que motivo for, não poderá reentrar em circulação enquanto não se tiverem pronunciado todas as instâncias judiciárias, mesmo se os julgamentos de primeira e segunda instâncias tiverem culminado numa absolvição. Tal princípio permitirá a qualquer entidade administrativa suspender a exibição dum filme, de forma totalmente arbitrária e por período indefinido, esvaziando de significado as decisões dos tribunais de primeira instância. Mais: apoiando-se no código penal fascista de 1931, torna-se possível a suspensão indefinida de qualquer filme, a pedido dum qualquer cidadão ou pai de família. De facto, esta queixa é perfeitamente legal, sob pretexto de «atentado ao sentimento comum do pudor». Nos meios culturais italianos fala-se duma nova «caça às bruxas». Por um lado, a magistratura conservadora vê-se dotada de instrumentos absolutamente discricionários: por exemplo, da primeira instância ao Supremo, um processo leva um mínimo de cinco anos. Por outro, não é apenas a «obscenidade» que está em causa: mas, de acordo com o código fascista, as «injúrias à nação ou à religião», a «difamação», «as intenções subversivas».

O primeiro efeito desta nova moda é a retirada de circulação de 2 filmes, inicialmente apreendidos e libertados por decisão judicial: «O Último Tango de Paris», de Bertolucci, e os «Contos de Canterbury», de Pasolini.

Nos últimos anos, têm sido travadas diversas batalhas pela abolição do código de 1931, com uma bela folha de serviços em casos como os das «bombas de Dezembro de 1969», em que durante três anos a polícia de dedicou à «caça aos anarquistas», para descobrir em 1972 os verdadeiros autores dos atentados: um grupo fascista. Entretanto, a democracia cristã ganhara as eleições.

NEM SÓ A ECONOMIA CRESCE

A Grécia regista um bom crescimento do produto nacional bruto — 10,5 por cento ao ano. É NA INDÚSTRIA QUE A EXPANSÃO TEM SIDO MAIS EVIDENTE: As reivindicações tendem a acentuar-se, mas o governo tem conseguido contê-las, mostrando a relativa eficácia do dispositivo montado em 1967. A inflação acelerada preocupa os dirigentes, mas, dir-se-á, «quem não tem inflação?». As taxas de lucro são boas, tanto para o capital grego como para o investidor estrangeiro. Ao fim de seis anos o regime grego não necessita de se identificar doutro modo, quanto á sua natureza de classe.

Outras preocupações têm surgido aos militares no poder: uma crise estudantil abre uma frente de luta num terreno em que os militares haviam tomado todas as previdências. Fora política sistemática a concessão de privilégios materiais aos estudantes, esforçando-se o Governo por os interessar na «expansão económica» de que viriam a constituir a elite. Após algumas jornadas de agitação, o governo empregou meios fortes. incluindo o corte dos adiamentos militares.

Hoje, a questão deixou de estar confiada á Politécnica de Atenas, passando a tocar toda a capital e algumas cidades da provincia.

PRISIONEIROS

Alguns dos prisioneiros americanos libertados por Hanoi lembraram-se subitamente de que tinham sido humilhados e torturados. Claro que estas torturas de que falam não são a tortura em sentido estricto — tortura para obter informações. Serão o que se pode considerar maus tratos. A maior parte dos prisioneiros testemunhou bom tratamento, apesar de esperarem o pior, capturados por camponeses e milicianos a quem haviam bombardeado.

Não se trata de fazer o balanço por conhecido, de anos de guerra no Vietnam. O que é oportuno lembrar são os milhares, dezenas de milhares de presos políticos no Sul, alguns deles submetidos a processos acelerados de destruição física. Tal o impressionante caso dos libertados de Poulo CONDORE: Estropiados por dez anos de «jaula de tigre» tentam retomar o seu lugar de militantes nas cidades.

A propósito de Poulo Condore, comunica o secretariado internacional da JOC que continuam presos em Poule Condore 4 dirigentes nacionais da Joc — Nguyen Viet Tuan, Nguyen Van Han, Tran Chi Vien, Nguyen Van Ngoun, deportados depois de absolvidos em tribunais. Outros dirigentes presos: padre Truong Ba Kan, padre Khac Tu, padre Vu Xuan Hieu e padre Huyng Cong Minh.

CORRUPÇÃO E CONTROLO

O número dos processos políticos e das interdições de jornais está a baixar na Jugoslávia. Em compensação, aumenta constantemente o dos processos por delitos económicos. Queixam-se juízes e procuradores da falta de meios para despachar rapidamente os «dossiers» que se acumulam. Todos os dias se descobrem mais caso de corrupção, enquanto direcções inteiras de empresas socialistas contam, nos tribunais, as mais inconcebíveis histórias de roubos e delapidações. Este é o resumo apresentado pelo jornalista jugoslavo P. Yankovitch, em «Le Monde».

Os casos célebres sucedem-se. O secretário-geral do Automóvel Club da Jugoslávia e do seu adjunto, que conseguiram acumular uma fortuna substancial desde falsificações de escrita às «luvas» que recebiam, numa rede em que entravam já famílias e especulações imobiliárias, tudo foi utilizado, até que um nível de vida excessivamente elevado chamou as atenções.

Foi preso o director-geral dum dos principais bancos de Belgrado, acusado de operações ilegais no valor de milhões de dólares. Dezenas de dirigentes de empresas de comércio externo, sector onde os directores têm a reputação de ser os «barões do socialismo» e a corrupção generalizada. Quase quotidianamente, demitem equipas dirigentes essencialmente compostas por membros do partido (Liga dos Comunistas), por irregularidades e abuso de poder. Um caso que faz rir é o da fábrica de cobre que jogava na bolsa de Londres. A fábrica de Sevojno tinha um representante em Londres, com conhecimento do director-geral, membro do Parlamento federal, jogava na bolsa do cobre. De início com éxito; depois com uma perda de 500 milhões de dinares; para acabar, um «déficit» de 120 milhões (7 milhões de dólares). Enquanto o director está preso, o representante em Londre mudou de vida: abriu um escritório comercial em Londres.

Não interessa continuar a percorrer os exemplos «Matesa» da Jugoslávia. O que muitos dizem, aliás, é que cada vez mais é difícil ser director, agora que foi instituído um controlo, que passa a meter o nariz em tudo, embora sem qualquer poder de decisão. A verdade é que algumas dezenas de empresas estão subitamente sem director.

Não se deduza de informações como esta que a jugoslávia tem o monopólio da corrupção. Não é com certeza menos importante na maioria dos países ocidentais ou nas vizinhas «democracias populares» do Leste.

Os mercados negros, a corrupção, etc. terão formas um pouco diferentes na Jugoslávia e, por exemplo, na Polónia. Na Polónia o problema pode ter atingido mais larga dimensão, mas o que se passa na jugoslávia será mais facilmente conhecido, pois será também mais debatido nesse país.

País que se denomina socialista mas em que toda a economia funciona segundo o mercado e as leis da economia capitalista, é também um país em que as ficções de socialismo dificultam a acção dos directores-gerais.

não pode tomar leite ?
DIESINE é a solução
ALIMENTO LÁCTEO

rico em proteínas, cálcio e fósforo de que você e seus filhos necessitam. Elementos de saúde. Mas a sua saúde ganha ainda, porque toda a gordura e sal foram eliminados.

EM TODOS OS SUPERMERCADOS E BOAS CASAS DE ALIMENTAÇÃO

hifen

FILGRÁFICA 1973

VEJA NO STAND DE LELLO & IRMÃO--EDITORES GALERIA A-A-N.º 399 — A EDIÇÃO MONUMENTAL, COMEMORATIVA DO IV CENTENÁRIO DE

OS LUSÍADAS

ILUSTRADA POR «GOUVÊA PORTUENSE»
PREFACIADA E REVISTA PELO PROFESSOR DOUTOR MANUEL LOPES DE ALMEIDA

ESTA OBRA FOI INTEIRAMENTE REALIZADA EM PORTUGAL — IMPRESSÃO OFFSET — A 9 CORES — NAS OFICINAS «ARTES GRÁFICAS» — PORTO

ESTARÁ BREVEMENTE À VENDA

Por
CALVET
DE MAGALHÃES

PIONEIROS DO ENSINO TÉCNICO

CARLOS ADOLFO MARQUES LEITÃO

Em 1851 realizava-se a exposição internacional de Londres, que constituíu para os ingleses um revés quanto à sua importância em tudo que procurava mostrar a mão do homem como complemento continuador do trabalho da máquina.

A Inglaterra empreendeu então a reforma e a vulgarização do ensino de desenho, criando logo a escola elementar de desenho, tomando providências de propaganda, a que os ingleses chamaram caracterizadamente National Art-Movement e fundando a Repartição Científico-Artística da Comissão do Conselho de Educação. Dividia-se esta em dois sectores: um relativo à instrução elementar, outro à instrução industrial, com sede em Kensington, no coração de Londres. O sector artístico abrangia a Escola Nacional de South-Kensington, com o seminário ou escola normal de desenho, museus e colecções, criação de escolas locais de arte, exposições móveis, permutas, etc.

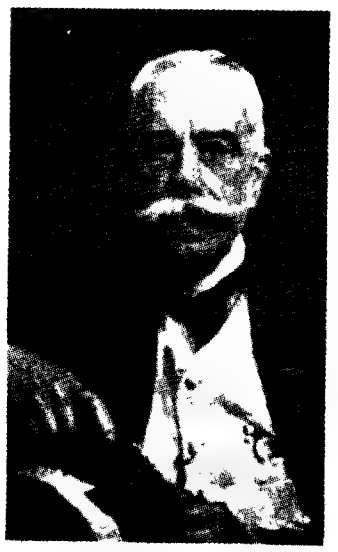
As escolas de desenho inglesas, de 20 que eram em 1851, passaram a 150 em 1867, tendo o museu sido frequentado em 1878 por mais de um milhão de visitantes. A exposição de 1862 foi em relação à Inglaterra uma revelação e a França ficou perplexa diante do resultado a que haviam chegado os ingleses, que ainda em 1851 tinham sido alvo de seus epigramas. Em 1867 o êxito obtido pela Inglaterra, em Paris, aumentou ainda mais a inquietação da França e de outros países, pelo que começaram a imitar o exemplo inglês.

Eis a revolução que provocou a primeira escola elementar de desenho, criada em Londres no dia 2 de Junho de 1852; eis como se radicou a ideia de que todos os mesteres, todos os ofícios manuais, dependem em maior ou menor grau do desenho, e como da relação mais ou menos íntima deles com esta disciplina saem frutos mais ou menos legítimos.

. .Em Portugal foi Joaquim de Vasconcelos, de 1876 a 1879, quem fortemente pugnou pela reforma do ensino de desenho, desde a instrução primária até à superior, mas coube a António Augusto de Aguiar a glória de iniciar aquela reforma, criando, por decreto de 3 de Janeiro de 1884, diversas escolas de desenho industrial em vários pontos do País, pois da reforma do ensino industrial promulgada por decreto de 20 de Dezembro de 1864 nada resultara.

. .À iniciativa meticulosa do conselheiro Aguiar sucedeu o gesto largo e vigoroso de Emídio Navarro que, aproveitando as modestas sementes lançadas por aquele, não só continuou como aumentou e desenvolveu extraordinariamente o ensino em passos gigantes, a favor do progresso da educação profissional.

Estava assim assimilada pelos portugueses a lição de Inglaterra e em termos de tão elevada renovação que era possível a Fonseca Benevides, em 1888, exprimir-se do seguinte modo: **Nas escolas industriais o ensino deve ter uma feição eminentemente prática, e deve ser, quanto possível, individual e consentâneo à profissão dos alunos. Um dos principais caracteres dos métodos seguidos nas escolas desta circunscrição consiste em fazer desenhar os alunos, e desde o princípio, de modelos e do natural, abolindo o uso da estampa, de que por tantos anos muito se tinha abusado, e que, entre outros inconvenientes**



tem o de reduzir os alunos a desenhar o que já está desenhado, e a perderem longo tempo sem ficarem habilitados a copiarem qualquer objecto do natural (1).

. .A singela questão do ensino elementar de desenho começou a constituir pedra de toque para todos, tanto no aspecto pedagógico, como na faceta artística, e assim vemos evocado o ultrapassado modelo de South-Kensington para justificar na actualidade (2) qualquer inciativa, quando, afinal, constitui argumento arrumado e centenário, pois sabe-se, há quase meio século, que não basta o desenho e os trabalhos oficinais para formar o profissional e o homem das artes industriais.

. .Às realizações do campeão audaz e corajoso que foi Emídio Navarro sucederam-se três períodos em que Marques Leitão teve acção pessoal e a Escola Industrial Marquês de Pombal prestou salientes serviços.

. .O primeiro é definido pela organização de 1897, em que se acentuava o pensamento legislador de 1886 e se nota a influência do diploma orgânico de 1891. Foi da autoria do ministro Augusto José da Cunha, sem a consulta de qualquer comissão, e tendo como único auxiliar Marques Leitão.

. .Não foi o decreto de 1897 um agente reformador, pois coordenou em diploma único toda a legislação dispersa sobre as escolas industriais; regulamentou a escrita de modo a poder-se dar balanço à produtividade escolar; criou os conselhos administrativos, disposição que tem resistido até hoje; eliminou os cursos industriais para o sexo feminino; estabeleceu cursos para alunos com destino ao ultramar; estabeleceu o curso livre de química; criou o curso de condutores de máquinas, o museu industrial marítimo, sob a direcção do inspector Benevides, e o artigo 5.º, do seu regulamento dispunha que o desenho elementar fosse igual em todas as escolas, não só na duração do ensino, como também no método adoptado, ao que não foi estranho o processo usado pela comissão anexa ao museu de South-Kensington.

O segundo período refere-se à organização de 1918, de cujo diploma foi autor o dr. Azevedo Neves e no qual também Marques Leitão teve intervenção pessoal.

Nesta organização salientam-se três disposições: a criação do grau preliminar destinado aos alunos sem a idade própria para ingressarem no 1.º ano do grau geral, a escola normal para o ensino de desenho e as escolas de Arte Aplicada.

A organização de 1918 foi abalada na origem pela falta de regulamentação e programas, que nunca se publicaram, ficando o grau preliminar entregue à interpretação dada pelas escolas, e a sua realização prática foi vítima de confusões e ignorâncias que se identificam actualmente com certas críticas feitas ao ciclo preparatório.

. .Somente a escola normal para o ensino de Desenho teve alguma influência digna de registo na evolução do ensino técnico português, apesar da sua habilitação não constituir condição necessária para o ingresso no magistério.

. .O período mais activo da Escola Normal foi o correspondente ao da direcção de Marques Leitão (iniciado em 6 de Fevereiro de 1922), que esboçou sobre a filosofia do desenho alguns princípios da sua unidade e relações com a geometria e a natureza. Seguindo as lições de Cathoire, apoiou a preparação dos futuros professores em determinados conhecimentos e na coordenação de todo o ensino com os diferentes ramos profissionais, acompanhando-a dos exemplos de Winderlick, Guebin, Vallet, Vachon, Colin, Quenioux, etc., para fazer considerações sobre os métodos intuitivos, naturais e directos. Em tudo realçou o espírito português, nas suas artes e nas suas tradições, a preparação da ciência psicológica, os preceitos que competem à missão do professor e a definição do desenho na sua feição educativa e social, erguendo assim com entusiasmo e com fé uma obra notável, que viveu ignorada e da qual ninguém se aproximou com o interesse de conhecer as suas normas educativas ou levar conselhos e incentivos.

. .O terceiro período, em que Marques Leitão interveio, abrange os anos de 1927 a 1929 e está sob o domínio da organização de 1918. Deste período, abalado pela avalanche de disposições sem rumo certo, pelo mau apetrechamento e minguados recursos das escolas e ao qual corresponde expansão mais artificial do que eficiente, merece salientar-se a reorganização do Conselho Superior do Ensino Industrial e Comercial, tendo Marques Leitão como vice-presidente, e a industrialização do ensino.

. .Da acção do referido Conselho salienta-se a tentativa de organizar a carta escolar com bases na escola primária, programas, horários escolares, instruções e regulamentos, princípios de aptidão profissional, legislação acerca dos professores provisórios e a Escola Normal Superior para o ensino técnico elementar.

. .Termina aqui a acção de Marques Leitão como colaborador nas reformas do ensino técnico e que remontava ao tempo em que os industriais alentavam as escolas com os seus conselhos e traziam generosamente auxílio monetário para o desenvolvimento material dos estabelecimentos do ensino técnico.

. .Todos estes períodos foram atravessados por Marques Leitão, com indiferença pelas forças alheias ao ensino, que singram sem plano educativo, e num meio em que a independência era confundida com hostilidade e o testemunho da verdade tido como traição aos amigos.

Em Marques Leitão, porém, não há apenas essa lição, mas ainda outra: a de professor actualizado e permanentemente preocupado em encontrar a didáctica que correspondesse aos interesses dos seus alunos e melhor os preparasse para a vida.

. .Essa preocupação o levou a defender a opinião de que o desenho geral não depende da aptidão natural e, se dependesse, não deveria existir nos estabelecimentos de ensino, nem haveria justificação para os seus programas e preceitos pedagógicos, e ainda a reivindicar para o ensino elementar os trabalhos manuais educativos.

. .Tornou-se, assim, o introdutor entre nós dos trabalhos manuais educativos (3), defendendo-os como indispensáveis na organização da escola moderna e contra as críticas fáceis do tempo, que afirmavam passarem os alunos a ser serralheiros ou carpinteiros, e de tal modo elas foram acérrimas que houve quem perguntasse se tencionavam mudar para a Luz a escola de Alcântara ou se o Colégio Militar passaria a ser escola industrial!...

. .À visão parcelar e desconexa dos problemas opunha-se em Marques Leitão a maravilhosa faculdade da aptidão do geral e do particular. Estudioso como ninguém, lendo, escrevendo, ouvindo, discutindo com saber e calma, parecia demorado a agir, mas era somente para satisfazer a sua preocupação pedagógica, pois voltado para a acção tornava-se dinâmico, certo e concretizador.

Foi sem dúvida o homem que trouxe mais cultura didáctica para o ramo de desenho, cuja obra de compendiação pode ombrear com a de Teodoro da Mota, Teixeira Machado e José Miguel de Abreu.

Foi Marques Leitão quem contribuiu com seu saber, força de vontade e espírito renovador, para elevar a Escola Industrial Marquês de Pombal ao lugar que veio a ocupar entre as escolas técnicas do País.

Servido por magnífica cultura, votando amor estrénuo ao ensino (que hoje já não se usa nem se estimula) os seus alunos e problemas consubstanciavam-se com a sua própria vida. O «quantum» de paixão, dedicação e generosidade oferecidas não têm medida.

Carácter irredutível, nada o fazia arredar da sua linha inalterável de firmeza e coerência, assim como também ninguém o excedeu em bondade e altruísmo.

Foi este o homem que soube aliar a actividade manual ao trabalho do espírito e criou no ensino uma ética superior, a par da verdadeira dignidade humana.

(1) Discurso do inspector Benevides na inauguração do edifício da Escola Industrial Marquês de Pombal, em 31 de Outubro de 1888 (Relatório de 1889).

(2) Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 39190 de 27-4-1953, instituindo a Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

(3) Em 1905 o director do Real Colégio Militar, coronel Raposo Botelho, incumbiu-o de organizar os trabalhos manuais educativos nesse Colégio e de dirigir o seu ensino.

Excursões CP

SEMANA SANTA/ /PÁSCOA, EM MADRID
De 18 a 22 de Abril

* Partida de Lisboa-St.ª Apolónia, às 21.10, de 18/4, no «Lusitânia-Expresso».
* Regresso de Madrid em 22/4, no TER.
* Transferência de autocarro da estação da Atocha/Hotéis e vice-versa. Assistência.
* Pensão completa em Madrid. Excursão de um dia a Ávila/ /Segóvia (facultiva).

PREÇOS POR PESSOA
(Tudo incluído)

Em Hotel de 2.ª classe 1.650$00
Em Hotel de 1.ª classe 2.000$00

Redução para crianças e para grupos de 10 ou mais pessoas.

INFORMAÇÕES E FOLHETOS DESCRITIVOS:

* Estação de Lisboa-Rossio
* Estação de Santa Apolónia
* Rua do Arsenal, 124-1.º — Lisboa

Organização Telef. 36 75 29

CONSULTE A SUA AGÊNCIA DE VIAGENS

âmbito

Lustres
EM CRISTAL STRASS
Autêntico — Importado

ÚLTIMAS CRIAÇÕES

IMPONENTE EXPOSIÇÃO DE MODELOS PRÓPRIOS PARA DECORAÇÃO DE AMBIENTES CLÁSSICOS E MODERNOS DESCONTOS ESPECIAIS NO PERÍODO DE INAUGURAÇÃO

âmbito
R. DO CAMPINHO, 36 (POVEIROS)

KOL
??????

VIÚVAS SEM SOBREVIVÊNCIA

Do outro lado do fio uma voz de mulher dizia-nos ser «uma velha leitora do jornal». Pretendia fazer uma sugestão. Que sim, que fizesse. E ela então entrou no assunto. Tinha 51 anos e dois filhos para preparar para a vida. Não recebia qualquer subsídio de sobrevivência, mas entendia que devia receber. Até já fora ao Ministério das Corporações.

— E que lhe responderam?

Disseram-lhe que tinnam muita pena, mas o marido falecera antes de 67 e nunca descontara para a sobrevivência. Mas ela continuava a teimar. Queria que nós falássemos no caso, pois conhecia situações piores do que a sua. Contudo havia viúvas que não precisavam e estavam a receber subsídio. Algumas até eram ricas...

Pois é. Mas que podíamos nós fazer?

— Eles podiam sugerir a solução do assunto. Deviam fazer inquéritos e dar só a quem precisasse. Se os maridos mortos antes de 1967 não descontavam é porque não era então obrigatório...

Aí está. Viúvas sem sobrevivência pedindo auxílio a jornalistas sem influência.

M. de A.

assim vamos nós

ALERTA

Falando à A.N.P., o Prof. Marcello Caetano, chefe do Governo e presidente daquela organização, fez uma comunicação, que usando os seus próprios conceitos, poderíamos qualificar de doutrinária e ideológica, ou, retomando uma expressão do orador, de «grito de alerta». Neste sentido, avisa M. Caetano:

«Nem faltam respeitáveis burgueses e não menos responsáveis senhoras burguesas que, com a mesma leviandade dos nobres da corte de Maria Antonieta, onde se acolhiam, jubilosamente, as ideias novas que os levariam ao cadafalso, fazem gala em mostrar a sua abertura de espírito, ao concederem nas conversas de salão, a sua simpatia ao sistema que, a ser posto em prática, se apressaria em dar conta deles...» Mais à frente, fala dos efeitos da ditadura (do proletariado, entenda-se): «Ditadura em que, implacavelmente, todas as possibilidades e potencialidades do poder político são utilizadas, não só para a expropriação (ou nacionalização) da propriedade dos instrumentos de produção, como para a extirpação de tudo quando rescenda a mentalidade ou forma de vida considerada burguesa, e à supressão da liberdade e até da vida daqueles que a representam». Ou ainda: «Os nossos incautos liberais pensam ainda, quando se fala em democracia, que se trata da que eles conheceram nos princípios do século ou daquela de que ouvem falar em países onde uma velha tradição de liberdade política vai permitindo o funcionamento regular das suas instituições parlamentares. Como estão iludidos!».

Seguindo-se ao Congresso da Oposição em Aveiro (que encerrara na véspera) e quase em vésperas do Congresso da A.N.P., este discurso parece essencialmente dirigido aqueles a quem o próprio autor chama de «burgueses», e a quem o Congresso de Aveiro se procurara também dirigir. Estariam em jogo, nesta questão, alianças políticas, a conservação ou mudança de posição de determinados grupos sociais.

A FRANÇA TÊXTIL

..Existem actualmente em França cerca de 4.000 empresas que trabalham para o sector têxtil, agrupando 440.000 assalariados, 9 por cento do total dos efectivos das indústrias transformadoras.

Largamente espalhada por todo o território, nomeadamente nas regiões Norte e Pas-de-Calais, Rhône-Alpes, Alsácia e Lorena, a indústria têxril evolui rápidamente, manifestando-se uma acentuada tendência para o agrupamento empresarial; nos dez últimos anos, o número das empresas diminuiu em mais de 40 por cento e as seis maiores sociedades francesas representam 30 por cento da produção do sector.

Todos os anos se transformam cerca de 750.000 toneladas de matérias primas e produzem-se 650.000 toneladas de fio e 450.000 toneladas de tecidos e artigos acabados de diversas categorias. O valor líquido da produção ultrapassa os 18 biliões de francos.

As exportações foram, em 1971, de um terço da produção, representando um montante global de 8,3 biliões de francos. Mais de 61 por cento das vendas ao estrangeiro são destinados aos países da C.E.E.

Todos os caminhos se encontram no Banco Totta & Açores

Onde quer que esteja,
seja qual fôr o seu caso,
é sua a nossa dimensão.
Os nossos quadros jovens e especializados
resolvem o seu problema.
Respondemos confiadamente à sua confiança.
Com total transparência de processos.
Hoje e sempre.

BANCO TOTTA & AÇORES

Num mundo novo o Banco Novo

INICIATIVAS EDITORIAIS

Na colecção Século XX-XXI

A PEDAGOGIA INSTITUCIONAL

por Michel Lobrot

— uma análise da tão falada autogestão pedagógica

— uma obra que faz já parte da bibliografia sobre a pedagogia contemporânea

— uma introdução de Rui Grácio

INICIATIVAS EDITORIAIS
Av. Rio de Janeiro, 6 - s/c., Esq.
LISBOA - 5
Telef. 72 40 51

EXCURSÕES CP

Fins-de-Semana em URGEIRIÇA VISEU e SERRA DA ESTRELA

Partidas: 31 de Março; 7 e 14 de Abril

- *Sábado* — Partida de Lisboa-St.ª Apolónia, no «Rápido», às 8.45, em 1.ª classe. Prosseguimento de Coimbra, em autocarro, para Urgeiriça.
- Alojamento e refeições em hotel de 1.ª classe — URGEIRIÇA. Visita de tarde a Viseu (cidade e museu Grão Vasco). Descanso.
- *Domingo* — Dia na Serra da Estrela. Seia, Sabugueiro, Torre, Nave, Manteigas, Penhas Douradas, etc. Regresso de Coimbra B. no «Rápido» às 20.38. Chegada a Lisboa às 23.05.

PREÇOS POR PESSOA

De LISBOA	690$00	Do PORTO	620$00
Santarem	660$00	Evora Beja	800$00
Entroncamento	640$00	Faro Lagos	890$00

Redução para crianças e para grupos de 10 ou mais pessoas.

Informações e folhetos descritivos.

— Estação de Lisboa-Rossio
— Estação de Santa Apolónia
— Rua do Arsenal, 124-1.º — Lisboa

Organização Telef. 367529

CONSULTE A SUA AGÊNCIA DE VIAGENS

CABO-VERDIANOS CADA VEZ MAIS

Fundada há apenas três anos, conta já com cerca de 900 associados a Casa de Cabo Verde em Lisboa aonde, se deslocou, em 10 de Fevereiro o Ministro do Ultramar, prof. Silva Cunha, a fim de inaugurar as novas instalações da sede social. Localizada na Rua do Duque de Palmela, a sede ocupa todo o oitavo andar do n.º 2, o qual recebeu agora importantes obras de ampliação. O número de sócios representa uma cobertura de 2700 pessoas por extensão das regalias sociais aos familiares.

O ministro Silva Cunha foi recebido pelos dirigentes da Casa de Cabo Verde, nomeadamente os presidentes da direcção, dr. Lucas da Cruz; assembleia geral, Luís Morajo; e conselho fiscal, eng. Reis Borges.

O ministro percorreu as diversas dependências da moderna e funcional sede que, além dos serviços de secretaria e outros, inclui uma sala de convívio, bar e um amplo salão polivalente, para festas e sessões culturais.

Após ter percorrido todas as instalações o ministro, em breves palavras, agradeceu as referências que lhe haviam sido dirigidas e manifestou o seu agrado por tudo o que lhe fora dado observar.

«Regozijo-me com o trabalho feito», disse o ministro, «e continuem sempre assim, a desenvolver-se cada vez mais.»

Antes de se retirar, o titular da pasta do Ultramar conversou durante algum tempo com os presentes numa informal troca de impressões sobre a actividade da Casa de Cabo Verde.

«Permanência», Março de 1973

A existência de Deus não se discute: adora-se. A fé não se discute: abraça-se. A religião não se discute: estuda-se. As dúvidas não se discutem: esclarecem-se. Os erros não se discutem: emendam-se. A Misericórdia divina não se discute: atrai-se. A Eucaristia não se discute: ama-se. A virtude não se discute: pratica-se. O vício não se discute: evita-se. O Céu não se discute: conquista-se. O papel de Maria na nossa salvação não se discute: agradece-se. O inferno não se discute: teme-se. O Papa não se discute: segue-se. Os santos não se discutem: invocam-se. O Sacerdócio não se discute: venera-se. O diabo não se discute: esconjura-se. A Paz não se discute: merece-se. A Família não se discute: respeita-se. O próximo não se discute: auxilia-se. A Pátria não se discute: defende-se. O dever não se discute: cumpre-se. O trabalho não se discute: realiza-se. A autoridade não se discute: reconhece-se. O salário justo não se discute: paga-se. As discussões geralmente alimentam o orgulho; não alimentam a Verdade nem o Bem

«Em Frente» (Orgão das O. de São José) 2/4/73

EXCURSÕES CP

Programa da Semana Santa
PÁSCOA

	DIAS	
Braga - Minho	3	990$
Serra da Estrela	2	690$
Madrid - Segóvia	4	1.650$
Sevilha	9	4.390$
Lourdes	6	2.690$
Andorra	6	2.840$
Andorra - Lourdes	7	3.440$
Paris - Lourdes	10	4.990$
Suiça	13	8.790$
Itália	15	10.090$
Feira de Sevilha	7	3.690$

INFORMAÇÕES E PROGRAMAS DESCRITIVOS:

Estações de Lisboa-Rossio e St.º Apolónia.

Rua do Arsenal, 124, 1.º, Lisboa. Telef. 36 75 29.

EXCURSÕES C. P.

INVERNO/ /PRIMAVERA 73

Neve na Serra / Carnaval
Amendoeiras floridas / Páscoa

Peça o programa geral em distribuição nos seguintes locais:

- Estações de Lisboa-Rossio e Santa Apolónia
- Centrais do Caminho - de - -Ferro de Lisboa
- Agências de Viagens
- Serviço de Promoção do Tráfego da C. P. — Rua Vítor Cordon, 45—Lisboa-2.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Manuel Vinhas, Suc., Rua Sacadura Cabral, 3 — GUARDA

BF 16-73

EXPORTAR *verbo com futuro*

Com futuro, mas que pode conjugar-se
em qualquer tempo. Mesmo no presente.
E em português.
Como já tem acontecido
em relação a trabalhos realizados por organizações nacionais
de projectistas e consultores.
A algumas delas, porém, não teria sido possível
exportar o produto da capacidade criadora
dos seus grupos de especialistas
sem o apoio de uma das nossas modalidades de financiamento:
o crédito à exportação.
Facultámos-lhes os recursos
para executar as encomendas
e conceder as facilidades de pagamento
pretendidas pelo cliente.
E continuaremos a fazê-lo em casos semelhantes.
Este é mais um exemplo do nosso apoio
à exportação nacional.
Consulte-nos.

BANCO DE FOMENTO NACIONAL

AVEIRO · BEIRA · BRAGA · BRAGANÇA · COIMBRA · ÉVORA · FARO · LISBOA · LOURENÇO MARQUES · LUANDA · NOVA LISBOA · PORTO · SANTARÉM · SETÚBAL · VILA REAL · VISEU

OS TÉCNICOS E OS ADMINISTRATIVOS

Continuação da primeira página

com a sua actividade, inventando, engendrando e empolando factos marginais para daí tirarem o maior partido, geralmente à custa ou em prejuízo dos técnicos.

....A ideia generalizada entre os técnicos é a de que os tais administrativos só servem para lhes complicar a vida pela interferência nos seus planos de acção, dificultando burocraticamente o seu trabalho, maçando-os com reuniões inocuas e irritando2os com pedidos de relatórios, a entregar em prazos impossíveis, que a maior parte das vezes são feitos em pura perda. Efectivamente, não deixa de se notar uma certa obstrução por parte dos administrativos, sempre que os técnicos pretendem aumentar os seus quadros, melhorar as suas remunerações, adquirir equipamentos e actualizar-se em visitas ou estágios no estrangeiro. É até possível serem as estruturas que os levem a ter de agir daquela maneira, mas os técnicos pensam que se inventam dificuldades ou se empolam outras já existentes.

. .Os técnicos detestam as reuniões de carácter administrativo. Não suportam a verborreia de discursos intermináveis onde os tais administrativos se gostam de ouvir num narcisismo oratório que nada produz de útil. Lamentam a perda de tempo, quando ele é tão escasso para as tarefas a realizar. Sentem-se como que ludibriados com tais reuniões.

. .Desconfiam ainda das reuniões em que certos administrativos tentam documentar-se «tecnicamente» apanhando uma coisa aqui e outra acolá, para depois fazerem vista junto dos seus patrões ou superiores. É o que se poderá chamar **conhecimentos aramados** (ou presos por arames) já que lhes falta o esqueleto da bagagem técnica para serem solidamente estruturados.

. .Além das razões apontadas, a desconfiança dos técnicos agrava-se ainda com as frequentes incursões dos administrativos em terrenos que eram e deviam ser só dos técnicos. A situação de privilégio que os tais administrativos teimosamente procuram manter sobre os técnicos no campo da técnica é fonte permanente de atritos e mal-estar por ser artificial e até «contra natura»! Se se acrescer que a tal comando ascende muita gente empurrada para cima por forças hereditárias. de compadrio ou políticas, ter-se-á a justificação de tanta mediocridade comandante. Como é natural os técnicos não podem aceitar posicões de subalternidade, no seu campo de acção, quandohos administrativos se querem impor só por aquelas razões, sem uma base lógicamente aceitável. É um permanente remar contra a maré, onde muito esforço se consome em vão.

. .Os resultados é abalarem-se as estruturas e deteriorarem-se as relações entre os homens, raramente de forma aparente mas existindo sempre de modo latente.

No campo da técnica, não há razões de somatório positivo que levem à subalternidade do técnico relativamente ao administrativo. O técnico aceita e restpeita, no seu campo, o técnico mais sabedor ou mais experiente, mas não suportará nunca um superior administrativo cuja acção colida com a sua actividade. Como é evidente, o mal é mais notório se o chefe for um administrativo sem formação técnica e agrava-se muito mais se além disso for medíocre.

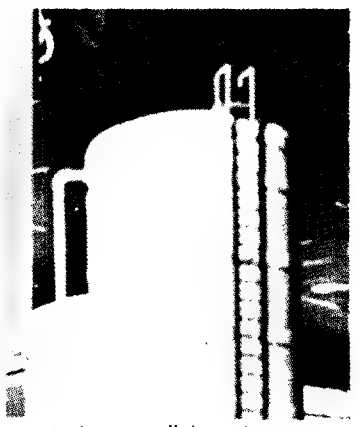
Os técnicos de escalão mais elevado deverão ter acesso directo aos chefes máximos das estruturas a que pertencem, sem encontrar de permeio qualquer administrativo. A não ser assim, tanto perde o sector privado como o Estado, ou seja, perde a Nação. Concluindo: as posições relativas dos técnicos e dos administrativos deverão ser paralelas, com a mesma direcção e o mesmo sentido, para que o resultado seja o melhor.

5. **Interferências administrativas**

As interferências administrativas no campo dos técnicos constituem, de um modo geral, malefícios que se traduzem por excessos burocráticos, menor rentabilidade e maiores prazos de execução ou produção, além de uma maior deterioração das relações entre administrativos e técnicos.

Há certas interferências que nada trazem de positivo, servindo apenas para marcarem a chancela administrativa. Tal é o caso de uma obra ou de uma instalação técnica especial em que a concepção, projecto, cálculo, desenhos e cadernos de encargos, por um lado, e a análise das propostas parecer, assistência técnica, fiscalização e ensaios, pelo outro, pertencem inteiramente ao sector técnico. Não obstante, há certos administrativos que pretendem interferir naquela cadeia de sequências técnicas, produzindo a seguinte actividade: pondo os anúncios dos concursos nos jornais e recebendo as propostas enviadas pelo correio! Como é evidente, trata-se de uma ingerência perfeitamente ridícula, que além do mais só significará atrazos.

Os técnicos, especialmente os de engenharia, arquitectura e de equipamentos, pensam que os chamados grandes empreendimentos com «chave na mão» são ideia dos administrativos, por não poderem compreender que técnicos portugueses autênticos aconselhem uma solução que liquidará profissionalemtnte muitos técnicos cuja contribuição em trabalho se enquadra no núbleo fundamental para o progresso do nosso País. É do conhecimento geral que aos grandes empreendimentos com «chave na mão» só podem concorrer os grandes grupos económicos que têm ao seu serviço agrupamentos de técnicos a uma escala internacional ou planetária (como diria Louis Armand). É fácil a estes grupos abrir, para o efeito, uma agência em Lisboa ou contratar com um escritório existente. É até natural que alguns indivíduos aguardem com ansiedade o resultado do concurso pois, se o seu representado ganhar, nada custa a crer que, no caso de um empreendimento estimado em 1,5 milhões de contos, qualquer coisa da ordem dos 3 por cento sobre aquele montante lhes entre nos bolsos... Em contrapartida, o que ganhará a Nação? Um possível (embora discutível) melhor prazo de entrega. E o que perde? Para não repetir-mos o que a este respeito ja escrevemos na revista «Binário» (n.º 150) e no «Diário de Lisboa» (8 de Maio de 1972), salientaremos apenas a enorme perda para a tecnologia portuguesa em técnicos e equipamentos, o prejuízo económico em divisas (tanto mais que, segundo consta, os bancos portugueses dispõem de cobertura financeira para o efeito) e a nefasta dependência do fornecedor estrangeiro. A título de exemplo, não nos consta que os grandes hospitais da Suíça e da Holanda não tenham sido feitos por suíços e holandeses.



A ser assim, qual a situação dos técnicos portugueses (não me refiro a burocratas, evidentemente)? Aguardar que o estrangeiro, em Portugal e para executar empreendimentos portugueses, alugue o seu trabalho numa subalternidade aviltante e, aliás, não justificada? Não será, certamente, linha de rumo a seguir.

6. **A «cortina administrativa»**

É por demais evidente que em matéria tecnológica os técnicos deveriam ter acesso directo, sem intermediários puramente administrativos, à cúpula da estrutura onde trabalham. Ganharia o patrão na empresa, ou o chefe do Estado, porque adequadamente informado e esclarecido nas dúvidas. Poderia até ir mais além na análise dos problemas, porque obteria resposta dos técnicos ao debruçar-se sobre as implicações laterais ou verticais em estudo.

Todavia o que acontece é alguns administrativos fazerem «barreira» isto é, estabelecerem como que uma «cortina hierárquica», ou «de posição», de modo a barrar a chegada dos técnicos aos vértices das pirâmides, temendo que as suas posições venham a ser postas em causa, quiçá por desnecessárias ou perniciosas, como consequência do diálogo directo dos técnicos com os chefes. Por isso eles teimam em continuar a levar as coisas, a despachar individualmente com os chefes sobre matérias de que não percebem nada. É o caso por exemplo de certos administrativos de formação básica não tecnológica a servirem de veículo ou a «tratarem» de problemas de engenharia ou de arquitectura. É evidente que, quanto muito, se limitarão a ser papagaios de uns tantos tópicos que decoraram, dado não possuirem os conhecimentos necessarios para uma análise consciente dos problemas que levam a despacho. Não obstante defendem intransigentemente tal «cortina», justificando-a no Estado com a hierarquia e no privado com a posição.

Será lícito perguntar-se porque é que se mantém tal política de bloqueio. Uma resposta é que também muitas vezes os chefes máximos ou não estimulam ou nem sequer procuram esse contacto ou diálogo que, no fundo, só os iria beneficiar na medida em que os sectores de que são responsáveis poderiam responder melhor ao que lhes é pedido. Outra resposta será que alguns até teriam vontade disso, mas não o fazem por não quererem melindrar ou até por recearem os tais administrativos, evitando por isso curto-circuitos, ou saltos hierárquicos, que consideram perigosos ou pelo menos desaconselháveis.

O resultado final é ficarem os chefes mal-informados já que o horizonte é curto, devido a ser limitado por aquela cortina administrativa.

A solução não poderá deixar de ser, sem prejuízo de estruturas adequadamente estabelecidas, a eliminação de barreiras ou cortinas, de modo a permitir que os técnicos carreiem directamente as informações necessárias e dialoguem com quem decide, no escalão mais elevado.

7 Conclusão

Poderá muito justamente perguntar-se para que serve todo este palavreado. A resposta será que houve apenas o desejo construtivo de contribuir para remediar um mal, expondo e aflorando alguns dos parâmetros mais relevantes que o integram.

É de esperar aque a Reforma Administrativa venha a tomar em atenção este problema de molde a procurar, senão remediá-lo, pelo menos minorá-lo, beneficiando o que se passa no sector público. Para isso é necessário que, entre as individualidades que elaboram a tão esperada Reforma Administrativa, os técnicos (autênticos que não burocratas) estejam adequadamente representados, pois se assim não for o problema agravar-se-á com o tempo. O argumento de que sendo uma Reforma Administrativa respeita só aos administrativos não colhe por razões óbvias. Não é de desejar que aconteça, como em certas comissões, verificar-se a ausência dos utentes ou dos interessados nos problemas em estudo!

Igualmente é de esperar que o 1.º Congresso de Projectistas e Consultores, a realizar brevemente em Lisboa, venha ajudar a melhorar a posição deste núcleo de técnicos em Portugal.

Em conclusão interessa que cada um ocupe o seu lugar, para se evitarem colisões e se melhorar o resultado final da soma dos esforços. A César o que é de César.. Dir-se-á ser fácil e cómodo escrever o que teoricamente estará certo mas que a prática é muito diferente. Pois é precisamente por isso que se deve escrever, ler e meditar... para alterar!

ECONOMIA P

BALAN

Continuação da primeira página

A balança de pagamentos norte-americanos voltou a apresentar saldo negativo. A característica dominante da situação de pagamentos externos foi o agravamento muito importante do «deficit» da balança comercial, que se cifrou em 6 440 milhões de dólares, seja o triplo do saldo negativo do ano anterior. As importações norte-americanas progrediram muito mais rapidamente que as exportações — 22 por cento contra 13 por cento. Ao contrário, os investimentos no estrangeiro tiveram menor amplitude do que no ano anterior.

No Japão, o ano de 1972 caracterizou-se pela recuperação da actividade económica, após o afrouxamento que se prolongara dos últimos meses de 1970 até fins de 1971. O produto nacional bruto do Japão, que aumentara de 6,7 por cento em 1971, elevou-se de 8,5 por cento durante o ano passado. A produção industrial passou de 5 para 9,75 por cento, entre 1971 e 1972.

As exportações progrediram 19 por cento, não tendo a revalorização do iene provocado uma contracção da procura externa. A balança comercial do Japão registou o maior saldo de sempre, cerca de 9 000 milhões de dólares. Ao contrário, a balança de pagamentos registou um excedente inferior ao de 1971, por efeito do grande aumento dos investimentos japoneses no estrangeiro.

Nos países subdesenvolvidos, continuaram a fazer-se sentir as pressões inflacionistas e mantiveram-se os desequilíbrios cambiais. As cotações da generalidade das matérias-primas e produtos de base evolucionaram no sentido da alta, o que beneficiou os valores das exportações. Terão beneficiado da expansão dos países industrializados, mas a sua situação não terá registado melhorias significativas.

FACTORES DE ESTRANGULAMENTO

Os indicadores de conjuntura de que se dispõe levam a concluir que a evolução da economia portuguesa «não foi nem tão má quanto o admitiam as previsões pessimistas sobre a aceleração da inflação e a diminuição da produção agrícola, nem tão boa quanto o anunciavam as previsões optimistas sobre os investimentos e a dinamização da Bolsa».

O produto interno bruto terá crescido a ritmo mais favorável do que em 1971, em paralelo com a evolução da conjuntura económica na generalidade dos países ocidentais. A formação bruta de capital fixo também terá tido em 1972 um movimento de recuperação, embora menos nítido — escreve-se na revista económica e financeira do Banco de Portugal. Em 1972, calcula o Banco Totta e Açores, o produto interno bruto cresceu cerca de 7 por cento, mantendo a taxa de 1971. Mas não alcançou o ritmo de crescimento de 1970, que foi de 8,3 por cento. O produto nacional bruto por habitante terá atingido cerca de 990 dólares. Se ultrapassámos a fronteira do subdesenvolvimento, 500 dólares por habitante, ainda nos mantemos longe da média europeia. E menos optimista a estimativa dos serviços do Banco Pinto e Sotto Mayor: «continuam a manifestar-se factores de estrangulamento que impedem se alcance a taxa média de crescimento de 7 por cento prevista para o período de vigência do III Plano de Fomento, tanto mais que as primeiras estimativas situam em apenas 6 por cento o ritmo de expansão do rendimento interno bruto durante o ano de 1972»

A ESTAGNAÇÃO DO SECTOR PRIMÁRIO

Para alcançarmos, um dia, o grau de desenvolvimento e o nível de vida dos países industrializados, é necessário que o crescimento da nossa economia se faça a passo mais estugado. Se assim não for, o nosso atrazo em relação aos países europeus mais desenvolvidos manter-se-á ou tenderá mesmo a agravar-se. Vem a talho de foice uma pergunta contida no estudo de conjuntura do Banco Totta e Açores: «Parece demonstrada a capacidade da economia crescer à taxa de 7 por cento. Não será altura de o próximo Plano de Fomento aceitar o desafio dos 8 por cento?»

Para a formação do produto interno bruto, contribui fundamentalmente o sector secundário, 43 por cento, e o sector terciário, 40 por cento. O sector primário terá fornecido apenas 17 por cento do produto interno, continua perdendo importância relativa. A taxa de crescimento do sector secundário terá sido de 10 por cento, a do sector terciário 6 por cento, enquanto a do primário pouco terá ultrapassado os 2 por cento, calcula o Banco Totta e Açores. Também o Banco de Portugal estima que o produto originado no sector primário não deverá ter registado acréscimo significativo. Condições climáticas adversas, conjugadas com reconhecidas deficiências estruturais, traduziam-se por resultados geralmente inferiores aos da campanha de 1971. A análise da situação económica e financeira do Banco Pinto e Sotto Mayor reconhece que o produto do sector primário — agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e indústrias extractivas — constitui um freio à expansão económica global. Continuam a manifestar-se «insuficiências de produção agrícola, na origem dos quais se podem apontar factores estruturais que não sofreram notória alteração no decorrer do ano. Pelo contrário, tudo leva a crer que a manutenção de fortes correntes emigratórias venha a dificultar uma recuperação rápida dado que o acréscimo do grau de mecanização não tem sido suficientemente intenso para compensar o êxodo rural».

Verificou-se, no entanto, segundo o Banco de Portugal, que as explorações agrícolas mais dinâmicas procuram adaptar-se ao agravamento dos salários agrícolas e dos preços de alguns produtos industriais, responder ao maior poder dos consumidores. Co-

ORTUGUESA

NCO DE 1972

meçou a esboçar-se a «agricultura de grupo» em algumas regiões onde prolifera a pequena exploração agrária. Constituíram-se algumas explorações técnica e economicamente actualizadas, nomeadamente no domínio pecuário. Sublinha-se, no entanto, que as explorações de pequena e média dimensão evidenciam lenta adaptação a novas culturas e processos técnicos, dado que o acesso à maquinaria agrícola e ao financiamento a longo prazo lhes é difícil. Nas explorações de maiores dimensões, intensifica-se a utilização de alfaias mecânicas e o recurso a cultura em estufas.

terá tido um acréscimo de 13 por cento em relação ao ano anterior, mas não excedeu 77 por cento da média do decénio. O olival continua a debater-se com a falta de mão-de-obra e consequente aumento de salários, tudo agravado pela manutenção de moldes de exploração anacrónicos. Muito fruto foi abandonado nas árvores, reduzem-se as áreas de cultura da oliveira.

Também por falta de mão-de-obra, diminuiram as áreas de cultura de alguns tubérculos e legumes.

As fruteiras floriam e frutificaram regularmente. Houve

florestal, além do apio dos serviços oficiais, houve ofertas de espécies ao produtor por empresas privadas com interesses na industrialização dos produtores da silvicultura.

UM MILHÃO DE CONTOS DE CARNE IMPORTADA

Manteve-se o desinteresse pela criação de gado, não obstante o aumento dos preços pagos pelos consumidores. Talvez por a subida do preço da carne nos talhos nem sempre chegar a beneficiar o produtor. O desenvolvimento das pasta-

tória. Rareia o pescado de maior valor na plataforma continental, crescem os custos de exploração, agrava-se o anacronismo do equipamento utilizado. Pescou-se pouca sardinha e de má qualidade. As empresas estão a investir em unidades de pesca novas ou na transformação das existentes, por forma a ultrapassarem a crise que atravessam. Algumas empresas enveredaram já por unidades polivalentes de longo curso que possibilitam a captura da sardinha, do atum e da pescada. Ao contrário, a campanha do bacalhau forneceu melhores resultados do que a campanha anterior. A persistente diminuição do número de epscadores, foi compensada pelo aumento da produtividade, graças à modernização dos equipamentos.

MAU ANO AGRÍCOLA

A produção agrícola manteve-se estacionária. A safra de cereais somente no arroz terá ultrapassado os níveis da campanha de 1971. Terá havido um ano médio de centeio, uma colheita regular de milho e produções francamente baixas de trigo, cevada e aveia.

Observaram-se processos nas culturas de produtos hortícolas destinados à indústria. Após a contracção observada em 1971, expandiu-se a produção de tomate. Quanto às sementes utilizadas na indústria de óleos alimentares, houve quebra do cártamo, produção idêntica de girassol.

A produção de vinho foi a mais baixa dos últimos dez anos. Quebra de 37 por cento em confronto com a média do decénio, 18 por cento em relação ao ano anterior. Em algumas regiões do país, a uva de mesa foi desviada para a produção de vinho, devido à excessiva acidez do fruto recolhido. Ao contrário, acentuou-se a tendência para a intensificação do cultivo de uva de mesa no sul do país, em consequência da procura suscitado pelo turismo e pela melhorias do nível de vida.

Apesar do ano ser de contra-safra, a produção de azeite

acréscimos sensíveis na pera, na cereja, no pêssego e na castanha. A subida do nível de vida da população tem arrastado uma maior procura de fruta, sentindo-se a lavoura estimulada ao plantio de novos pomares. No entanto, as culturas começam a ser afectadas pelas deficiências dos circuitos de comercialização e pela falta de mão-de-obra, mesmo de mão-de-obra não especializada.

PROGRESSO DA SILVICULTURA

A produção florestal confirmou a sua crescente importância na economia do país, deu significativa contribuição para as exportações metropolitanas. Graças às excepcionais aptidões do nosso território, a produção florestal dispõe de especiais possibilidades de concorrência internacional. Deverão ter registado acréscimo sensível em 1972 a extracção de cortiça e de resina. Também terá aumentado grandemente o corte de madeiras, quer para a construção civil e a indústria de embalagens, quer para as indústrias de celulose e de pasta de papel. No que respeita ao repovoamento

gens e culturas forrageiras foi prejudicado pelas variações climáticas, sobretudo nas regiões meridionais. À rarefacção de mão-de-obra e à subida dos salários, somou-se o agravamento dos custos de produção que representa o recurso a rações industriais. O pouco empenho na criação de gado abrange mesmo o gado leiteiro, apesar de se ter intensificado a procura de laticínios, sobretudo durante o verão. Diminuiu o abate de bovinos e ovinos e caprinos, progrediu ligeiramente o abate de suínos. As medidas tomadas para debelar a peste suína africana começam a permitir a criação de porcos em grandes instalações industriais. Quanto à ovicultura, as epizootias fizeram baixar o seu rendimento, apesar de ter prosseguido a actualização do equipamento das instalações industriais. Em resultado da conjugação destes diferentes factores, comprámos ao estrangeiro cerca de um milhão de contos de carne, além de outros produtos de origem animal importados para constituirem matéria-prima de indústrias nacionais.

O movimento das lotas nos principais portos de pesca traduziu a persistência da crise que afecta a actividade pisca-

MINAS PARADAS

No sector das indústrias extractivas, a situação não melhorou. Suspenderam-se os trabalhos de lavra em numerosas minas e coutos mineiros de volfrâmio, cobre, zinco e ouro, exploradas por concessionários nacionais e estrangeiros, devido à crescente escassez de mão-de-obra e às baixas cotações alcançadas nos mercados externos. Observou-se algum incremento na extracção de pirites de ferro, em consequência da procura pela Siderurgia Nacional e da mecanização que está a ser utilizada nas minas de Aljustrel. Se a extracção de gesso melhorou sob o ponto de vista tecnológico, a extracção de sal marinho e de sal-gema continua a fazer-se por métodos tradicionais. Nas pedreiras de mármore e de granito, houve expansão, embora continuasse precária a comercialização nos mercados estrangeiros.

As dificuldades das indústrias extractivas evidenciam a impossibilidade de uma expansão baseada nos mercados estrangeiros. O fomento da actividade mineira resultaria da industrialização do país, particularmente da execução do complexo de Sines, do fornecimento de pirites à industria siderúrgica, da utilização de carvões portugueses nas centrais termoeléctricas. A industrialização do país deverá ainda possibilitar o sempre adiado aproveitamento das reservas de ferro de Moncorvo.

Verifica-se, em resumo, que se registou franca melhoria no sector silvícola, de modo especial no que respeita à extracção de cortiça e resina. Mas a expansão da silvicultura não terá sido suficiente para compensar as quebras de produção registadas na pesca e nas indústrias extractivas, assim como a estagnação da produção agrícola. O sector primário continua a impedir a aceleração do rendimento nacional, dado o peso que o produto agrícola ainda representa no conjunto da produção nacional e a acentuada dependência dos mercados exteriores da silvicultura e das indústrias extractivas.

Na próxima Mesa-Redonda prosseguiremos esta resenha da actividade económica nacional durante o ano passado.

DE QUE VALE A IMPRENSA REGIONAL?

..A ideia deste escrito surgiu duma reflexão motivada por um caso que conheço mais directamente, o da Murtosa, onde existem dois jornais quinzenários e um paroquial. A proliferação dos jornais regionais e a importância que têm dentro da Informação nacional merece uma ponderação tanto mais justificada quanto alguns usufruem duma audiência que transcende muito os nomes das circunscrições que trazem nos cabeçalhos. Há casos, como o da freguesia da Murtosa, que conheço de perto e onde não sabemos como é possível manter dois jornais quinzenais além da folha paroquial. Liberdade de Informação? Será?

..A Imprensa regional conhece e sabe, ou devia saber, traduzir os anseios e necessidades das populações, por contacto directo na auscultação, podendo portanto exercer papel relevante na informação, na educação, na discussão e na abertura de horizontes aos leitores transmitindo as notícias e as críticas dum modo objectivo, dentro de uma forma adequada. E tanto mais importante, se notarmos que grande parte desses leitores não usa ler os jornais diários.

..Uma característica deve ser a isenção, a neutralidade consciente, não se deixando arrastar a controlar a opinião pública em favor deste ou daquele, ou de grupos, cujos interesses não coincidam com os da maioria. Os meios pequenos, mais dados ao mexerico e à politiquice, muitas vezes destrutivos, são levados a criar e a alimentar jornais que se perdem em campos pouco dados à ética jornalística. A abertura natural da massa para aceitar o que lê no «seu» jornal, dá-lhe uma eficácia enorme na orientação, boa ou má, das opiniões que emite. Por outro lado, a independência relativamente ao forte controlo da opinião pública, por parte de grupos de pressão económica, colocá-os numa situação privilegiada no exercício da pluralidade de opiniões acerca dos mais diversos problemas, ao nível local, nacional ou internacional.

..Se o papel informativo não pode, algumas vezes, ser airosamente desempenhado (essa função cabe mais à Imprensa de grande expansão), o mesmo já se não pode dizer do papel formativo eminentemente social. O desvio deste fim é provocado, entre outras causas pela elaboração, somente por uma pessoa, desdobrada em vários pseudónimos, ou por uma equipa restrita e pouco heterogénea ajudando o jornal a fechar-se numa homogeneidade aparente e pouco batalhadora para não «ferir« ou tocar em susceptibilidades.

..O bom aproveitamento do espaço nas suas folhas é fundamental, levantando e formando o espírito crítico dos leitores, comparando opiniões, jogando hipóteses fundamentadas, desenvencilhando «novelos», provocando a participação na vida municipal, regional e nacional. O desmoronar do amorfismo, terá de ser procurado através da crítica e da activação, ainda que ela tenha de seguir um plano de ascedência contínua, que o próprio leitor deve zelar.

A compilação de notícias, com valor local, por parte destes órgãos seria interessante e proveitosa, pois muitas delas passam despercebidas à maioria das pessoas, inserindo-as numa perspectiva nacional e tornando esta intelegível para o cidadão comum. A índole dos factos pode ser cultural, social, política ou económica e a análise deverá revestir-se de interesse para a colectividade, de que será porta-voz, nas justas reivindicações, na busca da verdade e na motivação da procura do mais e melhor.

Esta grande responsabilidade terá de ser desempenhada, tendo como meio e fim a compreensão, a verdade, a unidade do povo e dos seus **dirigentes naturais** sem ser preciso descer à «vil torpeza» do ataque pessoal, à vilania do toque na vida particular ou da aleivosia da calúnia ou do boato (mais conhecido pelo «ouvi dizer»...).

As reflexões sobre questões administrativas ou sobre as necessidades locais deverão ser feitas dentro da honestidade sem insinuações que levem à quebra de confiança e do respeito pelas instituições que o povo criou ou ajudou a criar e a manter, mas exigindo o encontro incansável da objectividade e visando o fulcro das questões.

Para ajuda deste ponto chamo aqui os nossos emigrantes sedentos de novas, do nosso viver, da batalha pela evolução que travamos procurando atingir os países mais adiantados e não da exploração da saudade através das notas sociais e do habitual panegírico.

As meias plalavras, as segundas intenções e o aproveitar do sensacionalismo decrépito são um mal que enferma certa Imprensa esquecendo o dissecar das causas e consequências de casos, como a emigração, toxicomania, educação, desenvolvimento regional e outros, deixando de pesquisar os reais motivos desses fenómenos colectivos. Contrariamente, exploram o sentimento da partida ou do bairrismo ou mesmo do orgulho individual para uma nova assinatura (com nome no jornal) ou para uma contribuição monetária dirigida a qualquer empreendimento.

Dentro da Imprensa regional, ocupa um lugar muito especial a Imprensa católica que se reveste de muito interesse socio-religioso quando utilizada com sentido crítico e formativo, em relação ao meio e às circunstâncias vigentes, aplicando a doutrina professada aos problemas pessoais (indeterminados) e colectivos. A busca constante dum equilíbrio entre o temporal e o espiritual, a universalidade de exposição do espírito das ideias são factores preciosos na direcção a seguir, dentro de uma pastoral de interpretação doutrinária dos ensinamentos.

..Para já, ficamo-nos pela simples verificação de que a igreja domina a maior parte dos órgãos de Imprensa regional, o que, tanto em qualidade jornalística como pelo conteúdo da orientação, não parece prestigiar quem tem sobre os ombros tão grande responsabilidade.

SÉRGIO FONSECA

A COMPANHIA DOS TELEFONES E OS INTERESSES DO PÚBLICO

Continuação da primeira página

contribuímos, **com uma respeitável parte**, para os lucros dessa empresa pública, pagando contas exorbitantes e telefonemas jamais conseguidos — e jamais pretendidos.

E pagamos, já resignados, há longos anos, até porque **todos os outros**, mais fortes e bem mais influentes do que nós, **também pagam**. Pelos motivos expostos — **ou sem motivos nenhuns**. Pagamos. Pagamos **porque é melhor pagar**. Principalmente porque, em face de circular já impressa, se ameaça o atemorizado assinante que, apesar de tudo, ainda resistia, de **«sob pena de, sem mais avisos, se proceder à cobrança através do TRIBUNAL DAS EXECUÇÕES FISCAIS!!!»**

Ora, acontece que os tribunais foram precisamente feitos para proteger os fracos das prepotências dos fortes, os honestos (**e até os desonestos!**) dos gatunos e dos criminosos de vária espécie. Foram, em resumo, criados para ministrar **Justiça**.

Razão porque um assinante dos TLP, ao receber uma dessas circulares, resolveu ir directamente àquele tribunal e procurar saber como viria a concretizar-se a ameaça. Na realidade — e pelo facto da dívida invocada pelos TLP ser superior a Esc. 1 000$ — a penhora seria, sempre, de qualquer forma, antecedida de aviso, e, para além deste, seria concedido ao devedor o prazo de dez dias para apresentar a sua contestação formal, se a tivesse.

— O juiz é honesto — acrescentou o funcionário que o atendeu. Disso não tinha o utente e assinante dos TLP (que passaremos, com muita propriedade, a apelidar de «Senhor X»...) a menor dúvida, o que, aliás, demonstrava, indo àquele Tribunal.

Entretanto, os TLP, contrariando embora o disposto numa carta do «Senhor X», datada de 11 de Janeiro último (registada na mesma data com aviso de recepção) dirigiram-se à sua morada e, confundindo a temerosa mãe do assinante (idoso e doente senhora com cerca de 80 anos), retiraram o telefone e tomadas do posto telefónico particular que, desde 11 de Janeiro, se encontrava desligado **por iniciativa dos TLP...** É, todavia, de notar que não se verificara propriamente uma recusa de pagamento ou, sequer, relaxe. Houvera mesmo, até, recentemente, um reembolso, por parte dos TLP que, espontaneamente, insistiam em proceder a ele, em vez de, como seria lógico, creditarem, para um encontro de contas, a respectiva quantia — que, também, não correspondia a um acerto de contas, as quais desde a primeira, eram, **de facto, in - con - fe - rí - veis!** ...Como, aliás, são **todas as contas dos TLP...**

Verificando a violação do que dispusera naquela carta: «só com mandato judicial o material telefónico e de controle de chamadas (fiscalizador), será retirado do local onde se encontra», o assinante «Sr. X», imeadiatamente passou o seguinte telegrama:

. Telefones de Lisboa e Porto — Rua Andrade Corvo, 14, Lisboa: **Falta de pagamento não é relaxe mas litígio stop Não recusei pagar** o que devo **stop Violação disposto minha carta onze Janeiro último considerada stop Recurso invocado circular 26.2 não cobre fraudes por respeitável stp Relaxados apenas vossos serviços stop Assinado.**

Não obstante, três dias depois, precisamente a 8.3.73, um aviso era encontrado, pelo «Sr. X», na sua caixa do correio... — «para retirar o fiscalizador». Aviso que o assinante viu e guardou no bolso sem se preocupar: **já havia «ditotudo a respeito.**

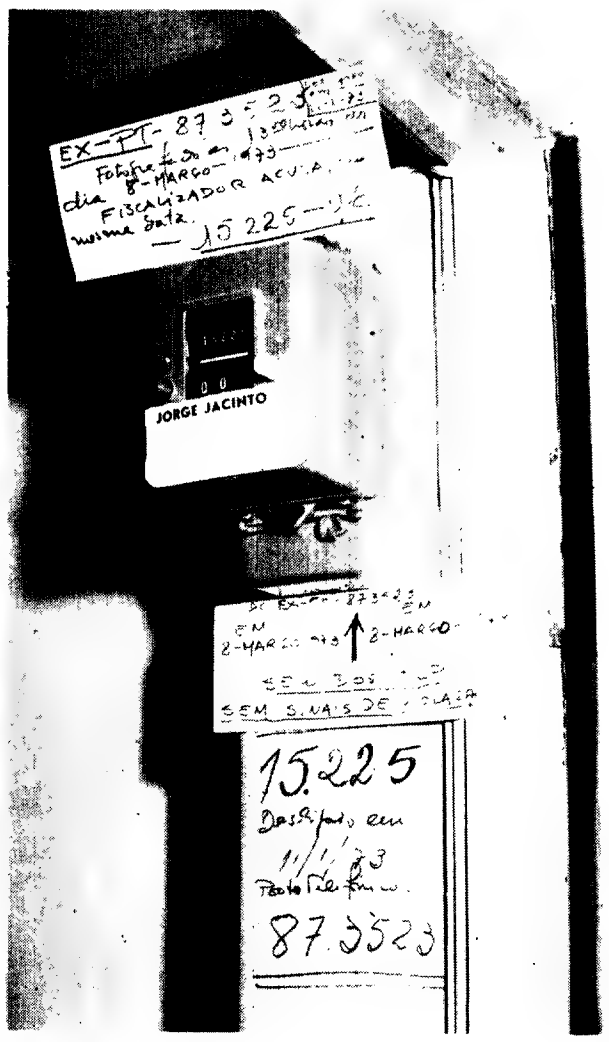
Todavia, na segunda-feira seguinte, a timorata e idosa mãe do «Sr. X», abriu de novo a porta ao agente dos TLP que, **não só retirou o fiscalizador-contador de chamadas**, como (o que só muitos dias depois se verificaria), retirou, **cortando-o pelos fios de cobre, o selo de chumbo que garantia a inviolabilidade do referido contador!...** Que mais tarde, apareceu, dissimulado, atrás dos pés de um velho móvel...

A intenção de tal **golpe** é, por enquanto, inavaliável **em toda a sua extensão**. Mas, qualquer que seja, ficará, espera-se, anulada — **com a foto que, com outras, ilustra este texto.** Essa foto fora, providencialmente, batida dias antes por um profissional de fotografia, como se verifica, analisando-a. Além disso, o facto de, deliberadamente, uma das partes em litígio haver destruído a prova máxima — **depois de haver sido avisada de que não deveria fazê-lo** —, só pode incriminá-la, a menos de que, como **empresa pública** goze de imunidades especiais...

...Aquelas imunidades de que, por exemplo, não goza o merceeiro se, **por coincidência**, é apanhado pela fiscalização das «Actividades Económicas» a vender 900 gramas por 1 kg. Ou o talhante se, também por **coincidência**, é apanhado a vender carne de cozer por carne de bife, depois de, ainda por cima, haver diminuido no peso!... Ou o salsicheiro quando é apanhado a vender chouriço deteriorado...

...De contrário, lá teria que multar os TLP quando estes vendem minutos de 48 segundos; mandá-los prender (aos responsáveis!) quando impingem um serviço não menos deteriorado — ou entregá-los à Polícia Judiciária quando vendem a dez o que já tinham vendo e só deviam vender a um...

...Mas, tudo isso, é outra história; a que já chegaremos.



Este foi o «contador-fiscalizador» pomo da discórdia entre o «Senhor X» e os TLP. No seu lugar está, ainda, o «selo» de chumbo a garantir a inviolabilidade do aparelho. Visível, o selo que, depois de cortado, foi abandonado sob um móvel pelo funcionário daquela Empresa Pública.

EMPRESA PÚBLICA IVENTA O «MINI-MINUTO»

Depois das «contas incoferíveis», também os TLP «inventaram» algo que vem reformar as medidas do Tempo: o «mini-minuto» ou, seja, **um minuto com 48 segundos.**

De facto, as tarifas legalmente autorizadas para os telefones públicos e que consideram o aumento das chamadas nos telefones particulares de 50 para 70 centavos, mantiveram o preço unitário de $50, reduzindo a duração de cada período para 2 minutos relativamente aos telefones públicos.

Entretanto, tem brotado em estabelecimentos comerciais, tal como cogumelos, um novo modelo de telefone público automático, cujos períodos têm a duração «oficial» de 96 segundos mas que, na prática, raramente os atingem. Ora, sabendo-se que o minuto tinha, pelo menos até ontem à noite, a duração de 60 segundos, verifica-se que os TLP decretaram, para valer como lei, o minuto de 48 segundos, uma vez que eles estão, **de facto, apenas** autorizados a cobrar dos utentes dos telefones públicos, cinquenta centavos por cada **dois minutos** — duração do período mais recentemente homologado.

Os telefones em questão, ao que parece, de fabrico nipónico, são facilmente identificáveis pela cor vermelha e pelo seu feitio disforme que muito faz lembrar a silhueta de nutrido bonzo, de cócoras.

CONTAS QUE NÃO OCORRERIA A NINGUÉM CONFERIR

Aliás, os TLP são, parece avessos a toda e qualquer medida — **a todo e qualquer controle**: as próprias contas que, segundo eles, devem, em princípio, ser pagas no acto da sua apresentação, são, na realidade, **inconferíveis!...** Mesmo quem tenha um fiscalizador de chamadas, jamais pode conferir essas facturas que, apresentando embora o numero de unidades de contagem, vão, por exemplo, de 9.3 a 10.4, 11.4 a 8.5 e de 9.5 a 10.6!...

Desta forma, **entre duas contas**, fica sempre um dia de intervalo — uma vez que se sabe que as leituras (na central!) não são feitas às 0 horas, precisas.

Entretanto, ao pretender esclarecer este ponto, foi o assinante «Sr. X», laconicamente informado (ao contrário do que consta da conta 10.72 — 9.9 a 10.10) que a mesma leitura se referia ao período de 8.9 a 10.10, segundo o memorando dos TLP de 12 de Jan.º de 1973. Ou, seja, no dia imediato ao «corte» da sua rede. O que prova, ainda assim, que o corte foi feito no decurso do **diálogo** encetado, a partir das primeiras contas, para o esclarecimento da situação que, só por parte dos TLP, se mantinha ainda muito nebulosa, já que, ao que parece, não há fornecedor nenhum, seja de produtos ou de serviços, que não tenha, por estrita obrigação, possibilitar a conferência **t - o - t - a - l** das suas facturas!... Aliás, o mesmo fazem os TLP relativamente aos seus fornecedores. Nem é de admitir que eles recebam, por exemplo, 4 500 unidades de qualquer mercadoria, e, mediante uma factura-recibo de 5 000, vão pagar 500 que não receberam!...

Era, precisamente, o que acontecia com o assinante «Sr. X», o qual entendia, **e muito bem**, que só tinha de pagar o que gastava. Razão que o levou a requisitar o fiscalizador-contador — e a responsabilizar-se pelo pagamento da sua instalação e aluguer, significando, este último, **um encargo de Esc. 18$00 mensais!**

. Se, quem lê o texto, comparar a quantia indicada com o que paga, também mensalmente, pelo aluguer dos contadores de água, luz ou gás (que, só muito raramente, lhe darão problemas) verá quão caro fica o tal fiscalizador que, para funcionar para um **mínimo** de atritos, obriga, ainda assim, a uma contabilização exaustiva. À qual, apesar de tudo, o «Sr. X» procedia **minuciosamente**.

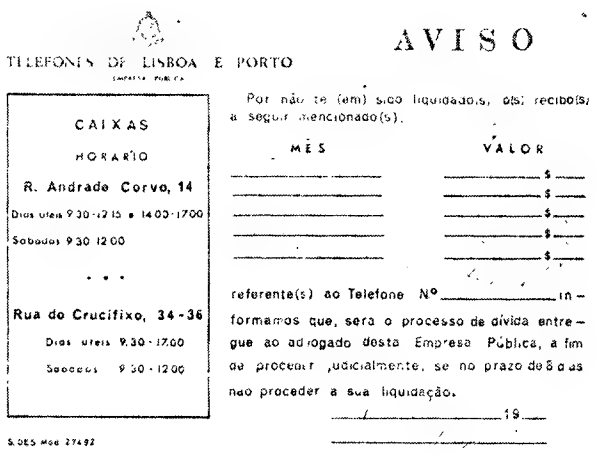
Assim, quando ao marcar um número de «troncas» e, ainda sem passar do indicativo respectivo, o fiscalizador avançava sem dar sequer tempo a completar o número pretendido, o «Sr. X» anotava as unidades de contagem nele referidas a mais — abatendo-as ao total geral, já que, via de regra, o «13» era, de tal maneira inacessível, que se chegavam a perder 15 a 20 minutos sem obter qualquer resultado.

Frequentes são ainda (graças ao Mercúrio Alado) as possibilidades de se conseguir obter uma ligação correcta para os telefones começados por «5», pois, quando não se obtém o número exacto que se pretende, geralmente consegue-se um parecido. Ou, até mesmo, uma aproximação. O que se deve ao facto dessa zona telefónica (conhecida entre o pessoal técnico dos TLP por **nível 5**) estar a suportar uma carga de serviço que não será inferior a dez vezes a sua capacidade normal... E quem paga?... — Nanja eu — garante o assinante «Sr. X» — e, imediatamente, ao total-geral, abate o número das chamadas que se frustraram desse modo.

Claro que o «Sr. X» que, por motivo das suas funções, passa os dias praticamente na rua, paga essas e muito mais, **indevidamente**, nas tentativas que faz para obter uma chamada desde qualquer telefone público. Calcula, mesmo, **em muito mais de cinco escudos**, o seu prejuízo diário... de há muitos anos a esta parte.

E o recurso ao «13» vai sendo, de dia para dia, cada vez mais impraticável. Com as deficiências do material empregue pelos TLP, e com esse material reduzido ao mínimo, ocorrem então zonas quase inacessíveis (o caso do abominável «nível cinco») e, só um contingente de telefonistas não inferiores talvez em número a 30 por cento dos assinantes, poderia satisfazer a necessidade urgente que estes têm de obter ligações convenientes e de apresentar as suas reclamações de toda a espécie. É o regresso ao telefone manual. Entretanto, os TLP vão acumulando erros e avarias — **e moedas de $50!!!**

. É certo que há muitos vândalos que, por maldade ou por pretender ludibriar os TLP (que nunca saem perdendo...), avariam os telefones públicos. Mas, é curioso verificar que isso acontece numa estranha proporção (assustadora, aliás) relativamente a todas as modalidades de «caça-níqueis» conhecidos. Não será, antes, uma das forma de indivíduos sem educação (quem não recebeu não é obrigado a dar...) retribuirem a falta de consideração dos TLP pelos seus utentes?...



Depois de ameaçado com o Tribunal de Execuções Fiscais, o assinante foi ameaçado com o advogado dos TLP...

De resto, dos próprios TLP, tem o «Sr. X» uma carta em que se comunica um reembolso **e se patenteia** a mais absoluta falta de educação, pois, sendo datada de 24 de Novembro de 1972, é a primeira em resposta às suas correctas reclamações, feitas (por cartas) a partir de 11 de Março de 1972, entre as quais (em 17.4) uma em que pretende colaborar com os TLP, apontando as prováveis causas do excesso de unidades registadas na central e que elevaram, para absurdos montantes de Esc. 1 188$20, 832$20, 1 055$10, 976$40 e 457$80, contas que, nunca, em caso algum, deveriam exceder as duas centenas de escudos.

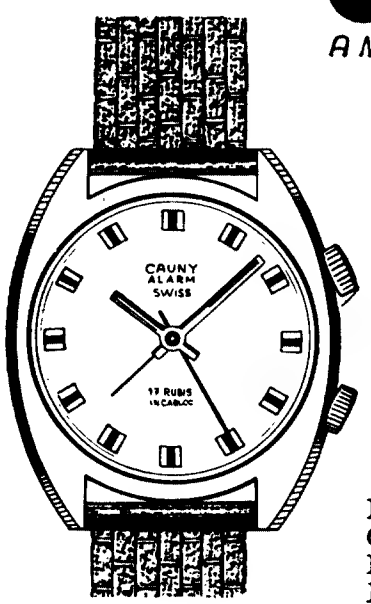
Nessa carta, seria de admitir que, ao fim de tantos incómodos e aborrecimentos causados ao assinante, os TLP se dignassem a pedir desculpas

Continua na pág. seguinte

O RELOGIO DESPERTADOR

CAUNY

A MAIS ALTA PRECISÃO SUIÇA



Mudança de data ultra-rapida

EXIJA A MARCA CAUNY GRAVADA NA COROA E NA PARTE EXTERIOR DA CAIXA

A COMPANHIA DOS TELEFONES

Continuação da página oito

pelas deficiências dos seus próprios serviços — cujo reconhecimento o próprio reembolso implicava — deficiências essas que estavam longe de ser solucionadas, dado que o que se verificou foi uma pavorosa sucessão de erros. Até erros de erros, se verificam nessas contas. Ora, é de notar que o «Sr. X» também tinha (e tem!) de resolver muitos outros problemas — **incluindo o seu sustento e o dos seus!...**

Mas, voltando ao «13»...

Ou, neste caso, à ausência do «13» — e de qualquer serviço dos TLP — nos novos telefones públicos (vermelhos) que a referida empresa pública está a instalar por aí, profusamente, e entre cujas particularidades mais notáveis está o facto de não admitirem o recurso ao «13» — **ou a qualquer serviço (grátis) dos TLP!...**

Com tais vantagens para os seus mentores, **não tardará** que, à semelhança do Toyota, eles arvorem o «slogan»: **veio para ficar!!!...**

E, desta forma, estão os TLP, sub-repticiamente, a introduzir um sistema que, com a habituação (o uso irá fazendo lei...) dispensará uma grande parte das telefonistas em serviço. **É a automatização do abuso!...**

Também, com tais telefones públicos, está a ser vulgarizada a **gloriosa** invenção dos TLP: o já celebrado minuto de 48 segundos (o uso irá fazendo a lei... do abuso!...) que, na realidade, apresenta ainda mais curtos, os períodos de 96 segundos (que a tal empresa pública não teve o mínimo pejo em imprimir nas tabelas de preços e tempos das respectivas conversações telefónicas). ...Aonde a homologação ministerial de tais tabelas?... Ou o seu uso (e abuso!...) irá fazendo tábua rasa das actuais?...

Mas, se num destes telefones, o leitor quiser fazer uma chamada para outro começado por «5»... terá 80 por cento de probabilidades (é ser optimista!...) de ficar sem o dinheiro — e sem a pretendida comunicação, já que não terá sequer a hipótese (**sempre** remota) de pedir a ligação correcta através do «13».

Todavia, os TLP têm ainda um outro objectivo: restringir ao máximo possível o número de funcionários empregues no manuseamento dos dinheiros dos telefones públicos, **serviço esse sempre executado por dois elementos de confiança.**

Assim, logo os TLP verificaram que, com aqueles telefones, providos de marcadores no próprio aparelho ou na central (?), além da caixa de mealheiro que todos têm, seriam os comerciantes, quem, no próprio interesse (há uma percentagem muito compensadora em jogo) extraíram as moedas (que logo lançariam em circulação), pagando depois as chamadas, por junto, directamente aos TLP.

Tudo muito certo — **e muito progressivo.** Até louvável. Mas nunca, quando para suportar esse novo encargo dos TLP, têm de ser sobrecarregados os seus utentes com um serviço que, **além de ileval**, é, **nitidamente pior — e mais caro!...**

Claro que a tendência se verifica para a natural expansão de um tal sistema — sempre preferível, do ponto de vista do comerciante, a qualqer outro, e, concretamente, ao encargo de garantir um rendimento mínimo de Esc. 1 000$00, mensalmente, no caso dos telefones de mealheiro de «caixa alta», e cujo verdadeiro conteúdo, no momento da abertura **pelos funcionários dos TLP**, nem sequer lhes é dado controlar!...

UMA HISTÓRIA ENTRE MUITAS

Também um comerciante que não está muito conforme com os TLP, é o sr. Jorge, gerente da Pastelaria Feliques, o qual, em Agosto/Setembro do ano passado, enfrentou uma conta de Esc. 2 600$00, pois, como os TLP tiveram uma avaria nos computadores (ou seria no computador da central???...) regularem-se pelos meses anteriores... Tipo este de avaria e respectiva solução que esteve, também (e está) na origem do diferendo que o «Sr. X» vem arrastando com os TLP...

Conta-nos o sr. Jorge, ainda, que numa tarde de Abril, também do ano passado, estando o seu telefone convenientemente repousado, foi surpreendido pelo característico ruído do fiscalizador que, sozinho, se entretinha, afanosamente, a contar unidades, até, cansado, atingir as 87... Foi então que parou. Como é natural, quis o sr. Jorge saber o que se passava — e telefonou para a sua assistente: esta, anotou a reclamação, e, mais tarde, foram lá os técnicos que não encontraram motivo que justificasse aquela superactividade do fiscalizador. — Talvez fosse provocado pelo movimento da rua, de trânsito intenso — disseram os técnicos ao sr. Jorge. Trata-se da Rua do Forno do Tijolo... E o sr. Jorge não sabia (agora já sabe) que os fiscalizadores podem ser accionados desde a Central Telefónica. O que o «Sr. X» pode confirmar, por já o haver igualmente verificado.

Também, no seu estabelecimento (ou em casa) apareceram ao sr. Jorge, contas com chamadas para França — sem ninguém as haver feito. Ao que parece, foram posteriormente descontadas...

No fim de tudo isto **(ou no princípio?...)** pergunta ainda o assinante «Sr. X»:

— Sabendo os TLP (ou, mais precisamente, a sua Administração) que as centrais, mercê da complexa e delicada aparelhagem, estão sujeitas a vibrações exteriores que, **muitas vezes se verificará**, se comunicam aos contadores dos assinantes (contadores esses que não têm movimento retrógrado) porque insistem, teimosamente, em construir as suas centrais na berma das estradas de maior movimento? Podendo, sem esforço, demonstrar-se que, nesses locais, os terrenos são muito mais caros?!...

Como, por exemplo, a central da Avenida de Berna... Claro que também se anotam excepções... A central do Castelo parece ser uma...

Mas, de facto, parece haver uma tendência mórbida para implantar as centrais à beira das rodovias. É que, em certos casos, e na construção mais recente, foi escolhida a berma de uma estrada em que passam muito mais de duzentas camionetas de passageiros (com lotação de 60 a 74 pessoas), independentemente de camiões-cisternas, pesados transportes de carga vária; bulldozers, tractores, e dos milhares de automóveis ligeiros que por ela circulam diariamente. E, em qualquer outro lugar, para a esquerda ou para a direita da estrada, os terrenos valem muito menos!... Trata-se da Central Telefónica de Loures, onde, a magnanimidade dos TLP não chegou para implantar mais de uma cabine pública (quase sempre avariada) que, com outro telefone público, **numa cervejaria extremamente ruidosa**, completam o serviço público dos TLP naquela vila. Onde, nem a localização da nova central parece encontrar justificação na existência de um locutório telefónico para, pelo menos ao domingo, haver uma única hipótese de comunicações interurbanas... Possibilidade que os TLP nem de longe consideraram.

Apresentaram-se casos concretos e puseram-se problemas. E tempo de se preconizarem soluções — **ou vias para estas.** Não ignoramos que o problema é vasto e complexo — e nada fácil de solucionar. Mas, uma coisa é certa: **torna-se necessário disciplinar os TLP!...** E, para isso, sabe-o pela própria experiência, o assinante «Sr. X», não há que contar com qualquer apoio.

A própria experiência só pode ser útil quando redunde em favor da comunidade. E os utentes dos telefones de todo o país devem agremiar-se para que a experiência de cada um possa beneficiar todos.

A obrigatoriedade que cada um se deve impor de instalar em sua casa, estabelecimento ou escritório, um contador-fiscalizador, já representa um passo em frente. — É um passo de sete léguas, — afirma, convicto, o assinante «Sr. X».

«De resto, não será por «bizzarrerie» dos TLP que **todos os contadores das suas centrais que correspondem a um assinante que tem fiscalizador em casa, ostentam um grosso traço a vermelho.**

— Para que serve?... — perguntou o «Sr. X» ao funcionário.

— Quer dizer que o assinante daquele contador tem em sua casa um «contador-fiscalizador»... E sorriu. O «Sr. X» compreendeu: aquele sujeito era funcionário dos TLP... **Não dele.**

— Depois de obter o fiscalizador, e antes de utilizá-lo, há que ir à central respectiva ver quantas unidades de contagem marca o contador de lá... E, uma vez estabelecida a diferença entre um e outro, já é possível um controlo aproximado, pelo menos. O que já é alguma coisa **para quem não for exigente.** Porque, se o for, e quiser permanecer isolado, vai ter com que se entreter... É o meu caso — garante o assinante «Sr. X».

E agora, uma «anedota»: aos TLP tanto se paga pelos serviços, como pela ausência destes. E há **ausências** que se pagam caro: a não figuração do nome do assinante, na lista telefónica, custa, mensalmente, a «módica» quantia de Esc. 100$00. Mas, por figurar, não tem nada a pagar!...»

HÉLIO DRAGO

TEM PRÉDIO?
TEM CARRO?
ENTÃO TEM DINHEIRO
CONSULTE JÁ A
ORCOSI
Telfs. 367444/323172
Rua 1.º de Dezembro, 45

SENSACIONAL...

Enceradora	1000$00
Secadores Cabelo	140$00
Aspiradores	1200$00
Frigoríficos Mol	1790$00
Panelas Pressão	290$00
Máq. de Lavar Automáticas	4500$00
Sofás Camas	1800$00

Mercado de Electrodomésticos
ESTRADA DE BENFICA, 705

ESCOLA DE ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA DE LISBOA

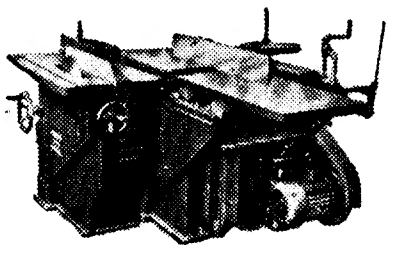
Na Escola de Enfermagem Psiquiátrica de Lisboa, Rua José Carlos dos Santos n.º 7-3.º em Lisboa, Telefone 77 50-74, estão abertas as inscrições para o Curso de Auxiliares de Enfermagem Psiquiátrica de 15 de Março a 15 de Abril.

Para a frequência do referido Curso são exigidas como habilitações literárias o 1.º Ciclo dos Liceus ou equivalente.

Lisboa, 19 de Março de 1973

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INSTALADORA,
Roberto Pegado

«MIDA»



MÁQUINA UNIVERSAL
Mod GDFT

UMA FÁBRICA ALTAMENTE ESPECIALIZADA NO FABRICO DE MÁQUINAS PARA AS INDUSTRIAS DE:

- SERRAÇÃO
- CARPINTARIA
- MARCENARIA

Fábrica: TROFA (Tel 94923/4/5)

FILIAL EM LISBOA:
AV. DEFENSORES DE CHAVES, 3/A (TELEF. 44147)

RECEBA
1900$00
Pelo seu TELEVISOR usado na troca do novo PHILIPS a pronto ou em 24 mensalidades.
CASA M. L. FERREIRA — Rua de D. Estefânia, 48-A

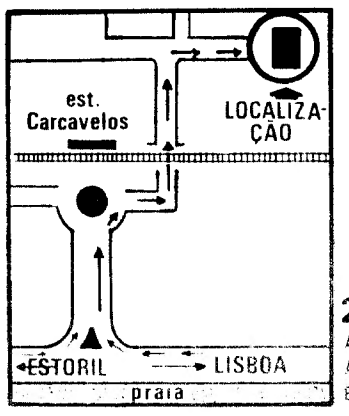
BILHETE DE IDENTIDADE

Se precisa de obter ou renovar o seu bilhete de identidade antes de Outubro, faça-o desde já. Nos meses de Verão, a afluência de público costuma ser tão grande que é impossível evitar bichas com as consequentes incomodidades para as pessoas.

O Arquivo de Identificação em Lisboa está aberto das 8 da manhã às 8 da noite sem interrupção de 2.ª a 6.ª-feira, e ao sábado de manhã. Procure evitar as horas de ponta que são as do meio da manhã ou do meio da tarde e o dia de maior afluência que é o sábado.

Para renovar o bilhete de identidade, não precisa de certidão de nascimento se entregar o bilhete anterior, mesmo caducado. Se o não entregar, precisa, além da certidão, de justificar as circunstâncias em que o extraviou.

NUNO SALVAÇÃO BARRETO
COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.R.L.
VENDE em CARCAVELOS 200 Andares
A melhor praia da Costa do Sol



2, 3 e 4
ASSOALHADAS
A 300 m. DA ESTAÇÃO
E 900 DA PRAIA

BOM INVESTIMENTO DE CAPITAL

Escritório:
RUA BERNARDO LIMA, 45-4.º-LISBOA
TELEFONES: 40332 / 536473

ENCONTRO PAN-AFRICANO DE ESTUDANTES DE MEDICINA

A maior parte dos países do continente africano enfrenta problemas de saúde muito semelhantes. Estão longe ainda de terem sido satisfeitas as condições mais elementares de saúde e de higiene, em especial nos campos e nos centros urbanos super-povoados, onde a população cresce a um ritmo extremamente rápido. Embora os governos africanos multipliquem os seus esforços — com a ajuda da O.M.S. (Organização Mundial de Saúde) e de outras organizações — para elevar o nível da saúde pública, a verdade é que se faz sentir grandemente a falta de pessoal e serviços médicos apropriados.

Foi para discutir estes problemas e procurar encontrar uma solução comum que se reuniu recentemente na Nigéria a primeira Conferência dos Estudantes Africanos de Medicina. O objectivo desta conferência, cujo lema era «Pressão demográfica e medidas sanitárias comunitárias», era proporcionar aos estudantes uma tomada de consciência sobre as consequências sociais nefastas que implica a ausência de planificação no processo de crescimento da população do continente. Conscientes das suas responsabilidades nesta etapa crítica do desenvolvimento social e económico da África, os estudantes passaram em revista todos os sectores da medicina em que podem contribuir eficazmente para a melhoria do bem-estar da população.

Patrocinada pela Organização Internacional dos Estudantes de Medicina e Demografia (I.S.M.O.P.), a conferência reuniu 61 dirigentes estudantis vindos de Faculdades de Medicina de 28 nações africanas. Os participantes, repartidos em quatro comissões, estiveram reunidos durante seis dias no Centro Rural de Saúde de Igbo-Ora, a cerca de 150 quilómetros de Lagos. Vários professores, especialistas em demografia e conselheiros em matéria de saúde, apresentaram relatórios ou pronunciaram conferências nas diversas comissões especializadas.

Uma das propostas mais importantes da conferência foi a criação de um Corpo de Juventude, onde os estudantes se poderiam filiar para a organização de campanhas de educação sanitária em grande escala. Os estudantes efectuariam junto das populações demonstrações sobre o saneamento do meio-ambiente, higiene, puericultura, nutrição, vacinação, etc. Foi pedido aos participantes que procurassem o apoio das organizações de juventude, das universidades e do governo dos seus países para a realização deste projecto, A I.M.S.O.P. garantiu desde já a sua ajuda.

... Os futuros médicos africanos adoptaram uma resolução na qual reclamam a designação imediata de uma comissão especial encarregada da criação de um Corpo de voluntários de estudantes de medicina para efectuar trabalhos de assistência na zona devastada do Sul do Sudão. Este programa tentaria coordenar as suas actividades com o governo sudanês, o Movimento Estudantil Internacional das Nações Unidas (I.S.M.U.N.) e outras organizações que já iniciaram trabalhos de assistência nesta região.

Com vista à solução dos problemas sanitários da África, a Conferência pediu que fosse realizada uma reforma completa do ensino de medicina, reforçando o seu aspecto preventivo. Todavia, afirmaram os participantes, tais alterações não deverão ser adoptadas sem o prévio estabelecimento de um acordo entre os governos, as faculdades e os estudantes, que «serão amanhã os responsáveis neste sector». O novo sistema procura encorajar os projectos comunitários e os programas de pesquisa que dêem aos estudantes o sentido das responsabilidades.

Entretanto, como o sublinharam alguns delegados, nem todas as inovações que forem introduzidas serão necessariamente boas. O que é fundamental, é sublinhar a importância, em todos os campos, de uma solução comum dos problemas, sempre que tal seja possível. Os estudantes de medicina, por exemplo, poderiam organizar cursos de primeiros socorros ou cursos elementares de iniciação médica destinados aos professores primários, na intenção de compensar a falta de pessoal qualificado.

Numa palavra, para os futuros médicos, vindos de todos os cantos da África, «a saúde não é uma simples necessidade social, mas um factor decisivo na produtividade e desenvolvimento do país».

MONUMENTAL

LIQUIDAÇÃO

PARA ENTREGA URGENTE DAS AMPLAS INSTALAÇÕES DA AVENIDA DO BRASIL, A UM IMPORTANTE

GRUPO RETALHISTA

LIQUIDA-SE O STOCK TOTAL

COMPOSTO DE MILHARES DE APARELHOS ELECTRODOMÉSTICOS, TAIS COMO:
MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA E LOIÇA, FRIGORÍFICOS, TELEVISORES, RÁDIOS, GIRA-DISCOS, ASPIRADORES, FOGÕES, ESQUENTADORES, MÁQUINAS DE COZINHA, CANDEEIROS, MOBÍLIAS COMPLETAS E PEÇAS SOLTAS, ESTOFOS, ETC., ETC.
E AINDA PARA RESTAURANTES E SIMILARES, MÁQUINAS E UTENSÍLIOS, PARA CAFÉS, RESTAURANTES, CHARCUTARIAS, TAIS COMO:
FOGÕES INDUSTRIAIS, FRITADEIRAS, CARROS DE SERVIÇO, FRIGORÍFICOS, VITRINES FRIGORÍFICAS, ETC.

PREÇOS ABAIXO DO CUSTO !
CORRA ! CHEGUE PRIMEIRO !

ESTA LIQUIDAÇÃO EFECTUA-SE NA
AV. DO BRASIL, 40-A e 40-B

(PRÓXIMO DO CAMPO GRANDE)

Veja só isto:
MÁQUINA DE LAVAR LOIÇA ..... 2 495$00
ÚLTIMAS UNIDADES, QUASE A ESGOTAREM-SE ! !

Os filhos dos emigrantes recebem maior abono de família

Os emigrantes portugueses em França têm a partir de 1 do corrente melhores garantias de segurança social, mercê da nova convenção celebrada com o nosso país em 29 de Julho de 1971 e agora materializada num acordo administrativo complementar. As vantagens da nova convenção incidem sobretudo no esquema do abono de família, de seguros de doença e de acidentes profissionais e de assistência médica e medicamentosa.

Deste modo, os trabalhadores portugueses passam à situação em que já se encontravam há muito os emigrantes espanhóis e italianos e em igualdade de condições com os trabalhadores franceses (excepto no que se refere ao prémio de maternidade, bolsas de estudo e desconto nos transportes públicos, que são exclusivos dos franceses).

O acordo administrativo estabelece as normas que asseguram a continuação em Portugal dos tratamentos iniciados em França por parte de trabalhadores autorizados a deslocarem-se ao nosso país, bem como a nova forma de pagamento do abono de família e dos diversos subsídios de segurança social e ainda o processo burocrático de eventuais reclamações (através da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes).

O ponto mais evidente das melhorias introduzidas pela convenção refere-se ao abono de família. As famílias dos nossos emigrantes receberão em Portugal, através de pagamento directo por vale internacional, o abono de 80 francos (460$00) desde que tenham dois filhos menores de 15 anos, acrescido de 40 francos (230$00) por cada filho a mais. Anteriormente o abono era de 60,7 francos pelos dois primeiros filhos, acrescido de 30,4 francos por cada filho a mais. Saliente-se que as leis francesas não prevêem abono de família para os ascendentes a cargo do beneficiário.

Por outro lado, as famílias residentes em França receberão o abono de família pelas tabelas francesas, a partir do 6.º mês de residência permanente.

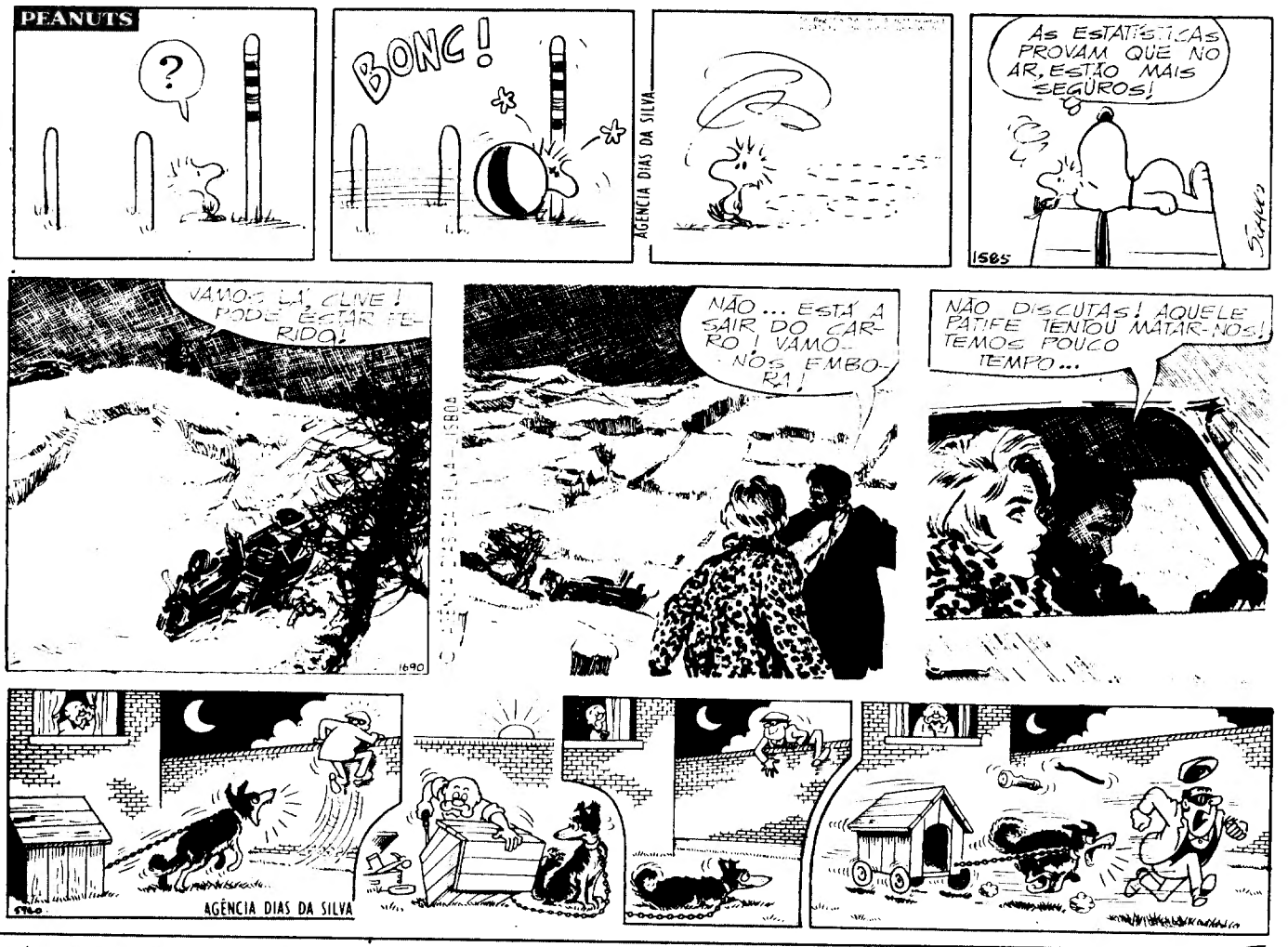
De acordo com a convenção, o abono exige a prestação mensal de 18 dias ou de 120 horas de trabalho (ou de situação similar: desemprego, baixas por doença etc, cobertas por subsídio legal). Sendo proibida qualquer acumulação de abonos, as mulheres dos emigrantes empregadas em Portugal não poderão inscrever em seu nome os filhos a seu cargo, a não ser no caso de cessação do subsídio por parte dos maridos em França.

Quanto à assistência médica e medicamentosa das famílias dos emigrantes, as mulheres e ascendentes (e não apenas os filhos) receberão em Portugal os respectivos subsídios de acordo com os esquemas e tabelas da Previdência portuguesa, a qual será depois reembolsada pelas Caixas francesas.

O aumento do montante dos abonos e a forma directa do pagamento vem beneficiar largamente as famílias dos emigrantes instaladas em Portugal, afastando em parte uma das principais causas da emigração de famílias. Efectivamente as famílias tinham vantagem em emigrar para França, a fim de receberem o abono pelas tabelas francesas, numa altura em que os abonos sofriam maior redução ao serem transferidos para Portugal. Embora os abonos entrados em Portugal continuem a sofrer uma redução relativamente ao total concedido em França, as famílias portuguesas passaram a beneficiar bastante mais.

Como observação marginal, ocorre perguntar até que ponto este aumento de abono em benefício dos filhos dos emigrantes poderá abrir caminho a um aumento peritário de todos os abonos da Previdência portuguesa.

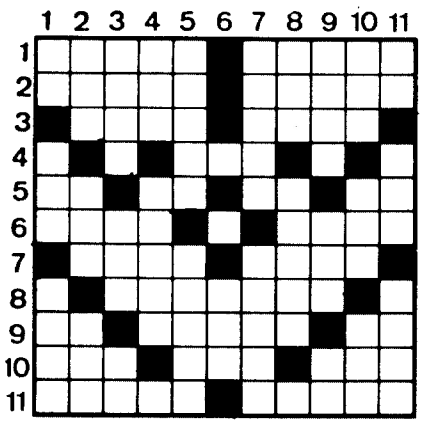
O presidente do México, Luis Echeverria, de visita a França, foi recebido pelo presidente Pompidou, tendo-se deslocado depois aos Inválidos onde visitou o túmulo de Napoleão (Telefoto UPI-Telimprensa-DL)



Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 10397



HORIZONTAIS:

1 Glóbulos. Estacionas.
2 Da Rússia. Freguesia do concelho da Covilhã.
3 Pegas. Ramada.
4 Artigo definido. Pronome possessivo.
5 Artigo definido (ant). Cério (s. q). Antimónio (s.q). Caminhar.
6 Grita (fig.) Artigo definido. Aragem
7 Divisão de uma casa. Quadril.
8 Antiga capital do reino de Israel.
9 Ósmio (s. q). Girar. Ródio (sq).
10 Embarcação grande. Pátria Triture.
11 Aldeia de Itália. Tremor de terra.

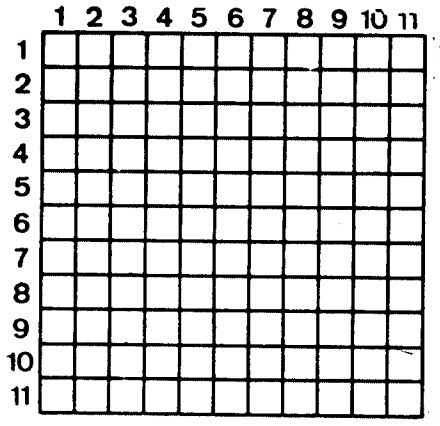
VERTICAIS:

« Grama (abrev). Pronome possessivo. Senhor.
2 Artéria. Rio de Portugal. Sadias.
3 Queimo. Fúteis. Nome antigo da nota musical dó.
4 Sufixo que designa abundância. Guardar segredo.
5 Arbusto trepador de Angola. Aguça.
6 Nome de mulher.
7 Ave galinácea doméstica muito apreciada em culinária (pl). Ave trepadora.
8 Lavra. Expulsar.
9 Ramagens. Espécie de formiga. (Bras). Ruim.
10 Cidade da Jugoslávia. Cólera. Lista.
11 Apelido. Época. Solo.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora como segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 6553



HORIZONTAIS:

1 Artigo definido. Armada. Antes de Cristo.
2 Freguesia do concelho de Belmonte. Rezara.
3 Tratas por tu. Linha secundária de caminho de Ferro.
4 Prensa de penteeiro. Acarinha.
5 O sono das crianças. Prefixo de afastamento.
6 Crómio (s.q). Orla. Amónio (s.q).
7 Utensílio doméstico. Ligara. Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal.
8 Perfume. Vírgulas dobradas.
9 Raera. Nome de mulher.
10 Letra Grega. Mágoa. Coração.
11 Povo. Sorte.

VERTICAIS:

1 Respeito. Estacionem.
2 Diabo. Momice.
3 Sussurro. Rezas.
4 Fio ténue. Artigo indefinido.
5 Rasoura. Nome de mulher. Oferece.
6 Rio da Sibéria. Rio de Itália
7 Livro de lei dos judeus portugueses. Altar. (Rádio (s.q).
8 Guarnece de arames. Pegadeira.
9 O mesmo que ameba. Espécie de lança.
10 Lavram. Divididos ao meio.
11 Gíria. Planta vivaz e medicinal.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10396

HORIZONTAIS:

1 Casta. Carpa.
2 Orai. Sari.
3 Mor. SEM. Tar.
4 Elada. Aveza.
5 Rasou. Reme.
6 Ad. Tl.
7 Asariam.
8 Ras. Aba.
9 Erin. Alar.
10 Iaras. Havre.
11 Araós. Arais.

VERTICAIS:

1 COMER. Creia.
2 Arolas. Arar.
3 Saras. Asira.
4 Ti. Doas. NÃO.
5 Saudar. SS.
6 Te.
7 Mártir. HA.
8 As. Vela. Aar.
9 Ratem. Malva.
10 PRAZER: Bari.
11 Airam. Pares.

Proverbio: SEM COMER, NÃO HÁ PRAZER

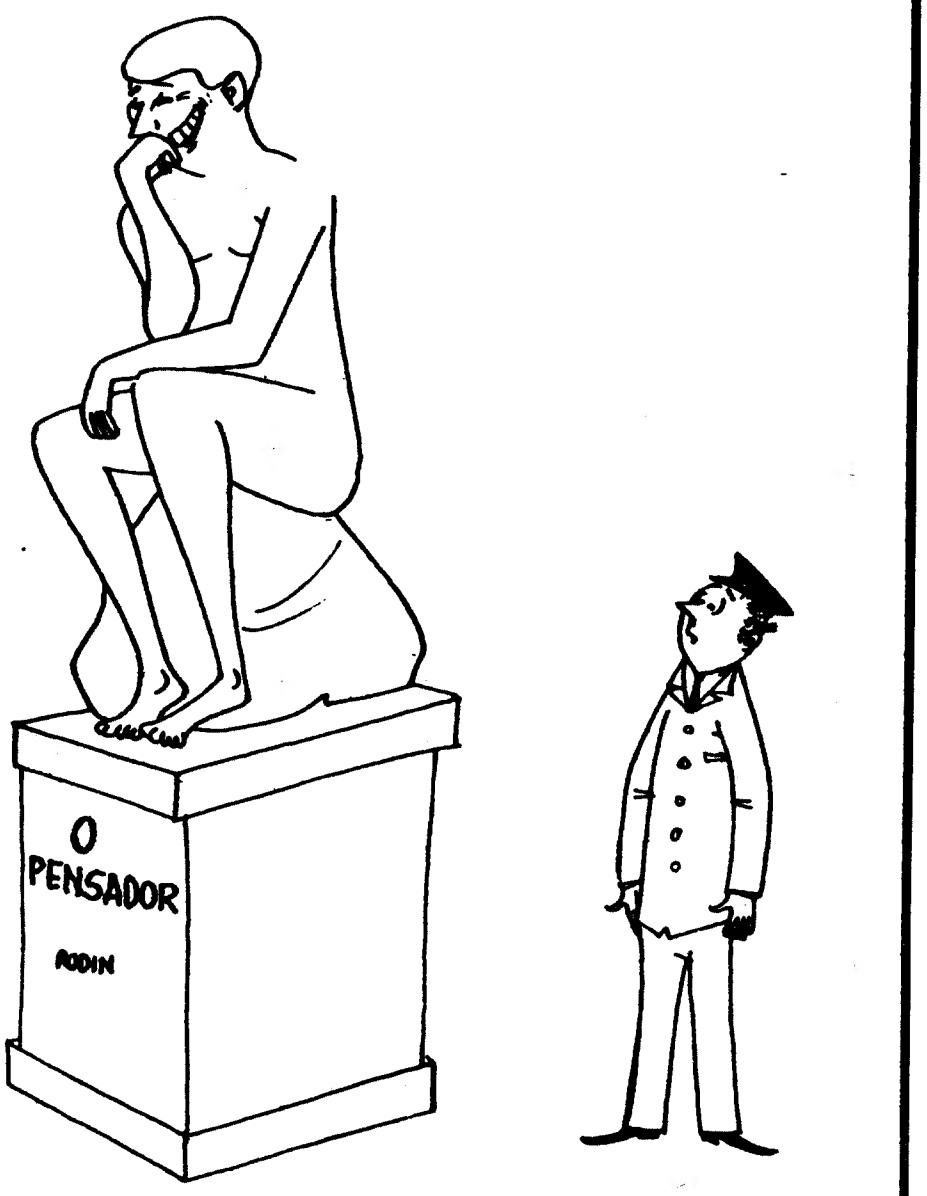
SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6552

HORIZONTAIS:

1 Maçã. Tris.
2 Ada. Apã. Uma.
3 Re. Amara. Pi.
4 Tragar. Miar.
5 Eirada. Arrã.
6 Aso. Sra.
7 Pott. Fiador.
8 Area. Arrasa.
9 La. Relia. Ti.
10 Ava. Saa. Via.
11 Oaio. Lear.

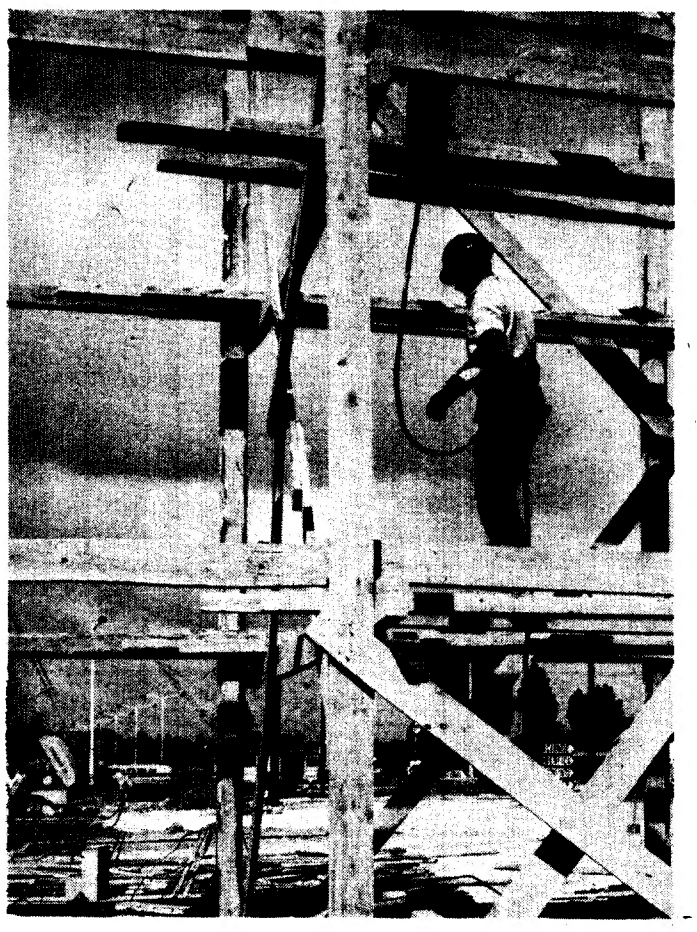
VERTICAIS:

1 Marte. Palão.
2 Aderi. Orava.
3 Ca. Arate. Aí.
4 Agastar.
5 Amado. Es.
6 Apara. Falas.
7 Ar. Síria.
8 Amarara.
9 Ru. Irada. Vé.
10 Impar. Ostia.
11 Saira. Raiar.



INFLAÇÃO E PRÉDIOS DE RENDIMENTO

POR FERNANDO SÁ DEOM



Publicou a «Mesa Redonda, intervalados por três semanas, dois textos de características muito especiais a sugerirem uma espécie de «made in», textos em que sete senhorios (ena, tantos?) lamentaram, destacadamente, os milhares de portugueses emigrados — pobres vítimas inocentes e indefesas da impossibilidade de voltarem à Pátria porque seria fraca a rendabilidade dos capitais que aplicariam (por força de lei?) na compra de prédios de rendimento de «rendas congeladas» (que... «escaldam»). Como se tais emigrados, ao regressarem, só pudessem e devessem comprar prédios de rendimento! Como se fosse tão cansativa, assim, a aquisição de capitais para investir! Como se só existissem prédios à venda em Lisboa e no Porto! Como se em penitência, sabe-se lá de que pecados, os frustrados candidatos ao regresso decidissem ignorar que fora de Lisboa e do Porto as rendas «são actualizadas» de cinco em cinco anos! Como se etc, etc.

Numa revista que leio às vezes («Vida Mundial»), num número recente, citava-se em certo artigo o presidente duma grande companhia multinacional como tendo afirmado que **«poderá parecer um lugar-comum, mas temos de assegurar a qualquer Governo que o nosso negócio é dirigido para o benefício do país. Muitas vezes temos de sacrificar lucros a curto prazo para os convecer, mas se não agirmos assim não conseguiremos impor-nos»**.

Um meu vizinho analfabeto e que nem sabe o que é isso de companhias multinacionais, mais exacto, conciso e... honesto, costuma apregoar que **«quem não sabe ser caixeiro, fecha a loja»**. Verdade se diga, mal se percebe como e porquê tem ele ainda aberta a porta da sua loja.

LÓGICA DO MEU VIZINHO ANALFABETO

Ainda ao meu vizinho ouvi dizer há dias, a pretender justificar a «profissão» de senhorio, que «tudo é preciso», e se não houvesse uma saudável diversificação de tarefas» (tem destas frases bombásticas, às vezes, aprendidas sei lá onde e com quem) seria o caos, seriam as infindáveis repetições e sobreposições, os excedentes em doses industriais de poucos produtos e serviços, montanhas de desperdícios, a par de faltas catastróficas de outros não produzidos bens de consumo. Um nunca mais acabar de desgraças, como num quadro assustador pintado em requintados tons sombrios por artista desiludido (incomprendido) em dia de inverno, tempestuoso. Mais isto e mais aquilo, o meu interlocutor acabou mesmo por jurar que «tudo faz falta, tudo é preciso, tudo, até a guerra...» A guerra também?, porque?, perguntei-lhe ansioso, não fosse sair dali a dádiva inesperada da chave que me permitisse decifrar todos os mistérios do mundo. Ora, porquê, para haver trabalho para os operários que fazem as armas, e mais trabalho na reconstrução de quanto as guerras destróem... E progresso! Tivesse o nosso país entrado na última guerra, e talvez Alfama fosse hoje um bairro tão moderno como Alvalade! Ouvindo isto tudo e o mais que nem vale a pena referir, cheguei a supor que ele, o meu vizinho, estaria á a «reinar» comigo. E até sorri. Mas não bem depressa verifiquei que me enganara ouvindo-o, ofendido com a minha incredulidade, explicitar, pormenorizar a sua teoria,. Aquilo da guerra ser também necessária (indispensável?) era mesmo a sério. Atentasse eu no caso do Japão, que vencido na última guerra passou a vencer na venda dos transistores com que «a malta» ouve os relatos da bola pela rua fora...

«Quase vencido «mas não convencido, perguntei-lhe, então, se achava que havia de tudo para todos assim tanta fartura, ao ponto de ser preciso matar, destruir, para arranjar, depois, em que passar o tempo sem risco de morrermos de pasmo, de aborrecimento. E logo, ali, fiz ligeiro inventário de coisas que não há ou escasseiam, e que bem bom seria se existíssem... «até ao desperdício». Casas para alojar os milhões de habitantes de milhentos bairros de lata que se multiplicam (crescei e multiplicai-vos?) em todos os cantos da Terra. E escolas, e hospitais, e pão para os milhões de subalimentados de todo o mundo...

Mas o que?, bairros de lata? pessoas com fome de viver em barracas?, perguntou-me, incrédulo agora ele e insistiu na interrogação a insinuar que eu estava a ser pessimista, «aquilo» já só eram «coisas do passado». Porque não sei quê, a gente vai pela rua fora e não há comparação com o que via há umas dezenas de anos atrás. Em matéria de turistas e antenas de televisão, então, era um nunca mais acabar. E «quem é que usava meias de seda aqui há cinquenta anos? Hoje, até as varinas vendem o seu peixe de luvas de borracha calçadas, pois então», etc. etc.

Inevitavelmente, lembrei-me desta conversa com o meu vizinho ao tatear o fino fio da subtil rede dialéctica entretecida pelos senhores (sete?), com o fim de nos provarem a necessidade de autorizar a «actualização periódica «das rendas das casas, se quisermos, além doutras maravilhas, o regresso dos nossos saudosos (e mortinhos de saudades) emigrados em bárbares estranjas...

QUINHENTAS PERGUNTAS SEM RESPOSTA...

Fazer um caudal de afirmações díspares — disparatadas, aqui e ali antagónicas, sempre carecidas de convenientes, de imediatas e devidas demonstrações de fundamento, dando-lhes só uma patine de justificação «a permitir» conclusões que mais ninguém perceberá como foi, porque foi (magia!), é táctica sempre vantajosa no ponto em que, pelo menos, dá esperança de desarmar os menos esclarecidos e menos conscientes do que devem e do que lhes é devido.

Cumpre-me confessar, honestamente, que sou um pobre ignoratão em matéria de teorias económicas. Umas vagas leituras informativas, só, mas menos vagamente formativas... Do que sei alguma coisa mais («vida, a quanto obrigas»...) é de «deseconomia prática» (auto-incapacidade conjuntural de (des) economizar). E também sei (a «escola da vida», ainda...) que tenho o direito de entender o que outros pensam ter o dever de escrever ou dizer para serem entendidos. Direito de que decorre um outro, o de perguntar quando nada prove que não entendi por incapacidade estrutural de entender. Entendem? E da leitura das vossas prosas ficaram-me «poucas certezas» e muitas dúvidas»...

Será despropósito pedir-lhes que me forneçam alguns esclarecimentos, respostas para algumas perguntas? A maior dificuldade, para mim, está em escolher (resumir) na forma e no conteúdo, entre as milhentas perguntas que os vossos textos me permitiriam...

Acham, realmente, que a «congelação» das rendas das casas de Lisboa e do Porto foi causa da «inflação portuguesa»? E causas importantes»? Podem provar que sem essa «congelação» a inflação não seria hoje igual (ou maior) à que sofremos? Pensam que o importante é afirmar e que dar provas da veracidade do que se afirma é secundário?

O congelamento das rendas «não impediu que se verificasse a subida do custo de vida em Portugal»? Mas, então, em que ficamos?, o congelamento foi «causa importante» da inflação, ou travão só por si inoperante? E como considerá-lo, a esse congelamento, «causa importante da inflação portuguesa», se «assim, assistimos entre nós ao que sucedeu em todo o mundo (?...) todas as coisas subiram relativamente à mercadoria dinheiro»? O que se passa no nosso país tem tamanha influência nos destinos dos restantes países do mundo? Se para a generalizada desvalorização monetária «houve várias causas nos diferentes países, sendo umas comuns a outras específicas a determinadas nações», é... lógica a pretensão de remover as dificuldades consequentes combatendo apenas uma hipotética» causa importante, específica» só dum pequeno país?

Porque «a renda líquida se tornou nula ou negativa», criou-se uma situação psicológica» aos senhorios? Se duma situação psicológica se tratou e trata, o remédio não estaria e estará num tratamento em consultórios — clínicos de psicólogos? Com tal remédio, Lisboa teria deixado de estar condenada «a sofrer o maior cataclismo de destruição de prédios de que há memória»? Se «no lugar das antigas edificações, muitas delas confortáveis e vistosas, que ofereciam rendas acessíveis, surgiram os edfícios modernos com habitações mais pequenas e mais caras», que para serem pagas fizeram «aumentar os salários ou proventos que por sua vez elevaram os preços da produção; gerando-se assim a mecânica inflacionária», não serão os senhores merecedores do Prémio Nobel da Economia pela «maior e mais útil» descoberta feita em tal ciência em todos os tempos, passados e vindouros? Não provaram desse modo que os aumentos dos preços, «Justos» ou injustos, sejam do que for, provocam, têm de provocar outros aumentos e... por aí fora numa sucessão só passiva de obstrução pelas travagens às subidas onde seja possível impô-las? Parece-lhes que interessa ter mais dinheiro com que se possam comprar menos coisas?

As «avaliações periódicas das rendas», com «evolução consoante a desvalorização monetária, teria permitido conservar as propriedades antigas e desviar os capitais aplicados na substituição dos prédios demolidos, na construção de novos prédios em tal fartura que «possibilitaria habitações com rendas mais acessíveis»? Já ouviram dizer que «a inflação que conhecemos actualmente é essencialmente de ordem estrutural, isto é, engendrada pelos mecanismos socio-económicos daquilo a que se chama habitualmente o neo-capitalismo», mecanismos que são essencialmente dois: o sistema de repartição de rendimentos e dos pagamentos internacionais». A dr.ª Maria Helena Rato em entrevista dada ao jornal «República», publicada em 5 de Fevereiro de 1973)? Já ouviram falar em destruição de excedentes (?) de produção para manutenção de «preços compensadores»?

Se as rendas antigas tivessem aumentado progressivamente», consoante a desvalorização monetária», teria havido, de facto, menor inflação, menor desvalorização monetária, ou sendo menor, porque e para quê a evolução das rendas das casas de Lisboa e do Porto pelas «avaliações periódicas»? Para gerar a «mecânica inflacionária»... e causar maiores dores de cabeça ao presidente Nixon?

Os senhores têm muita, muita pena das senhorias viuvas e pobres (e tatebitates, paralíticas, vesgas, vítimas de maus olhados e de flatulência...?)? Porque não fundam uma «Fundação» de protecção e reciclagem das pobres senhoras? Acreditam que eu posso encarregar-me de fundar uma Fundação idêntica para inquilinas viúvas divorciadas, celibatárias, casadas ou nem uma coisa nem outra, antes pelo contrário?

LEGÍTIMOS INTERESSES

Na resolução do problema deve ter-se em conta «a satisfação do legítimo interesse»? Mas não é isso, ISSO EXACTAMENTE, que os inquilinos andam a dizer desde o tempo de Caim e do Abel? Sabem que uma elevação ao nível de vida corresponde um acréscimo de produtividade gerador de acções e reacções que jogam», como o mostram estudos extremamentes sérios — em favor daquela parte da população cuja remuneração toma em economia o nome de «lucro» (segundo li na citada entrevista publicada na «República») e já sabia através de uma prática (a minha) também não tem sido nenhuma brincadeira.

..Deixando de ser vítima de especulação, passando «o Estado a receber tributações actualizadas» (através de maiores rendas dos senhorios... pagas pelos inquilinos), poderia criar-se um «subsídio de Habitação» para «necessitados bem dignos de atenção»? Ao escreverem isto, estavam os senhores (sete?) a pensar... no «legítimo interesse» das tais pobres senhorias viúvas e congénerjs? E acreditam mesmo na existência de «necessitados bem dignos de atenção»? Não acham «preferível» admitir que há só homens (e mulheres claro) necessitados de... que lhes reconheçam e respeitem direitos, e lhes «atribuam» deveres, em especial o dever de cumprirem os seus deveres? Se formos para a actualização periódica das rendas das casas, ficamos, nisso, «actualizados relativamente ao que se faz no estrangeiro»? Como no Brasil onde «as rendas, os salários e as pensões são anualmente corrigidas» de modo compensador da desvalorização da moeda? E passaremos a ter também secas, no Nordeste, o Pão de Açucar, a Amazónia e... carnavais mais animados? Os emigrados que regressarem e tornaram a emigrar depois de revenderem os prédios de «renda nula ou negativa», encontraram cá palermas que «foram nisso», compraram disso?... Os senhores (sete?) compraram? Só haverá «resolução do problema» com a «extensão a Lisboa e Porto da Lei 2030»? Para se «criar interesse na continuação da propriedade e haver possibilidades de sua conservação»? São capazes de provar que a resolução do problema não está, antes, e pelo menos, na renovação da Lei 2030 para o restante territorio nacional? Em que sentido acharam conveniente «por analogia», lembrar «ser mais que útil legislar-se para tentar proteger o indivíduo na doença ou na velhice»? Conhecem a palavra (e o significado)» demagogia»? não recearam, com essa lembrança fazer «voltar o feitiço contra o feiticeiro»? Acharam antiquadas as soluções propostas pelo Sindicato de Técnicos de Desenho? E acharam essa antiguidade no contraste com a «modernidade» das vossas soluções? Modernidade, então, então, é igual a continuidade... sem evolução? E a «profissão» do senhorio é que é «evolutiva, criadora, artística e de subida vantagem para a promoção do homem? Não receiam vir a dar demasiado trabalho à Academia de Letras, com as alterações que vão obrigar a introduzir no dicionário...

RENDAS MODERNAS?

Abordam «com certa inquietação» o problema das rendas modernas»? Certos de que lhes ficam muito bem esses sentimentos? Reconhecem que as rendas modernas «são incompatíveis com muitos ordenados? Fariam muito esforço se assentassem bem os pés nesse reconhecimento para, usando-o como trampolim, chegarem a outros reconhecimentos?... Com rendas de casa tão aliás como podem os salários estacionar e chegar para tudo mais que é preciso para viver? Sabem que se os ordenados pudessem estacionar e chegar para tudo, fora de Lisboa e do Porto..., estas cidades há muito tempo que estariam despovoadas ou quase?

Lamentamos os jovens que por causa das rendas caras se vêem em palpos de aranha para constituirem os seus lares? Sabem que já anda para aí a organizar-se um grupo de jovens agradecidos que se propõem promover uma sessão de homenagem que lhes será dedicada?

Os terrenos para construção são poucos e caros, os construtores têm dificuldade em vender os prédios e, ao mesmo tempo, «sente-se» que anda para aí dinheiro em demasia...? E está aí «o nosso problema»? Haveria solução num qualquer sistema semelhante ao dos vasos comunicantes?

As rendas caríssimas «traduzem além de trabalho e justo lucro, especulações enormes que a propriedade moderna experimental desde a compra do terreno até o aluguer»? Estas especulações são endossadas ao novo proprietário? Mas quem o obriga a construir esse endosso? Mais ainda, e principalmente, quem o obriga a assumir o encargo, perante os inquilinos, de representar todos os especuladores», SO PERANTE OS INQUILINOS...?

A construção de «muitas casas com renda previamente fixada no início da construção», em «concorrência com as rendas livres», «abaixaria o custo dos alugueres»? Se não é indiscrição, podem dizer-me a qual desses dois tipos de construção de casas os senhores (sete?) se dedicariam?

Conhecem aquela fábula de panela de barro que quis viajar, rio abaixo, ao lado da panela de ferro? Lembram-se do que aconteceu à panela de barro...? Podem imaginar que lhes perguntei tudo quanto desejei (a falta de espaço na «Mesa Redonda»...), e que as vossas ansiosamente esperadas respostas me deixarão completamente esclarecido?

mesa redonda